



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

Ofício nº 27E/2020/2ª CCR

Brasília, 27 de março de 2020.

À Senhora

TATIANA LEITE LOPES ROMANI

Assessora Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
Brasília/DF
internacional@mdh.gov.br

Assunto: Caso Gomes Lund e outros vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)

Senhora Assessora,

1. Cumprimentando-a, sirvo-me do presente, no que concerne às providências adotadas pelo Ministério Público Federal quanto ao cumprimento da sentença proferida no caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, para informar, considerando que a temática justiça de transição (crimes ocorridos no período da ditadura militar) é afeta à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão (matéria criminal) e integra um de seus temas prioritários de atuação em razão dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, que o MPF ofereceu à Justiça Federal mais três denúncias (em anexo) por assassinatos cometidos por militares na repressão à Guerrilha do Araguaia, durante a ditadura, subscritas por integrantes da Força-Tarefa Araguaia, criada para atuar nas investigações e nos atos de perseguição penal relativos aos crimes que ocorreram durante a aludida Guerrilha, na região de Marabá/PA.

2. O coronel da reserva Sebastião Curió Rodrigues de Moura, conhecido como major Curió, foi denunciado nas três ações. No caso do assassinato e ocultação de cadáver de Lúcia Maria de Souza, conhecida como Sônia, também foram denunciados Lício Augusto Maciel e José Conegundes do Nascimento. Pela morte e ocultação do corpo de

2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
Procuradoria-Geral da República - SAF Sul, Qd 4, Cj C, Bl B, Sl 308, CEP 70050-900, Brasília (DF)
<http://2ccr.pgr.mpf.mp.br> - 2ccr@mpf.mp.br - Tel (61) 3031-6036/6338

Oswaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, Curió é acusado ao lado de João Lucena Leal, João Santa Cruz Sacramento, Celso Seixas Marques Ferreira e Pedro Correa dos Santos Cabral. No caso da morte de Dinaelza Soares Santana Coqueiro, a Maria Dina, a acusação recai apenas sobre Curió.

3. As novas ações elevam para nove o número de denúncias oferecidas desde 2012 pelo MPF por crimes na Guerrilha do Araguaia: seis denúncias pelos assassinatos de nove opositores, duas denúncias pelo sequestro e cárcere privado de seis vítimas, e uma denúncia por falsidade ideológica.

4. Aproveitando o ensejo, levo ao conhecimento de Vossa Senhoria o relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da Força-Tarefa Araguaia no período entre 2018 e 2019. O referido relatório, cuja cópia segue anexa, foi encaminhado pela Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República à Advocacia Geral da União, por meio do Ofício nº 3862/2019/ALJ/SCI/PGR, em anexo, com vistas a subsidiar sua atuação junto à CIDH, e tem por objetivo apresentar os dados atuais da atuação da FT-Araguaia, a metodologia de trabalho que norteia as investigações conduzidas nos procedimentos criminais e as atividades relacionadas à cooperação com as comissões afetas ao tema.

5. Cumpre esclarecer que a referida FT foi prorrogada por mais 1 (um) ano, a partir de 20 de outubro de 2019, por meio da PORTARIA PGR/MPF Nº 858, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019 (anexa), para a conclusão trabalhos em andamento.

6. Sendo o que se apresenta para o momento, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR

icbc



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

EXMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA __VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
MARABÁ/PA

Ref.: Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000034/2014-48

O **Ministério Público Federal**, por meio do Procurador da República que a esta
subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem oferecer

DENÚNCIA

em face de

SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, conhecido no
Araguaia como “Dr. Luchini”, brasileiro, filho de [REDACTED]
[REDACTED], nascido em 15/12/1938, inscrito no CPF sob nº [REDACTED]
[REDACTED], residente na [REDACTED],
Brasília/DF, CEP [REDACTED];

JOÃO LUCENA LEAL, conhecido no Araguaia como “Dr. João”,
brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 22/09/1939,
inscrito no CPF nº [REDACTED], residente à [REDACTED]
[REDACTED], Porto Velho/RO, CEP [REDACTED];

JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, conhecido no Araguaia
como “Sargento Santa Cruz”; “Thompson”; e “Tromba”, brasileiro,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

filho de [REDACTED], nascido em 24/11/1931, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente à [REDACTED] [REDACTED] Belém/PA, CEP: [REDACTED];

CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA, conhecido no Araguaia como “Dr. Brito”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 24/11/1941, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente à [REDACTED], Niterói/RJ CEP: [REDACTED];

PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL, conhecido no Araguaia como “Sargento Santa Cruz”; “Thompson”; e “Tromba”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 24/11/1931, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente à [REDACTED], Maceió/AL, CEP: [REDACTED].

pelos fundamentos fáticos e jurídicos que adiante passa a expender.

1. DA SÍNTESE DA IMPUTAÇÃO

1.1. 1ª Imputação. Homicídio doloso qualificado

No início do ano de 1974, na localidade chamada de “Grotão dos Caboclos”, próxima ao município da Palestina/Pará, os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, **JOÃO LUCENA LEAL**, **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** e **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, *de forma livre e consciente, agindo em coautoria caracterizada pela unidade de desígnios e divisão de funções visando atingir objetivo comum*, todos com domínio final dos fatos, no exercício ilegal das funções que desempenhavam no Exército brasileiro, em contexto de ataque generalizado e sistemático – e com pleno conhecimento das circunstâncias deste ataque – contra opositores do regime ditatorial e população civil, **mataram**, com o auxílio de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

outros membros das Forças Armadas ainda não identificados, OSVALDO ORLANDO DA COSTA (“Osvaldão”).

O homicídio da vítima foi cometido:

a) por motivo torpe, consistente na busca pela preservação do poder, mediante violência e uso do aparato estatal, em contexto de ataque generalizado/sistemático contra opositores do Estado ditatorial, para reprimir e eliminar dissidentes contrários ao regime e garantir a impunidade dos autores de crimes de homicídio, sequestro, ocultação de cadáver e outras graves violações de direitos humanos;

b) de emboscada, visto que a sua execução foi premeditada pelos denunciados e demais militares ainda não identificados, que, planejaram e coordenaram o plano de execução da vítima, projetando as ações para a sua localização e, ao ser encontrada, quando já não apresentava mais nenhuma possibilidade de defesa ou risco, foi instantaneamente morta pelas tropas militares comandadas pelos denunciados e agindo em conformidade com as ordens destes.

1.2. 2ª Imputação: Ocultação de cadáver

Da primeira ocultação de cadáver:

Em seguida, em contexto de ataque generalizado e sistemático – e com pleno conhecimento das circunstâncias deste ataque – contra opositores do regime ditatorial e população civil, sob as ordens diretas do denunciado **JOÃO LUCENA LEAL** e com o fim de acobertar o crime de homicídio anteriormente praticado pelos denunciados **JOÃO LUCENA LEAL, SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO e CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, *de forma livre e consciente, agindo em coautoria caracterizada pela unidade de desígnios e divisão de funções visando atingir objetivo comum*, todos com domínio final dos fatos, e com o auxílio de equipe militar subordinada aos mesmos, ainda não totalmente identificados, **ocultaram** o cadáver da vítima, enterrando-o na Base de Xambioá. Até a presente data seus vestígios mortais permanecem ocultos, a fim de apagar os sinais do crime de homicídio e manter a impunidade.

Da segunda ocultação de cadáver

Posteriormente, em contexto de ataque generalizado e sistemático – e com pleno



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

conhecimento das circunstâncias deste ataque – contra opositores do regime ditatorial e população civil, no decorrer da “Operação Limpeza”, após a execução e primeira ocultação da vítima, os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ** e **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, *de forma livre e consciente, agindo em coautoria caracterizada pela unidade de desígnios e divisão de funções visando atingir objetivo comum*, todos com domínio final dos fatos, e com o auxílio de outros militares do Exército e da Aeronáutica ainda não totalmente identificados, **ocultaram** o cadáver da vítima novamente, retirando-o da Base de Xambioá e transportando-o com o uso de helicóptero militar para a Serra das Andorinhas. Até a presente data seus vestígios mortais são mantidos ocultos, a fim de apagar os sinais do crime de homicídio e manter a impunidade.

2. INTROITO. ESCORÇO HISTÓRICO E CONTEXTO FÁTICO

Da segunda metade dos anos 1960 a meados de 1972, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) deslocaram-se de vários Estados do país e se instalaram nas proximidades do Rio Araguaia a fim de organizar um movimento de resistência armada ao regime militar brasileiro a partir da mobilização da população rural local, episódio histórico que ficou conhecido como “Guerrilha do Araguaia”.

A atuação desse grupo centrava-se nos estados do Pará e do Tocantins (à época norte de Goiás), notadamente nos municípios de São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Xambioá e Araguatins.

Com o objetivo de angariar simpatizantes da causa, os militantes estabeleceram relações com a população local, obtendo a adesão de novos membros. No início do ano de 1972, registra-se que havia quase setenta militantes da organização na área, bem como um número indeterminado de camponeses que se juntaram ao movimento.

Oficiais e agentes das Forças Armadas e de outros órgãos, sob o pálio protetivo do estado ditatorial, combateram duramente tais militantes, empreendendo inúmeras operações na região para identificar e eliminar a dissidência política. Segundo relatório oficial produzido pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP-SDH), o regime militar mobilizou, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado entre três e dez mil homens do Exército,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão¹.

Os dados oficiais, os relatórios produzidos sobre o assunto e as investigações realizadas pelo MPF atestam que a repressão política e militar à Guerrilha do Araguaia foi responsável por quase metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil².

Sobre as operações realizadas pelas Forças Armadas após a descoberta da atuação dos guerrilheiros no Araguaia, tem-se a seguinte cronologia: “*Operação de informações realizada pela inteligência militar (fevereiro de 1972); Primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*”³.

As operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram localizar e dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência⁴.

Entretanto, nas incursões posteriores (de maio e outubro de 1973), a partir de intensa atividade de inteligência, com a infiltração de militares na população local, identificados por codinomes e disfarçados de comerciantes, lavradores ou funcionários públicos, foi possível conhecer a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar colonos que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias/mateiros para auxiliar as ações repressivas do Exército na região⁵.

A intitulada “Operação Sucuri”, fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado (sequestro, execução sumária e ocultação de cadáver) dos dissidentes políticos, teve como

¹ SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ano 2007, pág. 195. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>.

² MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**. Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF. 2011/2017.

Segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, editado em 1995, aponta-se sessenta e quatro ativistas identificados, número de guerrilheiros que varia conforme a fonte. In: **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Na CEMDP, deram entrada 62 processos de desaparecidos no Araguaia, conforme registra o relatório “Direito à Memória e à Verdade”. In: SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, Capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

³ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

⁴ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74 – CIE**. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 28 dos autos, Vol. 1).

⁵ Idem.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

um de seus comandantes em campo o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, que afirmou perante a Justiça Federal, em 2015, que chefiou tal Operação e infiltrou 32 agentes disfarçados na região (o próprio denunciado se apresentava, sob codinome “**Dr. Lucchini**”, como engenheiro do INCRA)⁶, que circulavam no cotidiano da população, levantando informações acerca da guerrilha. Segundo o denunciado, quando da Operação subsequente, as Forças Armadas já detinham os dados necessários sobre os guerrilheiros⁷.

Finda a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 07 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento dissidente, denominada “Operação Marajoara”, na qual **SEBASTIÃO CURIÓ** teve destacada participação e era o Comandante do Posto Marabá e da Base da Bacaba, assim como **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, sargento considerado o “mapa mental da região”⁸, os quais transitavam também pelas outras Bases do Exército. Integrava, portanto, a cadeia de comando dos órgãos envolvidos no desaparecimento e morte dos militantes, entre eles a vítima OSVALDO ORLANDO DA COSTA, executado nesta Operação⁹.

A “Operação Marajoara”, definida como “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, teve o objetivo de aniquilar as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum contato¹⁰.

Nessa fase houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas ilegais/criminosas que objetivavam o desaparecimento forçado dos opositores – sequestros e homicídios seguidos de ocultação dos cadáveres. Essa última campanha caracterizou-se pelo intenso grau de violência, especialmente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos militantes, mesmo quando rendidos ou presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações, obstar a ação de supostos apoiadores e fazer cessar o movimento dissidente.

⁶ Declaração prestada no depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 139 dos autos, Volume 1, trecho correspondente às 2hrs e 48min.

⁷ Idem.

⁸ Declaração feita pelo denunciado João Santa Cruz Sacramento em seu depoimento à CNV, em 19.11.2013, mídia de fl. 114 dos autos.

⁹ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III, págs. 1361-1367, fls. 77-80 dos autos, Volume 1.

¹⁰ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 28 dos autos, Vol. 1).

Vide, também, CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Conforme relatório final da Comissão Nacional da Verdade, à Operação Sucuri “*sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha ... os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos (compostos por civis, geralmente mateiros, e militares), chamados de ‘zebras’, dedicados a operações do tipo ‘gato e rato’ (operações de caça e rastreamento)*”¹¹.

Nesta terceira Operação verificou-se que membros das Forças Armadas e policiais praticaram – não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local, aliados ou não dos dissidentes – atos de sequestro, cárcere privado, torturas e homicídios, além da destruição de documentos e da ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos.

Tais atos, sob o pretexto de restabelecerem a “paz nacional”, consubstanciaram, em verdade, condutas criminosas e gravemente atentatórias aos direitos humanos e à ordem jurídica, perpetradas por um grupo que visava eliminar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região contrários ao Estado ditatorial.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados os crimes objeto da presente Denúncia.

No que interessa a esta ação penal, provou-se que, nas incursões da Operação Marajoara, a vítima OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi sumariamente executada, mediante emboscada preparada pelos denunciados, quando já não apresentava nenhuma forma de risco ou ameaça aos mesmos. Cumpre frisar ainda que, após o crime, o corpo da vítima foi ocultado duas vezes e, até a presente data, os seus restos mortais não foram localizados.

O Estado brasileiro reconheceu os ilícitos perpetrados por seus agentes com a edição da Lei nº 9.140/95, na qual assume a responsabilidade pelo “assassinato de opositores políticos” e, em seu anexo, apresenta o nome de 62 pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, incluindo OSVALDO ORLANDO DA COSTA¹².

O objetivo dos agentes do Estado era aniquilar os militantes contrários ao regime militar, entres estes, a referida vítima, impondo o terror à população local, com posterior destruição das

¹¹ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

¹² BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.140/95**, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

provas dos seus crimes.

As investigações, além dos relatórios da CNV e de familiares, apontam a existência de bases militares que serviam para interrogatório, tortura, detenção de camponeses, prisão e morte dos militantes, as quais estavam situadas: a) em Marabá, compreendendo três imóveis: um na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), intitulado “Casa Azul”, um na sede do INCRA e outro em um presídio militar; b) na localidade de Bacaba, no km 68 da Rodovia Transamazônica; c) em Xambioá; d) em Araguaína; e) pequenas bases em São Domingos (Oito Barracas e São Raimundo) e Araguatins¹³.

Notadamente nos últimos combates, como na Operação Marajoara, no qual OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi executado, houve um esforço deliberado para a ocultação de cadáveres¹⁴, ressaltando-se que até esta data não foram localizados os vestígios mortais da vítima, mesmo após sucessivas tentativas de buscas patrocinadas pelo Estado – em cumprimento a ordem judicial – por meio do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) e do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA)¹⁵.

Mesmo após o término dos combates em campo, comprovou-se a ocorrência de ações militares para efetivar o desaparecimento forçado dos integrantes do PCdoB, que tinham por finalidade ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos guerrilheiros, com a destruição/sonegação de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada “**Operação Limpeza**”, ocorrida por volta de meados de 1974 a 1976 e então comandada, principalmente, pelo denunciado **SEBASTIÃO “CURIÓ”** e com atuação do denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** que, a partir de sua função de piloto de helicóptero da Aeronáutica, realizou o transporte dos corpos dos lugares em que estavam para a

¹³ MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**: Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF – 2011/2017.

SEDH/CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos – ano 2007. Acesso disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

¹⁴ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 711. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

¹⁵ O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que sucedeu o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), é um grupo governamental interdisciplinar que foi constituído por força de decisão judicial da 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo de execução de sentença exarada nos Autos nº 82.00.24682-5, com vistas à localização dos restos mortais dos dissidentes mortos na denominada Guerrilha do Araguaia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Serra das Andorinhas, a fim de que os cadáveres fossem ocultos ou eliminados¹⁶.

Assim, nessa conjuntura fática foram consumados os crimes objeto desta ação penal, **em contexto de ataque sistemático/generalizado** dirigido aos opositores do regime militar e população civil, que consistiu, como já demonstrado (e também na cota introdutória anexa), em atividades organizadas de repressão política promovidas pelo Estado brasileiro à época que resultaram em graves violações de direitos humanos (ameaças, detenções arbitrárias, sequestro, tortura, morte e outras), as quais culminaram, inclusive, na execução da vítima e posterior ocultação de seu cadáver.

Os ora denunciados não somente tinham pleno conhecimento da natureza desse ataque, como estavam associados entre si e a outros agentes, de modo que lideraram e executaram os atos voltados à consecução das condutas delituosas a eles imputadas nesta denúncia.

3. DA VÍTIMA

OSVALDO ORLANDO DA COSTA (“Osvaldão”), nasceu na cidade de Passa Quatro/MG, em 27 de abril de 1938 e, em função dos seus estudos, mudou-se para São Paulo e depois para o Rio de Janeiro, local onde formou-se como técnico de construção de máquinas e motores, em 1958. No Rio também frequentou o Centro de Preparação para Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, foi campeão de boxe pelo Clube Botafogo Futebol e Regatas e também se aproximou do movimento estudantil, iniciando suas primeiras atividades como militante comunista. Em 1961, ganhou uma bolsa de estudos em Praga para cursar engenharia de minas, momento em que fez amizades com líderes comunistas brasileiros e ingressou no PCdoB, chegando a ser enviado pelo Partido para Academia Militar de Nanquim, na China. Ao retornar ao Brasil, se dirigiu à Araguaína/TO, em 1966, para implantar a chamada “Guerrilha do Araguaia”. Na região, inicialmente trabalhou como mariscador e garimpeiro, tornando-se exímio conhecedor da área, fixando residência nos anos seguintes às margens do rio Gameleira. Osvaldão era comandante do Destacamento B da Guerrilha e é considerado o principal líder e referência do movimento guerrilheiro no Araguaia, sendo também o mais temido e procurado pelo Exército, e o mais conhecido e querido, ao lado de Dinalva

¹⁶ Após a “Operação Limpeza” foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Oliveira (Dina), pelos moradores da região, que ainda hoje lembram do guerrilheiro¹⁷.

4. DAS CONDUTAS DELITUOSAS

4.1. DO MODUS OPERANDI: captura mediante emboscada, execução e ocultação cometidas contra a vítima

O objetivo da repressão ditatorial na Guerrilha do Araguaia era perseguir e eliminar os dissidentes políticos, mesmo quando eles já não ofereciam mais nenhum perigo ou resistência aos militares.

O extermínio dos guerrilheiros decorria da sistemática de atuação das Forças Armadas na repressão da oposição política ao regime ditatorial no Araguaia, conforme diretrizes/técnicas padronizadas e cuidadosamente planejadas pelo Exército, o que afasta a tese de que as violações perpetradas contra as vítimas na Guerrilha do Araguaia resultaram de excessos pontuais ou casos isolados. Ao contrário, tais práticas criminosas traduziam a política estatal à época, que determinou o comportamento dos agentes militares no Araguaia, que agiam de forma associada entre ações de planejamento, monitoramento, execução e eliminação de vestígios.

Nas palavras de José Vargas Jimenez: “*a ordem era atirar primeiro, perguntar depois*”. Em documento, este mesmo militar, que atuou no Araguaia, denominou a atuação militar de “plano de captura e destruição”¹⁸. Com esta finalidade, os guerrilheiros – assim como a vítima nesta denúncia – e camponeses que aderiram à causa foram executados sumariamente no Araguaia, ainda que pudessem ter sido rendidos, mesmo após detidos e levados às bases militares, ou ainda depois do combate travado e também com o término da Guerrilha, quando já não apresentavam riscos às Forças Armadas.

Em alinhamento com essa sistemática, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** elaborou documentos acerca da ação das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia e, em 20 de junho de 2009, revelou parte de seus arquivos ao jornal “O Estado de São Paulo”, tendo afirmado que o

Exército executou 41 militantes: “*Dos 67 integrantes do movimento de resistência mortos durante o*”
¹⁷ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III, págs. 1361-1367, fls. 24/26 dos autos Volume 1. *Vide*, ainda, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE e Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e PE. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, pgs. 363-365, às fls. 23/24 dos Anexo 1, Volume 1.

¹⁸ Livro BACABA: Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia, de autoria de José Vargas Jiménez, Anexo 2, p. 101, 2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

*conflito com militares, 41 foram presos, amarrados e executados, quando não ofereciam risco às tropas*¹⁹, como no caso da vítima desta ação.

Esta prática ilegal fica evidenciada no presente caso a partir também da declaração ao MPF, em 2018, de [REDACTED], testemunha que estava na Base de Xambioá quando o corpo da vítima chegou, a qual deixou claro que a ordem do Exército à patrulha era exterminar os guerrilheiros, incluindo OSVALDO ORLANDO DA COSTA: “(...) **A ordem que o nosso sargento da patrulha dava pra nós era a de que era pra exterminar. Foi a mesma ordem dada na operação do Osvaldão, que era matar**”²⁰.

Em consonância, [REDACTED] também enfatizou em seu depoimento ao MPF, em 2018 que: “**a ordem pra gente era que se a gente encontrasse o Osvaldão era matar. Depois do meio (da guerrilha), a ordem era não deixar sobrevivente, os que foram capturados vivos, como o José Genuíno, o zezinho do Araguaia, foi logo no começo, porque depois pro meio pro fim, a ordem era exterminar mesmo**”.

OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi executado na “Operação Marajoara”, no início de 1974, período em que, conforme afirmou o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** à Justiça Federal, o Exército já possuía informações sobre os guerrilheiros, coletadas em operações anteriores como a “Operação Sucuri”, chefiada por CURIÓ²¹.

O *modus operandi* das Forças Armadas nessa operação está registrado no Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército, no qual consta que Operação Marajoara foi dividida em duas fases de planejamento: “1) Prisão e consequente neutralização da rede de apoio; e 2) Vasculhamento e investida das áreas de depósitos e homizio já conhecidos”²².

Sobre a execução da Operação Marajoara, o citado Relatório comprova que a Operação, iniciada em 07 de outubro de 1973, cumpriu com o planejado e agia mediante emboscadas: “o inimigo foi surpreendido com a rapidez e forma como foi executado o desembarque e infiltração

¹⁹ Declarações prestadas por Sebastião Curió na reportagem intitulada “Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia”. Jornal “O Estado de São Paulo”, 20 de junho de 2009, jornalista autor Leonêncio Nossa (fls. 69-70 dos autos Anexo 1, Vol.1).

²⁰ Depoimento prestado pela testemunha [REDACTED] ao MPF, em 23.11.2018, à mídia de fl. 232 dos autos principais.

²¹ Declaração prestada em **depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura** à Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 14 de outubro de 2015. Mídia de f. 139 dos autos, vol.1, trecho correspondente às 2hrs e 48min.

²² MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 28 dos autos, Vol. 1).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

das patrulhas na mata. Em três dias 70% da rede de apoio estava neutralizada. No fim de uma semana o inimigo sofria as primeiras quatro baixas, e já havia perdido três depósitos na área da Transamazônica. O emprego de Helicópteros e Aviões de Ligação deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez na ação”^{23 24}.

O denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, aviador da Aeronáutica, descreve em depoimento ao MPF, em 2019, a atuação conjunta com planejamento e divisão de tarefas entre o Exército e a Aeronáutica com o objetivo de concretizar essas operações de combate, destacando a estrutura de comando e sua participação, comprovando o caráter associado para as práticas delitivas:

“(…) o Exército mantinha na área regularmente cerca de 100 homens e esses 100 homens eram divididos em patrulha de 8-10 homens, de acordo com os estudos operacionais. Essas patrulhas eram colocadas na mata em pontos determinados por nós da força aérea com helicóptero e depois disso nós fazíamos o acompanhamento dessas patrulhas com aviões de ligação e observação, aviões pequenos e essas patrulhas tinham rádio transmissor FM, e do avião falávamos com a patrulha e sabíamos o que estava acontecendo”.

(…)

A base era em Xambioá, principal, mas nós tínhamos um comando-geral que ficava em Marabá, constituído de oficiais do exército, tinha um comandante e tinha o E1, E2, E3, E4 (encarregado do pessoal, informações, operação, e material, respetivamente). Era uma estrutura de comando que se reunia diariamente numa reunião que a gente chama no termo militar de reunião do pôr do sol, e recebia-se as informações todas e o comando determinava o que ia ser feito no dia seguinte, pra onde ia mandar patrulhas, pra qual lugar, tudo isso resolvido lá. Quando eu estava em Xambioá, eu era o oficial mais antigo da aeronáutica e era o comandante da fração aérea. Então se eu estava em Xambioá eu me deslocava pra marabá pra participar da reunião do pôr do sol. Lá recebia as ordens da aeronáutica e transmitia pra Xambioá”²⁵.

A atuação dos agentes militares nas detenções e execuções dos militantes também revela que guerrilheiros foram torturados enquanto estiveram sob a custódia estatal²⁶, os quais, após

²³ Idem.

²⁴ Na reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01 de julho de 2009, o plano operacional registrado no referido documento oficial é corroborado em entrevista com militar (de identidade preservada) que afirmou ter participado da Operação Marajoara e integrado a equipe liderada pelo denunciado. O mesmo declarou que: “...*A ordem era não deixar ninguém lá vivo (...) e cumprimos o que foi determinado...*”. O militar também narrou que, com identidade falsa de funcionário público em Marabá, se infiltrou na população civil para extrair informações e depois passou a trabalhar na “Casa Azul”, onde o Exército matinha presos e torturava os guerrilheiros capturados.

²⁵ Depoimento prestado pela testemunha **Pedro Correa dos Santos Cabral** ao MPF, em 29.01.2019, à mídia de fl. 238 dos autos, vol .2.

²⁶ “(...) *a ordem era extrair o máximo de informações dos presos e, quase sempre, por meio de torturas. Depois, assassiná-los. Tudo feito clandestinamente (...)*”. Reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01 de julho de 2009. Entrevista com militar que afirmou ter integrado a equipe liderada pelo denunciado na Operação Marajoara.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

capturados, eram submetidos a interrogatórios marcados pela utilização de práticas de tortura, consistentes na infligência intencional de sofrimentos físicos e mentais contra as vítimas.

Ademais, não apenas os guerrilheiros eram vítimas de tal tratamento desumano, mas sobretudo a população local, que foi obrigada a colaborar com o Exército, seja para servir como guia na região para os militares localizarem os guerrilheiros, ou para prestar informações sobre a identidade e paradeiro dos mesmos. Para tanto, estas pessoas foram presas e submetidas à tortura pelo Exército, além de sofrerem ameaças pessoais e às suas famílias e perderem casas, gado e plantações, conforme atestam os depoimentos de testemunhas que apontam que esses abusos eram cometidos pelo denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**.

O *modus operandi* adotado pelos agentes da repressão estatal no Araguaia, liderados, entre outros, pelos denunciados, além de reprimir o foco da resistência, eliminando quem se opunha à ditadura, tinha por objetivo, posteriormente, ocultar os cadáveres das vítimas e os vestígios dos crimes cometidos.

Assim, após as mortes/execuções, os corpos, em um primeiro momento, eram identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares.

Outro meio utilizado para promover a ocultação/desaparecimento dos corpos dos dissidentes era transportando-os em helicópteros, quando eram lançados sobre áreas de floresta ou, se ainda vivos, executados no meio da mata e lá deixados, consoante declarações prestadas ao MPF, entre outros, por Raimundo Costa de Sousa, ex-militar que serviu ao Exército na Guerrilha do Araguaia montando guarda na Base do DNER (“Casa Azul”), e, à CNV, pelo ex-cabo do Exército, Manoel Messias Guido Ribeiro²⁷.

Com efeito, em um segundo momento, após o término do combate à Guerrilha do Araguaia, foi colocada em prática, ainda, a “Operação Limpeza”, destinada especificamente à ocultação sistemática de corpos, sob a coordenação do ora denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** e operacionalizada pelo acusado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, conforme já mencionado.

²⁷ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 712. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

De fato, a ocultação do cadáver da vítima constituía um dos escopos da missão, tanto que até os dias atuais, apesar dos esforços empreendidos, ainda não foi possível localizar os restos mortais da militante.

Cumprido destacar ainda que, como demonstrado, a repressão do Estado contra os integrantes do PCdoB e a população que residia na região foi promovida por integrantes das Forças Armadas, além de outros órgãos públicos, ressaltando-se que nas bases militares construídas, centros de informações e nos batalhões de combates, estavam lotados oficiais de comando e execução, incluindo os denunciados nesta peça, imbuídos do propósito de concretizar os ilícitos penais aqui descritos.

É oportuno ressaltar que pelos fatos e pelo conteúdo probatório desta denúncia, **SEBASTIÃO CURIÓ** era o líder operacional e os demais denunciados **JOÃO LUCENA LEAL**, **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA** e **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, eram comandantes e militares que coordenam, colaboravam, davam ordens e apoios logísticos e operacionais, cada qual exercendo as suas funções de forma ilegal na estrutura militar, visando alcançar o objetivo final do desiderato criminoso, sendo certo que, articulados com **SEBASTIÃO CURIÓ** e com o auxílio das tropas militares que executavam as ações, foram responsáveis pelos ilícitos cometidos contra a vítima no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia.

As condutas delituosas aqui descritas, relativas a **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**, foram executadas com tal *modus operandi*, que abarca a execução por meio de emboscada, coordenada pelo denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** e operacionalizada pelos denunciados **JOÃO LUCENA LEAL**, **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, seguida da primeira ocultação do cadáver dessa vítima, perpetradas por esses denunciados com comando direto de **JOÃO LUCENA LEAL** e, ainda, da segunda ocultação de cadáver de **OSVALDO**, coordenada por **SEBASTIÃO CURIÓ** com auxílio de **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** e outros militares ainda não identificados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

4.2. DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO QUALIFICADO

OSVALDO ORLANDO DA COSTA, conhecido como OSVALDÃO, militante do PCdoB, foi executado no início do ano de 1974²⁸, na localidade chamada de “Grotão dos Caboclos”, na região do Saranzal, próximo ao município da Palestina, no Pará. A vítima, encontrava-se em uma roça de mandioca no meio da mata, em estado físico debilitado, quando, sem apresentar sinais de resistência ou ameaça, **foi morta a tiros**, mediante operação de emboscada planejada e organizada pelo denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA (conhecido como “Curió” ou “Dr. Luchini”)**, executada pelo grupo militar²⁹ comandado pelos denunciados **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, CELSO SEIXAS MARQUES (conhecido como “Dr. Brito”)**, e **JOÃO LUCENA LEAL (conhecido como “Dr. João”)**, o qual também finalizou a missão militar com o recebimento do corpo da vítima na Base de Xambioá, que ficava sob seu comando.

Com a Operação Marajoara em curso, os denunciados estavam em perseguição da vítima e determinaram às tropas militares sob seus comandos que, se encontrassem o OSVALDÃO era para matá-lo³⁰, ordem esta que já havia sido preestabelecida e repassada ao denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, em reunião formada pelo à época presidente Emílio Garrastazu Médici e o Alto-Comando do Exército, na qual se definiu a operação que retiraria de combate OSVALDÃO e a guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, considerados líderes da Guerrilha do Araguaia³¹.

Destarte, seguindo as diretrizes para o extermínio dos guerrilheiros, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, como comandante operacional do combate à Guerrilha do Araguaia, planejou e coordenou a emboscada da vítima, após o Exército receber informações do local em que se encontrava uma equipe de guerrilheiros.

Na data dos fatos, sob o comando operacional de **SEBASTIÃO CURIÓ**, diferentes Bases

²⁸ Apesar das imprecisões ou divergências sobre qual seria o mês e o dia exatos, a maior parte dos documentos e depoimentos convergem que os fatos ocorreram no início do ano de 1974, pelo turno da tarde. Cf. Relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e CIE (mídias de fls. 28 e 30 dos autos, vol. 1); os depoimentos de [REDACTED] (fls. 36-39 dos autos, vol.1); [REDACTED] (fls. 117-118 dos autos, vol.1); [REDACTED] (mídia de fl. 65 dos autos, vol.1); Raimundo Antônio Pereira de Melo (fl. 63-64 dos autos, vol. 1); [REDACTED] (fl. 182 dos autos, vol. 1); e José Rufino Pinheiro (fls. 69-70 dos autos, vol.1).

²⁹ Cujos integrantes ainda não foram totalmente identificados.

³⁰ Conforme depoimento de [REDACTED], prestado ao MPF em 05 de dezembro de 2018 (mídia de fl. 235 dos autos, vol.1)

³¹ Conforme o denunciado declarou ao “O Estado de São Paulo”, de 04 de março de 2004 (fl. 25 do Anexo 1-Volume 1 dos autos).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Militares foram articuladas. As equipes militares da Base de Xambioá, sob comando do denunciado **JOÃO LUCENA LEAL**, as equipes militares da Base de Bacaba, sob comando do denunciado **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** (responsável pelos pelotões na mata) e as tropas da Brigada Paraquedista, sob o comando do denunciado **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, dentre outras equipes oriundas de diversas unidades do país³², encaminharam-se à região do Saranzal, com a presença do camponês, obrigado a servir como guia do Exército na mata, Arlindo Vieira da Silva, conhecido como “Arlindo Piauí”, já falecido³³!

Ato contínuo, ao chegarem no local conhecido como “Grotão dos Caboclos”, OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi encontrado pelo guia Arlindo Piauí, e estava sozinho e em estado físico debilitado. Neste momento, **sem apresentar meios de defesa e nem manifestação de nenhuma reação ou ameaça de fuga, ou, ainda, risco aos militares, a vítima é instantaneamente executada pelas tropas militares comandadas pelos denunciados retromencionados, com tiros de fuzil automático leve (FAL)³⁴ disparados em seu peito e em outras partes do corpo, resultando na sua morte imediata.**

Em sequência, o comunicado da morte de OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi repassado via rádio para a Base de Xambioá, sendo ordenado pelo denunciado **JOÃO LUCENA LEAL** que o corpo da vítima fosse levado até esta Base por meio de helicóptero³⁵ que encaminhou até o local. Equipes militares que estavam próximas também foram tomar conhecimento da morte e auxiliar o transporte do cadáver de OSVALDO para a Base de Xambioá.

De tal modo, o corpo da vítima foi içado ao helicóptero e, em razão do seu tamanho e peso, chegou a cair, momento em que as suas pernas foram quebradas³⁶. Em seguida, foi amarrado ao helicóptero novamente, de modo que seu cadáver sobrevoou várias localidades do Araguaia até pousar na Base de Xambioá, como forma de o Exército demonstrar que havia vencido os guerrilheiros e que a Guerrilha do Araguaia estava liquidada com a morte de OSVALDO ORLANDO DA COSTA, uma de suas principais lideranças.

³² Cujos os nomes citados correspondem a militares já falecidos, como General Hugo Abreu, Capitão Fonseca, conhecido como “Quebra-Osso”, dentre outros ainda não completamente identificados.

³³ Conforme depoimentos e informações de militares e camponeses da região, prestadas ao MPF, especialmente o relativo à Antônia Ribeiro da Silva, viúva de Arlindo Vieira da Silva, em fls. 102-104 dos autos, Vol. 1.

³⁴ Conforme depoimento ao MPF, em 19 de outubro de 2018 (fl. 182 dos autos, vol. 1).

³⁵ Depoimento em mídia de fl. 114 dos autos, vol. 1.

³⁶ Fl. 25 do Anexo 1-Volume 1 dos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

4.2.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE HOMICÍDIO³⁷

Nesta denúncia, respondem os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA** (conhecido como “Curió” ou “Dr. Luchini”), **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** (conhecido como “Sargento Santa Cruz”), **JOÃO LUCENA LEAL** (conhecido como “Dr. João”), e **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA** (conhecido como “Dr. Brito”) pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**, conhecido como “Osvaldão”

Quanto ao crime de **homicídio qualificado**, a **materialidade** e a **autoria** delitiva restam comprovadas pelas provas carreadas aos autos, quais sejam:

1) O próprio denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, em depoimento prestado à Justiça Federal – Seção do Distrito Federal, em 08 de outubro de 2009 (Mídia de f. 109 dos autos – Vol. 1, trecho correspondente às 1hr. e 40min.), declarou, quando questionado acerca da morte de **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**, que a vítima foi morta por emboscada preparada pelos militares, após receberem a informação da localização de uma equipe de guerrilheiros na mata. *In verbis*:

“tenho a dizer um seguinte: não o que eu presenciei, o que eu sei: o Osvaldão não morreu na clareira do Cabo Rosa, o Osvaldão morreu perto do Matrinxã, no rio Saranzal. **Foi feito uma emboscada, aquilo que eu disse: avião informou, equipe de guerrilheiros** (...) na direção tal, aí foi preparada a emboscada” (grifo nosso).

O denunciado também revelou explicitamente ao jornal “O Estado de São Paulo”, de 04 de março de 2004 (fl. 25 do Anexo 1-Volume 1 dos autos), que a operação para planejar a morte de **OSVALDÃO** e da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira foi definida em reunião com o Presidente da época Emílio Garrastazu Médici e o Alto-Comando do Exército, a qual foi cumprida mediante a emboscada preparada pelos subordinados, que culminou na morte de **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**. Na mesma reportagem, **SEBASTIÃO CURIÓ** descreve a morte da vítima e o transporte

³⁷ Quanto à materialidade, destaque-se que a ausência do corpo de delito decorre da ocultação do cadáver e modus operandi da repressão estatal na Guerrilha do Araguaia (tópico 4.1), razão pela qual a comprovação da materialidade delitiva, nesses casos, só se faz possível por meio de provas testemunhais/documentais, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado (STJ – HC 79.735/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, DJ de 03/12/2007; STJ – HC 110.642, j. 19.03.2009; STJ – HC 51.364, DJ de 12/06/2006) e aplicável aos fatos objeto da presente denúncia, uma vez que consumados na década de 70, em contexto de ataque generalizado contra militantes e civis, no qual agentes das forças de segurança do governo militar, como o ora denunciado, se valeram do aparato repressivo estatal não só para matar os guerrilheiros, incluindo **ANTÔNIO** e **CILON**, como também para ocultar e fazer desaparecer seus corpos e os vestígios de tais crimes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

do seu corpo:

“Ele [“Osvaldão”] morreu num açazal. Levou um tiro no peito e tombou. Logo em seguida, foi montado um aparato para retirar o corpo. Um helicóptero içou o corpo, mas por acidente, a corda arrebentou e o corpo caiu de uma altura de nove a dez metros, quebrando o fêmur esquerdo”.

2) A testemunha [REDACTED], ex-militar que integrou a tropa que auxiliou o transporte do corpo de Osvaldo Orlando da Costa, após a sua morte, afirmou em depoimento ao MPF, em 23 de novembro de 2018 (mídia de fl. 232 dos autos, Vol. 1), que **SEBASTIÃO CURIÓ** era quem comandava a Guerrilha do Araguaia, repassando as ordens que recebia dos militares superiores para os seus subordinados na cadeia de comando:

“(…) ele [Major Curió] era o comandante-geral da Guerrilha do Araguaia. **As ordens partiam dele, ele recebia ordens superiores e dava ordem para todos nós.** Ele era Deus e o diabo ao mesmo tempo. Mas ele estavam como eu estava, cumprindo ordens” (grifo nosso).

3) O ex-militar Raimundo Antônio Pereira de Melo, já falecido, que tirou serviço e fez guarda da cova de “Osvaldão” na Base de Xambioá, confirmou em depoimento para o MPF, em 18 de janeiro de 2018 (fl. 63 e mídia anexa), que os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ e JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** estavam envolvidos no comando da morte da vítima:

“(…) quando perguntado se era o Curió que estava no comando da tropa da morte de Osvaldo: **Curió, sempre foi ele, o operacional que comandava toda a guerrilha do Araguaia chamava-se Major Curió e Sargento Santa Cruz; Santa Cruz foi um dos maiores informantes sobre os guerrilheiros no Araguaia** (grifo nosso)”³⁸.

Em seu outro depoimento ao MPF, em 26 de outubro de 2018, Raimundo Antônio Pereira de Melo, mencionou que soube pelos seus colegas militares que, no momento da chegada do corpo de Osvaldo Orlando da Costa, estavam presentes na Base de Xambioá os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ e JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**:

³⁸ No mesmo depoimento, o ex-militar reitera que “(…) **quem coordenava sempre foi o Major Curió, ele liderava tudo, ele tava praticamente acima do general dentro da operação, tudo era comandado por ele, tudo era ordem dele**” (grifo nosso). Em convergência, Manoel Leal Lima ex-mateiro do Exército declarou ao MPF, em 10 de maio de 2005 (fls. 106-111), que: “(…) Que desses oficiais **CURIÓ e SANTA CRUZ eram os que realmente comandavam os pelotões dentro das matas**” (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“(…) que esses soldados falaram ao depoente que o **Major Curió**, o **Sargento Santa Cruz**, o General Hugo Abreu, o Coronel Lício, o Coronel Ferraz da Rocha, e outro militar que não recorda o nome, mas que era subcomandante da Base, estavam presentes no momento da chegada e no enterro do corpo de Osvaldo na Base de Xambioá” (grifo nosso).

4) Conforme depoimento ao MPF, em 28 de junho de 2019 (mídia de fl. 251 dos autos, vol.2), a testemunha [REDACTED] declarou que estava na base de Xambioá na chegada do corpo da vítima e que neste momento também se encontrava presente na Base o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**.

5) O próprio denunciado **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** confirmou esta alegação ao declarar perante a Comissão Nacional da Verdade - CNV (depoimento em mídia de fl. 114 dos autos, vol. 1) que estava no combate à guerrilha no ano da morte da vítima, em 1974 e que, no período em que atuou, comandou equipe militar na Base de Bacaba:

“Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – O senhor descreveu que estava lá em 72, em abril, que saiu e voltou. A partir de que ano o senhor volta, o senhor fica lá direto em 1973, 1974?

João Santa Cruz Sacramento – Para lhe dizer a verdade, eu fui o único, eu fui o primeiro a entrar e o último a sair.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – O senhor saiu em 74 ou só em 75?

João Santa Cruz Sacramento – Eu saí em 75, quando terminou tudo. E para terminar a história, quando terminou a guerrilha eles pegaram e jogaram a bomba na minha mão, certo?

(…)

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Sargento, o senhor falou de algumas equipes, que o senhor comandou equipes de 15 pessoas dessa tropa de informantes inicial, depois de mais ou menos 12. Eu sei que o senhor estava lá na selva, mas o senhor em algum momento tinha ideia da magnitude de quantas pessoas, quantas tropas do Exército estavam envolvidas? Nas operações? Por documentos ou por informações de alguma fonte.

João Santa Cruz Sacramento – Olha, a tropa envolvia bastante gente, viu? Porque tinha uma equipe lá no Xambioá e a minha equipe na Bacaba e tinha a equipe lá da Casa Azul, né? Então, era mais ou menos, eu calculo assim, quase uma companhia. Porque o movimento na área era muito grande”.

Em outro trecho, o denunciado confirma a morte e o transporte do corpo de OSVALDO ORLANDO DA COSTA para a base de Xambioá (depoimento em mídia de fl. 114 dos autos, vol. 1):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“João Santa Cruz Sacramento – Porque o helicóptero ele puxa. Porque o Oswaldão mesmo eles levaram ele para Xambioá.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – De helicóptero?

João Santa Cruz Sacramento – De helicóptero.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Guinchado no helicóptero?

João Santa Cruz Sacramento – Não, eles içaram ele para puxar, porque o o helicóptero não tinha lugar (...) Levaram ele para São Geraldo, para Xambioá”.

6) A testemunha [REDACTED], que foi guia do Exército e esteve no local dos fatos onde viu a vítima morta com o corpo cravejado de balas de fuzil, deixa claro em seus depoimentos prestados em Audiência Pública da CNV, em 2014, e depois ao MPF, em 2018, que não existiu combate entre o Exército e a vítima, mas sim a execução da mesma pelos militares paraquedistas e pelas equipes comandadas pelos denunciados **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA (“Dr. Brito”)** e **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, dentre outras que vieram da Base de Xambioá, local em que o corpo foi levado de helicóptero após a morte.

Conforme trecho do depoimento em Audiência Pública para a CNV, em 2014 (mídia de fl. 131 dos autos, vol. 1), declarou que:

05:10: “(...) no dia da morte do Oswaldão, o Arlindo era o guia e eu era o contra-guia, tava em outra turma, mais longe, mas quando acabaram de matar ele eu tava, nós chegamos, a minha equipe chegou;

05:41: **não houve troca de tiros, só ele recebeu os tiros, não atirou em ninguém**; 05:50: [*ele – Oswaldão*] tava armado com uma espingarda, **mas não disparou**. Ele ia passando por de baixo de uma parte de coco, quando o Arlindo que era o guia, mas aí eu não vi a hora, quando eu cheguei ele já tava morto. **Ele ia passando por baixo de uma parte de coco, quando o soldado avistou ele, o Arlindo foi pegar uma água e viu, aí o soldado atirou nele**;

06:21: ele [*Oswaldão*] não viu os soldados;

06:25: **os tiros foram no peito dele e quando suspenderam ele, ele caiu do guincho e quebrou a perna**;

07:44: **não tinha voz de prisão, era só tiroteio. Então, chegou, atirou. Essa era ordem dos comandantes**;

08:12: [*as vítimas não chegavam a atirar?*]: não

09:15 [*transporte de corpos*]: era de helicóptero (...) **tinha o tiroteio, aí depois pegavam o corpo, colocavam num saco preto e subiam no guincho, aí levavam no helicóptero, isso eu vi várias vezes (...)**” (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Em depoimento ao MPF, em 19 de outubro de 2018 (fl. 182 dos autos, vol. 1), afirmou que recebia ordens de **SEBASTIÃO CURIÓ** e ratificou sua declaração de 2014, confirmando a autoria e materialidade da morte da vítima pelos denunciados **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA** (“**Dr. Brito**”) e **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**:

“(…) serviu como guia até 1974 (…) que quem lhe dava ordens eram o Dr. José, Dr. Luiz, Dr. Valter e o **Major Curió**; que não estava presente no momento da morte de Osvaldo, mas que soube que ele foi morto por uma equipe militar; **que acredita que foi a equipe de Paraquedista**; que declara que Osvaldo não foi morto por Arlindo Piauí, mas sim por uma equipe do Exército, porque a espingarda do Arlindo era uma 20 e o Osvaldo recebeu tiros de fuzil (FAL)”;

“(…) que ele morreu no Grotão dos Caboclos, na região do Saranzal; que no dia da morte o depoente estava em outra equipe; **que no final da tarde se dirigiu até o local da morte de Osvaldo; que quando chegou lá, a vítima já estava morta e o corpo estava cheio cravejado de balas, que Osvaldo estava sozinho no momento da morte; que estava nesse local a equipe comandada pelo sargento Brito; que a equipe que matou Osvaldo veio da Base de Xambioá**; que o soldado Gouveia e Arlindo Piauí estavam presentes; **que Osvaldo não atirou contra o Exército**; que não sabe quem teria dado o primeiro tiro em Osvaldo, **mas que afirma que os militares atiraram nele; que declara que o corpo dele foi retirado do local de helicóptero para Xambioá**; que não recorda quem estava dentro do helicóptero; **que viu que um soldado colocou o corpo de Osvaldo dentro do helicóptero e que depois o corpo dele ficou pendurado** (…) **que no momento da morte estavam três equipes**: a Índia I (PQD), a Delta, **comandada pelo Sargento Santa Cruz**, “Foquistok”, comandada pelo Raul (…)” (grifo nosso);

7) O denunciado **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA** (“**Dr. Brito**”), por sua vez, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 13 de novembro de 2013 (mídia de fl. 253 dos autos, vol. 2), admitiu que atuou no combate da Guerrilha do Araguaia, inclusive no ano da morte da vítima, na posição de integrante do Destacamento de Forças Especiais da Brigada Paraquedista, o que corrobora o depoimento da testemunha [REDACTED], o qual confirma a morte da vítima pelos paraquedistas e a presença da equipe comandada por **CELSO FERREIRA** no local do crime³⁹:

Conforme declarou à CNV:

“**Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade)** – Então nesta época, sobre a qual a gente tem conversado aqui com o pessoal, na época da Guerrilha

³⁹ Em convergência a esta versão, a obra bibliográfica baseada em documentos e depoimentos de militares, intitulada “A lei da selva”, de autoria de Hugo Studart (São Paulo: Geração Editorial, 2006), também descreve o seguinte trecho na pg. 73 acerca de Osvaldo Orlando da Costa: “Certo dia Arlindo pediu para guiar a equipe de cinco militares, **chefiada por um sargento da Brigada Pára-quedista**” (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

do Araguaia, o senhor não estava na...

Celso Seixas Marques Ferreira – Estava sim.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Estava?

Celso Seixas Marques Ferreira – Sim. Eu era instrutor do Centro de Instrução Paraquedista. Instrutor de Comandos, Instrutor de Forças Especiais (...)

Celso Seixas Marques Ferreira – Integrava o Destacamento de Forças Especiais.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – O que fazia este destacamento?

Celso Seixas Marques Ferreira – Era membro do Instituto do Destacamento. (...)

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Coronel Celso, o senhor poderia nos informar qual era a sua função ou posto nas Forças Armadas no ano de 1973?

Celso Seixas Marques Ferreira – Capitão.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Capitão de uma Brigada de um destacamento específico?

Celso Seixas Marques Ferreira – Capitão. É um posto mesmo.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Posto.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Mas o senhor estava servindo onde?

Celso Seixas Marques Ferreira – Na Brigada Paraquedista.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – E ficou na Brigada até quando?

Celso Seixas Marques Ferreira – Nesse primeiro momento, eu fiquei até 1984.

Mariana Barreiras (Comissão Nacional da Verdade) – Bastante. De 66 a 84” (grifo nosso).

8) Tal declaração do denunciado é ainda confirmada pelo depoimento da testemunha [REDACTED] ao MPF, em 09 de março de 2005, (fls. 117-118 dos autos, vol. 1), o qual cita **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA (“Dr. Brito”)** como um dos comandos presentes na Base de Xambioá:

“Que o declarante se recorda que durante o período em que esteve na Base de São Geraldo o guerrilheiro OSVALDÃO foi capturado no dia 18/02/1974, no mato, por um dos guias, tendo sido levado, de helicóptero, direto para a Base de Xambioá; que a Base de Xambioá era comandada pelo Major JOSÉ LUIZ, e o subcomando era exercido pelo **CAPITÃO BRITO (...)**” (grifo nosso).

9) O militar já falecido JOSÉ VARGAS JIMÉNEZ também indicou em depoimento perante a Câmara dos Deputados, em 03 de dezembro de 2008, que OSVALDÃO foi morto pela equipe dos paraquedistas, que atuavam na área de Xambioá (fls. 121-130 dos autos, vol. 1):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“O SR. JOSÉ VARGAS JIMÉNEZ - O Osvaldão foi morto. O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas, depois da morte, o que vocês fizeram com o corpo dele? O SR. JOSÉ VARGAS JIMÉNEZ - Ele foi para Xambioá. Foram os pára-quedistas que o mataram.

(...)

O SR. JOSÉ VARGAS JIMÉNEZ - Foi na região de Bom Jesus, São Domingos... Porque era dívida. O pessoal dos pára-quedistas atuavam na área de Xambioá, e nós atuamos na área de Bacaba” (grifo nosso).

10) A participação do denunciado **JOÃO LUCENA LEAL (“Dr. João”)** no do crime de homicídio qualificado é evidenciada pelo fato de que, como comandante da Base de Xambioá na data dos fatos, detinha o pleno conhecimento dos objetivos das operações militares de combate à guerrilha e estava à caça da vítima OSVALDO ORLANDO DA COSTA, conforme demonstrado pelo depoimento de [REDACTED] ao MPF, em 05 de dezembro de 2018 (mídia de f. 235 dos autos, vol. 2), no sentido de que não apenas as tropas militares saíram da Base que estava sob seu comando (*vide* depoimento de [REDACTED] já citado), como o transporte e recebimento do corpo da vítima também ficou sob sua responsabilidade (não entendi quem diz o que nessa parte).

A testemunha [REDACTED], militar que estava na Base de Xambioá na chegada do corpo da vítima, já havia declarado ao GTT que o denunciado **JOÃO LUCENA LEAL** era o comandante da Base (mídia de fl. 65 dos autos, vol.1)⁴⁰. Ao MPF, em 2018, reitera e detalha esta alegação (mídia de fl. 235 dos autos, vol. 2):

“04:30: Logo quando cheguei na base de Xambioá, **o Comandante era o Dr. João**, um carioca, era seu nome falso;

03:20 lá na base de Xambioá vi o Osvaldão mas já morto, vi o Jonas que foi considerado como guerrilheiro mas não era guerrilheiro, o Percatão, que ajudavam, que eram moradores da região. Eu os encontrei depois, falei com eles, somos amigos;

04:50: [*chegada do Osvaldão na Base*]: Foi num dia de sábado, umas 17 hrs e eu estava na base. Na base tava eu, soldado pereira e cabo Moares, que ajudava na cozinha. O rádio acionou e o capturador de rádio atendeu e disse: 'capturamos o negão, é o Osvaldão'. O Dr. João tava lá e tava acabada guerrilha, o comandante caiu, acabou a guerrilha. Aí 17 hrs já tava escuro na mata, **mas o Dr. João mandou trazer na mesma hora, aí o helicóptero que tava na base foi para a mata buscar. Aí o helicóptero foi, jogaram uma corda, amarraram o Osvaldão e içaram ele. Aí ele escorregou, caiu, quebrou duas pernas, penduraram ele de novo e ele veio pendurado, não veio dentro do**

⁴⁰ A testemunha também já havia declarado ao GTT, anteriormente, que “o comandante da Base que era o Dr. João”, capitão do Exército” (mídia de fl. 65 dos autos, vol. 1).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

helicóptero, veio içado” (grifo nosso).

11) No mesmo sentido, a testemunha [REDACTED] reconheceu por fotografia que **“Dr. João” é a pessoa do denunciado JOÃO LUCENA LEAL**, em depoimento prestado ao MPF no dia 30 de outubro de 2018 (fls. 202-203 dos autos, vol. 2), no qual declarou, também, que viu o corpo da vítima na Base de Xambioá e que o comandante da mesma era **JOÃO LUCENA LEAL**:

“Que conheceu Osvaldo (...) que reconhece o 'Dr. João' como sendo João Lucena Leal; que confirma a informação a partir de reconhecimento fotográfico apresentado; que declara que João Lucena Leal era o comandante da Base de Xambioá e recebeu o depoente quando ele se entregou para ser preso (...) que o corpo de Osvaldo chegou na Base de Xambioá de helicóptero, no horário de fim de tarde, e ficou a noite toda no local; que no outro dia viu o corpo de Osvaldo na frente da enfermaria da Base; que o corpo estava machucado e cheio de balas; que quem estava ao lado do corpo nesse momento era o Dr. João Lucena” (grifo nosso);

Em seu depoimento anterior ao MPF, em 16 de maio de 2018 (fl. 36 dos autos, vol.1), a testemunha detalhou o estado do corpo de OSVALDO ORLANDO DA COSTA, bem como o diálogo que teve com o denunciado **JOÃO LUCENA LEAL (“Dr. João”)**:

“No final de 1973, ou início de 1974, viu, jogado no chão, próximo da enfermaria do destacamento, o corpo de OSVALDÃO, QUE não viu o momento nem a forma como o corpo de OSVALDÃO chegou em Xambioá, QUE Dr. JOÃO, comandante da base de Xambioá, perguntou ao depoente se reconhecia o corpo, acrescentando que o depoente morreria da mesma forma; QUE o depoente reconheceu OSVALDÃO, que tinha o corpo todo perfurado de balas; QUE não sabe precisar o número de perfurações, mas que não era menos de vinte (...)” (grifo nosso).

12) A testemunha [REDACTED], igualmente, relatou ao MPF em seu depoimento, em 20 de março de 2005 (fls. 66-68 dos autos, vol.1), que estava presente na chegada do corpo de OSVALDO ORLANDO DA COSTA na Base de Xambioá e que o comandante desta era o **JOÃO LUCENA LEAL (“Dr. João”)**:

“Que o declarante estava na base no momento em que o helicóptero trouxe o corpo do guerrilheiro OSVALDÃO em um saco, e o soltou de mais ou menos uns oito metros de altura; Que o guerrilheiro já estava morto no momento em que chegou, pois tinha sido executado dentro do mato; (...) Que o Comandante da base de Xambioá enquanto o declarante lá serviu era chamado por 'DOUTOR JOÃO' (...)” (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do crime de homicídio qualificado da vítima aqui referida, inclusive pelos depoimentos dos próprios denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO e CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, corroborados pelos demais elementos de prova acima explicitados.

Está demonstrado, ainda, que o crime foi praticado por motivo torpe, mediante emboscada, violência e uso do aparato estatal, em contexto de ataque generalizado e sistemático, para reprimir e eliminar opositores do regime e garantir a impunidade dos autores de crimes tais como os descritos nesta denúncia; os quais tornaram impossível a defesa do ofendido, que não manifestou reação e já se encontrava debilitado, não representando qualquer risco.

O crime, a toda evidência, foi cometido, também, com abuso de autoridade/poder e violação de dever inerente a cargo/ofício. Nessa linha argumentativa, constata-se a unidade dos denunciados na preparação e execução dos crimes, sendo certo que os denunciados, em concurso, coordenavam, davam ordens, colaboravam e forneciam apoio logístico e operacional às tropas sob seus comandos.

4.3. DOS CRIMES DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER

4.3.1. DA PRIMEIRA OCULTAÇÃO DO CADÁVER DA VÍTIMA

Em continuidade do *modus operandi* da “Operação Marajoara”, não bastava que OSVALDO ORLANDO DA COSTA fosse executado pelas tropas militares coordenadas de modo associado pelos denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO e CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, mas também fazia parte da consumação do plano militar dos mesmos a ocultação do corpo e de quaisquer vestígios mortais da vítima, razão pela qual o denunciado **JOÃO LUCENA LEAL**, após receber o corpo da vítima na presença de **SEBASTIÃO CURIÓ e JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, na Base de Xambioá, da qual **JOÃO LUCENA LEAL** era o comandante, e com o fim de acobertar o crime de homicídio anteriormente praticado, ordenou diretamente ao morador da região, [REDACTED], que cavasse com os militares recrutas uma cova na Base de Xambioá para que o cadáver de OSVALDO ORLANDO DA COSTA fosse ali enterrado, o que foi feito.

O local exato onde a vítima foi enterrada foi mantido oculto e em sigilo até o momento em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

que os seus restos mortais foram removidos para outro local (*vide* tópico seguinte).

4.3.2. DA SEGUNDA OCULTAÇÃO DE CADÁVER DA VÍTIMA

Posteriormente, a fim de assegurar a ocultação dos cadáveres e se certificar de que não fossem encontrados, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, assim que encerrados os combates na Guerrilha do Araguaia, coordenou e participou da chamada “Operação Limpeza”, destinada a garantir que os restos mortais permanecessem ocultos para dar continuidade à ação sistemática de fazer desaparecer os corpos e quaisquer vestígios das mortes dos guerrilheiros, os quais eram retirados com a participação direta do denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, que, como piloto da Aeronáutica, fez o transporte dos cadáveres, levando-os para outros lugares, como a Serra das Andorinhas.

Os vestígios mortais da vítima **OSVALDO ORLANDO DA COSTA** nunca foram localizados, apesar das buscas empreendidas, de maneira que a ocultação do seu cadáver se deu em dois momentos distintos: **1)** logo após o crime de homicídio cometido pelos denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO e CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, os quais atuaram em unidade de desígnios para a consecução completa da Operação militar, que culminou na ocultação do cadáver da vítima na Base de Xambioá, sob as ordens diretas de **JOÃO LUCENA LEAL** e; **2)** posteriormente, para garantir o êxito da prática delituosa, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** chefiou a “Operação Limpeza”, auxiliado pelo acusado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, entre outros militares, protraindo-se no tempo, até a presente data, a ocultação do corpo.

Ambas as ocultações foram perpetradas mediante atividades sistemáticas e articuladas entre o Exército e a Aeronáutica, nas quais os comandantes e agentes militares, incluindo os denunciados, atuavam de modo coordenado a fim de eliminar os vestígios mortais e dos crimes.

4.3.3. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DOS CRIMES DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER

No que se refere ao crime de ocultação de cadáver, a materialidade e a autoria delitiva estão devidamente comprovadas pelos seguintes elementos de prova:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Em relação à primeira ocultação de cadáver da vítima, no início do ano de 1974:

1) Os próprios denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ** e **JOÃO SANTA CRUZ** confirmaram em seus depoimentos que **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**, após ter sido morto, foi enterrado na Base de Xambioá:

Em depoimento à CNV, em 19 de novembro de 2013 (mídia de fl. 114 dos autos, vol. 1), o denunciado **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** declarou que:

“Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Claro, agora o corpo do Oswaldão, por exemplo, então, quando chega a Xambioá não expuseram para a população? O que fizeram com o corpo dele?

João Santa Cruz Sacramento – Não. Enterraram.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Onde?

João Santa Cruz Sacramento – Lá no cemitério lá...Aliás, lá na base de Xambioá.

Leonardo Hidaka (Comissão Nacional da Verdade) – Base de Xambioá?

João Santa Cruz Sacramento – É”.

SEBASTIÃO CURIÓ, em seu depoimento prestado à Justiça Federal – Seção do Distrito Federal, em 08 de outubro de 2009 (Mídia de f. 109 dos autos – Vol. 1, trecho correspondente às 1hr. e 42min.), também confirmou a ocultação de cadáver da vítima ao declarar que o seu corpo havia sido sepultado após a morte.

2) A testemunha [REDACTED], em seus dois depoimentos ao MPF, foi contundente ao afirmar que recebeu do denunciado **JOÃO LUCENA LEAL (“Dr. João”)** a ordem para cavar a sepultura da vítima **OSVALDO ORLANDO DA COSTA** na Base de Xambioá:

Em seu depoimento de 16 de maio de 2018 (fl. 36 dos autos, vol.1), declarou que:

“(…) QUE Dr. JOÃO, comandante da base de Xambioá, perguntou ao depoente se reconhecia o corpo, acrescentando que o depoente morreria da mesma forma; QUE o depoente reconheceu OSVALDÃO, que tinha o corpo todo perfurado de balas; QUE não sabe precisar o número de perfurações, mas que não era menos de vinte; QUE, por ordem do Dr. JOÃO, cavou um buraco com cerca de um metro de profundidade, atrás da enfermaria, dentro da base de Xambioá, que era um descampado, 'uma abertura' cercada por pés de babaçu; QUE com a ajuda de dois militares recrutas, RAIMUNDO MELO e NOGUEIRA, enterraram o corpo de OSVALDÃO” (grifo nosso).

A testemunha confirmou tais declarações no depoimento prestado ao MPF em 30 de outubro de 2018 (fls. 202-203), no qual reconheceu que **“Dr. João” era a pessoa do denunciado JOÃO LUCENA LEAL**, afirmando novamente que:



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“(…) que no outro dia viu o corpo de Osvaldo na frente da enfermaria da Base; que o corpo estava machucado e cheio de balas; **que quem estava ao lado do corpo nesse momento era o Dr. João Lucena; que foi ele quem deu a ordem ao depoente para cavar a cova de Osvaldo (…)** que o depoente e os soldados Raimundo Melo e Nogueira estavam lá para enterrar o Osvaldo; que, em seguida, cavou a cova para que o corpo de Osvaldo ficasse enterrado (…)” (grifo nosso).

3) Em trabalho conjunto com [REDACTED], a testemunha [REDACTED] também cumpriu com a ordem de **JOÃO LUCENA LEAL** para cavar o buraco em que a vítima ficou enterrada, confirmando ao MPF, em sua oitiva no dia 05 de dezembro de 2018 (mídia de fl. 235 dos autos, vol. 2), o relato que já havia prestado ao GTT (fl. 65 dos autos principais). Em seu depoimento, declarou que:

06:22: “(…) esse Dr. João chamou três voluntários para enterrar o Osvaldão: eu, soldado Pereira, cabo Moraes e mais o civil que era o Jonas, que era o guerrilheiro que estava lá, para cavar o buraco.
07:23: aí fomos cavar mais ou menos a uns 50 metros da enfermaria uma cova pequena de meio metro e enterramos o Osvaldão. Por isso, eu participei do enterro dele porque estava na Base [*de Xambioá*];
07:50: o corpo tinha um tiro no peito que varava para as costas, de cartucheira. O corpo estava inteiro, com exceção das pernas quebradas
(…)
02:12: aí nós três e o civil que cavou o buraco, enterramos. Isso aconteceu em março e fiquei mais ou menos mais um mês na Base e enquanto estive lá o corpo ficou lá;

4) Em consonância, Raimundo Antônio Pereira de Melo, em depoimento ao MPF em 18 de janeiro de 2018 (mídia de fl. 63 dos autos, vol. 1), apontou que o corpo da vítima foi enterrado na Base de Xambioá:

“(…) 44:11: (…)

do Osvaldão eu não sei o período da morte, mas foi em 1974 porque tirei serviço em cima da cova dele;
44:38: **o corpo foi sepultado dentro da base de Xambioá (…)**
45:05: ele foi sepultado com o Josias e com os militares que ajudaram ele a cavar, não dava nem um metro de fundura (…)”.

O mesmo depoente detalhou o enterro da vítima ao MPF, em 16 de outubro de 2018 (fls. 174-175):

“(…) que o corpo foi enterrado na base de Xambioá, ao lado da guerrilheira Valquíria, próximo da enfermaria; que o depoente fez guarda da sepultura no



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

mês de setembro de 1974, por quinze dias, em todas as noites de 1º a 15 de setembro (...).”.

5) A testemunha [REDACTED] apresentou declaração convergente com esses depoimentos e atestou, conforme depôs à Comissão Nacional de Direitos Humanos, em 06 de fevereiro de 2006 (fls. 215-217 dos autos, vol. 2), que todos os militares da Base de Xambioá tinham ciência de que ali estava enterrado o corpo de OSVALDO ORLANDO DA COSTA (“Osvaldão”):

“(…) Que o único corpo que o depoente viu chegando, que veio dentro de uma rede pendurada em um helicóptero, porque não cabia dentro deste, foi o de ‘Osvaldão’; Que ficou sabendo de quem era porque fizeram muita festa na Base. Que, depois disso, ‘Osvaldão’ foi enterrado no cemitério da Base e o depoente deu muita guarda sentado em cima da sepultura e também ficou sabendo que Valquíria foi enterrada do lado de ‘Osvaldão’. Que as pessoas da Base sabiam que ali tinha sido enterrado ‘Osvaldão’ porque não era segredo e era muito comentado porque ‘Osvaldão’ era a principal peça dos guerrilheiros”.

6) No mesmo sentido, o depoimento prestado ao MPF, em 10 de março de 2005, pelo ex-militar [REDACTED] (fls. 66-68 dos autos, vol.1), aponta que o corpo da vítima foi enterrado na Base de Xambioá, a qual era comandada por **“Dr. João”, identidade do denunciado JOÃO LUCENA LEAL;**

7) Os depoimentos de [REDACTED] (fls. 92-93 dos autos, vol. 1); [REDACTED] [REDACTED] (fls. 180-181 dos autos, vol. 1); e [REDACTED] (fls. 212-214 dos autos, vol. 2), também apontam que OSVALDO ORLANDO DA COSTA foi sepultado na Base de Xambioá;

8) Em seu depoimento, a testemunha [REDACTED] ao MPF, em 09 de março de 2005, (fls. 117-118 dos autos, vol. 1) cita **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA (“Dr. Brito”)** como um dos comandos presentes na Base de Xambioá:

“Que o declarante se recorda que durante o período em que esteve na Base de São Geraldo o guerrilheiro OSVALDÃO foi capturado no dia 18/02/1974, no mato, por um dos guias, tendo sido levado, de helicóptero, direto para a Base de Xambioá; que a Base de Xambioá era comandada pelo Major JOSÉ LUIZ, e o subcomando era exercido pelo **CAPITÃO BRITO (...)**” (grifo nosso).

Em relação à segunda ocultação de cadáver da vítima, no decorrer da “Operação Limpeza”:

8) O denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, em depoimento à



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Justiça Federal – Seção do Distrito Federal em 14 de outubro de 2015 (mídia à f. 130 dos autos, vol. 1), **confirmou a ocultação de cadáver da vítima por duas vezes**, afirmando expressamente que, após ter sido enterrada em Xambioá, seu corpo foi removido para a Serra das Andorinhas, conforme trecho que segue:

3:34:24: “só me recordo do Osvaldão, **que ele teria sido levado para o cemitério de Xambioá. Mas sabe-se que depois ele foi transferido, o corpo para a Serra das Andorinhas**, isso eu ouvi dizer” (grifo nosso).

9) **SEBASTIÃO CURIÓ** admitiu, em reportagem publicada no Jornal do Brasil de 29 de abril de 2008, que “**ordenou a retirada dos corpos das sepulturas originais e mandou enterrar em locais diferentes**, cujas informações estão registradas em relatórios sigilosos e mantidas em ‘segredo fechado’ entre ele, poucos militares e guias de sua estrita confiança”. Ademais, **afirmou que “Os corpos foram trasladados para mais de um local”, sendo que só ele poderia revelar o paradeiro** (fl. 71 dos autos, Anexo 1, Vol.1).

10) O denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** participou diretamente na **Operação Limpeza**, operando helicópteros e aeronaves de ligação e observação, auxiliando o Exército na região do Araguaia no período de janeiro de 1974 até meados de 1975, conforme declarou ao MPF em 29 de janeiro de 2019 (mídia de fl. 238 dos autos, vol. 2). Neste mesmo depoimento, o denunciado descreveu detalhadamente como funcionava a “Operação Limpeza”, confirmando explicitamente que se tratava de uma eliminação dos vestígios e detalhando a sua participação como piloto no transporte dos corpos para a Serra das Andorinhas:

30:01: “Operação Limpeza: essa eu lembro muito bem **porque participei diretamente dela**. Está toda descrita no meu livro. Quando terminou a guerrilha, chegaram a conclusão que não tem mais guerrilheiros, aí alguém falou assim: se a gente for embora e deixar do jeito que tá, vai ter muito repórter, **gente da imprensa que vem pra cá e vai escavar por aqui e descobrir os corpos, então vamos fazer a operação limpeza;**

30:47: **O pessoal do exército, principalmente, sabia onde fulano de tal tinha sido enterrado, onde beltrano de tal tinha sido enterrado;**

31:00: **Então a Operação limpeza era se deslocar de helicóptero lá pra aquele local e os camaradas do exército desenterravam os corpos**. Pense numa coisa horrível: botavam naqueles sacos, nesses em sacos tipo do IML e dentro do helicóptero. A caatinga maior do mundo, a gente voava com máscara cheia de perfume porque a gente não aguentava, o cheiro era terrível e **a gente transportava esses corpos lá pra Serra das Andorinhas e eles eram colocados num determinado local e o pessoal do Exército com pneu e gasolina ia e tocava fogo**. Isso tá descrito no meu livro com riqueza de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

detalhes;

32:20: a operação foi ao final da guerrilha, em 75 (fevereiro, janeiro, talvez março); durou um mês e meio;

33:04: **participei da operação limpeza, fiz muitas missões, devo ter feito umas 10 ou mais e era de onde eles desenterravam os corpos e levavam pra serra das andorinhas. Era tirar o corpo de diversos locais da mata e transportar pra Serra das Andorinhas;**

PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL ainda expôs, sobre a “Operação Limpeza”, que **“quem deu a ordem para isso foi o comandante-geral em Marabá”**, deixando claro o trabalho conjunto do Exército e da Aeronáutica, e declarando em seu depoimento como a tripulação era composta, bem como que **transportou uma média de 60 a 70 corpos**:

35:42: “na tripulação são dois aviadores, dois sargentos, um é o mecânico e outro metralhador. No Exército era o pessoal que desenterrava;

36:15: **iam de 2 a 12 porque o helicóptero comportava isso;**

37:58: [*quais foram os corpos de guerrilheiros transportados na operação limpeza?*]

38: não sei, mas mais ou menos em termos numéricos, **foi na ordem de 60 ou 70 corpos**, por aí, mas quem eram não sei;

38:28: **todos os corpos foram levados para o mesmo lugar, na Serra das Andorinhas**, um lugar que tentei achar mas não achei mais, mexeram muito, modificou a vegetação” (grifo nosso).

Em testemunho anterior, o denunciado já havia afirmado sua atuação na “Operação Limpeza”, **evidenciando o caráter associado dos militares para a consecução da mesma**, a qual, segundo ele, foi concebida pelo Exército (Centro de Formação do Exército – CIE), tendo sido executada pelos soldados e cabos sob a coordenação, **mais especificamente, do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ. E declarou, ainda, que CURIÓ foi um dos principais responsáveis por tal Operação**, fornecendo, inclusive, as coordenadas dos locais de onde os corpos eram retirados e para onde eram levados e enterrados (mídia à fl. 254 dos autos, Vol. 2).

“...(Sabe o nome dos agentes que participaram?) Não me lembro do nome de nenhum dos agentes... os agentes eram subalternos, eram cabos, sargentos... a gente não tratava com eles... (Tinha pelo menos um sargento?) Provavelmente... eram agentes do CIE, Centro de Formação do Exército. [...] (Havia hierarquia?) Vou lhe dizer com toda a segurança: o exército sempre foi o dominante, e **normalmente, na área de informações, quem estava sempre a frente era o Curió, era o homem de informações. E era um dos mais antigos e estava sempre comandando [...]**” (grifo nosso).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“[...] (*A palavra era limpeza?*) Limpeza, a palavra limpeza. Limpeza com a seguinte finalidade, conforme nos disseram: para evitar que algum jornalista, alguém fosse pra região depois que terminasse a Guerrilha e descobrisse esses corpos [...] (*O Curió estava lá nesta época da limpeza?*) Ele foi embora logo em seguida. (*Depois?*) Antes da limpeza. **Ele deixou as ordens, as coordenadas**, e foi-se embora. (*Ele participa das ordens?*) Eu penso que sim. (*E dá as coordenadas?*) Sim, **ele deu as coordenadas**, mas ele não participou direto [...]” (grifo).

11) O denunciado **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** declarou à Comissão Nacional da Verdade⁴¹ que **“a chave para encontrar corpos ou restos mortais é o CURIÓ”** (...) **“porque ele tinha acesso a tudo, ele era um dos chefes”** (fl. 114 dos autos, vol. 1). Em outro trecho do depoimento, **JOÃO SANTA CRUZ** reconheceu que os corpos foram enterrados e sabia da localização dos mesmos, bem como discorre sobre a “Operação Limpeza”, comandada por **SEBASTIÃO CURIÓ**:

“Não, nunca recebi essa ordem, não. Porque foi assim, eu fiquei lá, porque segundo informações teve uma operação de limpeza, entendeu? **Essa operação de limpeza era comandada pelo Curió** e na época tinha um cabo que trabalhava com ele também (...) **Eu acredito que houve operação de limpeza**. Primeiro, como eu já falei para o senhor, quando houve esse do dia 25 de dezembro com dois dias eu fui para a área, cheguei lá não tinha ninguém, não tinha mais nenhum corpo. Essas duas que foram sacrificadas lá na Bacaba, que eu vi onde enterraram. Quando foi há uns dois ou três anos, ainda era aquele deputado Luiz Greenhalgh, ele foi solicitado, eu fui em Brasília aí eu fui solicitado para ir lá ver se achavam os corpos. **Aí eu fui porque eu sabia onde era que tinham enterrado, aí nós fomos lá e não encontraram mais nada**” (grifo nosso).

12) A testemunha [REDACTED], ex-militar que ajudou a enterrar a vítima, confirmou ao MPF, em 05 de dezembro de 2018 (mídia de fl. 235 dos autos, vol. 2), que **“houve uma modificação no solo, que foi feita uma Operação Limpeza em toda a Base de Xambioá, em 75-76, porque quando estive lá duas vezes em Xambioá tava muito modificado**, a única coisa que continua lá são as palmeiras da tortura”.

13) Tal depoimento da testemunha é corroborado pelo Relatório da 3ª Fase do Trabalho de Campo do GTT, de 2009 (fls. 4-6 do Anexo 1 dos autos), no qual se registrou a ocorrência da

⁴¹ O conteúdo de suas declarações consta do Depoimento de João Santa Cruz Sacramento à CNV, em 19 de novembro de 2013, p. 87 (f. 169 dos autos principais).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

“Operação Limpeza” na Base de Xambioá, uma vez que “Feita a escavação no local, **os restos mortais do Osvaldão não foram encontrados. Todavia o GRP – aparelho de radar – detectou que a terra foi removida numa clara indicação de que o corpo foi dali retirado**”.

14) Em convergência está também o depoimento de Manoel Leal Lima, camponês que serviu de guia para o Exército à época dos fatos, prestado ao MPF em 05 de junho de 2014, ocasião em que afirmou: “que sabe que depois da Guerra, em agosto de 1974, **o Exército voltou e levou os corpos, não sabendo para onde**; que soube que o **Curió havia carregado esses ossos depois da guerra**” (fls. 255-256 dos autos, vol. 2).

15) Izaías Prudente de Oliveira, em depoimento ao MPF (em 21 de junho de 2018), revela a permanente influência do denunciado na região, mesmo após o fim da Guerrilha do Araguaia (fl. 257 dos autos, vol. 2):

“QUE depois da guerra, CURIÓ permaneceu monitorando a região; QUE CURIÓ organizava reuniões, trazia médicos, distribuía remédios e fazia perguntas aos moradores [...]”.

16) Nesse mesmo sentido é o relato de [REDACTED] ao MPF, em 09 de maio de 2005, no qual declarou:

“Que o declarante ficou preso trabalhando para o Exército até agosto de 1974, não se recordando do dia exato; Que depois de libertado o declarante ainda passou tres anos se poder voltar à sua terra, pois o Exército tinha proibido o retorno das pessoas à aquela região (...)”.

17) A ocorrência da “Operação Limpeza” e a participação de **SEBASTIÃO CURIÓ** foram confirmadas também pelo motorista Valdim Pereira de Souza, responsável por transportar os corpos entre as bases militares por via terrestre em tal Operação. Valdim registrou depoimento em vídeo e, em 22.05.2010, ratificou seu relato em declarações prestadas ao Grupo de Trabalho Tocantins:

“[...] o Curió, na época era o Dr. Luchini, na época eu nem sabia que o **Curió era o Dr. Luchini**; [...] então a gente trazia aquele material, como sabem a gente não podia perguntar [...] só [soube] depois, através de um rapaz, não sei se alguém conheceu ele, o Pé na Cova, que trabalhou no DNER, operador de máquinas; a gente chegava, deixava aquele negócio lá e ficava lá e o pessoal sumia com aquele saco pra lá; e **aí um dia ele me relatou que aquilo que a gente levava era osso humano, era osso das pessoas que eram mortas naquela região que eles traziam e juntavam lá na Bacaba e que eram para ser trazidos para cá e que fazia parte da Operação Limpeza**; [...] aqueles sacos pesavam mais ou menos uns 100 quilos [...] que nunca estava sozinho



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

nas viagens de transporte de sacos, e que **certa vez o ex-major Curió participou de um desses transportes dizendo para ele 'você não viu nada, fique cego e fique mudo'; (...)**⁴² (grifo nosso).

18) Há, também, outros relatos de ex-militares que, na mesma linha, evidenciam a “Operação Limpeza”, a atuação do denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** e outras circunstâncias da prática delituosa⁴³.

Portanto, diante de consistentes elementos probatórios, resta demonstrado que o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, como líder operacional do combate à Guerrilha, coordenou a operação que resultou na morte de OSVALDO ORLANDO DA COSTA e na posterior ocultação de seu cadáver na Base de Xambioá sob as ordens diretas do denunciado **JOÃO LUCENA LEAL**, com a participação dos demais denunciados **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO** e **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, os quais estavam associados desde o princípio para realizar o *modus operandi* da “Operação Marajoara”. E, além de executarem a vítima, atuaram para esconder o paradeiro/vestígios do seu corpo, inclusive, sob as ordens de **SEBASTIÃO CURIÓ**, moradores da região foram proibidos de transitar em determinados locais da região.

Destarte, **fica comprovada a autoria quanto aos denunciados na primeira ocultação de cadáver da vítima**, todos agindo voluntariamente, em unidade de desígnios, planejamento dos ilícitos e em conluio permanente para a manutenção da impunidade.

Ademais, se ainda existia possibilidade de o corpo da vítima ser encontrado, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, posteriormente, praticou, pela segunda vez, o crime de ocultação de cadáver, quando da “Operação Limpeza”, iniciada tempos depois da execução de OSVALDÃO, ocasião em que, sob o seu comando e a partir das coordenadas que indicou, os restos mortais dos guerrilheiros, incluindo os da vítima, foram removidos e transportados de helicóptero pelo denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, dentre outros militares da Aeronáutica

⁴² Termo de Declarações constante do anexo L do relatório GTA, 1ª Expedição da 2ª Fase, mídia à fl. 258 e fls. 259-260 dos autos, vol. 2)

⁴³ 1) Depoimento de José Vargas Jiménez na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (fls. 261-263 dos autos, vol.2), no qual confirma ter conhecimento de informações relacionadas com a “Operação Limpeza”. Jimenez, em outra oportunidade, revelou que “...se alguém sabe onde estão [os corpos dos guerrilheiros], esse alguém é o Curió, que ficou encarregado da 'Operação Limpeza'. [...] o Curió retirou todos os corpos e os levou para a Serra das Andorinhas. Quando o Curió falar, chega-se à verdade final...” (fls. 41-51 do Anexo 1, Vol. 1).

2) Termo de Declarações de Raimundo Costa de Sousa, às fls. 264-265 dos autos, vol. 2).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

e do Exército que auxiliaram no transporte dos corpos para outros locais, notadamente, para a Serra das Andorinhas, onde foram novamente ocultados para garantir que não mais fossem localizados.

Assim, o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ**, com o auxílio de **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** e outros militares ainda não identificados, ao praticarem tais ações delituosas dirigidas finalisticamente para a produção do resultado, detendo o domínio do fato e em unidade de desígnios, **consumaram a segunda ocultação do corpo da vítima** e dos vestígios dos crimes aqui descritos, em caráter permanente, visto que até a presente data as ossadas de OSVALDO ORLANDO DA COSTA não foram localizadas.

5. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Ministério Público Federal denuncia:

a) **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO e CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, como incurso nos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I** (“motivo torpe”), e **IV** (de emboscada), e no **artigo 211**, todos do Código Penal, na forma dos artigos⁴⁴ 25 e 51 (concurso material de crimes) do mesmo diploma;

b) **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA e PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, como incurso nos crimes previstos no **artigo 211** do Código Penal;

Requer, ainda, o reconhecimento, na dosagem da pena, das **circunstâncias agravantes** indicadas no art. 44, inciso II, alíneas “a” (motivo torpe); “d” (mediante recurso que tornou impossível a defesa dos ofendidos); “g” (com abuso de autoridade); e “h” (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício), todas da antiga parte geral do Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Requer o Ministério Público Federal o recebimento da Denúncia, com a citação dos denunciados para apresentação de defesa, e posterior pronúncia e julgamento pelo tribunal do júri, nos termos dos artigos 406 e seguintes do Código de Processo Penal, **até final condenação**, na forma da lei.

Nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, **requer a fixação do valor**

⁴⁴ Estes referentes à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

mínimo do dano cível em quantia equivalente à indenização paga aos familiares das vítimas, em razão dos eventos criminosos praticados e do prejuízo material e moral por eles suportados, a ser mensurada/atualizada no curso da instrução do feito.

Requer, também, nos termos do art. 71, inciso I c/c o art. 68, inciso I, ambos do CP, a **perda de cargo público dos denunciados, oficiando-se as respectivas corporações para o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de reforma remunerada de que disponha**, bem como solicitando que sejam oficiados os órgãos militares para que os condenados sejam privados das medalhas e condecorações obtidas.

Pugna, por fim, pela intimação das testemunhas adiante arroladas para que depoimento no curso da instrução processual.

Requer, por fim, considerando a idade avançada (velhice) das testemunhas – tendo os fatos ocorrido há mais de 45 anos – e o conseqüente risco de perecimento da prova, a produção antecipada da prova testemunhal, com a oitiva das testemunhas arroladas, antes de iniciada a ação penal (ainda que não recebida a denúncia), nos termos dos artigos 225⁴⁵ e 156, I, do CPP.

Marabá (PA), 03 de dezembro de 2019.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO
HERNANDES
Procurador da República

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

IVAN CLÁUDIO MARX
Procurador da República

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República

⁴⁵**Art. 225 do CPP:** Se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, por enfermidade **ou por velhice**, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ___ VARA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000034/2014-48

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** oferece **DENÚNCIA**¹, em 37 folhas, em face de **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA e PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**.

Os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA** estão incurso nos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I e IV**, e no **artigo 211**, todos do Código Penal, na forma dos artigos 25 e 51 (concurso material de crimes) do mesmo diploma², em razão do homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**. Incorre ainda pela segunda vez o denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA** conjuntamente a **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, no crime previsto no **artigo 211** do Código Penal, em virtude da segunda ocultação do cadáver da vítima, no decorrer da “Operação Limpeza”.

1 Peça elaborada pelos Procuradores da República integrantes da Força-Tarefa Araguaia infra-assinados, com a assessoria jurídica dos servidores do Ministério Público da União, Isabela Feijó Sena Rodrigues e Marcus Fidelis Ferreira Castro.

2 Estes referentes, também, à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Requer, ainda, o reconhecimento, na dosagem da pena, das **circunstâncias agravantes** indicadas no art. 44, inciso II, alíneas “a” (motivo torpe); “d” (mediante recurso que tornou impossível a defesa dos ofendidos); “g” (com abuso de autoridade); e “h” (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício), todas da antiga parte geral do Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Na presente cota, expõe as seguintes considerações de natureza jurídica e fática a respeito do objeto da presente ação.

I. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A competência absoluta *ad causam* da Justiça Federal comum decorre do disposto na Lei n. 9299/96, que estabeleceu a competência da **Justiça Comum** para o julgamento dos crimes dolosos cometidos por militares contra civis.

Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça possuem consolidada jurisprudência³ a respeito da **competência absoluta da Justiça Comum** – a partir da edição da Lei 9299/96 – para julgar os crimes dolosos contra civis cometidos por militares no exercício da função, ainda que anteriormente à vigência da lei (art. 2º do CPP – norma processual de aplicação imediata).

Logo, a competência para julgar o crime doloso contra a vida de civis (homicídio) e o delito conexo (ocultação de cadáver) praticado para ocultar o homicídio e assegurar a impunidade dos seus autores é da Justiça Federal comum, segundo o procedimento do tribunal do júri⁴. Em

³ No mesmo sentido: HC 173873/PE, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª turma do STJ em 20.09.2012, DJe. 26.09.2012: “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADO TENTADO E CONSUMADO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. O Tribunal do Júri é competente para condenar Policial Militar, que pratica crime de homicídio contra civil, bem assim para aplicar, como efeito da condenação o disposto no art. 92, inciso I do Código Penal. Precedentes desta Corte. 2. Habeas corpus denegado”. Outras decisões no mesmo sentido: HC 84123/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado pela 6ª Turma do STJ em 26.02.2008, DJe. 24.03.2008. HC 34453/MG, Rel. Ministro Paulo Medina, julgado pela 6ª Turma do STJ em 30.01.2006, DJ. 26.02.2006. RHC 5660/SP, Rel. Ministro William Patterson, julgado pela 6ª Turma do STJ em 23.09.1996, DJ. 23.09.1996. CC 17665/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 3ª Seção do STJ em 27.11.1996, DJ. 17.02.1997. HC 21579/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 5ª Turma do STJ em 18.03.2003, DJ. 07.04.2003.

⁴ Confira-se, por exemplo, o seguinte trecho do acórdão do Recurso Ordinário em HC n.º 25384/ES, julgado pela 5ª Turma do STJ em 07.12.10:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. DELITO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.299/1996. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO JUIZ AUDITOR MILITAR NO CURSO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI 9.299/1996 AOS PROCESSOS EM CURSO. NULIDADE DO FEITO.

1. A Lei 9.299/1996 incluiu o parágrafo único ao artigo 9º do Código Penal Militar, consignando que os crimes nele tratados, quando dolosos contra a vida e praticados contra civil, são da competência da Justiça Comum.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

relação aos denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA e PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL**, tratando-se de **crime cometido por membros das Forças Armadas, utilizando-se de bens e serviços pertencentes à União**, a competência para a causa, portanto, é da **Justiça Federal**, reafirmando-se o entendimento já assentado de que, no caso, a competência para processar e julgar crimes cometidos contra civis por militares federais é da Justiça Federal comum.

2. O mesmo diploma legal acrescentou, ainda, um parágrafo no artigo 82 no Código de Processo Penal Militar, determinando que a Justiça Militar encaminhe os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum, nos casos de crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil.

3. Diante de tais modificações, **esta Corte Superior de Justiça adotou o entendimento de que, diante da incidência instantânea das normas processuais penais disposta no artigo 2º do Código de Processo Penal, a Lei 9.299/1996 possui aplicabilidade a partir da sua vigência, de modo que todas as investigações criminais e processos em curso relativos a crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil devem ser encaminhados à Justiça Comum.**

4. No caso dos autos, embora o suposto homicídio praticado pelo recorrente, policial militar, contra vítima civil, remonte ao ano de 1994, quando ainda não vigia a Lei 9.299/1996, o certo é que antes mesmo do início da instrução processual, e diante do advento do citado diploma legal, o Juiz Auditor Militar declinou da competência para a Justiça Comum, determinação que foi ignorada pela Auditoria Militar, que proferiu sentença condenatória no feito.

5. Assim, como à época em que julgado o delito em tese praticado pelo recorrente já competia ao Tribunal do Júri apreciar o feito, uma vez que a Lei 9.299/1996 já estava em vigor, a sentença proferida pela Auditoria da Justiça Militar do Estado do Espírito Santo é nula, já que oriunda de Juízo absolutamente incompetente”.

Anteriormente, o STJ já havia se manifestado nos mesmos termos em *habeas corpus* impetrado contra condenação proferida pela Justiça castrense, por crime de homicídio qualificado:

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. LEI 9.299/96. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NORMA DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE. PRECEDENTES DO STF. ORDEM CONCEDIDA.

1. Com a edição da Lei 9.299/96, que excluiu do rol dos crimes militares os crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, atribuindo à Justiça Comum o julgamento dos referidos delitos, adveio grande controvérsia jurisprudencial sobre a constitucionalidade da lei.

2. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 260.404/MG, em 22/3/01, decidiu pela constitucionalidade do parágrafo único do art. 9º do Código Penal Militar, introduzido pela Lei 9.299/96.

3. Ademais, a Emenda Constitucional 45/04, ao alterar o art. 125, § 4º, da Constituição Federal, dispôs que "Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil**, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças".

4. No caso em exame, tendo em vista a **competência absoluta do Tribunal do Júri** para julgamento da causa, impõe-se a declaração de nulidade da ação penal, em que três policiais militares do Estado do Espírito Santo teriam cometido homicídio qualificado contra dois civis.

[...]

6. Ordem concedida para declarar a **nulidade da Ação Penal 024930023049, que tramitou perante a Auditoria Judiciária Militar do Espírito Santo**, preservando os atos processuais anteriores ao acórdão que julgou o Conflito de Competência 100970005789.” (HC 102.227/ES, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado pela 5ª Turma do STJ, em 27.11.2008, DJ. 19.12.2008)

No Supremo Tribunal Federal, colacionam-se os seguintes julgados:

“Recurso extraordinário. Alegação de inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 9º do Código Penal Militar introduzido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996. Improcedência. - No artigo 9º do Código Penal Militar que define quais são os crimes que, em tempo de paz, se consideram como militares, foi inserido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996, um parágrafo único que determina que "os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum". - Ora, tendo sido inserido esse parágrafo único em artigo do Código Penal Militar que define os crimes militares em tempo de paz, e sendo preceito de exegese (...) o de que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Nesse sentido decidiu o Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ (Ação Penal nº 2008.510.180.7814-7), confirmada pelo TRF da 2ª Região (RSE 2010.51.01.807851-8, Rel. Desembargador Messod Azulay Neto, julgado pela 2ª Turma Especializada, julgado em 19.10.2010, DJ. 02.12.2010) e, finalmente, pelo STJ (HC 132.988/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª Turma em 03.05.2011, DJe. 13.05.2011), todas favoráveis à competência da Justiça Federal comum para julgar os 11 militares do Exército brasileiro que detiveram e conduziram três

"sempre que for possível sem fazer demasiada violência às palavras, interprete-se a linguagem da lei com reservas tais que se torne constitucional a medida que ela institui, ou disciplina", não há demasia alguma em se interpretar, não obstante sua forma imperfeita, que ele, ao declarar, em caráter de exceção, que todos os crimes de que trata o artigo 9º do Código Penal Militar, quando dolosos contra a vida praticados contra civil, são da competência da justiça comum, os teve, implicitamente, como excluídos do rol dos crimes considerados como militares por esse dispositivo penal, compatibilizando-se assim com o disposto no "caput" do artigo 124 da Constituição Federal. - Corrobora essa interpretação a circunstância de que, nessa mesma Lei 9.299/96, em seu artigo 2º, se modifica o *caput* do artigo 82 do Código de Processo Penal Militar e se acrescenta a ele um § 2º, excetuando-se do foro militar, que é especial, as pessoas a ele sujeitas quando se tratar de crime doloso contra a vida em que a vítima seja civil, e estabelecendo-se que nesses crimes "a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum". Não é admissível que se tenha pretendido, na mesma lei, estabelecer a mesma competência em dispositivo de um Código - o Penal Militar - que não é o próprio para isso e noutro de outro Código - o de Processo Penal Militar - que para isso é o adequado. Recurso extraordinário não conhecido". (RE 260404/MG, Rel. Ministro Moreira Alves, julgado pelo Pleno do STF em 22.03.2001, DJ. 21.11.2003.)

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM ARMA DA CORPORAÇÃO, ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.299/96. ALEGAÇÃO DE IRRETROATIVIDADE E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. ATO IMPUGNADO FORMALIZADO EM 1997. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI PURAMENTE PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA, SALVO SE PROFERIDA SENTENÇA DE MÉRITO. ORDEM DENEGADA. 1. **A Justiça Comum é competente para julgar crime de militar (homicídio) contra civil**, por força da Lei nº 9299/96, cuja **natureza processual** impõe a sua **aplicação imediata aos inquéritos e ações penais**, mercê de o **fato delituoso ter ocorrido antes da sua entrada em vigor** (Precedente: HC nº 76.380/BA, Rel. Moreira Alves, DJ 05.06.1998). 2. Deveras, a redação do § único do art. 9º do Código Penal Militar, promovida pela Lei nº 9.299/96, a despeito de sua topografia, ostenta **nítida natureza processual, razão por que deve ser aplicada imediatamente** aos processos em curso, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito. (Precedentes: HC nº 78320/SP, rel. Min. Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 28/5/1999; HC 76510/SP, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 15/5/21998)”. (HC 111.406/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado pela 1ª Turma do STF em 25.06.2013, DJ. 16.08.2013.)

Portanto, em razão da incidência instantânea das normas processuais penais (art. 2º do CPP), a competência para julgar os crimes dolosos cometidos por militares contra a vida de civis, cujo mérito não tenha sido definitivamente julgado até a entrada em vigor da Lei 9.299/96, pertence à Justiça Comum, no procedimento do tribunal do júri.

Nesse sentido decidiu recentemente a Turma Especial I do TRF da 2ª Região (Proc 2014.00.00.104222-3):

Inicialmente, afasta-se a alegação de incompetência, eis que o art. 109 da CF/88 é expresso no sentido de competir à Justiça Federal processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, bem como as causas relativas a direitos humanos, havendo previsão expressa de que "nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal" (§ 5º, do art. 109, da CF/88, incluído pela Emenda Constitucional nº 45/2004).

Outrossim, é cediço que o art. 82 do Código de Processo Penal Militar (DL 1002, de 21/10/1969), com a nova redação que lhe deu a Lei nº 9.299/96, ao reconhecer o foro militar como especial e especificar as pessoas que a ele estão sujeitas, exclui de sua apreciação os crimes dolosos contra a vida, praticados por militares contra civil, determinando, em seu § 2º, que nestes casos, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum.

A alteração, de aplicação imediata aos processos em curso, por óbvio aplica-se aos iniciados após sua vigência, ainda que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

moradores de comunidade da Providência para o morro da Mineira, onde foram entregues e mortos pelos integrantes rivais do tráfico da Mineira.

O caso presente também **não se enquadra** nas exceções previstas na novel redação do art. 9º, do Código Penal Militar, introduzidas pela Lei nº 13.491/2017, cuja constitucionalidade, aliás, já é questionada perante o Supremo Tribunal Federal. Isso porque o caso tratado nestes autos não se amolda às hipóteses inscritas no art. 9º, § 2º, do referido diploma legal, que transfere para a Justiça Militar da União os crimes dolosos contra a vida praticados no contexto de atribuições estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa, ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, ou, ainda, nos casos de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária.

Finalmente, reforçando a competência da Justiça Federal comum, cumpre se reportar ao teor do parágrafo 257 da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no *Caso Gomes Lund vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)* – **de caráter vinculante e de observância obrigatória** pelos órgãos persecutório e Poder Judiciário brasileiros, como demonstrar-se-á –, ressaltando-se que as vítimas, no presente caso, constam do rol das 62 pessoas que a Corte IDH reconheceu como desaparecidas naquele julgado:

257. Especificamente, o Estado deve garantir que as causas penais que tenham origem nos fatos do presente caso [execução sumária e desaparecimentos forçados de civis], contra supostos responsáveis que sejam ou tenham sido funcionários militares, sejam examinadas na **jurisdição ordinária, e não no foro militar.**

II. NÃO INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 109, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL

As condutas imputadas aos denunciados **não estão sujeitas** às regras de extinção da punibilidade previstas nos incisos II (**anistia**) e IV (**prescrição**) do art. 107 do Código Penal, porque:

os fatos narrados lhe sejam anteriores.

Subdividindo-se a Justiça Comum em Estadual e Federal, há que se observar a presença de interesse da União no presente feito, uma vez que os crimes em questão teriam como sujeito ativo militares no exercício de suas funções, bem como teriam ocorrido em dependências militares, além de envolver bem da União, representado pelo automóvel destruído para supostamente simular o ataque de um grupo terrorista subversivo e a fuga da vítima.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

(i) foram comprovadamente cometidas no **contexto de um ataque sistemático e generalizado contra a população civil brasileira**, promovido com o objetivo de assegurar a manutenção do poder usurpado em 1964, por meio da violência;

(ii) nos termos das **sentenças da Corte Interamericana de DH do caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁵ e *Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*⁶**, bem como de reiterada jurisprudência do mesmo Tribunal em casos similares do mesmo período, as torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados cometidos por agentes de Estado no âmbito da repressão política constituem graves violações a direitos humanos, para fins de incidência dos pontos resolutivos 3 e 9 da decisão, os quais **excluem a validade de interpretações jurídicas que assegurem a impunidade de tais violações, invalidando a aplicação de Lei de Anistia em razão da incompatibilidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados e instrumentos jurídicos nessa matéria;**

(iii) em conformidade com o **direito penal internacional costumeiro cogente**, as mesmas condutas já constituíam, na data de início dos fatos, crimes de lesa-humanidade, motivo pelo qual não estão elas protegidas por regras domésticas de anistia e prescrição.

II.1. Caráter sistemático e generalizado dos ataques cometidos por agentes da ditadura militar contra a população brasileira.

Em adição às notórias evidências registradas pela historiografia do período⁷, as investigações desenvolvidas pelo MPF foram capazes de comprovar a ocorrência do elemento contextual exigido para a caracterização das condutas como **delitos de lesa-humanidade**.

5 OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24.11.2010. Série C, n.º 219.

6 OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.

7 Cf. entre outras obras: Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985; Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2ª ed., 2014; Mariana Joffily. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e São Paulo, Edusp, 2013; Carlos Fico. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem a polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001; José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direta Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996; Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos deste Solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*. São Paulo, Boitempo, 1999; Maria Celina D'Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. Cf., também, as monografias de Freddie Perdigão Pereira. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB: Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 1978; Carlos Alberto Brilhante Ustra. *Rompendo o Silêncio*. Brasília, Editerra, 1987 e Amílcar Lobo Moreira da Silva. *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política feitas no próprio corpo da denúncia, constata-se, em primeiro lugar, que torturas, desaparecimentos, mortes e ocultação de cadáveres, condutas tais como as descritas na denúncia, não constituíam acontecimentos isolados no âmbito da repressão política, mas sim a parte mais violenta e clandestina de um **sistema organizado** para suprimir a oposição ao regime, mediante **ações criminosas** cometidas e acobertadas por **agentes do Estado**.

Em março de 1970, tal sistema foi consolidado em um ato do Executivo denominado “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, e recebeu a denominação de “**Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN**”⁸. Nos termos da diretriz, todos os órgãos da administração pública nacional estavam sujeitos às “medidas de coordenação” do comando unificado da repressão política. O sistema instituído estava estruturado em dois níveis: em **âmbito nacional**, atuavam o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁹ e os **serviços de informações do Exército (CIE)**¹⁰, **da Marinha**

⁸ Segundo registra a historiografia, a origem administrativa do sistema é uma “Diretriz de Segurança Interna”, editada pela Presidência da República em 17 de março de 1970 (Informação n.º 017/70/AC/76, de 20 de fevereiro de 1976, da Agência Central do SNI. Citado em Elio Gaspari (op. cit., p. 182, nota) e ainda um expediente secreto denominado “Planejamento de Segurança Interna”, mediante o qual é criado o *Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN*, ou, “o Sistema”, no jargão do regime (Ibid., p. 179). O sistema encontra-se detalhadamente descrito em um documento com o mesmo nome, classificado como secreto e produzido pelo CIE em 1974. E ainda de acordo com Carlos Fico: “Do mesmo modo que o 'Plano Nacional de Informações' orientava o Sistema Nacional de Informações, algo do gênero deveria ser aprovado para o sistema de segurança interna que se queria implantar. Uma 'Diretriz para a Política de Segurança Interna' – consolidando o SISSEGIN e adotando, nacionalmente, o padrão OBAN, no momento mesmo em que ela era criada – foi instituída em julho de 1969*, ainda na presidência de Costa e Silva e durante a gestão de Jayme Portella de Mello na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (...) Com a escolha de um novo presidente – Médici -, a 'Diretriz' foi reformulada, dando lugar à 'Diretriz Presidencial de Segurança Interna', base do documento 'Planejamento de Segurança Interna', que com ela foi expedido, em 29 de outubro 1970. O objetivo era, justamente, institucionalizar a 'sistemática que, com sucesso, vem sendo adotada nesse campo', vale dizer, a OBAN” (In: Carlos Fico, op. cit., p. 118). Os documentos secretos citados aos quais o autor teve acesso referem-se: *Sistema de Segurança Interna - SISSEGIN. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fl. 6. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais. Documento classificado como “secreto”. 10.11.1970. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais, cit. Pelo que o historiador pode concluir, “como se vê, o SISSEGIN não foi instituído por diplomas regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. Reitere-se, portanto, que o sistema CODI-DOI não foi implantado através de um decreto-lei, mas a partir de 'diretrizes' secretas formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional” (Ibid. p. 120-121).

⁹ O SNI foi criado através da Lei 4341, de 13 de junho de 1964 com a incumbência de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. Sobre as circunstâncias históricas da criação do SNI, cf. Elio Gaspari, A Ditadura Envergonhada, op. cit, p. 155-175.

¹⁰ Decreto 60.664, de 02.05.1967.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

(CENIMAR)¹¹ e da Aeronáutica (CISA)¹², estes últimos vinculados diretamente aos gabinetes dos ministros militares. Em nível regional, foram instituídas, ainda no primeiro semestre de 1970, **Zonas de Defesa Interna – ZDIs**, correspondentes à divisão dos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Nelas funcionavam: a) Conselhos e Centros de Operações de Defesa Interna (denominados, respectivamente, de CONDI e CODI), integrados por membros das três Forças Armadas e das Secretarias de Segurança dos Estados, com funções de coordenação das ações de repressão política nas respectivas ZDIs; e b) a partir do segundo semestre de 1970, Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, e, no ano

11 Segundo Maria Celina D’Araújo et al: “a Marinha (...) desde 1965 possuía um centro de informações institucionalizado, o CENIMAR. Mas seus serviços nessa área vinham de antes e se caracterizavam basicamente como atividades de informação relativas a fronteiras e a questões diplomáticas. Ainda nos anos 60, o CENIMAR dedicou-se com desenvoltura a combater atividades políticas, e, em 1971, seguindo o modelo do serviço secreto da Marinha inglesa, foi também reformulado para fazer frente às novas demandas militares no combate à luta armada” (*in Os anos de chumbo..., op. cit.*, p. 16-17). O relatório oficial *Direito à Memória e à Verdade* registra a participação do CENIMAR em relação às mortes e desaparecimentos dos seguintes dissidentes: Reinaldo Silveira Pimenta, João Roberto Borges de Souza, José Toledo de Oliveira, Célio Augusto Guedes, Honestino Monteiro Guimarães, entre outros (*in: Direito à Memória e à Verdade*, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007).

12 Posteriormente convertido em Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, em 1970. Reproduz-se a seguinte nota a respeito do CISA, elaborada pelo Arquivo Nacional: “Em 1968, o decreto n. 63.005, de 17 de julho, criou o Serviço de Informações da Aeronáutica como órgão normativo de assessoramento do ministro da Aeronáutica e órgão de ligação com o Serviço Nacional de Informações. A ele competiam as atividades de informação e contrainformação. O decreto n. 63.006, de mesma data do anterior, i.é, de 17 de julho de 1968, criou o Núcleo de Serviço de Informações da Aeronáutica a quem competiam os estudos relacionados com a definição, o estabelecimento e a integração das normas relativas ao Sistema de Informações da Aeronáutica, em sua fase de implantação, bem como a elaboração e proposta de regulamento do Serviço de Informações da Aeronáutica. Em 3 de fevereiro de 1969, pelo decreto n. 64.056, foi criado no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (SISA) como órgão normativo e de assessoramento do ministro. O SISA continuava sendo o órgão de ligação com Serviço Nacional de Informações, tendo por competência as atividades de informação e contrainformação. Por este ato, foi revogado o decreto n. 63.005, de 17 de julho de 1968, já citado. (...) Em 20 de maio de 1970, o decreto n. 66.608 extinguiu o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, instituído pelo decreto n. 63.006, de 1968, criando, em seu lugar, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). O CISA era, então, o órgão de direção do Serviço de Informação da Aeronáutica, subordinando-se diretamente ao ministro da Aeronáutica, assumindo todo o acervo da extinta 2ª Seção do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, do Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, então extinto, e parte da 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, compreendendo material, documentação e arquivo referente à segurança interna. (...) O decreto n. 66.609, também de 20 de maio de 1970, deu nova redação ao artigo 1 do decreto n. 64.056, de 3 de fevereiro do ano anterior, que tratou da criação do SISA. Pelo novo texto legal, o SISA deixava de ser órgão expressamente de assessoramento do ministro da Aeronáutica, para ser, declaradamente, o responsável pelas atividades de informações e contrainformações de interesse para a segurança nacional no âmbito daquele Ministério. O decreto n. 85.428, de 27 de novembro de 1980, alterou a denominação do CISA de Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica para Centro de Informações da Aeronáutica. (...) O Centro de Informações da Aeronáutica foi formalmente extinto pelo Decreto n.º 85.428, de 13 de janeiro de 1988 (disponível em: http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1025148). Ademais, Maria Celina D’Araújo et. al. acrescentam que a montagem do serviço se deu basicamente na gestão do ministro Márcio de Sousa e Melo, tendo à frente o então coronel Burnier, após curso de treinamento em informações em Fort Gullick, no Panamá (*in Os anos de chumbo, op. cit.* p. 16).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

seguinte, também em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. O DOI do III Exército, em Porto Alegre, foi criado em 1974¹³.

A organização e o *modus operandi* do aparato de repressão estatal na ditadura, notadamente na Guerrilha do Araguaia, como também já descrito nos tópicos introdutórios da denúncia anexa, acima descritos demonstram que as ações de repressão política executadas no âmbito do Sistema de Segurança Interna não estavam prioritariamente voltadas à produção de provas válidas destinadas a instruir inquéritos e processos judiciais, mas sim à **supressão da oposição política ao regime**, por intermédio de **ameaças, prisões clandestinas, invasões domiciliares, torturas, assassinatos e desaparecimentos** de pessoas suspeitas de apoiar ou colaborar, em qualquer nível, mesmo que indiretamente, com a “subversão”¹⁴.

A repressão política não atuava apenas contra dissidentes armados ou militantes de organizações clandestinas, mas também contra populações desarmadas, como ocorreu em relação às vítimas no presente caso.

Como mencionado nesta cota e nos tópicos iniciais da denúncia anexa, era evidente o caráter generalizado e sistemático dos ataques cometidos por agentes da repressão política ditatorial.

A esse respeito, traz-se à colação também os seguintes números compilados pela pesquisa historiográfica:

“De 1964 a 1973 houve 4.841 punições políticas no país. Dessas, 2.990 ocorreram em 1964 e 1.295 nos anos de 1969 e 1970. A distribuição coincide, portanto, com o imediato pós-golpe e com os dois primeiros anos que se seguem ao AI-5. Ao longo desses dez anos, 517 pessoas perderam seus direitos políticos e 541 tiveram seus mandatos cassados. As outras punições então aplicadas dizem respeito a aposentadorias (1.124), reformas (844) e demissões (1.815). Nas Forças Armadas, estes três últimos tipos de punição atingiram 1.502 militares, e nas polícias, 177 pessoas. Na área sindical, até 1970, ocorreram 536 intervenções, a maior parte delas (252) por motivo de subversão. Muito ligeiramente, estes dados confirmam que houve uma concentração da repressão política em 1964, e depois, nos anos de 1969 a 1973. Que essa repressão foi distribuída por todos os setores da vida nacional, incluindo militares, civis e

13 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio*, *op. cit.*, p. 126.

14 Ademais, à luz do que constata Maria Celina D'Araújo *et al.*: “Ainda que, num primeiro momento, possamos admitir que essa intrincada estrutura foi se definindo de forma reativa, o que se verificou ao fim de muito pouco tempo foi a instalação de um sofisticado sistema de segurança e controle institucionalmente consolidado, cujas características não podem jamais ser atribuídas a situações circunstanciais. O ‘sistema’, a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada, mas também controlar e direcionar a própria sociedade.” (In: *op. cit.*, p. 18)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

aparelhos do próprio Estado. No entanto, no que toca à concentração de mortos e desaparecidos, a concentração se dá no segundo momento. Mais do que isso, queremos chamar atenção para o fato de que o que mudou nessa segunda fase foi o alvo da repressão, envolvendo setores da elite social e cultural do país, o aprimoramento dos métodos, a institucionalização e a organização do sistema repressivo”¹⁵.

Em decisão datada de 13 de maio de 2014, a 6ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro recebeu a denúncia ajuizada pelo MPF em face de seis réus, acusados de tentativa de homicídio, transporte de explosivos, formação de quadrilha, fraude processual e favorecimento pessoal, em razão dos atentados à bomba cometidos no Riocentro, em 1981. Segundo aquele juízo:

“Passados 50 anos do golpe militar de 1964, já não se ignora mais que a prática de **tortura e homicídios contra dissidentes políticos** naquele período fazia parte de uma **política de Estado**, conhecida, desejada e coordenada pela mais alta cúpula governamental.

[...]

Em suma, trata-se, ao que tudo indica, de um episódio que deve ser contextualizado, ao menos nesta fase inicial, como parte de uma série de **crimes imputados a agentes do Estado no período da ditadura militar** brasileira, com o objetivo de **atacar a população civil e perseguir dissidentes políticos**”¹⁶.

No presente caso concreto, os crimes praticados pelo denunciado e demais agentes do Estado em face dos militantes do PC do B e da população civil se amoldam precisamente ao conceito jurídico (com caráter *jus cogens*) de crime contra a humanidade, uma vez que, diante dos elementos probatórios obtidos na investigação, está devidamente demonstrado que os fatos delituosos objeto da denúncia se deram no contexto de um **ataque sistemático e generalizado** contra os opositores do regime ditatorial e a população civil, restando configurado, portanto, o

¹⁵ Informações presentes in: Maria Celina D'Araújo *et al*, *op. cit.*, 29, a partir de dados extraídos de Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil é este? Manual de indicadores sociais e políticos*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990. Segundo Elio Gaspari, apenas “entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos com pagamento de pensão aos familiares. Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva. (...) Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas. Estimando-se que cada organização de trabalhadores atingida tivesse vinte dirigentes, expurgaram-se 10 mil pessoas.” (In: *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, p. 137)

¹⁶ 6ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, decisão de recebimento da denúncia nos autos 0017766-09.2014.4.02.5101, de 13 de maio de 2014. Houve decisão posterior, trancando referida ação penal, mas que ainda pende de recurso por parte do MPF.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

crime de lesa-humanidade para os fins de direito.

No episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia”, as Forças Armadas, sob o pálio protetivo do estado ditatorial, combateram duramente os militantes, promovendo incontáveis ações delituosas na região para reprimir os dissidentes políticos a qualquer custo e por todos os meios, a fim de inibir o movimento e eliminar os opositores.

Sobre as principais operações realizadas após a descoberta da atuação dos militantes no Araguaia, tem-se a seguinte cronologia: “*Operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972)*”¹⁷; *Operação Papagaio (setembro de 1972)*; *Operação Sucuri (maio a outubro de 1973)*; e *Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*.¹⁸

Pelo menos duas operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência.

Em seguida, as Forças Armadas realizaram, entre maio e outubro de 1973, uma intensa atividade de inteligência, com a infiltração de agentes militares na população local, identificados por codinomes, disfarçados de comerciantes ou funcionários públicos. Por meio dessa operação, conhecida como “Sucuri” e comandada, dentre outros, pelo próprio denunciado, foi possível levantar a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar moradores que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias para auxiliar as ações do Exército na região, o que foi fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado dos dissidentes.

Finalizada a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 7 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento dissidente, a denominada Operação “Marajoara”. Nessa etapa houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas ilegais que visavam, notadamente, o desaparecimento forçado dos opositores (sequestros e homicídios seguidos de ocultação de cadáveres, entre outros crimes).

Com efeito, nesta terceira operação/campanha, verificou-se que membros das Forças Armadas e de órgãos de polícia praticaram não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local, atos de sequestro, ameaças, cárcere privado, torturas e homicídios, além de promoverem a destruição de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos. Tais condutas consistiram em atos autoritários e criminosos perpetrados por um grupo que

17 Nesse período se deu a “Operação Peixe”, referida da denúncia.

18 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

visava aniquilar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região, como já demonstrado na denúncia anexa.

Portanto, a atuação repressiva do Estado no Araguaia caracterizou-se pelo intenso grau de violência, notadamente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos guerrilheiros, mesmo quando presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações e impedir a continuidade do movimento dissidente.

Estas conclusões foram as mesmas da Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório apontou claramente para a presença de um contexto sistemático de violação aos direitos humanos no período da ditadura militar brasileira.

Nos termos do relatório final da CNV, à Operação Sucuri *“sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de uma operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha (...) os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos – compostos por civis, geralmente mateiros, e militares –, chamados de 'zebras', dedicados a operações do tipo 'gato e rato' (isto e, operações de caça e rastreamento).”*¹⁹

Ademais, mesmo após o término dos combates em campo, comprovou-se a ocorrência de ações militares para efetivar o desaparecimento forçado dos integrantes do PCdoB, que tinham por finalidade ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos guerrilheiros, com a destruição/sonegação de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada **“Operação Limpeza”**, ocorrida por volta de meados de 1974 a 1976 e então comandada, principalmente, pelo denunciado **SEBASTIÃO “CURIÓ”** e com atuação do denunciado **PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** que, a partir de sua função de piloto de helicóptero da Aeronáutica, realizou o transporte dos corpos dos lugares em que estavam para a Serra das Andorinhas, a fim de que os cadáveres fossem ocultados ou eliminados²⁰.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados pelo denunciado os crimes objeto da presente Denúncia.

19 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.

20 Após a “Operação Limpeza” foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Evidente que referido contexto de ataque sistemático à população civil alcança os fatos objeto da presente denúncia. Isto é confirmado pelas seguintes características: a) a vítima OSVALDO ORLANDO DA COSTA, por ordem dos denunciados foi sumariamente executada, mediante emboscada, sem direito a defesa; b) o seu cadáver foi sistematicamente ocultado duas vezes (enterrado na Base de Xambioá e depois transferido para a Serra das Andorinhas por ocasião da “Operação Limpeza”, a fim de impedir a sua localização, identificação e apagar os vestígios dos crimes praticados, assegurando a impunidade de seus autores.

Além dos crimes de homicídio e sequestro (desaparecimento forçado), outros delitos conexos cometidos no mesmo contexto de ataque sistemático/generalizado também configuram graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, tais como a ocultação de cadáver, entre outros destinados a apagar os vestígios dos delitos mais graves e assegurar a impunidade dos agentes.²¹

Estabelecido este pressuposto – de que os delitos praticados pelo denunciado se enquadram como crimes contra a humanidade –, vejamos as consequências internacionais desta qualificação.

II.2. Efeitos jurídicos da qualificação dos fatos como graves violações a direitos humanos e como delitos de lesa-humanidade. Da não incidência da Lei de Anistia e do instituto da prescrição. Do direito penal internacional e da decisão da Corte IDH no caso Gomes Lund vs. Brasil.

Os crimes cometidos por agentes da repressão ditatorial brasileira já eram, quando da execução do delito, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual incidem sobre eles as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às normas cogentes de direito internacional, notadamente a insuscetibilidade de anistia e a imprescritibilidade.

O reconhecimento de um crime contra a humanidade implica adoção de **regime jurídico imune a manobras de impunidade**. Esse regime especial é, como proclamado pela Assembleia Geral da ONU, *“um elemento importante para prevenir esses crimes e proteger os direitos*

21 Centro Internacional para la Justicia Transicional. Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. Méndez, Juan e Covelli, Gilma Tatiana Rincón (https://www.conjur.com.br/dl/parecer_ictj_lesa_humanidade.pdf).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

humanos e as liberdades fundamentais, e para promover a confiança, estimular a cooperação entre os povos e contribuir para a paz e a segurança internacionais”.

Nessa esteira, os crimes de lesa-humanidade, em razão da interpretação consolidada pelo *jus cogens*, são ontologicamente imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Trata-se de atributo essencial, pois a finalidade da qualificação de um fato como sendo atentatório à humanidade é garantir que não permaneça impune.

Normas cogentes do direito costumeiro²² internacional definem as condutas praticadas em **contexto de um ataque sistemático e generalizado a uma população civil como crime contra a humanidade**, para, dentre outros efeitos, submetê-lo à jurisdição universal, e declará-lo **insuscetível de anistia ou prescrição**.

Especificamente, a morte/execução da vítima OSVALDO ORLANDO DA COSTA, bem como as condutas tendentes a ocultar o crime – inclusive fazendo desaparecer o seu cadáver – cometidos pelos denunciados e demais agentes da repressão aos “inimigos” do regime²³, **já era, ao tempo do início da execução, um ilícito criminal no direito internacional** sobre o qual **não** incidem as regras de **prescrição e anistia** virtualmente estabelecidas pelo direito interno de cada Estado membro da comunidade das nações.

22 O costume é fonte de direito internacional e, nos termos do art. 38 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, possui força normativa vinculante mesmo em relação a Estados que não tenham participado da formação do tratado que reproduza regra consuetudinária.

23 Transcreve-se, a propósito, o argumento desenvolvido por Marcelo Rubens Paiva: “[U]ma pergunta tem sido evitada: por que, afinal, existem desaparecidos políticos no Brasil? Durante o regime militar, os exilados, no exterior, faziam barulho; a imagem do país poderia ser prejudicada, atrapalhando o andamento do “Milagre Brasileiro”, que dependia da entrada de capital estrangeiro. No Brasil, o Exército perdia o combate contra a guerrilha: assaltos (“expropriações”) a bancos, bombas em quartéis, e cinco guerrilheiros comandados pelo ex-capitão Carlos Lamarca rompem o cerco de 1.700 soldados comandados pelo coronel Erasmo Dias, no Vale do Ribeira. Estava claro que, para combater a chamada “subversão”, o governo deveria organizar um **aparelho repressivo paralelo, com total liberdade de ação. É criado o DOI-Codi**. Jornalistas, compositores, estudantes, professores, atrizes, simpatizantes e guerrilheiros são presos. Muitos torturados. Passa a ser fundamental para a sobrevivência das próprias organizações de guerrilha soltar “companheiros” ou simpatizantes presos. A partir de 1969, começam os sequestros de diplomatas. [...] Para os agentes da repressão, passam a ser prioritários a **eliminação e o desaparecimento de presos**. O ato é consciente: um extermínio. Encontraram a “solução final” para os opositores do regime, largamente utilizada pelas ditaduras chilena, a partir de 1973, e argentina, a partir de 1976; o Brasil foi um dos primeiros países a sofrer um golpe militar inspirado nas regras estabelecidas pela Guerra Fria, e uma passada de olho na lista de desaparecidos brasileiros revela que a maioria desaparece a partir de 1970. Se no Brasil a ideia da “solução final” tivesse sido aventada antes, não seriam apenas 150 pessoas, mas, como no Chile e na Argentina, milhares. [...] O tema, portanto, não está restrito a uma centena de famílias. Quando leio [...] que “uma fonte militar de alta patente” diz que os ministros não vão se opor ao projeto da União, mas “temem que essa medida desencadeie um processo pernicioso à nação”, me pergunto se os danos já não foram causados nos anos 70. Existem desaparecidos e desaparecidos, dos que combateram no Araguaia aos que morreram nos porões da Rua Tutóia e da Barão de Mesquita, dos que pegaram em armas aos que apenas faziam oposição, como meu pai, que não era filiado a qualquer organização, preso em 1971. **Cada corpo tem uma história**: uns foram enterrados numa vala comum do Cemitério de Perus, outros foram deixados na floresta amazônica, uns decapitados, outros jogados no mar.” (“Brasil procura superar ‘solução final’” in Janaína Teles (org.). *Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade*, São Paulo: Humanitas, 2001, p. 53-54).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

A **reprovação jurídica internacional** às condutas delituosas imputadas a **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, JOÃO LUCENA LEAL, JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO, CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA e PEDRO CORREA DOS SANTOS CABRAL** determina a **imprescritibilidade da ação penal** correspondente e a **impossibilidade de anistia**.

Este entendimento está alicerçado no direito costumeiro cogente anterior ao início da execução do delito, em especial: a) na Carta do Tribunal Militar Internacional (1945)²⁴; b) na Lei do Conselho de Controle No. 10 (1945)²⁵; c) nos Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg e nos julgamentos do Tribunal, com comentários (*International Law Commission*, 1950)²⁶; d) no Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU (1954)²⁷;

24 *Agreement for the Prosecution and Punishment of the Major War Criminals of the European Axis, and Charter of the International Military Tribunal*. Londres, 08.08.1945. Disponível em: <http://www.icrc.org/ihl.nsf/INTRO/350?OpenDocument>. O acordo estabelece a competência do tribunal para julgar crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade “namely, murder, extermination, enslavement, deportation, and other inhumane acts committed against any civilian population, before or during the war; or persecutions on political, racial or religious grounds in execution of or in connection with any crime within the jurisdiction of the Tribunal, whether or not in violation of the domestic law of the country where perpetrated.”

25 Nuremberg Trials Final Report Appendix D, Control Council Law n. 10: Punishment of Persons Guilty of War Crimes, Crimes Against Peace and Against Humanity, art. II. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/imt/imt10.asp>. Segundo o relatório: “Each of the following acts is recognized as a crime (...): Crimes against Humanity. Atrocities and offenses, including but not limited to murder, extermination, enslavement, deportation, imprisonment, torture, rape, or other inhumane acts committed against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds whether or not in violation of the domestic laws of the country where perpetrated”.

26 Texto adotado pela Comissão de Direito Internacional e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas como parte do relatório da Comissão. O relatório foi publicado no *Yearbook of the International Law Commission*, 1950, v. II e está disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/7_1_1950.pdf. (“The crimes hereinafter set out are punishable as crimes under international law: (a) Crimes against peace: (...); (b) War crimes: (...); (c) Crimes against humanity: Murder, extermination, enslavement, deportation and other inhuman acts done against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds, when such acts are done or such persecutions are carried on in execution of or in connection with any crime against peace or any war crime. The Tribunal did not, however, thereby exclude the possibility that crimes against humanity might be committed also before a war. In its definition of crimes against humanity the Commission has omitted the phrase “before or during the war” contained in article 6 (c) of the Charter of the Nuremberg Tribunal because this phrase referred to a particular war, the war of 1939. The omission of the phrase does not mean that the Commission considers that crimes against humanity can be committed only during a war. On the contrary, the Commission is of the opinion that such crimes may take place also before a war in connection with crimes against peace. In accordance with article 6 (c) of the Charter, the above formulation characterizes as crimes against his own population”). O histórico completo dos trabalhos da Comissão está registrado no link: http://untreaty.un.org/ilc/guide/7_3.htm. Sobre o assunto, observa Antonio Cassese (*supra* citado) que o vínculo entre crimes contra a humanidade e os crimes contra a guerra e contra a paz somente foi formalmente suprimido no anteprojeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, em 1996 (“It is interesting to note that the link between crimes against humanity and crimes against peace and war crimes was later deleted by the Commission when it adopted the draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind of 1996”).

27 Covering the Work of its Sixth Session, 28 July 1954, Official Records of the General Assembly, Ninth Session, Supplement No. 9 Article 2, paragraph 11 (previously paragraph 10), disponível em http://untreaty.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_88.pdf. (“The text previously adopted by the Commission (...)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

e) na Resolução n.º 2184 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁸; f) na Resolução n.º 2202 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁹; g) na Resolução n.º 2338 (Assembleia Geral da ONU, 1967)³⁰; h) na Resolução n.º 2583 (Assembleia Geral da ONU, 1969)³¹; i) na Resolução n.º 2712 (Assembleia Geral da ONU, 1970)³²; j) na Resolução n.º 2840 (Assembleia Geral da ONU, 1971)³³; k) nos Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de condenados por crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Resolução 3074, da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1973)³⁴.

corresponded in substance to article 6, paragraph (c), of the Charter of the International Military Tribunal at Nurnberg. It was, however, *wider in scope* than the said paragraph in two respects: it prohibited also inhuman acts committed on cultural grounds and, furthermore, *it characterized as crimes under international law not only inhuman acts committed in connexion with crimes against peace or war crimes, as defined in that Charter, but also such acts committed in connexion with all other offences defined in article 2 of the draft Code. The Commission decided to enlarge the scope of the paragraph so as to make the punishment of the acts enumerated in the paragraph independent of whether or not they are committed in connexion with other offences defined in the draft Code.* On the other hand, in order not to characterize any inhuman act committed by a private individual as an international crime, it was found necessary to provide that such an act constitutes an international crime only if committed by the private individual at the instigation or with the toleration of the authorities of a State.”)

28 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 3º da Resolução condena, “como crime contra a humanidade, a política colonial do governo português”, a qual “viola os direitos políticos e econômicos da população nativa em razão do assentamento de imigrantes estrangeiros nos territórios e da exportação de trabalhadores africanos para a África do Sul”.

29 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 1º da Resolução condena a política de apartheid praticada pelo governo da África do Sul como “crime contra a humanidade”.

30 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/22/ares22.htm>. A resolução “reconhece ser imprescindível e inadiável afirmar, no direito internacional (...), o princípio segundo o qual não há prescrição penal para crimes de guerra e crimes contra a humanidade” e recomenda que “nenhuma legislação ou outra medida que possa ser prejudicial aos propósitos e objetivos de uma convenção sobre a inaplicabilidade da prescrição penal a crimes de guerra e crimes contra a humanidade seja tomada na pendência da adoção de uma convenção sobre o assunto pela Assembleia Geral”.

31 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/24/ares24.htm>. A resolução convoca todos os Estados da comunidade internacional a adotar as medidas necessárias à cuidadosa investigação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como à prisão, extradição e punição de todos os criminosos de guerra e pessoas culpadas por crimes contra a humanidade que ainda não tenham sido processadas ou punidas.

32 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/25/ares25.htm>. A resolução lamenta que numerosas decisões adotadas pelas Nações Unidas sobre a questão da punição de criminosos de guerra e pessoas que cometeram crimes contra a humanidade ainda não estavam sendo totalmente cumpridas pelos Estados e expressa preocupação com o fato de que, no presente, como resultado de guerras de agressão e políticas e práticas de racismo, apartheid, colonialismo e outras ideologias e práticas similares, crimes de guerra e crimes contra a humanidade estavam sendo cometidos. A resolução também convoca os Estados que ainda não tenham aderido à Convenção sobre a Inaplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade a observar estritamente as provisões da Resolução 2583 da Assembleia Geral da ONU.

33 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/26/ares26.htm>. A resolução reproduz os termos da Resolução anterior, de número 2712.

34 ONU. *Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de pessoas culpadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade*. Adotados pela *Resolução 3074 da Assembleia Geral em 03.12.1973* (“War crimes and crimes against humanity, wherever they are committed, shall be subject to investigation and the persons against whom there is evidence that they have committed such crimes shall be subject to tracing, arrest,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Na Convenção das Nações Unidas sobre a Não- Aplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade (1968)³⁵, a imprescritibilidade se estende aos “*crimes contra a humanidade, cometidos em tempo de guerra ou em tempo de paz e definidos como tais no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg de 8 de agosto de 1945 e confirmados pelas Resoluções nº 3 e 95 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 13 de fevereiro de 1946 e 11 de dezembro de 1946*”. Nota-se, sobretudo a partir dos trabalhos da Comissão de Direito Internacional da ONU da década de 1950, e das resoluções da Assembleia Geral da organização, em meados dos anos 60, que é prescindível o elemento contextual “guerra” na definição dos crimes contra a humanidade.

As condutas antijurídicas – graves violações aos direitos humanos – cometidas por agentes estatais durante o regime militar não são indiferentes para o direito penal internacional, como se depreende dos documentos oficiais acima referidos.

No âmbito do Sistema Interamericano de proteção a direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde o precedente *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, de 1987, vem repetidamente afirmando a **incompatibilidade** entre as garantias previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos e as regras de direito interno que excluem a punibilidade dos desaparecimentos forçados e dos demais delitos contra a humanidade.³⁶

Igual entendimento pode ser encontrado nos seguintes julgados da Corte IDH: *Blake vs. Guatemala*³⁷; *Barrios Altos vs. Peru*³⁸; *Bamaca Velásquez vs. Guatemala*³⁹; *Trujillo Oroza v. Bolívia*⁴⁰; *Irmãs Serrano Cruz vs. El Salvador*⁴¹; *Massacre de Mapiripán vs. Colômbia*⁴²; *Goibirú*

trial and, if found guilty, to punishment...”). Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/28/ares28.htm>.

³⁵ Adotada pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução 2391 (XXIII), de 26.11.1968. Entrou em vigor no direito internacional em 11.11.70.

³⁶ *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*. Excepciones Preliminares. Sentencia de 26 de Junio de 1987. Serie C Nº 1.

³⁷ *Blake vs. Guatemala*. Exceções Preliminares. Sentença de 2 de julho de 1996. Série C No. 27.

³⁸ *Barrios Altos vs. Peru*. *Reparações e Custas*. Sentença de 30 de novembro de 2001. Série C No. 109.

³⁹ *Bámaca Velásquez versus Guatemala*. *Reparações e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C No. 91.

⁴⁰ *Trujillo Oroza versus Bolívia*. *Reparações e Custas*. Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C No. 92.

⁴¹ *Irmãs Serrano Cruz versus El Salvador*. Exceções Preliminares. Sentença de 23 de novembro de 2004. Série C No. 118.

⁴² *Caso do Massacre de Mapiripán versus Colômbia*. *Mérito, Reparções e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C No. 134.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

*vs. Paraguai*⁴³; *La Cantuta vs. Peru*⁴⁴; *Radilla Pacheco vs. México*⁴⁵ e *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia*⁴⁶.

Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso **Gomes Lund vs. Brasil**, deliberou especificamente sobre a “Guerrilha do Araguaia”, episódio de que trata a denúncia anexa, sendo OSVALDO ORLANDO DA COSTA uma das 62 vítimas do ataque generalizado e sistemático contra a população civil engendrado pelas forças de segurança do regime ditatorial, como concluiu a Corte IDH no caso em referência.

Não se pode olvidar que o oferecimento da presente denúncia e o trâmite da ação penal estão imbricadas com a obrigação – de investigar os fatos e determinar, perante a jurisdição ordinária, as correspondentes responsabilidades penais, aplicando efetivamente as respectivas sanções – estipulada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil no julgamento do Caso Gomes Lund⁴⁷, especialmente no item 9 dos seus Pontos Resolutivos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda determinou – parágrafos 256 e 257 – que a promoção da responsabilidade penal dos autores deve ser cumprida em um prazo razoável e necessitaria alcançar (sempre que possível) os autores materiais e intelectuais do desaparecimento forçado das vítimas.

Por se tratar de graves violações de direitos humanos, considerando a natureza dos fatos, o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos seus autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação, consoante disposto na aludida sentença da Corte IDH.

A sentença no caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁴⁸ é cristalina quanto ao **dever cogente** do Estado brasileiro de **promover a investigação e a responsabilização criminal** dos autores desses desaparecimentos e das graves violações aos direitos humanos. Neste caso ficou expresso que as

43 *Caso Goiburú y otros vs. Paraguay*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Serie C, Nº 153.

44 *La Cantuta versus Peru. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 29 de novembro de 2006. Série C No. 162.

45 *Radilla Pacheco vs. México. Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 23 de novembro de 2009. Série C No. 209.

46 *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia. Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1o de setembro de 2010. Série C No. 217.

47 Corte IDH. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, sentença de 24.11.10 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas), publicada em 14 de dezembro de 2010.

48 *Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, citado*.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

anistias não são compatíveis com tais delitos e que o Brasil não poderia utilizar a Lei de Anistia como uma barreira legítima à punição dos referidos delitos.

A anexa denúncia resulta das investigações que tiveram por objetivo dar cumprimento àquele *decisum*, razão pela qual se transcreve os seguintes excertos do julgado:

137. Desde sua primeira sentença, esta Corte destacou a importância do dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. A obrigação de investigar e, se for o caso, julgar e punir, adquire particular importância ante a gravidade dos crimes cometidos e a natureza dos direitos ofendidos, especialmente em vista de que a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correspondente dever de investigar e punir aos responsáveis há muito alcançaram o caráter de jus cogens.

[...]

140. Além disso, a obrigação, conforme o Direito Internacional, de processar e, caso se determine sua responsabilidade penal, punir os autores de violações de direitos humanos, decorre da obrigação de garantia, consagrada no artigo 1.1 da Convenção Americana. [...].

141. A obrigação de investigar e, se for o caso, punir as graves violações de direitos humanos foi afirmada por todos os órgãos dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos.

[...]

147. As anistias ou figuras análogas foram um dos obstáculos alegados por alguns Estados para investigar e, quando fosse o caso, punir os responsáveis por violações graves aos direitos humanos. Este Tribunal, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os órgãos das Nações Unidas e outros organismos universais e regionais de proteção dos direitos humanos pronunciaram-se sobre a incompatibilidade das leis de anistia, relativas a graves violações de direitos humanos com o Direito Internacional e as obrigações internacionais dos Estados.

148. Conforme já fora antecipado, este Tribunal pronunciou-se sobre a **incompatibilidade das anistias com a Convenção Americana** em casos de graves violações dos direitos humanos relativos ao Peru (Barrios Altos e La Cantuta) e Chile (Almonacid Arellano e outros).

149. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual Brasil faz parte por decisão soberana, são reiterados os pronunciamentos sobre a **incompatibilidade das leis de anistia** com as obrigações convencionais dos Estados, quando se trata de graves violações dos direitos humanos. Além das mencionadas decisões deste Tribunal, a Comissão Interamericana concluiu, no presente caso e em outros relativos à Argentina, Chile, El Salvador, Haiti, Peru e Uruguai, sua contrariedade com o Direito Internacional. A Comissão também recordou que se pronunciou em um sem-número de casos-chave, nos quais teve a oportunidade de expressar seu ponto de vista e cristalizar sua doutrina em matéria de aplicação de **leis de anistia**, estabelecendo que essas leis **violam diversas disposições, tanto da Declaração Americana como da Convenção**. Essas decisões, coincidentes com o critério de outros órgãos internacionais de direitos humanos a respeito das anistias, declararam, de maneira uniforme, que tanto as leis de anistia como as medidas legislativas comparáveis, que impedem ou dão por concluída a investigação e o julgamento de agentes de [um] Estado, que possam ser



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

responsáveis por sérias violações da Convenção ou da Declaração Americana, violam múltiplas disposições desses instrumentos.

[...]

163. Do mesmo modo, diversos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, por meio de seus mais altos tribunais de justiça, incorporaram os parâmetros mencionados, observando de boa-fé suas obrigações internacionais. A **Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina** resolveu, no Caso Simón, declarar **sem efeitos as leis de anistia** que constituíam neste país um obstáculo normativo para a investigação, julgamento e eventual condenação de fatos que implicavam violações dos direitos humanos [...]

164. No Chile, a Corte Suprema de Justiça concluiu que as anistias a respeito de desaparecimentos forçados, abrangeriam somente um determinado tempo e não todo o lapso de duração do desaparecimento forçado ou seus efeitos [...].

165. Recentemente, a mesma **Corte Suprema de Justiça do Chile**, no caso Lecaros Carrasco, anulou a sentença absolutória anterior e **invalidou a aplicação da anistia chilena** prevista no Decreto-Lei No. 2.191, de 1978, por meio de uma sentença de substituição, nos seguintes termos: “[O] delito de sequestro [...] tem o caráter de crime contra a humanidade e, conseqüentemente, não procede invocar a anistia como causa extintiva da responsabilidade penal.

166. Por outro lado, o **Tribunal Constitucional do Peru**, no Caso de Santiago Martín Rivas, ao resolver um recurso extraordinário e um recurso de agravo constitucional, precisou o alcance das obrigações do Estado nesta matéria: [O] Tribunal Constitucional considera que a obrigação do Estado de investigar os fatos e sancionar os responsáveis pela violação dos direitos humanos declarados na Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos não somente compreende a nulidade daqueles processos a que houvessem sido aplicadas as **leis de anistia** [...], após ter-se declarado que essas **leis não têm efeitos jurídicos**, mas também toda prática destinada a impedir a investigação e punição pela violação dos direitos à vida e à integridade pessoal. [...]

167. No mesmo sentido, pronunciou-se recentemente a **Suprema Corte de Justiça do Uruguai**, a respeito da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado nesse país [...].

168. Finalmente, a **Corte Constitucional da Colômbia**, em diversos casos, levou em conta as obrigações internacionais em casos de graves violações de direitos humanos e o dever de evitar a aplicação de disposições internas de anistia [...].

169. Igualmente, a Corte Suprema de Justiça da Colômbia salientou que “as normas relativas aos [d]ireitos [h]umanos fazem parte do grande grupo de disposições de Direito Internacional Geral, reconhecidas como normas de [j]us cogens, razão pela qual aquelas são inderrogáveis, imperativas [...] e indisponíveis”. A Corte Suprema da Colômbia lembrou que a jurisprudência e as recomendações dos organismos internacionais sobre direitos humanos devem servir de critério preferencial de interpretação, tanto na justiça constitucional como na ordinária e citou a jurisprudência deste Tribunal a respeito da não aceitabilidade das disposições de anistia para casos de violações graves de direitos humanos.

170. Como se desprende do conteúdo dos parágrafos precedentes, todos os órgãos internacionais de proteção de direitos humanos, e diversas altas cortes nacionais da região, que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

tiveram a oportunidade de pronunciar-se a respeito do alcance das leis de anistia sobre graves violações de direitos humanos e sua incompatibilidade com as obrigações internacionais dos Estados que as emitem, concluíram que essas leis violam o dever internacional do Estado de investigar e sancionar tais violações.

171. Este Tribunal já se pronunciou anteriormente sobre o tema e não encontra fundamentos jurídicos para afastar-se de sua jurisprudência constante, a qual, ademais, concorda com o estabelecido unanimemente pelo Direito Internacional e pelos precedentes dos órgãos dos sistemas universais e regionais de proteção dos direitos humanos. De tal maneira, para efeitos do **presente caso**, o Tribunal reitera que “**são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade**, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar **direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos**”⁴⁹.

No dispositivo da sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou os seguintes Pontos Resolutivos do litígio internacional instaurado em face do Estado brasileiro:

3. As disposições da **Lei de Anistia brasileira** que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

[...]

9. O Estado deve conduzir eficazmente, perante a **jurisdição ordinária**, a **investigação penal dos fatos do presente caso**, a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes **responsabilidades penais** e **aplicar efetivamente as sanções** e consequências que a lei preveja, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 256 e 257 da presente sentença [cujo texto estabelece que “o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, ne bis in idem ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação.”]

A fim de não deixar dúvidas sobre isso, o Tribunal interamericano consolidou o seu entendimento sobre a Lei de Anistia no Brasil em sua decisão do caso Vladimir Herzog, julgado em março de 2018, no qual o Brasil foi condenado novamente pelas práticas arbitrárias perpetradas durante o Regime Militar. A Corte foi enfática ao ressaltar que **o controle de convencionalidade**

49 *Idem.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

não foi exercido pelas autoridades jurisdicionais brasileiras e que a decisão do STF na ADPF de 2010, desconsiderou as obrigações internacionais, as quais os Estados têm o dever de cumprir.

In verbis com grifo nosso:

No presente caso, o Tribunal conclui que **não foi exercido o controle de convencionalidade pelas autoridades jurisdicionais do Estado** que encerraram a investigação em 2008 e 2009. **Do mesmo modo, em 2010, a decisão do Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da interpretação da Lei de Anistia, sem considerar as obrigações internacionais do Brasil**, decorrentes do direito internacional, particularmente as dispostas nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. A Corte julga oportuno recordar que **a obrigação de cumprir as obrigações internacionais voluntariamente contraídas corresponde a um princípio básico do direito sobre a responsabilidade internacional dos Estados, respaldado pela jurisprudência internacional e nacional, segundo a qual aqueles devem acatar suas obrigações convencionais internacionais de boa-fé (*pacta sunt servanda*)**. Como já salientou esta Corte, e conforme dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, **os Estados não podem, por razões de ordem interna, descumprir obrigações internacionais. As obrigações convencionais dos Estados Partes vinculam todos os seus poderes e órgãos, os quais devem garantir o cumprimento das disposições convencionais e seus efeitos próprios (*effet utile*) no plano de seu direito interno**⁵⁰.

A Corte IDH, portanto, é absolutamente clara sobre a inviabilidade de a Lei de Anistia ser aplicada ao caso ora denunciado.

Vale recordar – o que será aprofundado a seguir – que o Estado brasileiro voluntariamente submeteu-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao ratificar, em dezembro de 1998, a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória prevista no art. 62, da Convenção Americana de Direitos Humanos⁵¹. Dessa forma, **a sentença proferida no caso *Gomes Lund vs. Brasil* tem força vinculante** para todos os Poderes do Estado brasileiro. Por sua vez, não se pode esquecer que a intérprete originária da Convenção Interamericana é a própria Corte Interamericana.

50 OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Vladmir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.

51 Decreto Legislativo n.º 89, de 03 de dezembro de 1998, e Decreto Presidencial n.º 4.463, de 08 de novembro de 2002.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Com efeito, o Poder Judiciário e o Ministério Público encontram-se jungidos ao cumprimento dessas determinações⁵², na medida em que a sentença da Corte IDH vincula todos os agentes do Estado, conforme o artigo 68.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes*”.

A observância da autoridade das decisões da Corte IDH **não afasta ou sequer fragiliza a soberania do Estado-parte**, pois é a própria Constituição que contempla a criação do Tribunal Internacional de Direitos Humanos (art. 7 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias), prevendo, em seu art. 5º, §2º, que: “*Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*”.

A ratificação e aprovação da Convenção, bem como a aceitação da jurisdição da Corte, foram **atos voluntários do Estado brasileiro**, praticados com estrita observância dos procedimentos previstos na Constituição e em concretização de valores palmados em nossa lei fundamental. Para recusar a autoridade da Corte IDH seria necessário então que existisse alguma inconstitucionalidade – formal ou material – nos atos de ratificação, aprovação e promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de aceitação da jurisdição da Corte IDH, o que não ocorre.

Por outro lado, para se sustentar a não aplicação de uma sentença da Corte IDH proferida contra o Brasil, teria que ser declarado inconstitucional o próprio ato de promulgação da cláusula do artigo 68.1 da Convenção⁵³.

Diante, porém, das regras dos artigos 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o país não poderá denunciar apenas um artigo da Convenção, o que implicaria – para recusar a autoridade da sentença da Corte

52 A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidiu que: “o Ministério Público Federal, no exercício de sua atribuição constitucional de promover a persecução penal e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos humanos assegurados na Constituição, inclusive os que constam da Convenção Americana de Direitos Humanos, está vinculado, até que seja declarado inconstitucional o reconhecimento da jurisdição da Corte, ao cumprimento das obrigações de persecução criminal estabelecidas no caso Gomes Lund e outros versus Brasil.” (documento 1/2011, homologado na sessão de 21 de março de 2011). Posteriormente, a Câmara reafirmou esse entendimento (documento nº 2/2011, homologado na sessão de 03/10/2011).

53 O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a força normativa da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em patamar supralegal, conforme RE 466.343/SP, rel. Min. Cezar Peluso. Ou seja, a Convenção é hierarquicamente superior à legislação ordinária.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

IDH – em ter que abdicar do sistema interamericano de direitos humanos como um todo, decisão esta, aliás, que também não encontraria amparo constitucional algum, pois esbarraria no óbice da vedação do retrocesso em matéria de direitos humanos fundamentais, além de importar claramente em violação do princípio da proibição da tutela insuficiente/deficiente dos direitos humanos.

Sendo assim, a superveniente negativa da jurisdição da Corte IDH importaria em nova responsabilização internacional do Estado Brasileiro.

Isto posto, **exceto na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, devem ser observadas as disposições da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund.**

Registre-se, ainda, que no direito comparado, além dos precedentes referidos na sentença do caso *Gomes Lund*, as cortes constitucionais da Argentina (casos *Arancibia Clavel*⁵⁴ e *Videla*⁵⁵), Chile⁵⁶ e do Peru⁵⁷ (caso *Gabriel Orlando Vera Navarrete*, também de 2004⁵⁸)

54 “*La ratificación en años recientes de la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas por parte de nuestro país sólo ha significado la reafirmación por vía convencional del carácter de lesa humanidad postulado desde antes para esa práctica estatal, puesto que la evolución del derecho internacional a partir de la segunda guerra mundial permite afirmar que para la época de los hechos imputados el derecho internacional de los derechos humanos condenaba ya la desaparición forzada de personas como crimen de lesa humanidad.*”

55 No julgamento do recurso do ex-Presidente Ernesto Videla, afirmou a Suprema Corte da Nação argentina: “[E]s necesario (...) reiterar (...) que es ya doctrina pacífica de esta Cámara la afirmación de que los crímenes contra la humanidad no están sujetos a plazo alguno de prescripción conforme la directa vigencia en nuestro sistema jurídico de las normas que el derecho de gentes ha elaborado en torno a dichos crímenes que nuestro sistema jurídico recepta directamente a través del art. 118 Constitución Nacional”.

56 No Chile, no caso *Vila Grimaldi/Ocho de Valparaíso*, a Corte de Apelações de Santiago igualmente afastou a ocorrência da prescrição: “[P]rocede agregar que la prescripción, como se ha dicho, ha sido establecida más que por razones dogmáticas por criterios políticos, como una forma de alcanzar la paz social y la seguridad jurídica. Pero, en el Derecho Internacional Penal, se ha estimado que esta paz social y esta seguridad jurídica son más fácilmente alcanzables si se prescinde de la prescripción, cuando menos respecto de los crímenes de guerra y los crímenes contra la humanidad.”

57 No Peru, no julgamento do caso *Montoya*, o Tribunal Constitucional alinhou-se com o conceito de “*graves violações a direitos humanos*” e estendeu sobre elas o manto da imprescritibilidade: “*Es así que, con razón justificada y suficiente, ante los crímenes de lesa humanidad se ha configurado un Derecho Penal más allá del tiempo y del espacio. En efecto, se trata de crímenes que deben encontrarse sometidos a una estructura persecutoria y condenatoria que guarde una línea de proporcionalidad con la gravedad del daño generado a una suma de bienes jurídicos de singular importancia para la humanidad in toto. Y por ello se trata de crímenes imprescriptibles y sometidos al principio de jurisdicción universal. (...) Si bien es cierto que los crímenes de lesa humanidad son imprescriptibles, ello no significa que sólo esta clase de grave violación de los derechos humanos lo sea, pues, bien entendidas las cosas, toda grave violación de los derechos humanos resulta imprescriptible. Esta es una interpretación que deriva, fundamentalmente, de la fuerza vinculante de la Convención Americana de Derechos Humanos, y de la interpretación que de ella realiza la Corte IDH, las cuales son obligatorias para todo poder público, de conformidad con la Cuarta Disposición Final y Transitoria de la Constitución y el artículo V del TP del CPConst.*”

58 Tribunal Constitucional. Sentencia Exp. n.º 2798-04-HC/TC - *Gabriel Orlando Vera Navarrete* (“26. El delito de desaparición forzada ha sido desde siempre considerado como un delito de lesa humanidad, situación que ha venido a ser corroborada por el artículo 7º del Estatuto de la Corte Penal Internacional, que la define como “la aprehensión, la



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

reconhecem o caráter de *lesa-humanidade* das condutas praticadas em contexto de ataque sistemático e generalizado à população civil, conforme se verifica no presente caso, extraindo dessa conclusão os efeitos jurídicos penais dele decorrentes, notadamente a vedação à anistia e à prescrição.

Em síntese, os crimes imputados aos denunciados, cometido no contexto de um ataque sistemático e generalizado à população civil da região do Araguaia, nos Estados do Pará e Tocantins, entre os anos de 72 e 74, são **insuscetível de anistia e de prescrição**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do caráter vinculante da sentença do caso *Gomes Lund vs. Brasil*. Inexiste, assim, qualquer óbice ao regular processamento da ação penal no presente caso.

Observar os comandos da Corte é decisivo “*tanto para impedir eventuais sanções internacionais ao Estado brasileiro (por violação de seus compromissos), quanto para garantir a máxima proteção dos direitos do indivíduo no Brasil*”⁵⁹.

Esta é a posição institucional assumida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, conforme externado por meio de documentos e julgados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em que se afirmou a necessidade de promover a persecução dos crimes contra a humanidade ocorridos no período da ditadura militar brasileira.

Na mesma linha, em 28 de agosto de 2014, o então Procurador-Geral da República emitiu parecer na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF**, em que se manifestou pela possibilidade de realizar a persecução penal de graves violações a Direitos Humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, inclusive com o afastamento da Lei de Anistia. Neste parecer o PGR reconheceu claramente a **impossibilidade de aplicação da Lei de Anistia** a casos como o presente. Veja a ementa do referido Parecer:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO GOMES LUND E OUTROS VS. BRASIL. ADMISSIBILIDADE DA ADPF. LEI 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 (LEI DA ANISTIA). AUSÊNCIA DE CONFLITO COM A ADPF 153/DF. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONTROLE DE

detención o el secuestro de personas por un Estado o una organización política, o con su autorización, apoyo o aquiescencia, seguido de la negativa a informar sobre la privación de libertad o dar información sobre la suerte o el paradero de esas personas, con la intención de dejarlas fuera del amparo de la ley por un período prolongado”).

59 RAMOS, André de Carvalho. *A execução das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil*.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

CONVENCIONALIDADE. CARÁTER VINCULANTE DAS DECISÕES DA CORTE IDH, POR FORÇA DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, EM PLENO VIGOR NO PAÍS. CRIMES PERMANENTES E OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS PERPETRADAS NO PERÍODO PÓS-1964. DEVER DO BRASIL DE PROMOVER-LHES A PERSECUÇÃO PENAL.

É admissível arguição de descumprimento de preceito fundamental contra interpretações judiciais que, contrariando o disposto na sentença do caso GOMES LUND E OUTROS VERSUS BRASIL, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, declarem extinta a punibilidade de agentes envolvidos em graves violações a direitos humanos, com fundamento na Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), sob fundamento de prescrição da pretensão punitiva do Estado ou por não caracterizarem como crime permanente o desaparecimento forçado de pessoas, ante a tipificação de sequestro ou de ocultação de cadáver, e outros crimes graves perpetrados por agentes estatais no período pós-1964. **Essas interpretações violentam preceitos fundamentais contidos pelo menos nos arts. 1º, III, 4º, I e II, e 50, §§ 1º a 3º, da Constituição da República de 1988.**

Não deve ser conhecida a ADPF com a extensão almejada na petição inicial, para obrigar o Estado brasileiro, de forma genérica, ao cumprimento de todos os pontos resolutivos da sentença no caso GOMES LUND, por ausência de prova de inadimplemento do país em todos eles.

Não procede a ADPF relativamente à persecução de crimes continuados, por inexistir prova de que o Brasil a tenha obstado indevidamente.

A pretensão contida nesta arguição não conflita com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 153/DF nem caracteriza superfetação (*bis in idem*). Ali se efetuou controle de constitucionalidade da Lei 6.683/1979. Aqui se pretende reconhecimento de **validade e de efeito vinculante da decisão da Corte IDH no caso Gomes Lund**, a qual agiu no exercício legítimo do controle de convencionalidade.

A República Federativa do Brasil, de maneira soberana e juridicamente válida, **submeteu-se** à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), mediante convergência dos Poderes Legislativo e Executivo. As decisões desta são vinculantes para todos os órgãos e poderes do país. O Brasil promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) por meio do Decreto 678/1992. Com o Decreto 4.463/2002, reconheceu de maneira expressa e irrestrita como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte IDH em todos os casos relativos à interpretação e aplicação da convenção. O artigo 68(1) da convenção estabelece que os Estados-partes se comprometem a cumprir a decisão da Corte em todo caso no qual forem partes. **Dever idêntico resulta da própria Constituição brasileira, à luz do art. 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988.** Para negar eficácia à Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou às decisões da Corte IDH, seria necessário declarar inconstitucionalidade do ato de incorporação desse instrumento ao Direito interno. Disso haveria de resultar denúncia integral da convenção, na forma de seu art. 75 e do art. 44(1) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (Decreto 7.030/2009).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

No que se refere à investigação e à persecução penal de graves violações a direitos humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, iniciativas propostas pelo Ministério Público Federal têm sido rejeitadas por decisões judiciais que se baseiam em fundamentos de anistia, prescrição e coisa julgada e não reconhecem a natureza permanente dos crimes de desaparecimento forçado (equivalentes, no Direito interno, aos delitos de sequestro ou ocultação de cadáver, conforme o caso). A Corte IDH expressamente julgou o Brasil responsável por violação às garantias dos arts. 8(1) e 25(1) da Convenção Americana, pela **falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis** por esses ilícitos. Decidiu igualmente que as disposições da **Lei da Anistia** que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando obstáculo à persecução penal nem à identificação e punição dos responsáveis.

Cabe ADPF para que o Supremo Tribunal Federal profira, com efeito vinculante (art. 10, caput e § 3o, da Lei 9.882/1999), decisão que impeça se adotarem os fundamentos mencionados para obstar a persecução daqueles delitos, sem embargo da observância das demais regras e princípios aplicáveis ao processo penal, tanto no plano constitucional quanto no infraconstitucional.

Sequestros cujas vítimas não tenham sido localizadas, vivas ou não, consideram-se crimes de natureza permanente (precedentes do Supremo Tribunal Federal nas Extradicações 974, 1.150 e 1.278). Essa condição afasta a incidência das regras penais de prescrição (Código Penal, art. 111, inciso III) e da Lei de Anistia, cujo âmbito temporal de validade compreendia apenas o período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 (art. 1º).

Instrumentos internacionais, a doutrina e a jurisprudência de tribunais de direitos humanos e cortes constitucionais de numerosos países reconhecem que delitos perpetrados por agentes estatais com grave violação a direitos fundamentais constituem **crimes de lesa-humanidade, não sujeitos** à extinção de punibilidade por **prescrição**. Essas categorias jurídicas são plenamente compatíveis com o Direito nacional e devem permitir a persecução penal de crimes dessa natureza perpetrados no período do regime autoritário brasileiro pós-1964.

Parecer pelo conhecimento parcial da arguição e, nessa parte, pela procedência parcial do pedido.

Referido parecer, após apontar para o caráter vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, indica claramente que o conceito de “*Graves Violações de Direitos Humanos*” inclui condutas “*cometidas no contexto da repressão política do Estado ditatorial é a existência de fato típico antijurídico, definido como tal por norma válida anterior, e que constitua simultaneamente, na perspectiva do Direito Internacional costumeiro cogente ou do*”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

direito dos tratados, delito de lesa-humanidade (ou a ele conexo) e, desse modo, insuscetível de anistia”⁶⁰.

Não bastasse, o aludido Parecer foi ainda mais claro ao demonstrar o caráter de lesa-humanidade aos crimes cometidos por agentes da ditadura militar de 1964. Asseverou o então PGR que:

[...] os métodos empregados na repressão aos opositores do regime militar exorbitaram a própria legalidade autoritária instaurada pelo golpe de 1964. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque o objetivo primário do sistema não era a produção de provas válidas para serem usadas em processos judiciais, como seria de esperar, mas o dismantelamento, a qualquer custo, independentemente das regras jurídicas aplicáveis, das organizações de oposição, especialmente as envolvidas em ações de resistência armada.

Não se pretende estabelecer nesta manifestação discussão acerca da legitimidade dos métodos empregados pelos opositores do regime autoritário no período pós-1964. O que se aponta é que ao Estado cabia resistir às ações que reputasse ilegítimas nos termos da lei. Foram as **ações à margem da lei dos agentes estatais** que resultaram no cometimento de **crimes de lesa-humanidade**, de graves violações a direitos humanos, objeto da sentença da Corte IDH, objeto deste processo.

Nesses termos, o respeito às garantias mais fundamentais das pessoas suspeitas ou presas era frequentemente letra morta para os agentes públicos envolvidos na repressão política. Como era notório e foi atestado nos últimos meses por novas provas obtidas pelo Ministério Público Federal, a prática de invasões de domicílio, sequestros e tortura não era estranha ao sistema. Ao contrário, tais ações faziam parte do método regular de obtenção de informações empregado por órgãos como o Centro de Informações do Exército (CIE) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs).

Além disso, a partir dos desaparecimentos de VIRGÍLIO GOMES DA SILVA, em São Paulo, em setembro de 1969, e de MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, no Rio de Janeiro, no início de 1970, verificou-se cometimento sistemático do crime internacionalmente conhecido como desaparecimento forçado. (...)

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política lançadas nas nove ações penais já ajuizadas, importa enfatizar que torturas, mortes e desaparecimentos **não eram acontecimentos isolados** no quadro da repressão política, mas a parte mais violenta e clandestina de um sistema organizado para suprimir a oposição ao regime, não raro mediante ações criminosas cometidas e acobertadas por agentes do Estado.

Desaparecimentos forçados, execuções sumárias, tortura e muitas infrações penais a eles conexas já eram, na época de seu cometimento pelo regime autoritário, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual devem sobre eles incidir as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às **normas cogentes de direito internacional**, notadamente a **imprescritibilidade** e a **insuscetibilidade de concessão de anistia**.

60 Fls. 63 do referido parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Por fim, concluiu o Procurador-Geral da República:

1. Em síntese, os crimes cometidos por agentes da ditadura militar brasileira no contexto de ataque sistemático ou generalizado à população civil são **imprescritíveis e insuscetíveis de anistia**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do **caráter vinculante da sentença** do caso *Gomes Lund vs. Brasil* [...]. Dessa maneira, à luz da Constituição do Brasil, da reiterada jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da doutrina e da interpretação dada por diversas cortes constitucionais e organismos internacionais representativos, como a ONU, a atos semelhantes, e também por força dos compromissos internacionais do país e do ordenamento constitucional e infraconstitucional, os crimes envolvendo grave violação a direitos humanos perpetrados à margem da lei, da ética e da humanidade por agentes públicos brasileiros durante o regime autoritário de 1964-1985 **devem ser objeto de adequada investigação e persecução criminal**, sem que se lhe apliquem institutos como a **anistia** e a **prescrição**.

Também a Turma Especial I do Tribunal Regional Federal da 2ª Região já decidiu no mesmo sentido (Proc. n. 2014.00.00.104222-3):

É forçoso concluir, portanto, pela competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação penal originária do presente feito. Outrossim, **há que se afastar as alegadas causas extintivas de punibilidade** eis que inócurre a **prescrição** em relação aos delitos permanentes e aqueles que por sua forma e modo de execução configuram **crimes de lesa-humanidade**, evidenciando a **inaplicabilidade da lei de anistia** ao presente caso.

Portanto, a Lei de Anistia – à luz da jurisprudência pacífica da Corte Interamericana e, inclusive, em razão de decisão expressa aplicável ao Brasil – não é motivo suficiente para obstar a punição dos responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade.

II.3 Da compatibilidade da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a decisão do STF na ADPF 153. Da força vinculante da decisão da Corte Interamericana. Do controle de convencionalidade.

A decisão da Corte IDH possui **efeito vinculante** e não é, em nada, incompatível com o conteúdo do acórdão proferido pelo E. Supremo Tribunal Federal nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, no âmbito da qual se declarou a *constitucionalidade* da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexo com estes no período entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

O julgamento da ADPF concluiu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição da República brasileira, **mas não em relação ao direito internacional** e, mais especificamente, em relação à **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Em outras palavras, o STF – na sua qualidade de guardião da Constituição – efetuou o controle de constitucionalidade da norma de 1979 à luz do direito interno e da Constituição, mas não se pronunciou a respeito da compatibilidade da causa de exclusão da punibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro. **Ou seja, não efetuou – até porque não era esse o objeto da ação – o chamado controle de convencionalidade da norma**. Conforme aponta André de Carvalho Ramos:

“[O] STF, que é o guardião da Constituição [...] exerce o controle de constitucionalidade. Por exemplo, na ADPF 153, a maioria dos votos decidiu que a anistia aos agentes da ditadura militar é a interpretação adequada da Lei de Anistia e esse formato amplo de anistia é que foi recepcionado pela nova ordem constitucional.

De outro lado, a Corte de San José é a guardiã da CADH e dos tratados de DH que possam ser conexos. Exerce, então, o controle de convencionalidade. Para a Corte Interamericana, a Lei de Anistia não é passível de ser invocada pelos agentes da ditadura. Mais: sequer as alegações de prescrição, bis in idem e irretroatividade da lei penal gravior merecem acolhida.

Com base nessa separação vê-se que é possível dirimir o conflito aparente entre uma decisão do STF e da Corte de San José.

[...]

No caso da ADPF 153, houve o **controle de constitucionalidade**. No caso Gomes Lund, houve o **controle de convencionalidade**. A **anistia** aos agentes da ditadura, para subsistir, deveria ter sobrevivido intacta aos dois controles, mas só passou (com votos contrários, diga-se) por um, o controle de constitucionalidade. **Foi destruída no controle de convencionalidade**.

Por sua vez, as teses defensivas de prescrição, legalidade penal estrita etc., também deveriam ter obtido a anuência dos dois controles. Como tais teses defensivas não convenceram o controle de convencionalidade e dada a aceitação constitucional da internacionalização dos DH, não podem ser aplicadas internamente.”⁶¹

Assim, no que se refere à força cogente e ao caráter vinculante da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (**caso Gomes Lund vs. Brasil**), é de se reconhecer que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana **não** implica dizer que a decisão da Corte Interamericana seja superior à do Supremo Tribunal Federal ou que se esteja desautorizando a

61 André de Carvalho Ramos, “Crimes da Ditadura Militar: a ADPF 153 e a Corte IDH” in Luiz Flávio Gomes e Valério de Oliveira Mazzuoli (coord.), *Crimes da Ditadura Militar - Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte IDH*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 217-218.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

autoridade do sistema de justiça pátrio. Tampouco significa violar o caráter vinculante da decisão do STF.

Em verdade, **cada decisão possui seu escopo próprio e seu parâmetro específico de análise**. Enquanto o STF, na qualidade de guardião da Constituição, analisou a constitucionalidade das disposições constitucionais, a Corte Interamericana, como intérprete originária da Convenção Americana de Direitos Humanos, verifica a compatibilidade de todo o direito interno nacional à luz da Convenção (controle de convencionalidade).

Logo, o julgamento da ADPF **não esgotou o controle de validade da Lei de Anistia**, pois entendeu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição Federal brasileira, mas não em relação ao direito internacional. Nessa matéria, como é cediço, cabe à Corte IDH se pronunciar, de forma vinculante, em matéria de controle de convencionalidade. É que para uma norma ser considerada juridicamente válida – em relação aos parâmetros de proteção aos direitos humanos – é indispensável que se submeta aos dois controles⁶².

Não se olvide que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, o que impõe o dever de adotar, no direito interno, as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas em virtude daquele diploma, salientando-se que:

“Ao aderir à Convenção e reconhecer a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assume também um compromisso transcendente aos limites do poder soberano interno, qual seja, o de cumprir com as decisões de um órgão jurisdicional não sujeito à sua soberania. Nesta hipótese, supera-se, de forma irreversível, o dogma da soberania absoluta. Ainda assim, se restar alguma dúvida, a própria Corte, na Opinião Consultiva 02/82, afirmou a supremacia das normas de direito internacional de direitos humanos, independentemente de nacionalidade, bem como o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima”.⁶³

Importa destacar, ainda, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos é tribunal ao qual o Brasil **voluntariamente** se vinculou e se obrigou a cumprir suas decisões no tocante a graves violações a direitos humanos aqui ocorridas. Assim fazendo, o País atendeu à nossa Constituição,

⁶² Cabe rememorar que pende de julgamento na Suprema Corte a ADPF nº 320, na qual se discute justamente a convencionalidade da lei de anistia brasileira. Nessa ADPF, o parecer do Procurador-Geral da República, emitido em 28/08/2014, defendeu, além da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, a inconvenção da lei de anistia brasileira, conforme já demonstrado.

⁶³ CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 102-103.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

que ordena a filiação do Brasil a tribunais internacionais de direitos humanos (artigo 7º, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Segundo André de Carvalho Ramos, não cumprir as decisões da Corte violaria o art. 5, §§ 2º e 3º, bem como todos os comandos constitucionais que tratam de “tratados de direitos humanos”, tal como o art. 7º da ADCT. Sobre este último, assevera:

“Ora, que adiantaria a Constituição chegar a mencionar expressamente um tribunal internacional de direitos humanos se fosse autorizado constitucionalmente a qualquer autoridade brasileira ignorar os comandos desse mesmo Tribunal?”⁶⁴

E, como visto, em 24 de novembro de 2010 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund⁶⁵, ocasião em que a Corte expressamente afastou os efeitos da Lei da Anistia brasileira e condenou o Brasil a não mais invocá-la como óbice à investigação e responsabilização/punição de casos de graves violações de direitos humanos.

No tocante à preocupação referente à soberania do país e à declaração de constitucionalidade da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal, anterior à decisão internacional, mister trazer à baila os ensinamentos de André de Carvalho Ramos:

“No plano estritamente formal, a sentença internacional não rescinde nem reforma ato judicial interno, já que inexistente, como apontado, hierarquia funcional entre os tribunais internos e internacionais. A sentença internacional, ao ser implementada internamente, suspende a eficácia do comando judicial interno, como decorrência implícita do próprio ato.”⁶⁶

Uma vez reconhecida a jurisdição da CIDH – iniciativa facultativa, lembre-se –, o cumprimento de suas decisões passa a ser obrigatório. Em outras palavras, como ensina Valério Mazzuoli, “*aceita a competência jurisdicional da Corte os Estados se comprometem a cumprir tudo aquilo que por ela vier a ser decidido, tanto em relação à interpretação quanto relativamente à aplicação da Convenção*”⁶⁷.

64 CARVALHO RAMOS, André. Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: RT, 2011.

65 Trata-se do caso Júlia Gomes Lund e Outros versus o Estado Brasileiro, autuado como Demanda n. Caso 11.552 na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sentença de 24 de novembro de 2010.

66 In *Processo Internacional de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 345.

67 MAZZUOLI, Valério. *Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: RT, p. 270/271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Por outro lado, repise-se, não se trata de uma questão de soberania ou de conflito entre duas instâncias de equivalente estatura, mas de **competência funcional da Corte Interamericana em matéria de graves violações a direitos humanos**.

Logo, não há que se falar em conflito e nem da possibilidade de se recusar a autoridade da Corte sem que isso represente frontal descumprimento – com as consequências decorrentes, conforme já mencionado – do disposto no artigo 68.1 da Convenção respectiva: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.*”

Repita-se: salvo na hipótese de se declarar a inconstitucionalidade da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o *Parquet* e o Judiciário – assim como o governo e o Legislativo – estão adstritos a esta obrigação: **cumprir a decisão da Corte**.

E não se alegue que cabe primeiro ao STF reanalisar a questão para que, após, os demais magistrados passem a cumprir a decisão da Corte. As decisões posteriores, proferidas por tribunais competentes para a matéria, devem ser cumpridas imediatamente por todos os magistrados, inclusive de primeira instância.

Para sustentar que a sentença internacional não é vinculante seria necessário, como dito, realizar juízo de constitucionalidade do já referido artigo 68.1 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos.

Viola normas elementares do direito internacional o fato de o Brasil ratificar a CIDH e agora, sob alegação de prevalência do direito interno, ver seus órgãos judiciários decidirem contra a decisão da Corte e a própria Convenção, sem prévia declaração de inconstitucionalidade do ato de ratificação desse documento internacional.

Nesse particular, cabe destacar que uma declaração de inconstitucionalidade deve considerar a necessidade do Brasil denunciar integralmente a Convenção, conforme dispõe o artigo 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados:

“O direito de uma parte, previsto num tratado ou decorrente do artigo 56, de denunciar, retirar-se ou suspender a execução do tratado, só pode ser exercido em relação à totalidade do tratado, a menos que este disponha ou as partes acordem diversamente.”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Cumpra novamente ressaltar, contudo, que denunciar a Convenção Interamericana representaria claro retrocesso em matéria de proteção dos Direitos Humanos, o que é vedado pelo princípio da proibição do retrocesso. Como afirma Mazzuoli,

“[o] Estado não pode, por ato unilateral seu, desengajar-se do reconhecimento da competência contenciosa da Corte, desonerando-se das obrigações que anteriormente assumira, uma vez que tal configuraria um retrocesso à proteção desses mesmos direitos no território deste Estado (estando o princípio da vedação do retrocesso a impedir que isto aconteça)”⁶⁸.

Não há dúvidas, pois, de que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos há de ser promovido pelo Brasil, de modo que, caso contrário, o Estado brasileiro permanecerá em mora com o sistema internacional até a implementação da sentença da Corte. Poderá ser, portanto, responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento do compromisso assumido com a assinatura do tratado⁶⁹.

Os órgãos integrantes do sistema de Justiça brasileiro não podem, portanto, recusar a sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos sob a alegação de prevalência do direito constitucional interno, pois foi este mesmo direito constitucional que vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional.

Nesta mesma linha, o Procurador-Geral da República, no Parecer já mencionado, proferido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF, analisou a questão da compatibilidade entre as decisões da Corte Interamericana e do STF, na ADPF 153, pronunciando-se nos seguintes termos:

Não deve prosperar a posição manifestada pelo Congresso Nacional (peça 23), pois o objeto desta ADPF não é igual àquele decidido na ADPF 153. Ali, declarou-se a **constitucionalidade** da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Aqui, trata-se do controle dos efeitos da Lei 6.683/1979 em decorrência de decisão judicial vinculante da Corte IDH, superveniente ao julgamento da ADPF 153, com declaração de ineficácia parcial da lei nacional. Conquanto os efeitos concretos de ambas as ADPFs orbitem em torno da responsabilidade criminal de agentes públicos envolvidos com a prática de crimes durante a repressão à dissidência política na ditadura militar, a matéria jurídica a ser decidida é manifesta e essencialmente distinta. Na presente ADPF não se cogita de reinterpretar a Lei da Anistia nem

68 Ob. cit., p. 275.

69 Nesse sentido: “Quando o Estado condenado não cumpre a sentença, cabe à Corte informar o fato em seu informe anual dirigido à Assembleia-geral da OEA, onde se materializa sanção moral e política”. (CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 133)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

de lhe discutir a constitucionalidade (tema submetido a essa Suprema Corte na ADPF 153), mas de **estabelecer os marcos do diálogo** entre a jurisdição internacional da **Corte Interamericana de Direitos Humanos** (plenamente aplicável à República Federativa do Brasil, que a ela se submeteu de forma voluntária, soberana e válida) e **a jurisdição do Poder Judiciário brasileiro**. Em segundo lugar, porque, como observou André de Carvalho Ramos, **não existe conflito** entre a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 153 e a da Corte Interamericana no caso Gomes Lund. O que há é exercício do **sistema de duplo controle**, adotado em nosso país como decorrência da Constituição da República e da integração à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: o **controle de constitucionalidade nacional e o controle de convencionalidade internacional**. *“Qualquer ato ou norma deve ser aprovado pelos dois controles, para que sejam respeitados os direitos no Brasil.”* [RAMOS, André de Carvalho. A ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério. Crimes da ditadura militar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 217.] Na ADPF 153, o STF efetuou **controle de constitucionalidade** da Lei 6.683/1979, mas **não se pronunciou** a respeito da compatibilidade da causa de exclusão de punibilidade com os **tratados internacionais de direitos humanos** ratificados pelo Estado brasileiro. Não efetuou – até porque não era esse o objeto daquela ação – o chamado controle de convencionalidade da norma [...]. Ressalte-se, mais uma vez, que **a sentença da Corte IDH é posterior ao acórdão na ADPF 153/DF**. Com efeito, a decisão internacional é de 24 de novembro de 2010, ao passo que o julgamento da ADPF 153/DF se concluiu em 29 de abril de 2010. Desse modo, a **decisão internacional constitui ato jurídico novo**, não apreciado pelo STF no julgamento da ação pretérita. Não há, portanto, óbice ao conhecimento desta ação, no que se refere ao efeito vinculante da sentença do caso Gomes Lund com referência a interpretações judiciais antagônicas em torno do alcance que se deve dar aos preceitos fundamentais do Estado brasileiro.

Em síntese, não há nenhuma incompatibilidade entre a sentença judicial internacional vinculante e o quando decidido na ADPF 153, uma vez que o objeto das duas decisões é **diverso**.

Além disso, não se pode ignorar que a própria recusa ao seguimento da presente ação pode configurar uma nova violação do artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, conforme o entendimento da Corte Interamericana sobre a “obrigação de garantia” dos direitos previstos naquele diploma.

II.4. Da qualificação do fato imputado ao denunciado como “crime contra a humanidade” – grave violação de direitos humanos – e consequente imprescritibilidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

As condutas imputadas são reconhecidas pela comunidade internacional como graves violações de direitos humanos, que foram praticadas em contexto de ataque generalizado e sistemático à população civil brasileira por parte de agentes estatais responsáveis pela repressão política no período do regime militar. A tais crimes não se pode simplesmente aplicar regras de direito interno quanto à extinção da punibilidade, dado serem revestidos, dentre outros, do atributo da imprescritibilidade.

Desde a execução do crime em pauta, no ano de 1972, já se estava diante de um crime imprescritível, pois qualificado como crime contra a humanidade, como visto.

No caso concreto, conforme já mencionado, indispensável destacar que os crimes praticados por agentes do Estado em face de dissidentes e suspeitos de subversão, subsumem-se à categoria dos delitos de lesa-humanidade, firmada juridicamente (com caráter *jus cogens*) desde o fim da 2ª Guerra Mundial. No direito penal internacional, a introdução da expressão é consensualmente atribuída aos julgamentos de Nuremberg, em 1945.⁷⁰

A partir de então, a imprescritibilidade foi afirmada pela Assembleia Geral da ONU em diversas Resoluções editadas entre 1967 e 1973, a saber: (i) nº 2.338 (XXII), de 1967; (ii) nº 2.391 (XXIII), de 1968; (iii) nº 2.583 (XXIV), de 1969; (iv) nº 2172 (XXV), de 1970; (v) nº 2.840 (XXVI), de 1971; e (vi) nº 3.074 (XXVIII), de 1973. Estas demonstram o consenso existente entre os Estados, já à época dos fatos narrados nestes autos, no sentido de conferir um estatuto jurídico distinto e específico no que tange à persecução e punição das graves violações a direitos universais do homem.

Consenso esse, vigente até os dias atuais, que culminou na criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), em julho de 1998, com base no Estatuto de Roma, que entrou em vigor em 2002. O TPI é um tribunal permanente destinado ao processo e julgamento, de forma suplementar à atuação do Estado, dos crimes contra a humanidade.

Portanto, muito antes de os agentes do Estado e membros das Forças Armadas perpetrarem, na ditadura militar, o sequestro, a tortura, o homicídio e a ocultação de cadáveres, no contexto de ataque sistemático e generalizado, em ações de persecução e repressão violenta dos

⁷⁰Os crimes contra a humanidade são mencionados no art. 6º, letra c, do Estatuto de Nuremberg: “crimes contra a humanidade, isto é, o assassinio, o extermínio, a escravização, a deportação e qualquer outro ato desumano cometido contra populações civis, antes ou durante a guerra, bem como perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos, quando esses atos ou perseguições, constituindo ou não uma violação do direito interno dos países onde foram perpetrados, tenham sido cometidos em execução ou em conexão com qualquer crime da jurisdição do Tribunal”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

dissidentes políticos, tais condutas já eram reputadas pelo direito internacional como crimes contra a humanidade.

Diga-se, ainda, que o Brasil reconheceu expressamente o caráter normativo dos princípios estabelecidos entre as nações quando, em 1914, ratificou a Convenção Concernente às Leis e Usos da Guerra Terrestre, que consubstancia norma de caráter geral.

De outro lado, como visto acima, em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, decisão em que foi reiterada a **inadmissibilidade** da aplicação de disposições internas acerca da prescrição ou do estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias (homicídios), extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados, incluindo-se nesse rol o crime – conexo, permanente e praticado nesse contexto – de ocultação de cadáver, todas elas violadoras de direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A necessidade de se dar cumprimento a tal decisão, que abrange o caso dos autos, decorre, portanto, do disposto no art. 68.1 da Convenção Interamericana, como demonstrado.

II.5. Da permanência dos crimes de ocultação de cadáver até a presente data.

As Forças Armadas, além de reprimir o foco da resistência, eliminando quem se opunha à ditadura então vigente, tinha por objetivo também inibir qualquer novo levante de oposição ao regime, além de ocultar os cadáveres as vítimas. Assim, para além de combater o movimento dissidente, o Exército buscava negar sua existência e ocultar os vestígios dos crimes cometidos a fim de assegurar a impunidade dos agentes estatais.

Neste contexto, após as mortes/execuções, os corpos, no primeiro momento, eram identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares. Em seguida as assadas eram removidas para locais diversos e ocultadas em definitivo – conduta que se protraí, no caso, até a presente data – com vistas a apagar os vestígios os crimes e garantir a impunidade dos responsáveis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

Como é sabido, o delito tipificado no art. 211 do Código Penal constitui **crime permanente** por excelência, uma vez que sua consumação se perpetua no tempo, pelo período em que durar a retenção ilegal – ocultação dos restos mortais da vítima⁷¹.

Esse entendimento também foi mantido na Ext. 1274, no qual o STF afirmou não ter ocorrido a prescrição do crime permanente de sequestro.

Por tais motivos, descabe falar em exaurimento dos crimes de ocultação de cadáver e, conseqüentemente, da ocorrência de prescrição ou da extinção da punibilidade pela anistia, haja vista que cuida a presente de crimes de caráter permanente, cujo curso do prazo prescricional sequer se iniciou – e, uma vez que ainda em consumação, não são compreendidos, portanto, pelo marco temporal previsto na Lei de Anistia de 1979, consoante demonstrar-se-á.

Ora, uma vez que a peça inicial da acusação imputa ao denunciado o cometimento de dois crimes permanentes (ocultação dos cadáveres das duas vítimas) ainda em execução, **verifique-se, a teor do art. 111, inc. III, do Código Penal, que a contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva estatal ainda sequer se iniciou.**

Ademais, pelas mesmas razões acima expostas – natureza permanente e atual dos crimes de ocultação de cadáver objeto da imputação –, conclui-se que a Lei de Anistia editada em 1979 não beneficia o ora denunciado. Isto porque o art. 1º da Lei 6.683/79 limitou a extensão de seus efeitos **aos fatos ocorridos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979**. Assim, os delitos em voga **estão fora do âmbito normativo da Lei de Anistia**.

Se os crimes permanentes imputados ao denunciado permanecerem em execução após 1979, **estão eles excluídos do benefício legal, já que extrapolaram os limites temporais estabelecidos pela própria *lex mitior*.**

A *ratio* ora invocada, aliás, é a mesma adotada pelo E. Supremo Tribunal Federal, na sua **Súmula 711**: “A Lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

Não se está, portanto, questionando a constitucionalidade da Lei 6.683/79 – matéria já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 –, mas sim, tão somente, postulando, em conformidade com a

⁷¹ Como salienta Aloysio de Carvalho Filho, nos crimes permanentes, “o estado violador da lei se prolonga sem intervalos, numa duração, digamos assim, sem colapsos e sem limites, e a qualquer momento o crime está sendo cometido, porque esse ininterrupto estado antijurídico é que é, exatamente, o crime” (Comentários ao Código Penal, Volume IV, Rio de Janeiro, Forense, 1944, p. 315).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

jurisprudência do STF, a incidência do art. 111, inciso III, do Código Penal e da Súmula 711 do STF ao presente caso.

Em síntese, não há que se cogitar de prescrição neste caso, seja porque até os dias atuais os restos mortais das vítimas permanecem ocultos, para todos os fins, inclusive penais, seja em razão do caráter de crime de lesa-humanidade de que se reveste o conjunto de crimes executados diretamente pelo denunciado ou sob o seu comando.

II.6. Da adoção do cômputo da prescrição somente depois de cessadas as causas responsáveis pela impossibilidade de sanção⁷²

No presente caso, resulta necessária ainda a **inaplicabilidade judicial da prescrição baseada na razão de ser do instituto. De fato, o prazo prescricional corre em razão da falta de atuação estatal frente a um fato punível. Tal circunstância claramente não se faz presente nos casos em que o próprio ente estatal garantiu a impunidade dos crimes por meio de autoanistia.**

Assim, a prescrição só começaria a correr para esses crimes a partir do momento em que as investigações se tornaram possíveis, sendo inaplicável, no caso, o reconhecimento judicial da prescrição em razão da própria razão de ser do instituto.

Em verdade, o prazo prescricional transcorre na hipótese de ausência de atuação estatal frente a uma conduta punível, a fim de que se evite, em situações comuns, a perpetuação *ad eternum* da ameaça de punição. Tal circunstância, por outro lado, não se faz presente em casos nos quais o próprio Estado, responsável pela persecução penal, deixa de investigar os crimes porque sequer é permitida a persecução penal dos fatos delituosos. Nesta situação, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente o seu desiderato.

No Brasil, isso se deu em razão de a Lei de Anistia haver representado verdadeira supressão institucional da denominada “contingência de punição”. E, já antes do surgimento dessa lei, o processamento dos crimes era impedido, claro, pela autoproteção concedida pelo Estado a seus agentes.

Ou seja, em razão disso, nunca houve, em verdade, a deliberada e necessária “contingência da punição” no Brasil para os crimes cometidos pelos agentes do estado durante a

⁷² A respeito do tema, veja-se MARX, Ivan Cláudio (2014). Justiça de transição: necessidade e factibilidade da punição aos crimes da ditadura, Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

última ditadura militar.

Desta maneira, frente à falta de contingência da punição, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente sua razão de ser. Nas palavras de Mañalich⁷³ (2010, p. 213), *'no parece haber razón alguna por la cual la extinción del derecho punitivo respectivo no pueda entenderse sujeta a la condición inmanente de que el ejercicio de la acción penal haya sido, desde el principio, institucionalmente posible'*.

Assim, resulta perfeitamente plausível aceitar-se a inaplicabilidade da prescrição ao caso concreto em razão de que, por meio de uma plantada impossibilidade institucional, caracterizada pela lei de autoanistia, se obistou a necessária contingência da punição, impedindo o início do prazo prescricional.

Conforme ainda Mañalich (2010, p. 215):

'De cara a la institución de la prescripción, esto quiere decir lo siguiente: primero, que la prescripción de la acción penal es la institución que provee la demarcación de la extensión temporal de la contingencia (institucional) de la punición; y segundo, que la institución de la prescripción de la acción penal no puede reclamar aplicación allí donde la punición no ha sido (institucionalmente) contingente'

Ademais, não resulta possível tratar, da mesma maneira, a prescrição para os crimes comuns, que afrontam a ordem jurídica e ensejam o exercício do poder sancionador, e para os crimes cometidos sob o pálio protetivo do Estado. Isso porque, nesse último caso, utiliza-se justamente o poder estatal para cometer tais crimes, bem como para assegurar a permanente impunidade de seus autores (inicialmente por sua própria inércia e, em seguida, com base na autoanistia, medidas essas que, somadas, fazem com que o prazo de prescrição transcorra sem nenhum risco ou possibilidade de sanção).

Nesse sentido decidiu a Corte Suprema de Chile⁷⁴:

Si bien es cierto que en el proceso criminal, el Estado se somete a restricciones instrumentales, formales, institucionales y, como en este caso, temporales y, en tal virtud, transcurrido un lapso de tiempo más o menos prolongado, según cuál sea la gravedad del delito, sin que la persecución se concrete en la imposición o en la ejecución de un castigo, el Estado la abandona, no lo es menos que lo que el estado de derecho no autoriza es el mantenimiento indefinido de la contingencia de represión. Lo que presupone, sin embargo, que la punición ha sido contingente por algún espacio de tiempo lo que, precisamente, no ha

⁷³ MAÑALICH, Juan Pablo (2010). Terror, pena y amnistía. El derecho penal ante el terrorismo de Estado. Editorial Flandes Indiano, Santiago.

⁷⁴ Corte Suprema de Chile. S.C.S, 10.05.2007, Rol nº. 3452-06, “caso Londres 38”, considerando septuagésimo cuarto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

ocurrido en los antecedentes de que se trata, dado que un delito cubierto por una amnistía es uno respecto del cual la persecución penal deviene en imposible por su inhibición, en este evento a través del Decreto Ley N° 2.191 de mil novecientos setenta y ocho, lo que provocó, por ende, que respecto de estos importantes sucesos, el cómputo del período de prescripción no comenzará a correr, sino una vez que la supresión institucional de la contingencia de la punición, a raíz de la ruptura del orden constitucional, acabara y la constitución de un gobierno que otorgue las debidas garantías a quienes sentían lesionados o atropellados en sus derechos fundamentales consagrados en nuestra Carta Magna [...].

Com entendimento similar, afastando o início da prescrição executória enquanto inexistente a contingência da punição, o eg. Supremo Tribunal Federal entendeu que:

“(...) o início da contagem do prazo de prescrição somente se dá quando a pretensão executória pode ser exercida. Se o Estado não pode executar a pena, não se pode dizer que o prazo prescricional já está correndo. Assim, mesmo que tenha havido trânsito em julgado para a acusação, se o Estado ainda não pode executar a pena (ex: está pendente uma apelação da defesa), não teve ainda início a contagem do prazo para a prescrição executória. É preciso fazer uma interpretação sistemática do art. 112, I, do CP.

STF. 1ª Turma. RE 696533/SC, Rel. Min. Luiz Fux, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 6/2/2018 (Info 890).”

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PRERROGATIVA DE FORO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. DEMAIS TESES RECURSAIS REJEITADAS. IMEDIATA EXECUÇÃO DA PENA. I. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA 1. **A prescrição da pretensão executória pressupõe a inércia do titular do direito de punir. Se o seu titular se encontrava impossibilitado de exercê-lo em razão do entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal que vedava a execução provisória da pena, não há falar-se em inércia do titular da pretensão executória.** 2. O entendimento defensivo de que a prescrição da pretensão executória se inicia com o trânsito em julgado para a acusação viola o direito fundamental à inafastabilidade da jurisdição, que pressupõe a existência de uma tutela jurisdicional efetiva, ou melhor, uma justiça efetiva. 3. A verificação, em concreto, de manobras procrastinatórias, como sucessiva oposição de embargos de declaração e a renúncia do recorrente ao cargo de prefeito que ocupava, apenas reforça a ideia de que é absolutamente desarrazoada a tese de que o início da contagem do prazo prescricional deve se dar a partir do trânsito em julgado para a acusação. Em verdade, tal entendimento apenas fomenta a efetividade da jurisdição penal. 4. **Desse modo, se não houve ainda o trânsito em julgado para ambas as partes, não há falar-se em prescrição da pretensão executória.** II. DEMAIS TESES VENTILADAS NO RECURSO ESPECIAL. 5. As teses de mérito do recurso especial já foram examinadas pelo Supremo Tribunal Federal por duas vezes. Uma, em sessão virtual posteriormente anulada pela Turma para trazer a matéria à discussão presencial. Outra, pelo Ministro Luiz Fux, em habeas corpus impetrado pelo ora recorrente. 6. Ressalto, no ponto, que os tipos penais em análise não exigem a ocorrência de dano ao erário. Como se sabe, a regra para a contratação pelo poder público é que os contratos sejam precedidos de procedimento licitatório, assegurando a concorrência entre os participantes,



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Por esta razão, as hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação são taxativas e não podem ser ampliadas. O bem jurídico tutelado aqui é, em última instância, a própria moralidade administrativa e o interesse público, prescindindo a consumação dos delitos em análise, repita-se, da ocorrência de dano ao erário, uma vez que o interesse público já foi lesado pela ausência de higidez no procedimento licitatório. 7. De todo modo, a análise acerca da ocorrência de dano ao erário ou da presença de dolo específico exigem o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado no âmbito dos recursos excepcionais (SUM 7/STJ e SUM 279/STF). III. CONCLUSÃO 8. Recurso especial não conhecido. Determinação de imediata execução da pena imposta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a quem delegada a execução da pena. Expedição de mandado de prisão. (RE 696533, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-041 DIVULG 02-03-2018 PUBLIC 05-03-2018 – grifo nosso).

O entendimento do STF é perfeitamente lógico e segue a mesma linha de argumentação adotada no presente caso.

Nesse diapasão, a partir de uma interpretação sistêmica do art. 111⁷⁵, inciso I, do Código Penal, estando os órgãos de persecução impedidos de processar o caso em razão da lei de anistia, não há de se falar em fluência do prazo prescricional antes de 14 de dezembro de 2010, data em que o país foi notificado da decisão da Corte Interamericana no caso Gomes Lund vs. Brasil. Nessa oportunidade, consoante fundamentos acima explicitados, o tribunal competente para julgar a convencionalidade da lei de anistia brasileira o fez, afastando a sua incidência e, assim, possibilitando a investigação e persecução penal desses crimes.

Outrossim, registre-se que não se aplica à espécie a causa excludente de culpabilidade prevista no art. 18 do CP⁷⁶, sob eventual argumento de que os denunciados teriam agido em obediência hierárquica, seja porque ocupava ele posição de destaque na cadeia de comando da repressão estatal no Araguaia, seja porque inegável, *in casu*, o caráter manifestamente ilegal da ordem (o que afasta, nos termos da referida norma, a incidência dessa dirimente) emanada de seus superiores hierárquicos (já falecidos), a consubstanciar, inclusive, delito de lesa-humanidade.

No entanto, quanto à Josias Gonçalves não há dolo de ocultar. Isso porque o denunciado **JOÃO LUCENA LEAL**, após receber o corpo da vítima com a presença de **SEBASTIÃO CURIÓ**

75 Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

I - do dia em que o crime se consumou;

76 Da antiga Parte Geral do Código Penal, vigente à época dos fatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

e **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, na Base de Xambioá, da qual **JOÃO LUCENA LEAL** era o comandante, e com o fim de acobertar o crime de homicídio anteriormente praticado, ordenou diretamente ao morador da região, Josias Gonçalves, que cavasse com os militares recrutas uma cova dentro da Base de Xambioá para que o cadáver de OSVALDO ORLANDO DA COSTA fosse ali enterrado, o que foi feito pelos mesmos.

Josias Gonçalves apenas cavou cova dentro da Base de Xambioá para que o cadáver de OSVALDO ORLANDO DA COSTA fosse ali enterrado. Sua conduta não teve por finalidade destruir, subtrair ou ocultar cadáver, posto que não havia liame e unidade de desígnios com a conduta praticada pelos denunciados. Ademais, Josias Gonçalves estava sob coação moral irrisível, considerando que era um morador da região, que se encontrava submetido ao julgo dos denunciados.

Por sua vez, em trabalho conjunto com Josias Gonçalves, Francisco Goés Monteiro também cumpriu com a ordem de **JOÃO LUCENA LEAL** para cavar o buraco em que a vítima foi enterrada. Da mesma forma, Francisco Goés Monteiro não há dolo de ocultar. Sua conduta não teve por finalidade destruir, subtrair ou ocultar cadáver, posto que não havia liame e unidade de desígnios com a conduta praticada pelos denunciados.

Na data dos fatos, com a direção de **SEBASTIÃO CURIÓ**, as Bases Militares estavam articuladas e equipes militares da Base de Xambioá, comandada pelo denunciado **JOÃO LUCENA LEAL**, da Base de Bacaba, ordenadas pelo denunciado **JOÃO SANTA CRUZ SACRAMENTO**, responsável pelos pelotões na mata, bem como tropas da Brigada Pará-queda, comandadas pelo denunciado **CELSO SEIXAS MARQUES FERREIRA**, dentre outras equipes oriundas de diversas unidades do país⁷⁷, encaminharam-se à região do Saranzal, com a presença do camponês, obrigado a servir como guia do Exército na mata, **Arlindo Vieira da Silva**, conhecido como “Arlindo Piauí”, já falecido, conforme registrado em depoimentos e informações de militares e camponeses da região, prestados ao MPF, especialmente o relativo à Antônia Ribeiro da Silva, viúva de Arlindo Vieira da Silva, presente nas fls. 102-104 dos autos, Vol. 1, o que corrobora a veracidade da morte do guia, observando-se que, apesar das tentativas do órgão ministerial de juntar a certidão de óbito, a 1ª Via da mesma não foi possível de ser localizada pelo cartório com as informações que estavam disponíveis, conforme consta no ofício de fl. 236 dos atos, vol. 2. Assim,

⁷⁷ Cujos os nomes citados correspondem a militares já falecidos, como General Hugo Abreu, Capitão Fonseca, conhecido como “Quebra-Osso”, dentre outros ainda não completamente identificados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

é caso de extinção da punibilidade de **Arlindo Vieira da Silva** pelo evento morte.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:**

i) requer seja declarada a extinção da punibilidade em favor de **Arlindo Vieira da Silva**, com fundamento no artigo 107, inciso I, do Código Penal;

ii) deixa de oferecer denúncia em face de Josias Gonçalves e de, Francisco Goés Monteiro, por ausência de dolo, sem prejuízo do previsto no artigo 18 do CPP;

iii) por fim, ressalte-se que o MPF deixa de denunciar outros envolvidos ainda não identificados, persistindo a investigação em relação a estes, de modo que o oferecimento desta denúncia não importa em pedido de arquivamento implícito quanto a outros agentes.

Marabá/PA, 03 de dezembro de 2019.

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República

LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO
HERNADES
Procurador da República

IVAN CLÁUDIO MARX
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

**EXMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA ___ VARA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000020/2014-24

O **Ministério Público Federal**, por meio do Procurador da República que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem oferecer

DENÚNCIA

em face de

SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, conhecido no Araguaia como “Dr. Luchini”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 15/12/1938, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente na [REDACTED], Brasília/DF, CEP [REDACTED];

LÍCIO AUGUSTO MACIEL, conhecido no Araguaia como “Asdrúbal”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 04/06/1930, inscrito no CPF nº [REDACTED], residente na [REDACTED], Rio de Janeiro/RJ;

JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO, conhecido no Araguaia como “Cid”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 31/08/1933, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente na [REDACTED], Brasília/DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

pelos fundamentos fáticos e jurídicos que adiante passa a expender.

1. DA SÍNTESE DA IMPUTAÇÃO

1.1. 1ª Imputação. Homicídio doloso qualificado

Os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL** e **JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO**, em concurso vontades e unidade de desígnios, em 24 de outubro do ano de 1974, no Município de São Domingos do Araguaia/PA, à época São João do Araguaia, no exercício ilegal das funções que desempenhavam no Exército brasileiro, em contexto de ataque generalizado e sistemático – com pleno conhecimento e domínio das circunstâncias deste ataque – contra opositores do regime ditatorial e população civil, **mataram**, com o auxílio de outros membros das Forças Armadas ainda não identificados (ou já falecidos¹), **LÚCIA MARIA DE SOUZA (“Sônia”)**.

O homicídio da vítima foi cometido:

a) por **motivo torpe**, consistente na busca pela preservação do poder, mediante violência e uso do aparato estatal, em contexto de ataque generalizado/sistemático contra opositores do Estado ditatorial, para reprimir e eliminar dissidentes contrários ao regime e garantir a impunidade dos autores de crimes de homicídio, sequestro, ocultação de cadáver e outras graves violações de direitos humanos;

b) de **emboscada**, visto que a sua execução foi premeditada pelos denunciados, que planejaram/coordenaram o plano de captura e execução da vítima, projetando as ações para a sua localização e, ao ser encontrada, matando-a quando já rendida e sob vigilância armada.

1.2. 2ª Imputação. Ocultação de cadáver.

Em seguida, os denunciados **ocultaram** o cadáver da vítima, abandonando seu corpo insepulto na mata, para apagar os vestígios do crime de homicídio e assegurar a impunidade dos agentes, sendo que até a presente data os seus restos mortais permanecem ocultos.

1 Ao menos um dos coautores dos crimes imputados nesta denúncia, João Pedro do Rego (“J. Peter” ou “Javali Solitário”), que também integrava a equipe militar comandada por Lício Maciel, já faleceu, conforme aponta informações do Relatório ASSPA, às fls. 128-131 dos autos, Vol. 1.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

2. INTROITO. ESCORÇO HISTÓRICO E CONTEXTO FÁTICO

Da segunda metade dos anos 1960 a meados de 1972, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) deslocaram-se de vários Estados do país e se instalaram nas proximidades do Rio Araguaia a fim de organizar um movimento de resistência armada ao regime militar brasileiro a partir da mobilização da população rural local, episódio histórico que ficou conhecido como “Guerrilha do Araguaia”.

A atuação desse grupo centrava-se nos estados do Pará e do Tocantins (à época norte de Goiás), notadamente nos municípios de São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Xambioá e Araguatins.

Com o objetivo de angariar simpatizantes da causa, os militantes estabeleceram relações com a população local, obtendo a adesão de novos membros. No início do ano de 1972, registra-se que havia quase setenta militantes da organização na área, bem como um número indeterminado de camponeses que se juntaram ao movimento.

Oficiais e agentes das Forças Armadas e de outros órgãos, sob o pálio protetivo do estado ditatorial, combateram duramente tais militantes, empreendendo inúmeras operações na região para identificar e eliminar a dissidência política. Segundo relatório oficial produzido pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP-SDH), o regime militar mobilizou, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado entre três e dez mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão².

Os dados oficiais, os relatórios produzidos sobre o assunto e as investigações realizadas pelo MPF atestam que a repressão política e militar à Guerrilha do Araguaia foi responsável por quase metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil³.

2 SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ano 2007, pág. 195. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.

3 MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**. Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF. 2011/2017.

Segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, de 1995, aponta-se sessenta e quatro ativistas identificados, número de guerrilheiros que varia conforme a fonte. In: **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Na CEMDP, deram entrada 62 processos de desaparecidos no Araguaia, conforme registra o relatório “Direito à Memória e à Verdade”. In: SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Sobre as operações realizadas pelas Forças Armadas após a descoberta da atuação dos guerrilheiros no Araguaia, tem-se a seguinte cronologia: “*Operação de informações realizada pela inteligência militar (fevereiro de 1972); Primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*”⁴.

As operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram localizar e dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência⁵.

Entretanto, nas incursões posteriores (de maio e outubro de 1973), a partir de intensa atividade de inteligência, com a infiltração de militares na população local, identificados por codinomes e disfarçados de comerciantes, lavradores ou funcionários públicos, foi possível conhecer a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar colonos que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias/mateiros para auxiliar as ações repressivas do Exército na região⁶.

A intitulada “Operação Sucuri”, fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado (sequestro, execução sumária e ocultação de cadáver) dos dissidentes políticos, teve como um de seus comandantes em campo o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, que afirmou perante a Justiça Federal, em 2015, que chefiou tal Operação e infiltrou 32 agentes disfarçados na região (o próprio denunciado se apresentava, sob codinome “Dr. Lucchini”, como engenheiro do INCRA)⁷, que circulavam no cotidiano da população, levantando informações acerca da guerrilha. Segundo o denunciado, quando da Operação subsequente, as Forças Armadas já detinham os dados

e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, Capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

4 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

5 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 84 dos autos, Vol. 1).

6 Idem.

7 Declaração prestada no depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 109 dos autos, Volume 1, trecho correspondente às 2hrs e 48min.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

necessários sobre os guerrilheiros⁸.

Finda a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 07 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento dissidente, denominada “Operação Marajoara”, na qual SEBASTIÃO CURIÓ, teve destacada participação e era o Comandante do Posto Marabá e da Base da Bacaba, transitando também por outras Bases do Exército na região. Integrava, portanto, a cadeia de comando dos órgãos envolvidos no desaparecimento e morte dos militantes, entre eles a vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA, executada nesta Operação⁹.

A “Operação Marajoara”, definida como “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, teve o objetivo de aniquilar as forças guerrilheiras atuantes na área e sua “rede de apoio”, camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum contato¹⁰.

Nessa fase houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas ilegais/criminosas que objetivavam o desaparecimento forçado dos opositores – sequestros e homicídios seguidos de ocultação dos cadáveres. Essa última campanha caracterizou-se pelo intenso grau de violência, especialmente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos militantes, mesmo quando rendidos ou presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações, obstar a ação de supostos apoiadores e fazer cessar o movimento dissidente.

Conforme relatório final da Comissão Nacional da Verdade, à Operação Sucuri *“sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha ... os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos (compostos por civis, geralmente mateiros, e militares), chamados de ‘zebras’, dedicados a operações do tipo ‘gato e rato’ (operações de caça e rastreamento)”*¹¹.

8 Idem.

9 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume III, págs. 1361-1367, fls. 77/80 dos autos, volume 1.

10 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 84 dos autos, Vol. 1).

Vide, também, CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

11 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Nesta terceira Operação verificou-se que membros das Forças Armadas e policiais praticaram – não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local, aliados ou não dos dissidentes – atos de sequestro, cárcere privado, torturas e homicídios, além da destruição de documentos e da ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos.

Tais atos, sob o pretexto de restabelecerem a “paz nacional”, consubstanciaram, em verdade, condutas criminosas e gravemente atentatórias aos direitos humanos e à ordem jurídica, perpetradas por um grupo que visava eliminar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região contrários ao Estado ditatorial.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados o crime objeto da presente Denúncia.

No que interessa a esta ação penal, provou-se que nas incursões finais da Operação Marajoara, a vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA foi sumariamente executada, após baleada e rendida em combate pelos denunciados, quando já não apresentava resistência ou risco/ameaça. Após o crime, o corpo da vítima ficou insepulto na mata, em local não revelado pelos denunciados, e os seus restos mortais, até a presente data, não foram localizados.

O Estado brasileiro reconheceu os ilícitos perpetrados por seus agentes com a edição da Lei nº 9.140/95, na qual assume a responsabilidade pelo “assassinato de opositores políticos” e, em seu anexo, apresenta o nome de 62 pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, incluindo LÚCIA MARIA DE SOUZA¹².

O objetivo dos agentes do Estado era aniquilar os militantes contrários ao regime militar, entres estes, a referidas vítima, impondo o terror à população local, com posterior destruição das provas dos seus crimes.

As investigações, além dos relatórios da CNV e de familiares, apontam a existência de bases militares que serviam para interrogatório, tortura, detenção de camponeses, prisão e morte dos militantes, as quais estavam situadas: a) em Marabá, compreendendo três imóveis: um na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), intitulado “Casa Azul”, um na sede do INCRA e outro em um presídio militar; b) na localidade de

12 BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.140/95**, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Bacaba, no km 68 da Rodovia Transamazônica; c) em Xambioá; d) em Araguaína; e) pequenas bases em São Domingos (Oito Barracas e São Raimundo) e Araguatins¹³.

Notadamente na Operação Marajoara, na qual LÚCIA MARIA DE SOUZA foi executada, houve um esforço deliberado para a ocultação de cadáveres¹⁴ e até esta data não foi possível localizar os vestígios mortais da vítima, mesmo após sucessivas buscas patrocinadas pelo Estado – em cumprimento a ordem judicial – por meio do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) e Grupo de Trabalho Araguaia (GTA)¹⁵.

Após o término dos combates em campo, comprovou-se a consecução de ações militares destinadas a ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos dissidentes, com a finalidade de destruir/sonegar documentos e ocultar os cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada “Operação Limpeza”, por volta de meados de 1974 a 1976, sob o comando, principalmente, do denunciado SEBASTIÃO “CURIÓ”¹⁶.

Assim foram consumados os crimes objeto desta ação penal, em contexto de ataque sistemático/generalizado aos opositores do regime militar e população civil, que consistiu, como demonstrado (*vide*, também, cota introdutória anexa), em atividades organizadas de repressão política promovidas pelo Estado brasileiro à época que resultaram em graves violações de direitos humanos (ameaças, detenções arbitrárias, sequestro, tortura, morte e outras), **culminando, inclusive, na execução da vítima.**

13 MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**: Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF – 2011/2017.

SEDH/CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos – ano 2007. Acesso disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

14 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 711. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

15 O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que sucedeu o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), é um grupo governamental interdisciplinar que foi constituído por força de decisão judicial da 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo de execução de sentença exarada nos Autos nº 82.000.24682-5, com vistas à localização dos restos mortais dos dissidentes mortos na denominada Guerrilha do Araguaia.

16 Concluída a “Operação Limpeza”, foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Em tal conjuntura fática, os denunciados não somente tinham pleno conhecimento da natureza desse ataque, como se associaram, em concurso de vontades e unidade de desígnios, e lideraram os atos voltados à consecução dos delitos que lhes são imputados nesta denúncia.

3. DA VÍTIMA

LÚCIA MARIA DE SOUZA (“Sônia”), nasceu na cidade de São Gonçalo/RJ, em 22 de junho de 1944. Ingressou como estudante na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e participava do Comitê Universitário do PCdoB, sendo responsável por atividades relacionadas aos jornais “A Classe Operária” e “A Luta”. No início de 1971 mudou-se para a região de “Chega com Jeito”, na localidade de Brejo Grande do Araguaia/PA, e passou a integrar o Destacamento A da Guerrilha do Araguaia, adotando o codinome “Sônia”. Era muito conhecida na região em decorrência dos numerosos partos e procedimentos médicos que realizou em favor dos colonos da comunidade local¹⁷.

4. DAS CONDUTAS DELITUOSAS

4.1. *MODUS OPERANDI*: captura e execução à emboscada, e ocultação de cadáver

O objetivo da repressão do Estado na denominada Guerrilha do Araguaia era perseguir e eliminar os dissidentes políticos, mesmo quando eles já não ofereciam nenhum perigo ou resistência aos militares.

O extermínio dos “guerrilheiros” se deu em decorrência da sistemática de atuação das Forças Armadas na repressão da oposição ao regime ditatorial no Araguaia, conforme diretrizes/técnicas padronizadas e planejadas pelo Exército, o que afasta a tese de que as violações perpetradas contra as vítimas na Guerrilha do Araguaia resultaram de excessos pontuais ou casos isolados. Ao contrário, tais práticas criminosas traduziam a política estatal à época, determinante do comportamento sistemático dos agentes militares no Araguaia.

Segundo José Vargas Jimenez: “*a ordem era atirar primeiro, perguntar depois*”. Este

¹⁷ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III, págs. 1361-1367, fls. 77/80 dos autos Volume 1. *Verde*, ainda, SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ano 2007, pág. 221-222, às fls. 241-242 dos autos principais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

mesmo militar, que serviu ao Exército por ocasião da Guerrilha do Araguaia e publicou relatos da atuação das Forças Armadas na região, inclusive sobre a emboscada que culminou na morte da vítima, denominou a atuação militar de “plano de captura e destruição”¹⁸. Com esta finalidade, a vítima “SÔNIA” (assim como outros guerrilheiros) foi, embora já rendida, executada sumariamente no Araguaia.

O denunciado LÍCIO AUGUSTO MACIEL foi um dos comandantes dos grupos de combate que se infiltravam na mata e, nessa condição, coordenou, diretamente, as ações do grupo militar responsável pelos crimes descritos nesta peça¹⁹. Agia no comando das atividades das tropas, determinando a movimentação dos militares e arquitetando as emboscadas, como a que resultou na execução da vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA.

Sua participação é evidenciada, inclusive, pelos relatos e entrevistas que concedeu, as quais constam, principalmente, do livro escrito por Luiz Maklouf Carvalho (*O coronel rompe o silêncio – Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004, fls. 252-169 dos autos), bem como pelo depoimento por ele prestado na Justiça Federal na data de 03/03/2010 (fls. 110/118 dos autos) e pelo seu pronunciamento, no ano 2005, em sessão da Câmara dos Deputados (Procedimento Apenso²⁰).

A sua atuação no Araguaia é incontestada, como se vê de suas declarações às fs. 110/118, pelas quais relata que era integrante do Centro de Informações do Exército – CIE, ligado à Seção de Operações e Informações, sendo que no Araguaia integrou uma equipe de cerca de dez homens que adentravam na mata em busca dos guerrilheiros. Descreve com detalhes, ainda, a sua relação direta com o Coronel Carlos Sérgio Torres, o qual respondia ao General Antônio Bandeira, chefe de gabinete do então Ministro Lyra Tavares, que liderava o CIE.

Sobre tal *modus operandi*, o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ elaborou documentos acerca das ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia e, em 20/06/2009, revelou parte de seus arquivos ao jornal “O Estado de São Paulo”, tendo afirmado que o Exército executou 41 militantes: “*Dos 67 integrantes do movimento de resistência mortos durante o*

18 Livro BACABA: Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia, de autoria de José Vargas Jiménez, Anexo 2, p. 101 e 51, 2009 (fl. 175 dos autos, Vol. 1).

19 E em outras denúncias oferecidas anteriormente pelo MPF perante este Juízo.

20 Em fls. 13 e 13-v.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

*conflito com militares, 41 foram presos, amarrados e executados, quando não ofereciam risco às tropas*²¹, como no caso da vítima desta ação.

No presente caso, em depoimento prestado ao MPF, Raimundo Nonato dos Santos revelou que a intenção dos denunciados, de fato, era matar a vítima: “*Que eles queriam dar cabo da Sônia, matá-la e não prender; Que o Exército não tinha a intenção de prender os guerrilheiros, mas sim matá-los; Que deixaram o corpo no local (...)*”²².

LÚCIA MARIA DE SOUZA foi executada na “Operação Marajoara”, em outubro de 1973, período em que, como afirmou o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ à Justiça Federal, o Exército já possuía informações sobre os guerrilheiros, coletadas em operações anteriores como a “Operação Sucuri” (chefiada por CURIÓ)²³.

O *modus operandi* das Forças Armadas nessa operação está registrado no Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército, no qual consta que a Operação Marajoara foi dividida em duas fases de planejamento: “1) Prisão e consequente neutralização da rede de apoio; e 2) Vasculhamento e investida das áreas de depósitos e homizio já conhecidos”²⁴.

Sobre a Operação Marajoara – e as ações de captura e execução mediante emboscada – o citado Relatório comprova que a Operação, iniciada em 07 de outubro de 1973, cumpriu com o planejado: “*...o inimigo foi surpreendido com a rapidez e forma como foi executado o desembarque e infiltração das patrulhas na mata. Em três dias 70% da rede de apoio estava neutralizada. No fim de uma semana o inimigo sofria as primeiras quatro baixas, e já havia perdido três depósitos na área da Transamazônica. O emprego de Helicópteros e Aviões de Ligação deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez na ação...*”^{25 26}.

21 Declarações prestadas por Sebastião Curió na reportagem intitulada “Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia”. Jornal “O Estado de São Paulo”, 20 de junho de 2009, jornalista autor Leonêncio Nossa (fl. 270 dos autos, Vol. 2).

22 Depoimento prestado pela testemunha **Raimundo Nonato dos Santos** ao MPF, em 06.06.2014, às fls. 35-37 dos autos principais.

23 **Depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura** à Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 14 de outubro de 2015. Mídia de f. 109 dos autos, Vol. 1, trecho às 2hrs e 48min.

24 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 84 dos autos, Vol. 1).

25 Idem.

26 Na reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01/07/2009, o plano operacional registrado no citado documento oficial é corroborado em entrevista com militar (de identidade preservada) que afirmou ter participado da Operação Marajoara e integrado equipe liderada pelo denunciado Sebastião Curió, tendo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

O Relatório Especial de Informações nº 06 da Agência de Informações do Exército em Marabá também aponta o “trabalho de massa e arregimentação” em torno das áreas de operação, destacando a morte da vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA como uma das baixas sofridas pelos dissidentes em razão do trabalho executado durante o período de 05 de outubro de 1973 a 15 de novembro do mesmo ano²⁷.

A atuação das Forças Armadas revelou, ainda, que militantes eram torturados enquanto estavam sob a custódia estatal²⁸, sendo submetidos, após capturados/detidos, a interrogatórios com o emprego de práticas destinadas a infligir sofrimento físico e mental às vítimas. Não só os guerrilheiros eram vítimas de tal tratamento, como, também, a população local, obrigada a colaborar com o Exército, seja para servir como guias dos militares na região com vistas à localização dos dissidentes ou para prestar informações sobre eles.

O presente caso evidencia esta prática, uma vez que, para localizarem a vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA, os denunciados, notadamente SEBASTIÃO CURIÓ e LÍCIO MACIEL (“Dr. Asdrúbal”), torturaram o camponês João Rodrigues da Silva, conhecido como “João do Hilário”, colocando-o nu em cima de um formigueiro a fim de ele conduzisse os militares até o local onde estava a vítima SÔNIA, conforme depoimento de Raimundo Nonato dos Santos: “(...) *Que o Curió também estava na Bacaba e organizava as equipes; **Que outro dia o Curió e mais quinze pessoas levaram seu cunhado João do Hilário (já falecido, em razão de tanto apanhar do exército); Que colocaram o João nu sobre um formigueiro para convencê-lo a os levar até Sônia; Que com o Curió estava o Dr. Asdrúbal (...)***”.

O *modus operandi* adotado pelos agentes da repressão estatal no Araguaia, inclusive pelos denunciados, além de eliminar quem se opunha ao regime ditatorial, tinha por objetivo, posteriormente, ocultar os cadáveres das vítimas e os vestígios dos crimes cometidos.

Assim, após as mortes/execuções, os corpos, em um primeiro momento, eram

declarado que: “...*A ordem era não deixar ninguém lá vivo ... e cumprimos o que foi determinado...*”. O militar também relatou que trabalhou na “Casa Azul”, onde o Exército matinha presos e torturava guerrilheiros.

27 EXÉRCITO. AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM MARABÁ. **Relatório Especial de Informações nº 06**. 1973, fls. 247 dos autos, Vol. 2.

28 “(...) *a ordem era extrair o máximo de informações dos presos e, quase sempre, por meio de torturas. Depois, assassiná-los. Tudo feito clandestinamente (...)*”. Reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01 de julho de 2009. Entrevista com militar (de identidade preservada) que afirmou ter integrado a equipe liderada por Sebastião Curió na Operação Marajoara.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares.

O abandono do corpo na mata, clandestinamente, constituía *modus operandi* para promover a ocultação de cadáver. Tal prática, aliada à ausência de qualquer informação oficial sobre o fato, permitiu que os denunciados ocultassem o cadáver da vítima.

De fato, um dos meios adotados para promover a ocultação/desaparecimento dos corpos dos dissidentes executados no meio da mata era o abandono do corpo no local, consoante declarações prestadas, entre outros, por Raimundo Costa de Sousa²⁹, e por Manoel Messias Guido Ribeiro (ex-cabo do Exército)³⁰³¹.

A ocultação do cadáver da vítima constituía um dos escopos da missão, de maneira que até a presente data, apesar das tentativas, não foi possível localizar os seus restos mortais.

As condutas delituosas aqui descritas, relativas à LÚCIA MARIA DE SOUZA, foram perpetradas pelos denunciados com tal *modus operandi*, que abarca a execução mediante emboscada, seguida da ocultação do cadáver dessa vítima, conforme comprovar-se-á.

4.2. DOS CRIMES DE HOMICÍDIO DOLOSO QUALIFICADO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER COMETIDOS PELOS DENUNCIADOS

LÚCIA MARIA DE SOUZA, conhecida como SÔNIA, militante do PCdoB, foi executada na tarde de 24 de outubro de 1973³², na localidade da “Grota da Borracheira”, próximo ao rio Fortaleza, em São Domingos do Araguaia, à época São João do Araguaia/PA.

A vítima, após emboscada, já baleada e rendida, quando não apresentava mais sinais

29 Declarações prestados ao MPF por Raimundo Costa de Sousa, ex-militar que serviu ao Exército na Guerrilha do Araguaia (fls. 271-272 dos autos Vol.2).

30 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 712. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

31 Outro meio utilizado para promover a ocultação/desaparecimento dos corpos dos dissidentes, segundo relato dos declarantes referidos, era transportando-os em helicópteros, quando eram lançados sobre áreas de floresta.

32 Cf. Relatório Arroyo (fls. 236-237 dos autos); Relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e CIE (mídias de fls. 76 e 84 dos autos, Vol.1); SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ano 2007, pág. 221. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memoria1_direito_verdade.pdf>. Os depoimentos de Margarida Ferreira Félix (fls. 98-100 dos autos, vol.1) e José Maria Alves da Silva (fls. 53-55 dos autos vol.1) também apontam o mês de outubro apesar de imprecisões ou divergências na data.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

de resistência, foi morta a tiros pelo grupo militar³³ liderado por LÍCIO AUGUSTO MACIEL (conhecido por “Dr. Asdrúbal”) e composto, também, por SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA (“Curió” ou “Dr. Luchini”), JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO (“Cid”), ora denunciados, bem como por JOÃO PEDRO DO REGO (“J. Peter” ou “Javali Solitário”), já falecido³⁴, e outros militares da tropa não identificados.

Com a Operação Marajoara em curso, os denunciados estavam em perseguição aos guerrilheiros e, na data dos fatos, o denunciado LÍCIO AUGUSTO MACIEL se dirigiu até a “Casa Azul”³⁵, em Marabá/PA, acompanhado de JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO e JOÃO PEDRO DO REGO, ocasião em que SEBASTIÃO RODRIGUES DE MOURA passou a integrar o grupo de combate que tinha por missão localizar e matar LÚCIA MARIA DE SOUZA³⁶, propósito delituoso do qual tinham, em unidade de desígnios, pleno conhecimento.

Ato contínuo, os denunciados, auxiliados por uma tropa de aproximadamente dez militares do 8ª Região do Batalhão da Selva, e mais os dois guias da região, “Luiz Garimpeiro” e “Peito Largo”³⁷, seguiram à procura de LÚCIA MARIA, sob o comando do Major LÍCIO AUGUSTO MACIEL³⁸.

No caminho, os denunciados pararam no sítio de João Rodrigues da Silva, conhecido como “João do Hilário” (falecido), local em que, segundo informações recebidas pelos militares, a vítima teria sido vista. Na ocasião, os denunciados, liderados por LÍCIO MACIEL e SEBASTIÃO CURIÓ, obrigaram “João do Hilário”, sob tortura, a levá-los até o local onde

33 Cujos demais integrantes ainda não foram totalmente identificados.

34 Conforme informações contidas no Relatório ASSPA às fls. 128-131 dos autos, vol. 1.

35 Antiga sede do DNER.

36 Conforme relato do denunciado LÍCIO MACIEL constante do livro **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 160 (fl. 253 dos autos, Vol.2.); e do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, exposto na obra **Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pg. 170-171 (fls. 3-5 do Apenso I), o qual reconheceu como verdadeiro e ratificou a versão em audiência perante a Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08/10/2009. Mídia à f. 109 dos autos principais.

37 Identidade completa dos guias ainda não identificada.

38 Conforme relato do denunciado LÍCIO MACIEL constante do livro **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 160-165 (fls. 253-255 dos autos, Vol.2); e declarações do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, publicadas na obra “**Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pág. 169” (fl. 4 do Apenso I), a qual ele reconheceu como verdadeira/autêntica, tendo também ratificado a narrativa fática sobre a morte de SÔNIA, em audiência na Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08/10/2009. Mídia de f. 109 dos autos principais.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

estava a vítima, e seguiram por uma trilha e um igapó até a área da “Grota da Borracheira”³⁹, quando avistaram o par de coturno que a vítima havia deixado para atravessar um brejo.

Com o Major LÍCIO MACIEL à frente, seguido dos demais denunciados, a equipe militar continuou na trilha até que ouviram conversas e viram a vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA, que estava acompanhada de José Wilson de Brito, morador da região, aguardando a chegada dos companheiros Valdir (Uiraiisu Batista) e Cristina (Jana Barroso)⁴⁰.

Em sequência, por volta das 18 horas, os denunciados posicionaram a patrulha para a emboscada da vítima e, no instante em que a mesma retornava para buscar o coturno, LÍCIO MACIEL abordou a vítima, seguido pela tropa. José Wilson de Brito conseguiu fugir, mas ouviu o som dos disparos⁴¹ desferidos na troca de tiros entre os denunciados e SÔNIA, que foi baleada e conseguiu atingir LÍCIO MACIEL e SEBASTIÃO CURIÓ. Quando a vítima já se encontrava caída e gravemente ferida, a patrulha decidiu cessar fogo.

Após o confronto e com o local já pacificado, os denunciados SEBASTIÃO CURIÓ, JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO e JOÃO PEDRO DO REGO foram até a vítima, que estava ferida e já rendida, e perguntaram o seu nome, tendo ela respondido: “*Guerrilheiro não tem nome, tem causa*”⁴². Após isso, os denunciados efetuaram “a queima roupa” inúmeros disparos de arma de fogo contra LÚCIA MARIA DE SOUZA, executando-a, embora ela já estivesse rendida, dominada e sem apresentar resistência/risco, consumando o objetivo da missão, com o posterior abandono do corpo da vítima, que permaneceu insepulto no local⁴³.

39 Cf. Depoimento de **Raimundo Nonato dos Santos**, às fls. 35 e 27 dos autos (vol. 1), transcrito no tópico 4.1 desta peça; e declaração prestada pelo denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, publicada na obra “**Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pág. 171” (fl. 6 do Apenso I), que ele reconheceu como verdadeira, além de ter ratificado a versão sobre a morte da vítima, em audiência na SJ-DF, em 08/10/2009, no bojo da ação ordinária nº 82.00.24682-5 (mídia à f. 109 dos autos).

40 Cf. Relatório Arroyo (fls. 236-237 dos autos); Depoimento de [REDAZIDO], prestado ao GTT, em 2009, às fls. 279-280 dos autos, Vol. 2.

41 Idem.

42 Cf. Depoimento do denunciado Sebastião Curió à **Justiça Federal – SJ/DF** (mídia à f. 109 dos autos, vol.1); relato de Sebastião Curió registrado no livro “**Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pág. 172, fl. 273 dos autos, Vol. 2, reconhecido por ele em Juízo como verdadeiro; Relatório Arroyo (fls. 236-237 dos autos); Depoimento de Margarida Ferreira Félix (fls. 98/100 dos autos, vol. 1); Depoimento de [REDAZIDO] (fls. 250-251 dos autos, Vol.2), entre outros elementos de prova.

43 Cf. Depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal – SJ/DF (mídia de f. 109 dos autos, vol.1); relato de Sebastião Curió registrado no livro “**Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pág. 172, fl. 273 dos autos, Vol. 2; Relatório Arroyo (fls. 236-237 dos autos); Depoimento de Margarida Ferreira Félix (fls. 98-100 dos autos, vol. 1); Depoimento de [REDAZIDO] (fls. 250-251 dos autos, Vol.2); Declarações do denunciado Lício Augusto Maciel na Justiça Federal – SJ/DF (fls. 110/118 dos autos, vol. 1) e em sessão da Câmara dos Deputados (Procedimento Apenso, às



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

4.2.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DOS CRIMES⁴⁴

Nesta denúncia, respondem os denunciados LÍCIO AUGUSTO MACIEL (“Dr. Asdrúbal”), SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA (“Curió” ou “Dr. Luchini”) e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO (“Cid”), pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA, conhecida como “SÔNIA”.

4.2.1.1. Quanto ao crime de **homicídio qualificado**, a **materialidade** e a **autoria** delitiva, conforme narrativa fática explicitada nos tópicos anteriores, restam comprovadas pelas provas carreadas aos autos, quais sejam:

1) O próprio denunciado LÍCIO AUGUSTO MACIEL declarou expressamente que foi o responsável pela missão que culminou na morte da vítima e que este era o escopo da Operação desde o princípio.

Em depoimento prestado à Justiça Federal, em 03 de março de 2010 (f. 40 dos autos principais), ele afirmou que: “(...) sua terceira operação foi a da localização de Maria Lúcia (...) que após a localização dos guerrilheiros, estes deveriam ser presos, se possível, ou mortos, se reagissem (...)” (grifos).

O denunciado não só planejou a missão, como escolheu os militares que iriam compor o grupo, formado, entre outros, pelos denunciados SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO, como declara em seu relato que consta do livro “O coronel rompe o silêncio: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história”:

“Eu saí com esse grupo de combate. **Uns dez caras e dois guias. O ‘Curió’ estava comigo. A meu convite. Eu o chamei (...)** De Marabá [*perguntado de onde saíram*]. **O ‘J. Peter’ estava comigo e o ‘Cid’ também. Foi o ‘Cid’ que me tirou de lá, ferido. O resto era sargento e os soldados e cabos da 8ª Região, do Batalhão de Selva (...)**”⁴⁵ (grifo).

fls. 13-13-v); Depoimento de [REDACTED] (fls. 183/186 dos autos, vol.1).

⁴⁴ Quanto à materialidade, registre-se que a ausência do corpo de delito decorre da ocultação do cadáver e do *modus operandi* da repressão estatal na Guerrilha do Araguaia (tópico 4.1), razão pela qual a comprovação da materialidade delitiva, em tais casos, só se faz possível por meio de provas testemunhais/documentais, conforme entendimento jurisprudencial consolidado (STJ – HC 79.735/RJ, DJ de 03/12/2007; HC 110.642, j. 19.03.2009; HC 51.364, DJ de 12/06/2006) e aplicável aos fatos objeto desta denúncia, uma vez que consumados na década de 70, em contexto de ataque sistemático contra militantes e civis, no qual agentes das forças de segurança do governo, como os ora denunciados, se valeram do aparato repressivo estatal não só para matar os dissidentes, incluindo LÚCIA MARIA, como, também, para ocultar e fazer desaparecer seu corpo e os vestígios dos crimes.

⁴⁵ **O coronel rompe o silêncio:** Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

2) O denunciado SEBASTIÃO CURIÓ ratifica o relato de LÍCIO MACIEL quanto à materialidade/autoria e confirma, em depoimento prestado na 1ª Vara Federal da SJ-DF no dia 14.10.2015 (mídia à f. 109 dos autos), que estava presente no momento da morte de SÔNIA, acompanhado dos denunciados JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO (“Cid”) e LÍCIO AUGUSTO MACIEL, além do soldado “Gonorréia” e do guia “Luiz Garimpeiro”⁴⁶.

SEBASTIÃO CURIÓ descreve, ainda, o momento em que foi convocado por LÍCIO MACIEL para integrar o grupo e prontamente concordou em participar, conforme relato contido no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia” (págs. 170/171)⁴⁷, tendo o denunciado informado em Juízo que autorizou a publicação desta obra, tem conhecimento de seu conteúdo e **o reconhece como verdadeiro**⁴⁸.

No trecho correspondente à sua declaração, afirmou:

“Cheguei à Casa Azul, ao “ninho das pombas”, depois de quinze dias na mata. O **Lício** propôs: “negão, tem uma boca quente aí, pô, vamos comigo, vamos comigo”. O coronel Flávio de Marco disse: “Ô Asdrúbal, o Luchini chegou de uma missão”. **Eu decidi ir: “Vou contigo. Só me deixa comer um bife”. Por ele ser Major e eu, Capitão, ele foi no comando**”⁴⁹ (grifo).

3) Raimundo Nonato dos Santos (“Peixinho”), em seu depoimento ao MPF, revelou que os denunciados **tinham a intenção de matar a vítima**, descrevendo como ocorreu o fato a partir do que lhe foi relatado por João Rodrigues da Silva (“João do Hilário”, falecido), que indicou aos militares, sob tortura, a localização de LÚCIA MARIA:

“(…) Que o Curió também estava na Bacaba e organizava as equipes; **Que outro dia o Curió e mais quinze pessoas levaram seu cunhado João do Hilário** (já falecido, em razão de tanto apanhar do exército); **Que colocaram o João nu sobre um formigueiro para convencê-lo a os levar até Sônia; Que com o Curió estava o Dr. Asdrúbal [LÍCIO]; Que seu cunhado contou o que aconteceu; QUE encontraram**

Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 160 (fl. 253 dos autos, Vol. 2).

46 Declaração prestada no **depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal** – Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 109 dos autos principais, trecho correspondente às 3hrs e 43min.

47 **Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pgs. 170-171 (fls. 5-6 do Apenso I).

48 **Declaração prestada pelo denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura em seu depoimento na Seção Judiciária do Distrito Federal**, no bojo da ação ordinária nº 82.00.24682-5, em 14 de outubro de 2015. Mídia de f. 109 dos autos principais, trecho às 2hrs e 35min).

49 **Mata!**: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pgs. 170-171 (fls. 5-6 do Apenso I).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Sônia vindo com um menino; Que eles queriam dar cabo da Sônia, matá-la e não prender; Que o Exército não tinha a intenção de prender os guerrilheiros, mas sim matá-los; Que deixaram o corpo no local (...)⁵⁰ (grifo).

Tal depoimento é convergente com o relato do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ registrado no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia” (pág. 171-172, fl. 06 do Apenso I e 273 dos autos, Vol. 2), do qual se depreende que a operação que resultou na execução da vítima foi, de fato, premeditada:

“Chegamos a um sítio onde Sônia tinha sido vista. Sabíamos que os moradores do lugar tinham uma boa relação com os guerrilheiros. Avistamos três homens limpando um porco selvagem. Nos aproximamos de um deles, um jovem negro. Perguntei: ‘você é o João do Hilário?’ ... ‘levanta a calça da perna esquerda’. Tremendo, o cabloco levantou. Tinha um curativo bem feito na perna, trabalho de especialista. Não escondia o nervosismo quando examinei o curativo na ferida de leishmaniose. ‘Isso aí foi a Sônia que tratou’... ‘não senhor’... **‘Você sabe onde ela está’... ‘não senhor, não sei’... ‘Sabe, e vai nos levar lá’ (...)**”⁵¹ (grifo).

4) A materialidade/autoria também são confirmadas pelos depoimentos prestados ao MPF por [REDAZIDO], que afirmou: “... a morte de SÔNIA ocorreu perto da casa do finado HILÁRIO, sogro do PEIXINHO...; QUE SÔNIA foi alvejada quando ia saindo da mata para a casa, sendo que quando o declarante a viu ela só mexia a cabeça” (fls. 90/91 dos autos, vol.1), e, também, por [REDAZIDO] colono e ex-guia do Exército que presenciou a conversa do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ com outros militares confirmando a morte da vítima SÔNIA (fls. 274-275 dos autos, Vol. 2).

5) [REDAZIDO] militar que atuou nas ações de repressão promovidas pelo Exército no Araguaia, em vídeo (aos 2:13min.)⁵², relata o episódio da execução sumária da vítima, corroborando a narrativa fática explicitada e os relatos já referidos (inclusive, dos próprios denunciados), e confirma a participação do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ.

6) Em suas declarações, o denunciado LÍCIO MACIEL, a evidenciar o domínio do

50 Depoimento de **Raimundo Nonato dos Santos** (falecido) prestado ao MPF em 06.06.2014, às fls. 35/37 dos autos, vol.1.

51 Raimundo Nonato dos Santos (vulgo “Peixinho”) declara, segundo o livro Mata!, que o grupo de Curió disse para Hilário: “Você vai dar conta da Sônia. É pena de morte!”. In: **Mata!:** o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pg. 172 (fls. 253 dos autos, Vol. 2).

52 Entrevista concedida ao jornalista Roberto Cabrini, transmitida no programa do STB – Conexão Repórter (“Nos Porões da Ditadura no Brasil”), em março/2011, à mídia de fl. 119 dos autos, vol. 1 e Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTSqTjCxd78>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

fato, descreveu o posicionamento da equipe e como foi organizada a **emboscada**, assim como relatou que a sua tropa, composta de cerca de dez militares, estava preparada e armada, em contraste com a situação da vítima, pega de surpresa pelos denunciados:

“A gente estava vindo pela picada, que ia até o riacho. **Eu vinha na frente, o Curió no meio, o Cid e o J. Peter.** O guia, que eu acho que era o Luiz Garimpeiro, era o último homem, porque os soldados e o sargento tinham ficado no acampamento. **Eu parei numa touceira, agachado, e fiquei olhando.** A Sônia ia se afastando, mas voltando. Escutei o assovio dela, o código para eles se comunicarem. Ela parou. Eu fiquei olhando pra ela, que estava de camisa azul, sem ela me ver. ‘Ou ela vem na minha direção, ou ela volta. Se ela voltar eu vou’ (...)”⁵³ (grifo).

Em depoimento prestado à Justiça Federal, em 03.03.2010 (f. 40 dos autos principais), LÍCIO expressa que as ordens partiam dele e descreve o momento do encontro com a vítima:

“(…) que o depoente não entrou na água, **determinando que sua equipe retornasse;** que enquanto seguiam os guerrilheiros, pelas pegadas; que o militar João Pedro encontrou um coturno, do que o depoente concluiu que era área de acampamento dos militares; que o depoente continuou seguindo quando então encontrou a Sônia, que estava acompanhada de um garoto, vivo até hoje e que mora próximo a Marabá; que o depoente deu três ordens de prisão e ela não atendeu; que ela sacou a arma e o depoente atitou acertando o fêmur; que o menino fugiu (...)” (grifo).

7) O contexto fático do assassinato é confirmado, também, pela testemunha direta [REDACTED], em depoimento prestado ao GTT, durante trabalho de campo, em 2009 (fls. 279-280 dos autos, Vol. 2). Ele era ainda adolescente quando começou a acompanhar os integrantes do PCdoB que se instalaram na região. Tinha relação direta com LÚCIA MARIA e estava com ela quando as tropas do Exército a encontraram.

O declarante afirma que ele e a vítima se afastaram do acampamento à procura de dois companheiros, Valdir (Uirassu Batista) e Cristina (Jana Barroso). Para atravessarem um brejo, LÚCIA MARIA DE SOUZA teria tirado o coturno. Por volta das 15 horas passaram na casa de um camponês (Raimundo Nonato dos Santos, conhecido como “Peixinho”, já referido). Quando retornaram, atravessando o brejo, não localizaram o coturno e, por volta das 18 horas, viu os militares, os quais lhe deram ordem para não correr e **começaram a atirar.** WILSON conseguiu fugir, mas **ouviu os tiros de metralhadora disparados**⁵⁴.

8) As declarações dos denunciados LÍCIO MACIEL e SEBASTIÃO CURIÓ

53 **O coronel rompe o silêncio:** Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 166 (fl. 256 dos autos, Vol. 2).

54 Depoimento de [REDACTED] prestado ao GTT, em 2009, às fls. 279-280 dos autos, Vol. 2.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

confirmam a execução da vítima pela tropa militar da qual faziam parte, sob o comando de LÍCIO, em ação coletiva e concurso de vontades, quando LÚCIA MARIA, baleada e rendida, já não apresentava mais risco, resistência ou ameaça de fuga.

LÍCIO MACIEL enfatiza (em trecho do livro “O Coronel rompe o Silêncio”) que se tratou de um **fuzilamento da vítima**: *“Pela quantidade de tiros que eles [os militares que atiraram] disseram foi uma ação coletiva, de toda a patrulha. Quem ia passando por ela atirou, não tenho dúvida (...)”*⁵⁵ (grifo).

Em outro trecho, reafirma: *“(...) Eu acredito que cada um deu a sua ‘traquerada’ nela, tranquilamente, altamente justificada. Não é porque eu esteja falando, mas eles gostavam da minha maneira de liderar a equipe (...)”*⁵⁶ (grifo).

Quando questionado, o denunciado LÍCIO afirma categoricamente que se estivesse em melhores condições no momento também teria metralhado a vítima, além de, novamente, ressaltar que exercia o comando das ações do grupo de militares presentes na ocasião:

“... Não, mas teria participado [perguntado se participaria da ação que matou Sônia]. Se ela tivesse atirado e não tivesse acertado, **não tenho dúvida que eu ia descarregar a minha arma em cima dela, eu destambocava (...)** **Eu não vou fugir da responsabilidade, porque o comando da ação foi meu e eu me responsabilizo.**”⁵⁷ (grifo).

O **estado de rendição** em que a vítima se encontrava após o tiroteio inicial, fica demonstrado nas palavras de LÍCIO MACIEL, ao declarar em depoimento na Câmara dos Deputados (em 24/06/2005) que:⁵⁸

“(...) Acertei a perna dela e ela caiu: **ela não caiu, desmoronou.** Ela deu um salto como se tivesse recebido uma patada de elefante. **Ela caiu uns 3 metros depois**, tal o impacto. **Eu corri, ela não estava mais com a arma, estava nos estertores da dor, chorando e gritando (...)**” (grifo).

Igualmente, SEBASTIÃO CURIÓ reconheceu perante a Justiça Federal – SJ/DF que, **quando o combate já havia cessado**, se dirigiu até o corpo da vítima (SÔNIA), **que já não**

55 **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 173 (fl. 259 dos autos, Vol. 2).

56 **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, p. 172 (fl. 259 dos autos, Vol. 2).

57 **O coronel rompe o silêncio**: Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Luiz Maklouf Carvalho, Objetiva, 2004, pgs. 171-172 (fl. 258-259 dos autos, Vol. 2).

58 F. 13-v do Procedimento Administrativo Apenso.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

apresentava mais sinais de forças físicas:

“[Sônia] Resistiu à voz de prisão, preferiu morrer no campo, combatendo. Mas esse combate foi travado dentro de um igapó, água batia na cintura, às 17:40 da tarde, já com aquela penumbra dentro da selva. Um colega meu foi ferido no rosto e eu fui ferido, **mas tive tempo de ir até o corpo dela, estava desfalecendo**. Ela faleceu em combate na Grota da Borracheira”⁵⁹.

O denunciado SEBASTIÃO CURIÓ detalha o momento da execução da vítima e, em seu relato contido no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, cuja veracidade confirmou em audiência judicial⁶⁰, aponta o diálogo mantido por ele, “CID” e outros militares com SÔNIA no momento imediatamente anterior aos disparos que causaram a sua morte, quando ela já estava rendida, sem oferecer resistência (fl. 273 dos autos, Vol. 2):

“(…) **Eu, ‘Cid’** e um soldado seguimos no rumo de um murmúrio (...) Começou o silêncio. Era quase noite. Ouvimos gemido. Vi um rastro no barranco do igapó. À frente, achei um 38. **Sônia estava adiante, de braços**. Usava camiseta Hering de algodão e bermuda acima de joelho, tingidas de preto. As pernas grossas e claras, de quem não via o sol há tempo, estavam picadas por insetos. Suspirava. ‘Deus o que é isso? O que é isso’ **Me aproximei: ‘Seu nome?’**. **‘Guerrilheiro não tem nome... O que é isso...’**”⁶¹ (grifo).

9) No mesmo sentido, a testemunha [REDACTED] em seu depoimento ao MPF, em 2019, esclarece o momento da morte da vítima, a qual, mesmo rendida, foi executada pelos denunciados e demais militares da tropa, após terem perguntado o nome dela:

“(…) QUE Sônia estaria tomando banho em um rio, para encontrar Cristina, outra guerrilheira; QUE suas botas estavam na beira de uma trilha, ocasião em que foi abordada pelo Exército, conseguindo desferir tiros que acertaram CURIÓ e Dr. ASDRÚBAL [LÍCIO]; QUE o confronto ocorreu nas proximidades da casa de PEIXINHO; **QUE Sônia foi rendida, quando lhe perguntaram qual era o seu nome, tendo respondido que ‘guerrilheiro não tem nome, tem causa’**; **QUE após essa resposta, já rendida, os militares abriram fogo contra ela**; QUE o episódio foi assistido por familiares de PEIXINHO, que moravam nas proximidades (...)”⁶² (grifo).

59 **Declaração prestada pelo denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura em seu depoimento à Justiça Federal** – Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 109 dos autos principais, trecho correspondente às 7hrs e 20min.

60 Depoimento de Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009 e, em 14 de outubro de 2015, trecho às 2hrs e 35min (Mídia de f. 109 dos autos).

61 Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia. Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pg. 172 (fl. 273 dos autos, Vol. 2).

62 Termo de depoimento de [REDACTED], prestado ao MPF, em 05.06.2019, em fls. 250-251 dos autos, Vol.2.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

10) Margarida Ferreira Félix, moradora da região (falecida⁶³), corroborando os demais elementos de prova já apontados, declarou em oitiva no MPF (às fls. 98/100 dos autos), que SÔNIA foi emboscada, interrogada e morta:

“(…) que no dia 17 de outubro [de 1973] a depoente ouviu uma rajada de metralhadora às 17 hs próxima à sua casa no Sítio Água Boa, e a rajada vinha da Grota da Borracheira; que no dia seguinte o Exército cercou a casa da declarante e a entrevistaram para saber se a declarante conhecia a Sônia, e a declarante disse que sim, descrevendo-a fisicamente e sua vestimenta; que os soldados do Exército disseram que a Sônia já era, e que as rajadas que a declarante ouvira no dia anterior foram dadas nela; que os soldados descreveram como a Sônia foi morta; **que os soldados emboscaram a Sônia na Grota da Borracheira através de um camponês que foi capturado, e que iria se encontrar com ela**; que quando ela foi abordada, ela conseguiu dar dois tiros, atingindo o Sr. Curió ... e num outro doutor; **que em seguida ela foi metralhada apenas nas pernas, mas continuou viva; que então muito ferida, ela foi interrogada**, mas pouco disse... **tendo sido morta pelos soldados**; que o corpo de Sônia não foi enterrado, sendo deixado no local...”⁶⁴ (grifo)

O diálogo comprovadamente travado pelos denunciados com a vítima antes dos disparos por eles efetuados para matá-la, bem como o fato de que a mesma – quando encerrada a troca de tiros ocorrida inicialmente por ocasião da emboscada – já estava sem condições de reagir ou oferecer risco aos militares (após a “pacificação” do local), **atestam a rendição de LÚCIA MARIA DE SOUZA no momento da sua execução**.⁶⁵

4.2.1.2. No que diz respeito ao crime de ocultação de cadáver, as declarações dos denunciados SEBASTIÃO CURIÓ e LÍCIO MACIEL, assim como das testemunhas, evidenciam a materialidade e a autoria delitiva:

1) Depoimento prestado na Justiça Federal pelo denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, que afirmou que o corpo da vítima ficou na selva após a morte⁶⁶.

2) No mesmo sentido, o denunciado LÍCIO MACIEL declarou em sessão da Câmara

63 Conforme informações do Relatório ASSPA, às fls. 172-174 dos autos (vol.1).

64 Depoimento de Margarida Ferreira Félix, prestado ao MPF em 03/07/2001, às fls. 98/100 dos autos, vol. 1.

65 Tais circunstâncias afastam eventual tese de legítima defesa dos denunciados, visto que, nesse contexto, não se poderia cogitar dos requisitos da atualidade/iminência da agressão, nos termos do Código Penal. De fato, não se configura a excludente de ilicitude, já que SÔNIA foi fuzilada quando já estava rendida e gravemente ferida, inexistindo qualquer moderação/proporcionalidade da reação (para repelir agressão injusta e atual/iminente). Evidente que, *in casu*, não se tratou de ação defensiva, mas da consecução de uma operação de ataque planejada que tinha por objetivo executar a vítima.

66 Declaração do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura em seu depoimento à Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 109, vol. 1, trecho correspondente às 7hrs e 20min.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

dos Deputados (fl. 13-v do Procedimento Apenso) que: “(...) ***o corpo de Sônia ficou no local e ninguém retornou para resgatá-lo (...)***” (grifo).

3) Raimundo Nonato dos Santos também confirma que os denunciados abandonaram o corpo da vítima no local (f. 35 dos autos), em pleno matagal.

4) Margarida Ferreira Félix, em seu depoimento ao MPF, relatou que o corpo permaneceu no local após o ocorrido: “(...) ***que o corpo de Sônia não foi enterrado, sendo deixado no local, e o irmão da depoente, João dos Reis Nonato viu os restos da Sônia meses após o ocorrido no local onde foi morta (...)***”⁶⁷. (grifo)

5) O depoimento de [REDACTED] (fls. 183/186 dos autos, vol. 1) ao MPF corrobora o fato:

“Que quando viu o corpo da guerrilheira SÔNIA na mata, ele estava coberto por folhas de bananeiras; que as pernas estavam quebradas e a cintura estava cheia de balas e o restante do corpo com machucados e ferimentos; Que após isso, o depoente continuou sua rota e o corpo permaneceu onde estava; Que viu que em 1976 as ossadas da SÔNIA ainda estavam no mesmo lugar (...)”⁶⁸.

As declarações das testemunhas e dos denunciados comprovam a materialidade e a autoria da ocultação do cadáver da vítima.

Após a execução de LÚCIA MARIA, os denunciados buscaram ocultar seus vestígios mortais, abandonando o corpo na selva, uma vez que, cientes da sua localização, sonegaram a informação dos familiares e autoridades, deixando o corpo na mata, exposto ao relento, sujeito a intempéries e ataques de animais, a fim de fazer desaparecer os restos mortais.

O objetivo foi alcançado, com a execução e ocultação do corpo da vítima SÔNIA, em conformidade com o *modus operandi* explicitado em tópico anterior. Consta dos Relatórios do Exército, da Marinha, do CEI e da Agência Especial de Informações de Marabá o nome da vítima e informações genéricas sobre a sua morte⁶⁹, as quais, entretanto, eram sigilosas, não tendo havido qualquer contato, informação e entrega do corpo da vítima ou de seus restos

67 Termo de Depoimento de **Margarida Ferreira Félix**, prestado ao MPF, em 03.07.2001, em fls. 98-100 dos autos, Vol. 1.

68 Termo de Depoimento de [REDACTED], prestado ao MPF em 09.05.2005, às fls. 183-186 dos autos, Vol.1.

69 Relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e CIE (fls. mídias de fls. 76 e 84 dos autos, Vol.1). EXÉRCITO. AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES EM MARABÁ. **Relatório Especial de Informações nº 06**. 1973, fl. 247 dos autos, Vol. 2).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

mortais aos familiares e órgãos responsáveis.

Como visto, o abandono do corpo no meio da mata, sem qualquer informação oficial do ocorrido e da localização das ossadas, compõe o *modus operandi* dos denunciados para ocultar o cadáver de LÚCIA MARIA, fazendo desaparecer os vestígios dos crimes praticados.

Assim, estão provadas a materialidade e a autoria dos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. LÍCIO MACIEL, SEBASTIÃO CURIÓ e JOSÉ CONEGUNDES, liderados por LÍCIO, agiram dolosamente, em unidade de desígnios, para executar a vítima e ocultar seu corpo. Devem, portanto, ser penalmente responsabilizados.

5. DA TIPIIFICAÇÃO PENAL. DO PEDIDO CONDENATÓRIO E OUTROS REQUERIMENTOS.

Ante o exposto, o Ministério Público Federal denuncia SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO como incurso nas penas dos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I** (“motivo torpe”), e **IV** (de emboscada), e no **artigo 211**, ambos do Código Penal, na forma dos artigos 25 e 51 (concurso material de crimes) do mesmo diploma⁷⁰.

O *Parquet* **requer** o recebimento da denúncia, com a citação dos denunciados para apresentação de defesa e posterior pronúncia e julgamento pelo tribunal do júri, conforme artigos 406 e seguintes do Código de Processo Penal, **até final condenação**, na forma da lei.

Requer, ainda, que sejam reconhecidas, na aplicação e dosimetria da pena, as circunstâncias agravantes indicadas no art. 44, inciso II, alíneas “**a**” (motivo torpe); “**d**” (mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido); “**g**” (com abuso de autoridade); “**h**” (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício); e “**j**” (contra ofendido que estava sob a imediata proteção da autoridade), todas da antiga parte geral do Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, **requer** a fixação do valor mínimo do dano cível em quantia equivalente à indenização paga aos familiares das vítimas, em razão dos eventos criminosos praticados e do prejuízo material e moral por eles

⁷⁰ Estes referentes à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

suportados, a ser mensurada/atualizada no curso da instrução do feito.

Requer, também, nos termos do art. 71, inciso I, c/c o art. 68, inciso I, ambos do CP, a perda de cargo público dos denunciados, oficiando-se os órgãos militares e respectivas corporações para o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de que disponha, bem como para que os condenados sejam privados das medalhas e condecorações obtidas.

Pugna pela intimação das testemunhas adiante arroladas para que prestem depoimento no curso da instrução processual.

Requer, por fim, considerando a idade avançada (velhice) das testemunhas – fatos ocorridos há mais de 45 anos – e o conseqüente risco de perecimento da prova, a produção antecipada da prova testemunhal, com a oitiva das testemunhas arroladas antes de iniciada a ação penal (ainda que não recebida a denúncia), nos termos dos artigos **225⁷¹** e 156, I, do CPP.

Marabá/PA, 18 de dezembro de 2019.

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO
HERNANDES
Procurador da República

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

IVAN CLÁUDIO GARCIA MARX
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador Regional da República

71 Artigo 225 do CPP: Se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, **por enfermidade ou por velhice**, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

ROL DE TESTEMUNHAS:

[REDACTED]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-MAB-PA-00008197/2019 DENÚNCIA**

.....
Signatário(a): **IVAN CLAUDIO GARCIA MARX**

Data e Hora: **18/12/2019 14:37:00**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ALEXANDRE APARIZI**

Data e Hora: **18/12/2019 18:00:05**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES**

Data e Hora: **18/12/2019 14:56:41**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS**

Data e Hora: **18/12/2019 17:39:48**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **TIAGO MODESTO RABELO**

Data e Hora: **18/12/2019 15:52:58**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 3C00371D.7C3AC214.819D5BB9.96B0AA97



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ___ VARA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA

Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000020/2014-24

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** oferece **DENÚNCIA**¹, em 25 folhas, em face de **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO**.

Os denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO** estão incurso nos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I e IV**, e no **artigo 211**, todos do Código Penal, na forma dos artigos 25 e 51 (concurso material de crimes) do mesmo diploma², em razão do homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima **LÚCIA MARIA DE SOUZA**.

Requer, ainda, o reconhecimento, na dosagem da pena, das **circunstâncias agravantes** indicadas no art. 44, inciso II, alíneas “a” (motivo torpe); “d” (mediante recurso que tornou impossível a defesa dos ofendidos); “g” (com abuso de autoridade); e “h” (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício), e “j” (contra ofendido que estava sob a imediata proteção da autoridade), todas da antiga parte geral do Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Na presente cota, expõe as seguintes considerações de natureza jurídica e fática a respeito do objeto da presente ação.

I. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A competência absoluta *ad causam* da Justiça Federal comum decorre do disposto na

1 Peça elaborada pelos Procuradores da República integrantes da Força-Tarefa Araguaia infra-assinados, com a assessoria jurídica dos servidores do Ministério Público da União, Isabela Feijó Sena Rodrigues e Marcus Fidelis Ferreira Castro.

2 Estes referentes, também, à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Lei n. 9299/96, que estabeleceu a competência da **Justiça Comum** para o julgamento dos crimes dolosos cometidos por militares contra civis.

Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça possuem consolidada jurisprudência³ a respeito da **competência absoluta da Justiça Comum** – a partir da edição da Lei 9299/96 – para julgar os crimes dolosos contra civis cometidos por militares no exercício da função, ainda que anteriormente à vigência da lei (art. 2º do CPP – norma processual de aplicação imediata).

Logo, a competência para julgar o crime doloso contra a vida de civis (homicídio) e o delito conexo (ocultação de cadáver) praticado para ocultar o homicídio e assegurar a impunidade dos seus autores é da Justiça Federal comum, segundo o procedimento do tribunal do júri⁴. Em

³ No mesmo sentido: HC 173873/PE, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª turma do STJ em 20.09.2012, DJe. 26.09.2012: “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADO TENTADO E CONSUMADO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. O Tribunal do Júri é competente para condenar Policial Militar, que prática crime de homicídio contra civil, bem assim para aplicar, como efeito da condenação o disposto no art. 92, inciso I do Código Penal. Precedentes desta Corte. 2. Habeas corpus denegado”. Outras decisões no mesmo sentido: HC 84123/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado pela 6ª Turma do STJ em 26.02.2008, DJe. 24.03.2008. HC 34453/MG, Rel. Ministro Paulo Medina, julgado pela 6ª Turma do STJ em 30.01.2006, DJ. 26.02.2006. RHC 5660/SP, Rel. Ministro William Patterson, julgado pela 6ª Turma do STJ em 23.09.1996, DJ. 23.09.1996. CC 17665/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 3ª Seção do STJ em 27.11.1996, DJ. 17.02.1997. HC 21579/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 5ª Turma do STJ em 18.03.2003, DJ. 07.04.2003.

⁴ Confira-se, por exemplo, o seguinte trecho do acórdão do Recurso Ordinário em HC n.º 25384/ES, julgado pela 5ª Turma do STJ em 07.12.10:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. DELITO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.299/1996. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO JUIZ AUDITOR MILITAR NO CURSO DA AÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI 9.299/1996 AOS PROCESSOS EM CURSO. NULIDADE DO FEITO.

1. A Lei 9.299/1996 incluiu o parágrafo único ao artigo 9º do Código Penal Militar, consignando que os crimes nele tratados, quando dolosos contra a vida e praticados contra civil, são da competência da Justiça Comum.

2. O mesmo diploma legal acrescentou, ainda, um parágrafo no artigo 82 no Código de Processo Penal Militar, determinando que a Justiça Militar encaminhe os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum, nos casos de crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil.

3. Diante de tais modificações, **esta Corte Superior de Justiça adotou o entendimento de que, diante da incidência instantânea das normas processuais penais disposta no artigo 2º do Código de Processo Penal, a Lei 9.299/1996 possui aplicabilidade a partir da sua vigência, de modo que todas as investigações criminais e processos em curso relativos a crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil devem ser encaminhados à Justiça Comum.**

4. No caso dos autos, embora o suposto homicídio praticado pelo recorrente, policial militar, contra vítima civil, remonte ao ano de 1994, quando ainda não vigia a Lei 9.299/1996, o certo é que antes mesmo do início da instrução processual, e diante do advento do citado diploma legal, o Juiz Auditor Militar declinou da competência para a Justiça Comum, determinação que foi ignorada pela Auditoria Militar, que proferiu sentença condenatória no feito.

5. Assim, como à época em que julgado o delito em tese praticado pelo recorrente já competia ao Tribunal do Júri apreciar o feito, uma vez que a Lei 9.299/1996 já estava em vigor, a sentença proferida pela Auditoria da Justiça Militar do Estado do Espírito Santo é nula, já que oriunda de Juízo absolutamente incompetente”.

Anteriormente, o STJ já havia se manifestado nos mesmos termos em *habeas corpus* impetrado contra condenação proferida pela Justiça castrense, por crime de homicídio qualificado:

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. LEI 9.299/96. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NORMA DE ORDEM PÚBLI-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

relação aos denunciados **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL** e **JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO**, tratando-se de **crime cometido por membros das Forças Armadas**, utilizando-se de **bens e serviços pertencentes à União**, a competência para a causa, portanto, é da **Justiça Federal**, reafirmando-se o entendimento já assentado de que, no caso, a competência para processar e julgar crimes cometidos contra civis por militares federais é da Justiça Federal comum.

Nesse sentido decidiu o Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ (Ação

CA. NULIDADE. PRECEDENTES DO STF. ORDEM CONCEDIDA.

1. Com a edição da Lei 9.299/96, que excluiu do rol dos crimes militares os crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, atribuindo à Justiça Comum o julgamento dos referidos delitos, adveio grande controvérsia jurisprudencial sobre a constitucionalidade da lei.

2. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 260.404/MG, em 22/3/01, decidiu pela constitucionalidade do parágrafo único do art. 9º do Código Penal Militar, introduzido pela Lei 9.299/96.

3. Ademais, a Emenda Constitucional 45/04, ao alterar o art. 125, § 4º, da Constituição Federal, dispôs que "Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil**, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças".

4. No caso em exame, tendo em vista a **competência absoluta do Tribunal do Júri** para julgamento da causa, impõe-se a declaração de nulidade da ação penal, em que três polícias militares do Estado do Espírito Santo teriam cometido homicídio qualificado contra dois civis.

[...]

6. Ordem concedida para declarar a **nulidade da Ação Penal 024930023049, que tramitou perante a Auditoria Judiciária Militar do Espírito Santo**, preservando os atos processuais anteriores ao acórdão que julgou o Conflito de Competência 100970005789." (HC 102.227/ES, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado pela 5ª Turma do STJ, em 27.11.2008, DJ. 19.12.2008)

No Supremo Tribunal Federal, colacionam-se os seguintes julgados:

"Recurso extraordinário. Alegação de inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 9º do Código Penal Militar introduzido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996. Imprecedência. - No artigo 9º do Código Penal Militar que define quais são os crimes que, em tempo de paz, se consideram como militares, foi inserido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996, um parágrafo único que determina que "os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum". - Ora, tendo sido inserido esse parágrafo único em artigo do Código Penal Militar que define os crimes militares em tempo de paz, e sendo preceito de exegese (...) o de que "sempre que for possível sem fazer demasiada violência às palavras, interprete-se a linguagem da lei com reservas tais que se torne constitucional a medida que ela institui, ou disciplina", não há demasia alguma em se interpretar, não obstante sua forma imperfeita, que ele, ao declarar, em caráter de exceção, que todos os crimes de que trata o artigo 9º do Código Penal Militar, quando dolosos contra a vida praticados contra civil, são da competência da justiça comum, os teve, implicitamente, como excluídos do rol dos crimes considerados como militares por esse dispositivo penal, compatibilizando-se assim com o disposto no "caput" do artigo 124 da Constituição Federal. - Corrobora essa interpretação a circunstância de que, nessa mesma Lei 9.299/96, em seu artigo 2º, se modifica o *caput* do artigo 82 do Código de Processo Penal Militar e se acrescenta a ele um § 2º, excetuando-se do foro militar, que é especial, as pessoas a ele sujeitas quando se tratar de crime doloso contra a vida em que a vítima seja civil, e estabelecendo-se que nesses crimes "a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum". Não é admissível que se tenha pretendido, na mesma lei, estabelecer a mesma competência em dispositivo de um Código - o Penal Militar - que não é o próprio para isso e noutro de outro Código - o de Processo Penal Militar - que para isso é o adequado. Recurso extraordinário não conhecido". (RE 260404/MG, Rel. Ministro Moreira Alves, julgado pelo Pleno do STF em 22.03.2001, DJ. 21.11.2003.)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM ARMA DA CORPORACÃO, ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.299/96. ALEGAÇÃO DE IRRETROATIVIDADE E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. ATO IMPUGNADO FORMALIZADO EM 1997. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI PURAMENTE PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA, SALVO SE PROFERIDA SENTENÇA DE MÉRITO. ORDEM DENEGADA. 1. A **Justiça Comum é competente para julgar crime de militar (homicídio) contra civil**, por força da Lei nº 9299/96, cuja natureza



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Penal nº 2008.510.180.7814-7), confirmada pelo TRF da 2ª Região (RSE 2010.51.01.807851-8, Rel. Desembargador Messod Azulay Neto, julgado pela 2ª Turma Especializada, julgado em 19.10.2010, DJ. 02.12.2010) e, finalmente, pelo STJ (HC 132.988/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª Turma em 03.05.2011, DJe. 13.05.2011), todas favoráveis à competência da Justiça Federal comum para julgar os 11 militares do Exército brasileiro que detiveram e conduziram três moradores de comunidade da Providência para o morro da Mineira, onde foram entregues e mortos pelos integrantes rivais do tráfico da Mineira.

O caso presente também **não se enquadra** nas exceções previstas na novel redação do art. 9º, do Código Penal Militar, introduzidas pela Lei nº 13.491/2017, cuja constitucionalidade, aliás, já é questionada perante o Supremo Tribunal Federal. Isso porque o caso tratado nestes autos não se amolda às hipóteses inscritas no art. 9º, § 2º, do referido diploma legal, que transfere para a Justiça Militar da União os crimes dolosos contra a vida praticados no contexto de atribuições estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa, ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, ou, ainda, nos casos de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária.

processual impõe a sua **aplicação imediata aos inquéritos e ações penais**, mercê de o **fato delituoso ter ocorrido antes da sua entrada em vigor** (Precedente: HC nº 76.380/BA, Rel. Moreira Alves, DJ 05.06.1998). 2. Deveras, a redação do § único do art. 9º do Código Penal Militar, promovida pela Lei nº 9.299/96, a despeito de sua topografia, ostenta **nítida natureza processual, razão por que deve ser aplicada imediatamente** aos processos em curso, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito. (Precedentes: HC nº 78320/SP, rel. Min. Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 28/5/1999; HC 76510/SP, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 15/5/21998)". (HC 111.406/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado pela 1ª Turma do STF em 25.06.2013, DJ. 16.08.2013.)

Portanto, em razão da incidência instantânea das normas processuais penais (art. 2º do CPP), a competência para julgar os crimes dolosos cometidos por militares contra a vida de civis, cujo mérito não tenha sido definitivamente julgado até a entrada em vigor da Lei 9.299/96, pertence à Justiça Comum, no procedimento do tribunal do júri.

Nesse sentido decidiu recentemente a Turma Especial I do TRF da 2ª Região (Proc 2014.00.00.104222-3):

Inicialmente, afasta-se a alegação de incompetência, eis que o art. 109 da CF/88 é expresso no sentido de competir à Justiça Federal processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, bem como as causas relativas a direitos humanos, havendo previsão expressa de que "nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal" (§ 5º, do art. 109, da CF/88, incluído pela Emenda Constitucional nº 45/2004).

Outrossim, é cediço que o art. 82 do Código de Processo Penal Militar (DL 1002, de 21/10/1969), com a nova redação que lhe deu a Lei nº 9.299/96, ao reconhecer o foro militar como especial e especificar as pessoas que a ele estão sujeitas, exclui de sua apreciação os crimes dolosos contra a vida, praticados por militares contra civil, determinando, em seu § 2º, que nestes casos, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum.

A alteração, de aplicação imediata aos processos em curso, por óbvio aplica-se aos iniciados após sua vigência, ainda que os fatos narrados lhe sejam anteriores.

Subdividindo-se a Justiça Comum em Estadual e Federal, há que se observar a presença de interesse da União no presente feito, uma vez que os crimes em questão teriam como sujeito ativo militares no exercício de suas funções, bem como teriam ocorrido em dependências militares, além de envolver bem da União, representado pelo automóvel destruído para supostamente simular o ataque de um grupo terrorista subversivo e a fuga da vítima.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Finalmente, reforçando a competência da Justiça Federal comum, cumpre se reportar ao teor do parágrafo 257 da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Caso *Gomes Lund vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)* – **de caráter vinculante e de observância obrigatória** pelos órgãos persecutório e Poder Judiciário brasileiros, como demonstrar-se-á –, ressaltando-se que as vítimas, no presente caso, constam do rol das 62 pessoas que a Corte IDH reconheceu como desaparecidas naquele julgado:

257. Especificamente, o Estado deve garantir que as causas penais que tenham origem nos fatos do presente caso [execução sumária e desaparecimentos forçados de civis], contra supostos responsáveis que sejam ou tenham sido funcionários militares, sejam examinadas na **jurisdição ordinária, e não no foro militar**.

II. NÃO INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 109, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL

As condutas imputadas aos denunciados **não estão sujeitas** às regras de extinção da punibilidade previstas nos incisos II (**anistia**) e IV (**prescrição**) do art. 107 do Código Penal, porque:

(i) foram comprovadamente cometidas no **contexto de um ataque sistemático e generalizado contra a população civil brasileira**, promovido com o objetivo de assegurar a manutenção do poder usurpado em 1964, por meio da violência;

(ii) nos termos das **sentenças da Corte Interamericana de DH do caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁵ e *Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*⁶**, bem como de reiterada jurisprudência do mesmo Tribunal em casos similares do mesmo período, as torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados cometidos por agentes de Estado no âmbito da repressão política constituem graves violações a direitos humanos, para fins de incidência dos pontos resolutivos 3 e 9 da decisão, os quais **excluem a validade de interpretações jurídicas que assegurem a impunidade de tais violações, invalidando a aplicação de Lei de Anistia em razão da incompatibilidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados e instrumentos jurídicos nessa**

5 OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24.11.2010. Série C, n.º 219.

6 OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

matéria;

(iii) em conformidade com o **direito penal internacional costumeiro cogente**, as mesmas condutas já constituíam, na data de início dos fatos, crimes de lesa-humanidade, motivo pelo qual não estão elas protegidas por regras domésticas de anistia e prescrição.

II.1. Caráter sistemático e generalizado dos ataques cometidos por agentes da ditadura militar contra a população brasileira.

Em adição às notórias evidências registradas pela historiografia do período⁷, as investigações desenvolvidas pelo MPF foram capazes de comprovar a ocorrência do elemento contextual exigido para a caracterização das condutas como **delitos de lesa-humanidade**.

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política feitas no próprio corpo da denúncia, constata-se, em primeiro lugar, que torturas, desaparecimentos, mortes e ocultação de cadáveres, condutas tais como as descritas na denúncia, não constituíam acontecimentos isolados no âmbito da repressão política, mas sim a parte mais violenta e clandestina de um **sistema organizado** para suprimir a oposição ao regime, mediante **ações criminosas** cometidas e acobertadas por **agentes do Estado**.

Em março de 1970, tal sistema foi consolidado em um ato do Executivo denominado “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, e recebeu a denominação de “**Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN**”⁸. Nos termos da diretriz, todos os órgãos da administração pública nacional

7 Cf. entre outras obras: Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985; Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2a ed., 2014; Mariana Joffily. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e São Paulo, Edusp, 2013; Carlos Fico. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem a polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001; José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direta Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996; Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos deste Solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*. São Paulo, Boitempo, 1999; Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. Cf., também, as monografias de Freddie Perdigão Pereira. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB: Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 1978; Carlos Alberto Brilhante Ustra. *Rompendo o Silêncio*. Brasília, Editerra, 1987 e Amílcar Lobo Moreira da Silva. *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.

8 Segundo registra a historiografia, a origem administrativa do sistema é uma “Diretriz de Segurança Interna”, editada pela Presidência da República em 17 de março de 1970 (Informação n.º 017/70/AC/76, de 20 de fevereiro de 1976, da Agência Central do SNI. Citado em Elio Gaspari (op. cit., p. 182, nota) e ainda um expediente secreto denominado “Planejamento de Segurança Interna”, mediante o qual é criado o *Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN*, ou, “o Sistema”, no jargão do regime (Ibid., p. 179). O sistema encontra-se detalhadamente descrito em um documento com o mesmo nome, classificado como secreto e produzido pelo CIE em 1974. E ainda de acordo com Carlos Fico: “Do mesmo modo que o ‘Plano Nacional de Informações’ orientava o Sistema Nacional de Informações, algo do gênero deveria ser aprovado para o sistema de segurança interna que se queria implantar. Uma ‘Diretriz para a Política de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

estavam sujeitos às “medidas de coordenação” do comando unificado da repressão política. O sistema instituído estava estruturado em dois níveis: em **âmbito nacional**, atuavam o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁹ e os **serviços de informações do Exército (CIE)¹⁰, da Marinha (CENIMAR)¹¹ e da Aeronáutica (CISA)¹²**, estes últimos vinculados diretamente aos gabinetes dos ministros militares. Em **nível regional**, foram instituídas, ainda no primeiro semestre de 1970, **Zonas de Defesa Interna – ZDIs**, correspondentes à divisão dos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Nelas funcionavam: a) Conselhos e Centros de Operações de Defesa Interna

Segurança Interna’ – consolidando o SISSEGIN e adotando, nacionalmente, o padrão OBAN, no momento mesmo em que ela era criada – foi instituída em julho de 1969*, ainda na presidência de Costa e Silva e durante a gestão de Jayme Portella de Mello na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (...) Com a escolha de um novo presidente – Médici -, a ‘Diretriz’ foi reformulada, dando lugar à ‘Diretriz Presidencial de Segurança Interna’, base do documento ‘Planejamento de Segurança Interna’, que com ela foi expedido, em 29 de outubro 1970. O objetivo era, justamente, institucionalizar a ‘sistemática que, com sucesso, vem sendo adotada nesse campo’, vale dizer, a OBAN” (In: Carlos Fico, op. cit., p. 118). Os documentos secretos citados aos quais o autor teve acesso referem-se: *Sistema de Segurança Interna - SISSEGIN. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fl. 6. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais. Documento classificado como “secreto”. 10.11.1970. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais, cit. Pelo que o historiador pode concluir, “como se vê, o SISSEGIN não foi instituído por diplomas regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. Reitere-se, portanto, que o sistema CODI-DOI não foi implantado através de um decreto-lei, mas a partir de ‘diretrizes’ secretas formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional” (Ibid. p. 120-121).

9 O SNI foi criado através da Lei 4341, de 13 de junho de 1964 com a incumbência de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. Sobre as circunstâncias históricas da criação do SNI, cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, op. cit., p. 155-175.

10 Decreto 60.664, de 02.05.1967.

11 Segundo Maria Celina D’Araújo et al: “a Marinha (...) desde 1965 possuía um centro de informações institucionalizado, o CENIMAR. Mas seus serviços nessa área vinham de antes e se caracterizavam basicamente como atividades de informação relativas a fronteiras e a questões diplomáticas. Ainda nos anos 60, o CENIMAR dedicou-se com desenvoltura a combater atividades políticas, e, em 1971, seguindo o modelo do serviço secreto da Marinha inglesa, foi também reformulado para fazer frente às novas demandas militares no combate à luta armada” (in *Os anos de chumbo...*, op. cit., p. 16-17). O relatório oficial *Direito à Memória e à Verdade* registra a participação do CENIMAR em relação às mortes e desaparecimentos dos seguintes dissidentes: Reinaldo Silveira Pimenta, João Roberto Borges de Souza, José Toledo de Oliveira, Célio Augusto Guedes, Honestino Monteiro Guimarães, entre outros (in: *Direito à Memória e à Verdade*, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007).

12 Posteriormente convertido em Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, em 1970. Reproduz-se a seguinte nota a respeito do CISA, elaborada pelo Arquivo Nacional: “Em 1968, o decreto n. 63.005, de 17 de julho, criou o Serviço de Informações da Aeronáutica como órgão normativo de assessoramento do ministro da Aeronáutica e órgão de ligação com o Serviço Nacional de Informações. A ele competiam as atividades de informação e contrainformação. O decreto n. 63.006, de mesma data do anterior, i.é, de 17 de julho de 1968, criou o Núcleo de Serviço de Informações da Aeronáutica a quem competiam os estudos relacionados com a definição, o estabelecimento e a integração das normas relativas ao Sistema de Informações da Aeronáutica, em sua fase de implantação, bem como a elaboração e proposta de regulamento do Serviço de Informações da Aeronáutica. Em 3 de fevereiro de 1969, pelo decreto n. 64.056, foi criado no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (SISA) como órgão normativo e de assessoramento do ministro. O SISA continu-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

(denominados, respectivamente, de CONDI e CODI), integrados por membros das três Forças Armadas e das Secretarias de Segurança dos Estados, com funções de coordenação das ações de repressão política nas respectivas ZDIs; e b) a partir do segundo semestre de 1970, Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, e, no ano seguinte, também em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. O DOI do III Exército, em Porto Alegre, foi criado em 1974¹³.

A organização e o *modus operandi* do aparato de repressão estatal na ditadura, notadamente na Guerrilha do Araguaia, como também já descrito nos tópicos introdutórios da denúncia anexa, acima descritos demonstram que as ações de repressão política executadas no âmbito do Sistema de Segurança Interna não estavam prioritariamente voltadas à produção de provas válidas destinadas a instruir inquéritos e processos judiciais, mas sim à **supressão da oposição política ao regime**, por intermédio de **ameaças, prisões clandestinas, invasões domiciliares, torturas, assassinatos e desaparecimentos** de pessoas suspeitas de apoiar ou colaborar, em qualquer nível, mesmo que indiretamente, com a “subversão”¹⁴.

A repressão política não atuava apenas contra dissidentes armados ou militantes de or-

ava sendo o órgão de ligação com Serviço Nacional de Informações, tendo por competência as atividades de informação e contrainformação. Por este ato, foi revogado o decreto n. 63.005, de 17 de julho de 1968, já citado. (...) Em 20 de maio de 1970, o decreto n. 66.608 extinguiu o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, instituído pelo decreto n. 63.006, de 1968, criando, em seu lugar, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). O CISA era, então, o órgão de direção do Serviço de Informação da Aeronáutica, subordinando-se diretamente ao ministro da Aeronáutica, assumindo todo o acervo da extinta 2ª Seção do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, do Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, então extinto, e parte da 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, compreendendo material, documentação e arquivo referente à segurança interna. (...) O decreto n. 66.609, também de 20 de maio de 1970, deu nova redação ao artigo 1 do decreto n. 64.056, de 3 de fevereiro do ano anterior, que tratou da criação do SISA. Pelo novo texto legal, o SISA deixava de ser órgão expressamente de assessoramento do ministro da Aeronáutica, para ser, declaradamente, o responsável pelas atividades de informações e contrainformações de interesse para a segurança nacional no âmbito daquele Ministério. O decreto n. 85.428, de 27 de novembro de 1980, alterou a denominação do CISA de Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica para Centro de Informações da Aeronáutica. (...) O Centro de Informações da Aeronáutica foi formalmente extinto pelo Decreto n.º 85.428, de 13 de janeiro de 1988 (disponível em: http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1025148). Ademais, Maria Celina D'Araújo et. al. acrescentam que a montagem do serviço se deu basicamente na gestão do ministro Márcio de Sousa e Melo, tendo à frente o então coronel Burnier, após curso de treinamento em informações em Fort Gullick, no Panamá (*in Os anos de chumbo*, op. cit. p. 16).

13 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio*, op. cit., p. 126.

14 Ademais, à luz do que constata Maria Celina D'Araújo et al.: “Ainda que, num primeiro momento, possamos admitir que essa intrincada estrutura foi se definindo de forma reativa, o que se verificou ao fim de muito pouco tempo foi a instalação de um sofisticado sistema de segurança e controle institucionalmente consolidado, cujas características não podem jamais ser atribuídas a situações circunstanciais. O ‘sistema’, a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada, mas também controlar e direcionar a própria sociedade.” (*In: op. cit.*, p. 18)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

ganizações clandestinas, mas também contra populações desarmadas, como ocorreu em relação às vítimas no presente caso.

Como mencionado nesta cota e nos tópicos iniciais da denúncia anexa, era evidente o caráter generalizado e sistemático dos ataques cometidos por agentes da repressão política ditatorial.

A esse respeito, traz-se à colação também os seguintes números compilados pela pesquisa historiográfica:

“De 1964 a 1973 houve 4.841 punições políticas no país. Dessas, 2.990 ocorreram em 1964 e 1.295 nos anos de 1969 e 1970. A distribuição coincide, portanto, com o imediato pós-golpe e com os dois primeiros anos que se seguem ao AI-5. Ao longo desses dez anos, 517 pessoas perderam seus direitos políticos e 541 tiveram seus mandatos cassados. As outras punições então aplicadas dizem respeito a aposentadorias (1.124), reformas (844) e demissões (1.815). Nas Forças Armadas, estes três últimos tipos de punição atingiram 1.502 militares, e nas polícias, 177 pessoas. Na área sindical, até 1970, ocorreram 536 intervenções, a maior parte delas (252) por motivo de subversão. Muito ligeiramente, estes dados confirmam que houve uma concentração da repressão política em 1964, e depois, nos anos de 1969 a 1973. Que essa repressão foi distribuída por todos os setores da vida nacional, incluindo militares, civis e aparelhos do próprio Estado. No entanto, no que toca à concentração de mortos e desaparecidos, a concentração se dá no segundo momento. Mais do que isso, queremos chamar atenção para o fato de que o que mudou nessa segunda fase foi o alvo da repressão, envolvendo setores da elite social e cultural do país, o aprimoramento dos métodos, a institucionalização e a organização do sistema repressivo”¹⁵.

Em decisão datada de 13 de maio de 2014, a 6ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro recebeu a denúncia ajuizada pelo MPF em face de seis réus, acusados de tentativa de homicídio, transporte de explosivos, formação de quadrilha, fraude processual e favorecimento pessoal, em razão dos atentados à bomba cometidos no Riocentro, em 1981. Segundo aquele juízo:

15 Informações presentes in: Maria Celina D'Araújo *et al.*, *op. cit.*, 29, a partir de dados extraídos de Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil é este? Manual de indicadores sociais e políticos*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990. Segundo Elio Gaspari, apenas “entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos com pagamento de pensão aos familiares. Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva. (...) Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas. Estimando-se que cada organização de trabalhadores atingida tivesse vinte dirigentes, expurgaram-se 10 mil pessoas.” (In: *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, p. 137)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

“Passados 50 anos do golpe militar de 1964, já não se ignora mais que a prática de **tortura e homicídios contra dissidentes políticos** naquele período fazia parte de uma **política de Estado**, conhecida, desejada e coordenada pela mais alta cúpula governamental.

[...]

Em suma, trata-se, ao que tudo indica, de um episódio que deve ser contextualizado, ao menos nesta fase inicial, como parte de uma série de **crimes imputados a agentes do Estado no período da ditadura militar** brasileira, com o objetivo de **atacar a população civil e perseguir dissidentes políticos**”¹⁶.

No presente caso concreto, os crimes praticados pelos denunciados e demais agentes do Estado em face dos militantes do PC do B e da população civil se amoldam precisamente ao conceito jurídico (com caráter *jus cogens*) de crime contra a humanidade, uma vez que, diante dos elementos probatórios obtidos na investigação, está devidamente demonstrado que os fatos delituosos objeto da denúncia se deram no contexto de um **ataque sistemático e generalizado** contra os opositores do regime ditatorial e a população civil, restando configurado, portanto, o **crime de lesa-humanidade** para os fins de direito.

No episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia”, as Forças Armadas, sob o pálio protetivo do estado ditatorial, combateram duramente os militantes, promovendo incontáveis ações delituosas na região para reprimir os dissidentes políticos a qualquer custo e por todos os meios, a fim de inibir o movimento e eliminar os opositores.

Sobre as principais operações realizadas após a descoberta da atuação dos militantes no Araguaia, tem-se a seguinte cronologia: “*Operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972)*¹⁷; *Operação Papagaio (setembro de 1972)*; *Operação Sucuri (maio a outubro de 1973)*; e *Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*.”¹⁸

Pelo menos duas operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência.

Em seguida, as Forças Armadas realizaram, entre maio e outubro de 1973, uma intensa atividade de inteligência, com a infiltração de agentes militares na população local, identificados por codinomes, disfarçados de comerciantes ou funcionários públicos. Por meio dessa operação,

16 6ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, decisão de recebimento da denúncia nos autos 0017766-09.2014.4.02.5101, de 13 de maio de 2014. Houve decisão posterior, trancando referida ação penal, mas que ainda pende de recurso por parte do MPF.

17 Nesse período se deu a “Operação Peixe”, referida da denúncia.

18 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

conhecida como “Sucuri” e comandada, dentre outros, pelo próprio denunciado Sebastião Curió, foi possível levantar a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar moradores que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias para auxiliar as ações do Exército na região, o que foi fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado dos dissidentes.

Finalizada a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 7 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento dissidente, a denominada Operação “Marajoara”. Nessa etapa houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas ilegais que visavam, notadamente, o desaparecimento forçado dos opositores (sequestros e homicídios seguidos de ocultação de cadáveres, entre outros crimes).

Com efeito, nesta terceira operação/campanha, verificou-se que membros das Forças Armadas e de órgãos de polícia praticaram não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local, atos de sequestro, ameaças, cárcere privado, torturas e homicídios, além de promoverem a destruição de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos. Tais condutas consistiram em atos autoritários e criminosos perpetrados por um grupo que visava aniquilar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região, como já demonstrado na denúncia anexa.

Portanto, a atuação repressiva do Estado no Araguaia caracterizou-se pelo intenso grau de violência, notadamente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos guerrilheiros, mesmo quando presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações e impedir a continuidade do movimento dissidente.

Estas conclusões foram as mesmas da Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório apontou claramente para a presença de um contexto sistemático de violação aos direitos humanos no período da ditadura militar brasileira.

Nos termos do relatório final da CNV, à Operação Sucuri *“sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de uma operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha (...) os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos – compostos por civis, geralmente mateiros, e militares –, chamados de 'zebras', dedicados a operações do tipo 'gato e*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

*rato' (isto e, operações de caça e rastreamento). ”.*¹⁹

Ademais, mesmo após o término dos combates em campo, comprovou-se a ocorrência de ações militares para efetivar o desaparecimento forçado dos integrantes do PCdoB, que tinham por finalidade ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos guerrilheiros, com a destruição/sonegação de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada “**Operação Limpeza**”, ocorrida por volta de meados de 1974 a 1976 e então comandada, principalmente, pelo denunciado **SEBASTIÃO “CURIÓ”**²⁰.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados pelos denunciados os crimes objeto da presente Denúncia.

Evidente que referido contexto de ataque sistemático à população civil alcança os fatos objeto da presente denúncia. Isto é confirmado pelas seguintes características: a) por ordem dos denunciados, a vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA foi sumariamente executada, mediante emboscada, embora ela já estivesse rendida, dominada e sem apresentar resistência/risco; b) o seu cadáver foi sistematicamente ocultado a fim de apagar os vestígios dos crimes praticados a assegurar a impunidade de seus autores.

Além dos crimes de homicídio e sequestro (desaparecimento forçado), outros delitos conexos cometidos no mesmo contexto de ataque sistemático/generalizado também configuram graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, tais como a ocultação de cadáver, entre outros destinados a apagar os vestígios dos delitos mais graves e assegurar a impunidade dos agentes.²¹

Estabelecido este pressuposto – de que os delitos praticados pelos denunciados se enquadram como crimes contra a humanidade –, vejamos as consequências internacionais desta qualificação.

19 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.

20 Após a “Operação Limpeza” foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.

21 Centro Internacional para la Justicia Transicional. Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. Méndez, Juan e Covelli, Gilma Tatiana Rincón (https://www.conjur.com.br/dl/parecer_ictj_lesa_humanidade.pdf).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

II.2. Efeitos jurídicos da qualificação dos fatos como graves violações a direitos humanos e como delitos de lesa-humanidade. Da não incidência da Lei de Anistia e do instituto da prescrição. Do direito penal internacional e da decisão da Corte IDH no caso Gomes Lund vs. Brasil.

Os crimes cometidos por agentes da repressão ditatorial brasileira já eram, quando da execução do delito, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual incidem sobre eles as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às normas cogentes de direito internacional, notadamente a insuscetibilidade de anistia e a imprescritibilidade.

O reconhecimento de um crime contra a humanidade implica adoção de **regime jurídico imune a manobras de impunidade**. Esse regime especial é, como proclamado pela Assembleia Geral da ONU, *“um elemento importante para prevenir esses crimes e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e para promover a confiança, estimular a cooperação entre os povos e contribuir para a paz e a segurança internacionais”*.

Nessa esteira, os crimes de lesa-humanidade, em razão da interpretação consolidada pelo *jus cogens*, são ontologicamente imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Trata-se de atributo essencial, pois a finalidade da qualificação de um fato como sendo atentatório à humanidade é garantir que não permaneça impune.

Normas cogentes do direito costumeiro²² internacional definem as condutas praticadas em **contexto de um ataque sistemático e generalizado a uma população civil como crime contra a humanidade**, para, dentre outros efeitos, submetê-lo à jurisdição universal, e declará-lo **insuscetível de anistia ou prescrição**.

Especificamente, a morte/execução da vítima LÚCIA MARIA DE SOUZA, bem como as condutas tendentes a ocultar o crime – inclusive fazendo desaparecer o seu cadáver – cometidos pelos denunciados e demais agentes da repressão aos “inimigos” do regime²³, já era, ao tempo do

22 O costume é fonte de direito internacional e, nos termos do art. 38 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, possui força normativa vinculante mesmo em relação a Estados que não tenham participado da formação do tratado que reproduza regra consuetudinária.

23 Transcreve-se, a propósito, o argumento desenvolvido por Marcelo Rubens Paiva: “[U]ma pergunta tem sido evitada: por que, afinal, existem desaparecidos políticos no Brasil? Durante o regime militar, os exilados, no exterior, faziam barulho; a imagem do país poderia ser prejudicada, atrapalhando o andamento do “Milagre Brasileiro”, que dependia da entrada de capital estrangeiro. No Brasil, o Exército perdia o combate contra a guerrilha: assaltos (“expropriações”) a bancos, bombas em quartéis, e cinco guerrilheiros comandados pelo ex-capitão Carlos Lamarca rompem o cerco de 1.700 soldados comandados pelo coronel Erasmo Dias, no Vale do Ribeira. Estava claro que, para combater a chamada “subversão”, o governo deveria organizar um **aparelho repressivo paralelo, com total liberdade de ação. É criado o DOI-Codi**. Jornalistas, compositores, estudantes, professores, atrizes, simpatizantes e guerrilheiros são presos. Muitos torturados. Passa a ser fundamental para a sobrevivência das próprias organizações de guerrilha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

início da execução, um ilícito criminal no direito internacional sobre o qual **não** incidem as regras de **prescrição e anistia** virtualmente estabelecidas pelo direito interno de cada Estado membro da comunidade das nações.

A **reprovação jurídica internacional** às condutas delituosas imputadas a **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, LÍCIO AUGUSTO MACIEL e JOSÉ CONEGUNDES DO NASCIMENTO** determina a **imprescritibilidade da ação penal** correspondente e a **impossibilidade de anistia**.

Este entendimento está alicerçado no direito costumeiro cogente anterior ao início da execução do delito, em especial: a) na Carta do Tribunal Militar Internacional (1945)²⁴; b) na Lei do Conselho de Controle No. 10 (1945)²⁵; c) nos Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg e nos julgamentos do Tribunal, com comentários (*International*

soltar “companheiros” ou simpatizantes presos. A partir de 1969, começam os sequestros de diplomatas. [...] Para os agentes da repressão, passam a ser prioritários a **eliminação e o desaparecimento de presos**. O ato é consciente: um extermínio. Encontraram a “solução final” para os opositores do regime, largamente utilizada pelas ditaduras chilena, a partir de 1973, e argentina, a partir de 1976; o Brasil foi um dos primeiros países a sofrer um golpe militar inspirado nas regras estabelecidas pela Guerra Fria, e uma passada de olho na lista de desaparecidos brasileiros revela que a maioria desaparece a partir de 1970. Se no Brasil a ideia da “solução final” tivesse sido aventada antes, não seriam apenas 150 pessoas, mas, como no Chile e na Argentina, milhares. [...] O tema, portanto, não está restrito a uma centena de famílias. Quando leio [...] que “uma fonte militar de alta patente” diz que os ministros não vão se opor ao projeto da União, mas “temem que essa medida desencadeie um processo pernicioso à nação”, me pergunto se os danos já não foram causados nos anos 70. Existem desaparecidos e desaparecidos, dos que combateram no Araguaia aos que morreram nos porões da Rua Tutóia e da Barão de Mesquita, dos que pegaram em armas aos que apenas faziam oposição, como meu pai, que não era filiado a qualquer organização, preso em 1971. **Cada corpo tem uma história**: uns foram enterrados numa vala comum do Cemitério de Perus, outros foram deixados na floresta amazônica, uns decapitados, outros jogados no mar.” (“Brasil procura superar ‘solução final’” in Janaína Teles (org.). *Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade*, São Paulo: Humanitas, 2001, p. 53-54).

24 *Agreement for the Prosecution and Punishment of the Major War Criminals of the European Axis, and Charter of the International Military Tribunal*. Londres, 08.08.1945. Disponível em: <http://www.icrc.org/ihl.nsf/INTRO/350?OpenDocument>. O acordo estabelece a competência do tribunal para julgar crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade “namely, murder, extermination, enslavement, deportation, and other inhumane acts committed against any civilian population, before or during the war; or persecutions on political, racial or religious grounds in execution of or in connection with any crime within the jurisdiction of the Tribunal, whether or not in violation of the domestic law of the country where perpetrated.”

25 Nuremberg Trials Final Report Appendix D, Control Council Law n. 10: Punishment of Persons Guilty of War Crimes, Crimes Against Peace and Against Humanity, art. II. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/imt/imt10.asp>. Segundo o relatório: “Each of the following acts is recognized as a crime (...): Crimes against Humanity. Atrocities and offenses, including but not limited to murder, extermination, enslavement, deportation, imprisonment, torture, rape, or other inhumane acts committed against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds whether or not in violation of the domestic laws of the country where perpetrated”).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Law Commission, 1950)²⁶; d) no Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU (1954)²⁷; e) na Resolução n.º 2184 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁸; f) na Resolução n.º 2202 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁹; g) na Resolução n.º 2338 (Assembleia Geral da ONU, 1967)³⁰; h) na Resolução n.º 2583 (Assembleia Geral da ONU, 1969)³¹; i) na Resolução n.º 2712 (Assembleia Geral da ONU, 1970)³²; j) na Resolução n.º 2840 (Assembleia Geral da ONU, 1971)³³; k) nos Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de condenados por crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Resolução 3074, da Assembleia

26 Texto adotado pela Comissão de Direito Internacional e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas como parte do relatório da Comissão. O relatório foi publicado no *Yearbook of the International Law Commission*, 1950, v. II e está disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/7_1_1950.pdf. (“The crimes hereinafter set out are punishable as crimes under international law: (a) Crimes against peace: (...); (b) War crimes: (...); (c) Crimes against humanity: Murder, extermination, enslavement, deportation and other inhuman acts done against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds, when such acts are done or such persecutions are carried on in execution of or *in connection with any crime against peace or any war crime*. The Tribunal did not, however, thereby exclude the possibility that crimes against humanity might be committed also before a war. In its definition of crimes against humanity the Commission has omitted the phrase “before or during the war” contained in article 6 (c) of the Charter of the Nuremberg Tribunal because this phrase referred to a particular war, the war of 1939. *The omission of the phrase does not mean that the Commission considers that crimes against humanity can be committed only during a war. On the contrary, the Commission is of the opinion that such crimes may take place also before a war in connection with crimes against peace*. In accordance with article 6 (c) of the Charter, the above formulation characterizes as crimes against his own population”). O histórico completo dos trabalhos da Comissão está registrado no link: http://untreaty.un.org/ilc/guide/7_3.htm. Sobre o assunto, observa Antonio Cassese (*supra* citado) que o vínculo entre crimes contra a humanidade e os crimes contra a guerra e contra a paz somente foi formalmente suprimido no anteprojeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, em 1996 (“It is interesting to note that the link between crimes against humanity and crimes against peace and war crimes was later deleted by the Commission when it adopted the draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind of 1996”).

27 Covering the Work of its Sixth Session, 28 July 1954, Official Records of the General Assembly, Ninth Session, Supplement No. 9 Article 2, paragraph 11 (previously paragraph 10), disponível em http://untreaty.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_88.pdf. (“The text previously adopted by the Commission (...) corresponded in substance to article 6, paragraph (c), of the Charter of the International Military Tribunal at Nurnberg. It was, however, *wider in scope* than the said paragraph in two respects: it prohibited also inhuman acts committed on cultural grounds and, furthermore, *it characterized as crimes under international law not only inhuman acts committed in connexion with crimes against peace or war crimes, as defined in that Charter, but also such acts committed in connexion with all other offences defined in article 2 of the draft Code. The Commission decided to enlarge the scope of the paragraph so as to make the punishment of the acts enumerated in the paragraph independent of whether or not they are committed in connexion with other offences defined in the draft Code. On the other hand, in order not to characterize any inhuman act committed by a private individual as an international crime, it was found necessary to provide that such an act constitutes an international crime only if committed by the private individual at the instigation or with the toleration of the authorities of a State.*”)

28 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 3º da Resolução condena, “como crime contra a humanidade, a política colonial do governo português”, a qual “viola os direitos políticos e econômicos da população nativa em razão do assentamento de imigrantes estrangeiros nos territórios e da exportação de trabalhadores africanos para a África do Sul”.

29 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 1º da Resolução condena a política de apartheid praticada pelo governo da África do Sul como “crime contra a humanidade”.

30 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/22/ares22.htm>. A resolução “reconhece ser imprescindível e inadiável afirmar, no direito internacional (...), o princípio segundo o qual não há prescrição penal para crimes de guerra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Geral das Nações Unidas, 1973)³⁴.

Na Convenção das Nações Unidas sobre a Não-Aplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade (1968)³⁵, a imprescritibilidade se estende aos “*crimes contra a humanidade, cometidos em tempo de guerra ou em tempo de paz e definidos como tais no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg de 8 de agosto de 1945 e confirmados pelas Resoluções nº 3 e 95 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 13 de fevereiro de 1946 e 11 de dezembro de 1946*”. Nota-se, sobretudo a partir dos trabalhos da Comissão de Direito Internacional da ONU da década de 1950, e das resoluções da Assembleia Geral da organização, em meados dos anos 60, que é prescindível o elemento contextual “guerra” na definição dos crimes contra a humanidade.

As condutas antijurídicas – graves violações aos direitos humanos – cometidas por agentes estatais durante o regime militar não são indiferentes para o direito penal internacional, como se depreende dos documentos oficiais acima referidos.

No âmbito do Sistema Interamericano de proteção a direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde o precedente *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, de 1987, vem repetidamente afirmando a **incompatibilidade** entre as garantias previstas na Convenção

e crimes contra a humanidade” e recomenda que “nenhuma legislação ou outra medida que possa ser prejudicial aos propósitos e objetivos de uma convenção sobre a inaplicabilidade da prescrição penal a crimes de guerra e crimes contra a humanidade seja tomada na pendência da adoção de uma convenção sobre o assunto pela Assembleia Geral”.

31 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/24/ares24.htm>. A resolução convoca todos os Estados da comunidade internacional a adotar as medidas necessárias à cuidadosa investigação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como à prisão, extradição e punição de todos os criminosos de guerra e pessoas culpadas por crimes contra a humanidade que ainda não tenham sido processadas ou punidas.

32 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/25/ares25.htm>. A resolução lamenta que numerosas decisões adotadas pelas Nações Unidas sobre a questão da punição de criminosos de guerra e pessoas que cometeram crimes contra a humanidade ainda não estavam sendo totalmente cumpridas pelos Estados e expressa preocupação com o fato de que, no presente, como resultado de guerras de agressão e políticas e práticas de racismo, apartheid, colonialismo e outras ideologias e práticas similares, crimes de guerra e crimes contra a humanidade estavam sendo cometidos. A resolução também convoca os Estados que ainda não tenham aderido à Convenção sobre a Inaplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade a observar estritamente as provisões da Resolução 2583 da Assembleia Geral da ONU.

33 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/26/ares26.htm>. A resolução reproduz os termos da Resolução anterior, de número 2712.

34 ONU. *Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de pessoas culpadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade*. Adotados pela Resolução 3074 da Assembleia Geral em 03.12.1973 (“War crimes and crimes against humanity, wherever they are committed, shall be subject to investigation and the persons against whom there is evidence that they have committed such crimes shall be subject to tracing, arrest, trial and, if found guilty, to punishment...”). Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/28/ares28.htm>.

35 Adotada pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução 2391 (XXIII), de 26.11.1968. Entrou em vigor no direito internacional em 11.11.70.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Americana de Direitos Humanos e as regras de direito interno que excluem a punibilidade dos desaparecimentos forçados e dos demais delitos contra a humanidade.³⁶

Igual entendimento pode ser encontrado nos seguintes julgados da Corte IDH: *Blake vs. Guatemala*³⁷; *Barrios Altos vs. Peru*³⁸; *Bamaca Velásquez vs. Guatemala*³⁹; *Trujillo Oroza v. Bolívia*⁴⁰; *Irmãs Serrano Cruz vs. El Salvador*⁴¹; *Massacre de Mapiripán vs. Colômbia*⁴²; *Goibirú vs. Paraguai*⁴³; *La Cantuta vs. Peru*⁴⁴; *Radilla Pacheco vs. México*⁴⁵ e *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia*⁴⁶.

Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, **no caso *Gomes Lund vs. Brasil***, deliberou especificamente sobre a “Guerrilha do Araguaia”, episódio de que trata a denúncia anexa, sendo LÚCIA MARIA DE SOUZA uma das 62 vítimas do ataque generalizado e sistemático contra a população civil engendrado pelas forças de segurança do regime ditatorial, como concluiu a Corte IDH no caso em referência.

Não se pode olvidar que o oferecimento da presente denúncia e o trâmite da ação penal estão imbricadas com a obrigação – de investigar os fatos e determinar, perante a jurisdição ordinária, as correspondentes responsabilidades penais, aplicando efetivamente as respectivas sanções – estipulada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil no julgamento do Caso Gomes Lund⁴⁷, especialmente no item 9 dos seus Pontos Resolutivos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda determinou – parágrafos 256 e 257 – que a promoção da responsabilidade penal dos autores deve ser cumprida em um prazo razoável e

36 *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*. Excepciones Preliminares. Sentencia de 26 de Junio de 1987. Serie C Nº 1.

37 *Blake vs. Guatemala*. *Exceções Preliminares*. Sentença de 2 de julho de 1996. Série C No. 27.

38 *Barrios Altos vs. Peru*. *Reparações e Custas*. Sentença de 30 de novembro de 2001. Série C No. 109.

39 *Bámaca Velásquez versus Guatemala*. *Reparações e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C No. 91.

40 *Trujillo Oroza versus Bolívia*. *Reparações e Custas*. Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C No. 92.

41 *Irmãs Serrano Cruz versus El Salvador*. *Exceções Preliminares*. Sentença de 23 de novembro de 2004. Série C No. 118.

42 *Caso do Massacre de Mapiripán versus Colômbia*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C No. 134.

43 *Caso Goiburú y otros vs. Paraguay*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Serie C, Nº 153.

44 *La Cantuta versus Peru*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 29 de novembro de 2006. Série C No. 162.

45 *Radilla Pacheco vs. México*. *Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 23 de novembro de 2009. Série C No. 209.

46 *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1o de setembro de 2010. Série C No. 217.

47 Corte IDH. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, sentença de 24.11.10 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas), publicada em 14 de dezembro de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

necessitaria alcançar (sempre que possível) os autores materiais e intelectuais do desaparecimento forçado das vítimas.

Por se tratar de graves violações de direitos humanos, considerando a natureza dos fatos, o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos seus autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação, consoante disposto na aludida sentença da Corte IDH.

A sentença no caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁴⁸ é cristalina quanto ao **dever** cogente do Estado brasileiro de **promover a investigação e a responsabilização criminal** dos autores desses desaparecimentos e das graves violações aos direitos humanos. Neste caso ficou expresso que as **anistias não são compatíveis** com tais delitos e que o Brasil não poderia utilizar a Lei de Anistia como uma barreira legítima à punição dos referidos delitos.

A anexa denúncia resulta das investigações que tiveram por objetivo dar cumprimento àquele *decisum*, razão pela qual se transcreve os seguintes excertos do julgado:

137. Desde sua primeira sentença, esta Corte destacou a importância do dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. A obrigação de investigar e, se for o caso, julgar e punir, adquire particular importância ante a gravidade dos crimes cometidos e a natureza dos direitos ofendidos, especialmente em vista de que a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correspondente dever de investigar e punir aos responsáveis há muito alcançaram o caráter de jus cogens.

[...]

140. Além disso, a obrigação, conforme o Direito Internacional, de processar e, caso se determine sua responsabilidade penal, punir os autores de violações de direitos humanos, decorre da obrigação de garantia, consagrada no artigo 1.1 da Convenção Americana. [...].

141. A obrigação de investigar e, se for o caso, punir as graves violações de direitos humanos foi afirmada por todos os órgãos dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos.

[...]

147. As anistias ou figuras análogas foram um dos obstáculos alegados por alguns Estados para investigar e, quando fosse o caso, punir os responsáveis por violações graves aos direitos humanos. Este Tribunal, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os órgãos das Nações Unidas e outros organismos universais e regionais de proteção dos direitos humanos pronunciaram-se sobre a incompatibilidade das leis de anistia, relativas a graves violações de direitos humanos com o Direito Internacional e as obrigações internacionais dos Estados.

148. Conforme já fora antecipado, este Tribunal pronunciou-se sobre a **incompatibilidade das**

48 *Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, citado.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

anistias com a Convenção Americana em casos de graves violações dos direitos humanos relativos ao Peru (Barrios Altos e La Cantuta) e Chile (Almonacid Arellano e outros).

149. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual Brasil faz parte por decisão soberana, são reiterados os pronunciamentos sobre a **incompatibilidade das leis de anistia** com as obrigações convencionais dos Estados, quando se trata de graves violações dos direitos humanos. Além das mencionadas decisões deste Tribunal, a Comissão Interamericana concluiu, no presente caso e em outros relativos à Argentina, Chile, El Salvador, Haiti, Peru e Uruguai, sua contrariedade com o Direito Internacional. A Comissão também recordou que se pronunciou em um sem-número de casos-chave, nos quais teve a oportunidade de expressar seu ponto de vista e cristalizar sua doutrina em matéria de aplicação de **leis de anistia**, estabelecendo que essas leis **violam diversas disposições, tanto da Declaração Americana como da Convenção**. Essas decisões, coincidentes com o critério de outros órgãos internacionais de direitos humanos a respeito das anistias, declararam, de maneira uniforme, que tanto as leis de anistia como as medidas legislativas comparáveis, que impedem ou dão por concluída a investigação e o julgamento de agentes de [um] Estado, que possam ser responsáveis por sérias violações da Convenção ou da Declaração Americana, violam múltiplas disposições desses instrumentos.

[...]

163. Do mesmo modo, diversos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, por meio de seus mais altos tribunais de justiça, incorporaram os parâmetros mencionados, observando de boa-fé suas obrigações internacionais. A **Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina** resolveu, no Caso Simón, declarar **sem efeitos as leis de anistia** que constituíam neste país um obstáculo normativo para a investigação, julgamento e eventual condenação de fatos que implicavam violações dos direitos humanos [...]

164. No Chile, a Corte Suprema de Justiça concluiu que as anistias a respeito de desaparecimentos forçados, abrangeriam somente um determinado tempo e não todo o lapso de duração do desaparecimento forçado ou seus efeitos [...].

165. Recentemente, a mesma **Corte Suprema de Justiça do Chile**, no caso Lecaros Carrasco, anulou a sentença absolutória anterior e **invalidou a aplicação da anistia chilena** prevista no Decreto-Lei No. 2.191, de 1978, por meio de uma sentença de substituição, nos seguintes termos: “[O] delito de sequestro [...] tem o caráter de crime contra a humanidade e, conseqüentemente, não procede invocar a anistia como causa extintiva da responsabilidade penal.

166. Por outro lado, o **Tribunal Constitucional do Peru**, no Caso de Santiago Martín Rivas, ao resolver um recurso extraordinário e um recurso de agravo constitucional, precisou o alcance das obrigações do Estado nesta matéria: [O] Tribunal Constitucional considera que a obrigação do Estado de investigar os fatos e sancionar os responsáveis pela violação dos direitos humanos declarados na Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos não somente compreende a nulidade daqueles processos a que houvessem sido aplicadas as **leis de anistia** [...], após ter-se declarado que essas **leis não têm efeitos jurídicos**, mas também toda prática destinada a impedir a investigação e punição pela violação dos direitos à vida e à integridade pessoal. [...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

167. No mesmo sentido, pronunciou-se recentemente a **Suprema Corte de Justiça do Uruguai**, a respeito da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado nesse país [...].

168. Finalmente, a **Corte Constitucional da Colômbia**, em diversos casos, levou em conta as obrigações internacionais em casos de graves violações de direitos humanos e o dever de evitar a aplicação de disposições internas de anistia [...].

169. Igualmente, a Corte Suprema de Justiça da Colômbia salientou que “as normas relativas aos [d]ireitos [h]umanos fazem parte do grande grupo de disposições de Direito Internacional Geral, reconhecidas como normas de [j]us cogens, razão pela qual aquelas são inderrogáveis, imperativas [...] e indisponíveis”. A Corte Suprema da Colômbia lembrou que a jurisprudência e as recomendações dos organismos internacionais sobre direitos humanos devem servir de critério preferencial de interpretação, tanto na justiça constitucional como na ordinária e citou a jurisprudência deste Tribunal a respeito da não aceitabilidade das disposições de anistia para casos de violações graves de direitos humanos.

170. Como se desprende do conteúdo dos parágrafos precedentes, todos os órgãos internacionais de proteção de direitos humanos, e diversas altas cortes nacionais da região, que tiveram a oportunidade de pronunciar-se a respeito do alcance das leis de anistia sobre graves violações de direitos humanos e sua incompatibilidade com as obrigações internacionais dos Estados que as emitem, concluíram que essas leis violam o dever internacional do Estado de investigar e sancionar tais violações.

171. Este Tribunal já se pronunciou anteriormente sobre o tema e não encontra fundamentos jurídicos para afastar-se de sua jurisprudência constante, a qual, ademais, concorda com o estabelecido unanimemente pelo Direito Internacional e pelos precedentes dos órgãos dos sistemas universais e regionais de proteção dos direitos humanos. De tal maneira, para efeitos do **presente caso**, o Tribunal reitera que “**são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade**, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar **direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos**”⁴⁹.

No dispositivo da sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou os seguintes Pontos Resolutivos do litígio internacional instaurado em face do Estado brasileiro:

3. As disposições da **Lei de Anistia brasileira** que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

[...]

49 *Idem*.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

9. O Estado deve conduzir eficazmente, perante a **jurisdição ordinária**, a **investigação penal dos fatos do presente caso**, a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes **responsabilidades penais** e **aplicar efetivamente as sanções** e consequências que a lei preveja, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 256 e 257 da presente sentença [cujo texto estabelece que “o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, ne bis in idem ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação.”]

A fim de não deixar dúvidas sobre isso, o Tribunal interamericano consolidou o seu entendimento sobre a Lei de Anistia no Brasil em sua decisão do caso Vladimir Herzog, julgado em março de 2018, no qual o Brasil foi condenado novamente pelas práticas arbitrárias perpetradas durante o Regime Militar. A Corte foi enfática ao ressaltar que **o controle de convencionalidade não foi exercido pelas autoridades jurisdicionais brasileiras e que a decisão do STF na ADPF de 2010, desconsiderou as obrigações internacionais**, as quais os Estados têm o dever de cumprir. *In verbis* com grifo nosso:

No presente caso, o Tribunal conclui que **não foi exercido o controle de convencionalidade pelas autoridades jurisdicionais do Estado** que encerraram a investigação em 2008 e 2009. **Do mesmo modo, em 2010, a decisão do Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da interpretação da Lei de Anistia, sem considerar as obrigações internacionais do Brasil**, decorrentes do direito internacional, particularmente as dispostas nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. A Corte julga oportuno recordar que **a obrigação de cumprir as obrigações internacionais voluntariamente contraídas corresponde a um princípio básico do direito sobre a responsabilidade internacional dos Estados, respaldado pela jurisprudência internacional e nacional, segundo a qual aqueles devem acatar suas obrigações convencionais internacionais de boa-fé (pacta sunt servanda)**. Como já salientou esta Corte, e conforme dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, **os Estados não podem, por razões de ordem interna, descumprir obrigações internacionais. As obrigações convencionais dos Estados Partes vinculam todos os seus poderes e órgãos, os quais devem garantir o cumprimento das disposições convencionais e seus efeitos próprios (effet utile) no plano de seu direito interno**⁵⁰.

A Corte IDH, portanto, é absolutamente clara sobre a inviabilidade de a Lei de Anistia

50 OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

ser aplicada ao caso ora denunciado.

Vale recordar – o que será aprofundado a seguir – que o Estado brasileiro voluntariamente submeteu-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao ratificar, em dezembro de 1998, a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória prevista no art. 62, da Convenção Americana de Direitos Humanos⁵¹. Dessa forma, **a sentença proferida no caso *Gomes Lund vs. Brasil* tem força vinculante** para todos os Poderes do Estado brasileiro. Por sua vez, não se pode esquecer que a intérprete originária da Convenção Interamericana é a própria Corte Interamericana.

Com efeito, o Poder Judiciário e o Ministério Público encontram-se jungidos ao cumprimento dessas determinações⁵², na medida em que a sentença da Corte IDH vincula todos os agentes do Estado, conforme o artigo 68.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes*”.

A observância da autoridade das decisões da Corte IDH **não afasta ou sequer fragiliza a soberania do Estado-parte**, pois é a própria Constituição que contempla a criação do Tribunal Internacional de Direitos Humanos (art. 7 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias), prevendo, em seu art. 5º, §2º, que: “*Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*”.

A ratificação e aprovação da Convenção, bem como a aceitação da jurisdição da Corte, foram **atos voluntários do Estado brasileiro**, praticados com estrita observância dos procedimentos previstos na Constituição e em concretização de valores palmados em nossa lei fundamental. Para recusar a autoridade da Corte IDH seria necessário então que existisse alguma inconstitucionalidade – formal ou material – nos atos de ratificação, aprovação e promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de aceitação da jurisdição da Corte IDH, o que

51 Decreto Legislativo n.º 89, de 03 de dezembro de 1998, e Decreto Presidencial n.º 4.463, de 08 de novembro de 2002.

52 A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidiu que: “o Ministério Público Federal, no exercício de sua atribuição constitucional de promover a persecução penal e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos humanos assegurados na Constituição, inclusive os que constam da Convenção Americana de Direitos Humanos, está vinculado, até que seja declarado inconstitucional o reconhecimento da jurisdição da Corte, ao cumprimento das obrigações de persecução criminal estabelecidas no caso *Gomes Lund* e outros versus Brasil.” (documento 1/2011, homologado na sessão de 21 de março de 2011). Posteriormente, a Câmara reafirmou esse entendimento (documento nº 2/2011, homologado na sessão de 03/10/2011).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

não ocorre.

Por outro lado, para se sustentar a não aplicação de uma sentença da Corte IDH proferida contra o Brasil, teria que ser declarado inconstitucional o próprio ato de promulgação da cláusula do artigo 68.1 da Convenção⁵³.

Diante, porém, das regras dos artigos 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o país não poderá denunciar apenas um artigo da Convenção, o que implicaria – para recusar a autoridade da sentença da Corte IDH – **em ter que abdicar do sistema interamericano de direitos humanos como um todo, decisão esta, aliás, que também não encontraria amparo constitucional algum**, pois esbarraria no óbice da vedação do retrocesso em matéria de direitos humanos fundamentais, além de importar claramente em violação do princípio da proibição da tutela insuficiente/deficiente dos direitos humanos.

Sendo assim, a superveniente negativa da jurisdição da Corte IDH importaria em nova responsabilização internacional do Estado Brasileiro.

Isto posto, **exceto na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, devem ser observadas as disposições da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*.

Registre-se, ainda, que no direito comparado, além dos precedentes referidos na sentença do caso *Gomes Lund*, as cortes constitucionais da Argentina (casos *Arancibia Clavel*⁵⁴ e

53 O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a força normativa da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em patamar supralegal, conforme RE 466.343/SP, rel. Min. Cezar Peluso. Ou seja, a Convenção é hierarquicamente superior à legislação ordinária.

54 “*La ratificación en años recientes de la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas por parte de nuestro país sólo ha significado la reafirmación por vía convencional del carácter de lesa humanidad postulado desde antes para esa práctica estatal, puesto que la evolución del derecho internacional a partir de la segunda guerra mundial permite afirmar que para la época de los hechos imputados el derecho internacional de los derechos humanos condenaba ya la desaparición forzada de personas como crimen de lesa humanidad.*”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Videla⁵⁵), Chile⁵⁶ e do Peru⁵⁷ (caso *Gabriel Orlando Vera Navarrete*, também de 2004⁵⁸) reconhecem o caráter de *lesa-humanidade* das condutas praticadas em contexto de ataque sistemático e generalizado à população civil, conforme se verifica no presente caso, extraindo dessa conclusão os efeitos jurídicos penais dele decorrentes, notadamente a vedação à anistia e à prescrição.

Em síntese, os crimes imputados aos denunciados, cometido no contexto de um ataque sistemático e generalizado à população civil da região do Araguaia, nos Estados do Pará e Tocantins, entre os anos de 72 e 74, são **insuscetível de anistia e de prescrição**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do caráter vinculante da sentença do caso *Gomes Lund vs. Brasil*. Inexiste, assim, qualquer óbice ao regular processamento da ação penal no presente caso.

Observar os comandos da Corte é decisivo “tanto para impedir eventuais sanções internacionais ao Estado brasileiro (por violação de seus compromissos), quanto para garantir a

55 No julgamento do recurso do ex-Presidente Ernesto Videla, afirmou a Suprema Corte da Nação argentina: “[E]s necesario (...) reiterar (...) que es ya doctrina pacífica de esta Cámara la afirmación de que los crímenes contra la humanidad no están sujetos a plazo alguno de prescripción conforme la directa vigencia en nuestro sistema jurídico de las normas que el derecho de gentes ha elaborado en torno a dichos crímenes que nuestro sistema jurídico recepta directamente a través del art. 118 Constitución Nacional”.

56 No Chile, no caso Vila Grimaldi/Ocho de Valparaíso, a Corte de Apelações de Santiago igualmente afastou a ocorrência da prescrição: “[P]rocede agregar que la prescripción, como se ha dicho, ha sido establecida más que por razones dogmáticas por criterios políticos, como una forma de alcanzar la paz social y la seguridad jurídica. Pero, en el Derecho Internacional Penal, se ha estimado que esta paz social y esta seguridad jurídica son más fácilmente alcanzables si se prescinde de la prescripción, cuando menos respecto de los crímenes de guerra y los crímenes contra la humanidad.”

57 No Peru, no julgamento do caso Montoya, o Tribunal Constitucional alinhou-se com o conceito de “graves violações a direitos humanos” e estendeu sobre elas o manto da imprescritibilidade: “Es así que, con razón justificada y suficiente, ante los crímenes de lesa humanidad se ha configurado un Derecho Penal más allá del tiempo y del espacio. En efecto, se trata de crímenes que deben encontrarse sometidos a una estructura persecutoria y condenatoria que guarde una línea de proporcionalidad con la gravedad del daño generado a una suma de bienes jurídicos de singular importancia para la humanidad in toto. Y por ello se trata de crímenes imprescriptibles y sometidos al principio de jurisdicción universal. (...) Si bien es cierto que los crímenes de lesa humanidad son imprescriptibles, ello no significa que sólo esta clase de grave violación de los derechos humanos lo sea, pues, bien entendidas las cosas, toda grave violación de los derechos humanos resulta imprescriptible. Esta es una interpretación que deriva, fundamentalmente, de la fuerza vinculante de la Convención Americana de Derechos Humanos, y de la interpretación que de ella realiza la Corte IDH, las cuales son obligatorias para todo poder público, de conformidad con la Cuarta Disposición Final y Transitoria de la Constitución y el artículo V del TP del CPConst.”

58 Tribunal Constitucional. Sentencia Exp. n.º 2798-04-HC/TC - Gabriel Orlando Vera Navarrete (“26. El delito de desaparición forzada ha sido desde siempre considerado como un delito de lesa humanidad, situación que ha venido a ser corroborada por el artículo 7º del Estatuto de la Corte Penal Internacional, que la define como “la aprehensión, la detención o el secuestro de personas por un Estado o una organización política, o con su autorización, apoyo o aquiescencia, seguido de la negativa a informar sobre la privación de libertad o dar información sobre la suerte o el paradero de esas personas, con la intención de dejarlas fuera del amparo de la ley por un período prolongado”).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

*máxima proteção dos direitos do indivíduo no Brasil*⁵⁹.

Esta é a posição institucional assumida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, conforme externado por meio de documentos e julgados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em que se afirmou a necessidade de promover a persecução dos crimes contra a humanidade ocorridos no período da ditadura militar brasileira.

Na mesma linha, em 28 de agosto de 2014, o então Procurador-Geral da República emitiu parecer na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF**, em que se manifestou pela possibilidade de realizar a persecução penal de graves violações a Direitos Humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, inclusive com o afastamento da Lei de Anistia. Neste parecer o PGR reconheceu claramente a **impossibilidade de aplicação da Lei de Anistia** a casos como o presente. Veja a ementa do referido Parecer:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO GOMES LUND E OUTROS VS. BRASIL. ADMISSIBILIDADE DA ADPF_ LEI 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 (LEI DA ANISTIA). AUSÊNCIA DE CONFLITO COM A ADPF 153/DF. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. CARÁTER VINCULANTE DAS DECISÕES DA CORTE IDH, POR FORÇA DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, EM PLENO VIGOR NO PAÍS. CRIMES PERMANENTES E OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS PERPETRADAS NO PERÍODO PÓS-1964. DEVER DO BRASIL DE PROMOVER-LHES A PERSECUÇÃO PENAL.

É admissível arguição de descumprimento de preceito fundamental contra interpretações judiciais que, contrariando o disposto na sentença do caso GOMES LUND E OUTROS VERSUS BRASIL, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, declarem extinta a punibilidade de agentes envolvidos em graves violações a direitos humanos, com fundamento na Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), sob fundamento de prescrição da pretensão punitiva do Estado ou por não caracterizarem como crime permanente o desaparecimento forçado de pessoas, ante a tipificação de sequestro ou de ocultação de cadáver, e outros crimes graves perpetrados por agentes estatais no período pós-1964. **Essas interpretações violentam preceitos fundamentais contidos pelo menos nos arts. 1º, III, 4º, I e II, e 5o, §§ 1º a 3º, da Constituição da República de 1988.**

Não deve ser conhecida a ADPF com a extensão almejada na petição inicial, para obrigar o Estado brasileiro, de forma genérica, ao cumprimento de todos os pontos resolutivos da sentença no caso GOMES LUND, por ausência de prova de inadimplemento do país em todos

59 RAMOS, André de Carvalho. *A execução das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

eles.

Não procede a ADPF relativamente à persecução de crimes continuados, por inexistir prova de que o Brasil a tenha obstado indevidamente.

A pretensão contida nesta arguição não conflita com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 153/DF nem caracteriza superfetação (*bis in idem*). Ali se efetuou controle de constitucionalidade da Lei 6.683/1979. Aqui se pretende reconhecimento de **validade e de efeito vinculante da decisão da Corte IDH no caso Gomes Lund**, a qual agiu no exercício legítimo do controle de convencionalidade.

A República Federativa do Brasil, de maneira soberana e juridicamente válida, **submeteu-se** à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), mediante convergência dos Poderes Legislativo e Executivo. As decisões desta são vinculantes para todos os órgãos e poderes do país. O Brasil promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) por meio do Decreto 678/1992. Com o Decreto 4.463/2002, reconheceu de maneira expressa e irrestrita como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte IDH em todos os casos relativos à interpretação e aplicação da convenção. O artigo 68(1) da convenção estabelece que os Estados-partes se comprometem a cumprir a decisão da Corte em todo caso no qual forem partes. **Dever idêntico resulta da própria Constituição brasileira, à luz do art. 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988.** Para negar eficácia à Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou às decisões da Corte IDH, seria necessário declarar inconstitucionalidade do ato de incorporação desse instrumento ao Direito interno. Disso haveria de resultar denúncia integral da convenção, na forma de seu art. 75 e do art. 44(1) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (Decreto 7.030/2009).

No que se refere à investigação e à persecução penal de graves violações a direitos humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, iniciativas propostas pelo Ministério Público Federal têm sido rejeitadas por decisões judiciais que se baseiam em fundamentos de anistia, prescrição e coisa julgada e não reconhecem a natureza permanente dos crimes de desaparecimento forçado (equivalentes, no Direito interno, aos delitos de sequestro ou ocultação de cadáver, conforme o caso). A Corte IDH expressamente julgou o Brasil responsável por violação às garantias dos arts. 8(1) e 25(1) da Convenção Americana, pela **falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis** por esses ilícitos. Decidiu igualmente que as disposições da **Lei da Anistia** que impiedentes da investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando obstáculo à persecução penal nem à identificação e punição dos responsáveis.

Cabe ADPF para que o Supremo Tribunal Federal profira, com efeito vinculante (art. 10, caput e § 3o, da Lei 9.882/1999), decisão que impeça se adotarem os fundamentos mencionados para obstar a persecução daqueles delitos, sem embargo da observância das demais regras e princípios aplicáveis ao processo penal, tanto no plano constitucional quanto no infraconstitucional.

Sequestros cujas vítimas não tenham sido localizadas, vivas ou não, consideram-se crimes de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

natureza permanente (precedentes do Supremo Tribunal Federal nas Extradicações 974, 1.150 e 1.278). Essa condição afasta a incidência das regras penais de prescrição (Código Penal, art. 111, inciso III) e da Lei de Anistia, cujo âmbito temporal de validade compreendia apenas o período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 (art. 1º).

Instrumentos internacionais, a doutrina e a jurisprudência de tribunais de direitos humanos e cortes constitucionais de numerosos países reconhecem que delitos perpetrados por agentes estatais com grave violação a direitos fundamentais constituem **crimes de lesa-humanidade, não sujeitos** à extinção de punibilidade por **prescrição**. Essas categorias jurídicas são plenamente compatíveis com o Direito nacional e devem permitir a persecução penal de crimes dessa natureza perpetrados no período do regime autoritário brasileiro pós-1964.

Parecer pelo conhecimento parcial da arguição e, nessa parte, pela procedência parcial do pedido.

Referido parecer, após apontar para o caráter vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, indica claramente que o conceito de “*Graves Violações de Direitos Humanos*” inclui condutas “*cometidas no contexto da repressão política do Estado ditatorial é a existência de fato típico antijurídico, definido como tal por norma válida anterior, e que constitua simultaneamente, na perspectiva do Direito Internacional costumeiro cogente ou do direito dos tratados, delito de lesa-humanidade (ou a ele conexo) e, desse modo, insuscetível de anistia*”⁶⁰.

Não bastasse, o aludido Parecer foi ainda mais claro ao demonstrar o caráter de lesa-humanidade aos crimes cometidos por agentes da ditadura militar de 1964. Asseverou o então PGR que:

[...] os métodos empregados na repressão aos opositores do regime militar exorbitaram a própria legalidade autoritária instaurada pelo golpe de 1964. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque o objetivo primário do sistema não era a produção de provas válidas para serem usadas em processos judiciais, como seria de esperar, mas o desmantelamento, a qualquer custo, independentemente das regras jurídicas aplicáveis, das organizações de oposição, especialmente as envolvidas em ações de resistência armada.

Não se pretende estabelecer nesta manifestação discussão acerca da legitimidade dos métodos empregados pelos opositores do regime autoritário no período pós-1964. O que se aponta é que ao Estado cabia resistir às ações que reputasse ilegítimas nos termos da lei. Foram as **ações à margem da lei dos agentes estatais** que resultaram no cometimento de **crimes de lesa-humanidade**, de graves violações a direitos humanos, objeto da sentença da Corte IDH, objeto deste processo.

Nesses termos, o respeito às garantias mais fundamentais das pessoas suspeitas ou presas era

60 Fls. 63 do referido parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

frequentemente letra morta para os agentes públicos envolvidos na repressão política. Como era notório e foi atestado nos últimos meses por novas provas obtidas pelo Ministério Público Federal, a prática de invasões de domicílio, sequestros e tortura não era estranha ao sistema. Ao contrário, tais ações faziam parte do método regular de obtenção de informações empregado por órgãos como o Centro de Informações do Exército (CIE) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs).

Além disso, a partir dos desaparecimentos de VIRGÍLIO GOMES DA SILVA, em São Paulo, em setembro de 1969, e de MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, no Rio de Janeiro, no início de 1970, verificou-se cometimento sistemático do crime internacionalmente conhecido como desaparecimento forçado. (...)

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política lançadas nas nove ações penais já ajuizadas, importa enfatizar que torturas, mortes e desaparecimentos **não eram acontecimentos isolados** no quadro da repressão política, mas a parte mais violenta e clandestina de um sistema organizado para suprimir a oposição ao regime, não raro mediante ações criminosas cometidas e acobertadas por agentes do Estado.

Desaparecimentos forçados, execuções sumárias, tortura e muitas infrações penais a eles conexas já eram, na época de seu cometimento pelo regime autoritário, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual devem sobre eles incidir as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às **normas cogentes de direito internacional**, notadamente a **imprescritibilidade** e a **insuscetibilidade de concessão de anistia**.

Por fim, concluiu o Procurador-Geral da República:

1. Em síntese, os crimes cometidos por agentes da ditadura militar brasileira no contexto de ataque sistemático ou generalizado à população civil são **imprescritíveis e insuscetíveis de anistia**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do **caráter vinculante da sentença** do caso *Gomes Lund vs. Brasil* [...]. Dessa maneira, à luz da Constituição do Brasil, da reiterada jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da doutrina e da interpretação dada por diversas cortes constitucionais e organismos internacionais representativos, como a ONU, a atos semelhantes, e também por força dos compromissos internacionais do país e do ordenamento constitucional e infraconstitucional, os crimes envolvendo grave violação a direitos humanos perpetrados à margem da lei, da ética e da humanidade por agentes públicos brasileiros durante o regime autoritário de 1964-1985 **devem ser objeto de adequada investigação e persecução criminal**, sem que se lhe apliquem institutos como a **anistia** e a **prescrição**.

Também a Turma Especial I do Tribunal Regional Federal da 2ª Região já decidiu no mesmo sentido (Proc. n. 2014.00.00.104222-3):

É forçoso concluir, portanto, pela competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação penal originária do presente feito. Outrossim, **há que se afastar as alegadas causas extintivas**



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

de punibilidade eis que inócurre a **prescrição** em relação aos delitos permanentes e aqueles que por sua forma e modo de execução configuram **crimes de lesa-humanidade**, evidenciando a **inaplicabilidade da lei de anistia** ao presente caso.

Portanto, a Lei de Anistia – à luz da jurisprudência pacífica da Corte Interamericana e, inclusive, em razão de decisão expressa aplicável ao Brasil – não é motivo suficiente para obstar a punição dos responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade.

II.3 Da compatibilidade da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a decisão do STF na ADPF 153. Da força vinculante da decisão da Corte Interamericana. Do controle de convencionalidade.

A decisão da Corte IDH possui **efeito vinculante** e não é, em nada, incompatível com o conteúdo do acórdão proferido pelo E. Supremo Tribunal Federal nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, no âmbito da qual se declarou a *constitucionalidade* da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexo com estes no período entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

O julgamento da ADPF concluiu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição da República brasileira, **mas não em relação ao direito internacional** e, mais especificamente, em relação à **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Em outras palavras, o STF – na sua qualidade de guardião da Constituição – efetuou o controle de constitucionalidade da norma de 1979 à luz do direito interno e da Constituição, mas não se pronunciou a respeito da compatibilidade da causa de exclusão da punibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro. **Ou seja, não efetuou – até porque não era esse o objeto da ação – o chamado controle de convencionalidade da norma**. Conforme aponta André de Carvalho Ramos:

“[O] STF, que é o guardião da Constituição [...] exerce o controle de constitucionalidade. Por exemplo, na ADPF 153, a maioria dos votos decidiu que a anistia aos agentes da ditadura militar é a interpretação adequada da Lei de Anistia e esse formato amplo de anistia é que foi recepcionado pela nova ordem constitucional.

De outro lado, a Corte de San José é a guardiã da CADH e dos tratados de DH que possam ser conexos. Exerce, então, o controle de convencionalidade. Para a Corte Interamericana, a Lei de Anistia não é passível de ser invocada pelos agentes da ditadura. Mais: sequer as alegações de prescrição, bis in idem e irretroatividade da lei penal gravior merecem acolhida.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Com base nessa separação vê-se que é possível dirimir o conflito aparente entre uma decisão do STF e da Corte de San José.

[...]

No caso da ADPF 153, houve o **controle de constitucionalidade**. No caso Gomes Lund, houve o **controle de convencionalidade**. A **anistia** aos agentes da ditadura, para subsistir, deveria ter sobrevivido intacta aos dois controles, mas só passou (com votos contrários, diga-se) por um, o controle de constitucionalidade. **Foi destruída no controle de convencionalidade**.

Por sua vez, as teses defensivas de prescrição, legalidade penal estrita etc., também deveriam ter obtido a anuência dos dois controles. Como tais teses defensivas não convenceram o controle de convencionalidade e dada a aceitação constitucional da internacionalização dos DH, não podem ser aplicadas internamente.”⁶¹

Assim, no que se refere à força cogente e ao caráter vinculante da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (**caso Gomes Lund vs. Brasil**), é de se reconhecer que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana **não** implica dizer que a decisão da Corte Interamericana seja superior à do Supremo Tribunal Federal ou que se esteja desautorizando a autoridade do sistema de justiça pátrio. Tampouco significa violar o caráter vinculante da decisão do STF.

Em verdade, **cada decisão possui seu escopo próprio e seu parâmetro específico de análise**. Enquanto o STF, na qualidade de guardião da Constituição, analisou a constitucionalidade das disposições constitucionais, a Corte Interamericana, como intérprete originária da Convenção Americana de Direitos Humanos, verifica a compatibilidade de todo o direito interno nacional à luz da Convenção (controle de convencionalidade).

Logo, o julgamento da ADPF **não esgotou o controle de validade da Lei de Anistia**, pois entendeu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição Federal brasileira, mas não em relação ao direito internacional. Nessa matéria, como é cediço, cabe à Corte IDH se pronunciar, de forma vinculante, em matéria de controle de convencionalidade. É que para uma norma ser considerada juridicamente válida – em relação aos parâmetros de proteção aos direitos humanos – é indispensável que se submeta aos dois controles⁶².

61 André de Carvalho Ramos, “Crimes da Ditadura Militar: a ADPF 153 e a Corte IDH” in Luiz Flávio Gomes e Valério de Oliveira Mazzuoli (coord.), *Crimes da Ditadura Militar - Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte IDH*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 217-218.

62 Cabe rememorar que pende de julgamento na Suprema Corte a ADPF nº 320, na qual se discute justamente a convencionalidade da lei de anistia brasileira. Nessa ADPF, o parecer do Procurador-Geral da República, emitido em 28/08/2014, defendeu, além da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, a inconvenção da lei de anistia brasileira, conforme já demonstrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Não se olvide que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, o que impõe o dever de adotar, no direito interno, as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas em virtude daquele diploma, salientando-se que:

“Ao aderir à Convenção e reconhecer a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assume também um compromisso transcendente aos limites do poder soberano interno, qual seja, o de cumprir com as decisões de um órgão jurisdicional não sujeito à sua soberania. Nesta hipótese, supera-se, de forma irreversível, o dogma da soberania absoluta. Ainda assim, se restar alguma dúvida, a própria Corte, na Opinião Consultiva 02/82, afirmou a supremacia das normas de direito internacional de direitos humanos, independentemente de nacionalidade, bem como o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima”.⁶³

Importa destacar, ainda, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos é tribunal ao qual o Brasil **voluntariamente** se vinculou e se obrigou a cumprir suas decisões no tocante a graves violações a direitos humanos aqui ocorridas. Assim fazendo, o País atendeu à nossa Constituição, que ordena a filiação do Brasil a tribunais internacionais de direitos humanos (artigo 7º, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Segundo André de Carvalho Ramos, não cumprir as decisões da Corte violaria o art. 5, §§ 2º e 3º, bem como todos os comandos constitucionais que tratam de “tratados de direitos humanos”, tal como o art. 7º da ADCT. Sobre este último, assevera:

“Ora, que adiantaria a Constituição chegar a mencionar expressamente um tribunal internacional de direitos humanos se fosse autorizado constitucionalmente a qualquer autoridade brasileira ignorar os comandos desse mesmo Tribunal?”⁶⁴

E, como visto, em 24 de novembro de 2010 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund⁶⁵, ocasião em que a Corte expressamente afastou os efeitos da Lei da Anistia brasileira e condenou o Brasil a não mais invocá-la como óbice à investigação e responsabilização/punição de casos de graves violações de direitos humanos.

No tocante à preocupação referente à soberania do país e à declaração de

63 CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 102-103.

64 CARVALHO RAMOS, André. Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: RT, 2011.

65 Trata-se do caso Júlia Gomes Lund e Outros versus o Estado Brasileiro, autuado como Demanda n. Caso 11.552 na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sentença de 24 de novembro de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

constitucionalidade da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal, anterior à decisão internacional, mister trazer à baila os ensinamentos de André de Carvalho Ramos:

“No plano estritamente formal, a sentença internacional não rescinde nem reforma ato judicial interno, já que inexistente, como apontado, hierarquia funcional entre os tribunais internos e internacionais. A sentença internacional, ao ser implementada internamente, suspende a eficácia do comando judicial interno, como decorrência implícita do próprio ato.”⁶⁶

Uma vez reconhecida a jurisdição da CIDH – iniciativa facultativa, relembre-se –, o cumprimento de suas decisões passa a ser obrigatório. Em outras palavras, como ensina Valério Mazzuoli, “*aceita a competência jurisdicional da Corte os Estados se comprometem a cumprir tudo aquilo que por ela vier a ser decidido, tanto em relação à interpretação quanto relativamente à aplicação da Convenção*”⁶⁷.

Por outro lado, repise-se, não se trata de uma questão de soberania ou de conflito entre duas instâncias de equivalente estatura, mas de **competência funcional da Corte Interamericana em matéria de graves violações a direitos humanos**.

Logo, não há que se falar em conflito e nem da possibilidade de se recusar a autoridade da Corte sem que isso represente frontal descumprimento – com as consequências decorrentes, conforme já mencionado – do disposto no artigo 68.1 da Convenção respectiva: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.*”

Repita-se: salvo na hipótese de se declarar a inconstitucionalidade da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o *Parquet* e o Judiciário – assim como o governo e o Legislativo – estão adstritos a esta obrigação: **cumprir a decisão da Corte**.

E não se alegue que cabe primeiro ao STF reanalisar a questão para que, após, os demais magistrados passem a cumprir a decisão da Corte. As decisões posteriores, proferidas por tribunais competentes para a matéria, devem ser cumpridas imediatamente por todos os magistrados, inclusive de primeira instância.

Para sustentar que a sentença internacional não é vinculante seria necessário, como dito, realizar juízo de constitucionalidade do já referido artigo 68.1 da Convenção Interamericana de

⁶⁶ *In Processo Internacional de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 345.

⁶⁷ MAZZUOLI, Valério. *Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: RT, p. 270/271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Direitos Humanos.

Viola normas elementares do direito internacional o fato de o Brasil ratificar a CIDH e agora, sob alegação de prevalência do direito interno, ver seus órgãos judiciários decidirem contra a decisão da Corte e a própria Convenção, sem prévia declaração de inconstitucionalidade do ato de ratificação desse documento internacional.

Nesse particular, cabe destacar que uma declaração de inconstitucionalidade deve considerar a necessidade do Brasil denunciar integralmente a Convenção, conforme dispõe o artigo 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados:

“O direito de uma parte, previsto num tratado ou decorrente do artigo 56, de denunciar, retirar-se ou suspender a execução do tratado, só pode ser exercido em relação à totalidade do tratado, a menos que este disponha ou as partes acordem diversamente.”

Cumprimenta novamente ressaltar, contudo, que denunciar a Convenção Interamericana representaria claro retrocesso em matéria de proteção dos Direitos Humanos, o que é vedado pelo princípio da proibição do retrocesso. Como afirma Mazzuoli,

“[o] Estado não pode, por ato unilateral seu, desengajar-se do reconhecimento da competência contenciosa da Corte, desonerando-se das obrigações que anteriormente assumira, uma vez que tal configuraria um retrocesso à proteção desses mesmos direitos no território deste Estado (estando o princípio da vedação do retrocesso a impedir que isto aconteça)”⁶⁸.

Não há dúvidas, pois, de que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos há de ser promovido pelo Brasil, de modo que, caso contrário, o Estado brasileiro permanecerá em mora com o sistema internacional até a implementação da sentença da Corte. Poderá ser, portanto, responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento do compromisso assumido com a assinatura do tratado⁶⁹.

Os órgãos integrantes do sistema de Justiça brasileiro não podem, portanto, recusar a sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos sob a alegação de prevalência do direito constitucional interno, pois foi este mesmo direito constitucional que vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional.

68 Ob. cit., p. 275.

69 Nesse sentido: “Quando o Estado condenado não cumpre a sentença, cabe à Corte informar o fato em seu informe anual dirigido à Assembleia-geral da OEA, onde se materializa sanção moral e política”. (CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 133)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Nesta mesma linha, o Procurador-Geral da República, no Parecer já mencionado, proferido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF, analisou a questão da compatibilidade entre as decisões da Corte Interamericana e do STF, na ADPF 153, pronunciando-se nos seguintes termos:

Não deve prosperar a posição manifestada pelo Congresso Nacional (peça 23), pois o objeto desta ADPF não é igual àquele decidido na ADPF 153. Ali, declarou-se a **constitucionalidade** da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Aqui, trata-se do controle dos efeitos da Lei 6.683/1979 em decorrência de decisão judicial vinculante da Corte IDH, superveniente ao julgamento da ADPF 153, com declaração de ineficácia parcial da lei nacional. Conquanto os efeitos concretos de ambas as ADPFs orbitem em torno da responsabilidade criminal de agentes públicos envolvidos com a prática de crimes durante a repressão à dissidência política na ditadura militar, a matéria jurídica a ser decidida é manifesta e essencialmente distinta. Na presente ADPF não se cogita de reinterpretar a Lei da Anistia nem de lhe discutir a constitucionalidade (tema submetido a essa Suprema Corte na ADPF 153), mas de **estabelecer os marcos do diálogo** entre a jurisdição internacional da **Corte Interamericana de Direitos Humanos** (plenamente aplicável à República Federativa do Brasil, que a ela se submeteu de forma voluntária, soberana e válida) e **a jurisdição do Poder Judiciário brasileiro**. Em segundo lugar, porque, como observou André de Carvalho Ramos, **não existe conflito** entre a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 153 e a da Corte Interamericana no caso Gomes Lund. O que há é exercício do **sistema de duplo controle**, adotado em nosso país como decorrência da Constituição da República e da integração à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: o **controle de constitucionalidade nacional e o controle de convencionalidade internacional**. *“Qualquer ato ou norma deve ser aprovado pelos dois controles, para que sejam respeitados os direitos no Brasil.”* [RAMOS, André de Carvalho. A ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério. Crimes da ditadura militar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 217.] Na ADPF 153, o STF efetuou **controle de constitucionalidade** da Lei 6.683/1979, mas **não se pronunciou** a respeito da compatibilidade da causa de exclusão de punibilidade com os **tratados internacionais de direitos humanos** ratificados pelo Estado brasileiro. Não efetuou – até porque não era esse o objeto daquela ação – o chamado controle de convencionalidade da norma [...]. Ressalte-se, mais uma vez, que **a sentença da Corte IDH é posterior ao acórdão na ADPF 153/DF**. Com efeito, a decisão internacional é de 24 de novembro de 2010, ao passo que o julgamento da ADPF 153/DF se concluiu em 29 de abril de 2010. Desse modo, a **decisão internacional constitui ato jurídico novo**, não apreciado pelo STF no julgamento da ação pretérita. Não há, portanto, óbice ao conhecimento desta ação, no que se refere ao efeito vinculante da sentença do caso Gomes Lund com referência a interpretações judiciais antagônicas em torno do alcance que se deve dar aos preceitos fundamentais do Estado brasileiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Em síntese, não há nenhuma incompatibilidade entre a sentença judicial internacional vinculante e o quando decidido na ADPF 153, uma vez que o objeto das duas decisões é **diverso**.

Além disso, não se pode ignorar que a própria recusa ao seguimento da presente ação pode configurar uma nova violação do artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, conforme o entendimento da Corte Interamericana sobre a “obrigação de garantia” dos direitos previstos naquele diploma.

II.4. Da qualificação do fato imputado aos denunciados como “crime contra a humanidade” – grave violação de direitos humanos – e consequente imprescritibilidade.

As condutas imputadas são reconhecidas pela comunidade internacional como graves violações de direitos humanos, que foram praticadas em contexto de ataque generalizado e sistemático à população civil brasileira por parte de agentes estatais responsáveis pela repressão política no período do regime militar. A tais crimes não se pode simplesmente aplicar regras de direito interno quanto à extinção da punibilidade, dado serem revestidos, dentre outros, do atributo da imprescritibilidade.

Desde a execução do crime em pauta, no ano de 1972, já se estava diante de um crime imprescritível, pois qualificado como crime contra a humanidade, como visto.

No caso concreto, conforme já mencionado, indispensável destacar que os crimes praticados por agentes do Estado em face de dissidentes e suspeitos de subversão, subsumem-se à categoria dos delitos de lesa-humanidade, firmada juridicamente (com caráter *jus cogens*) desde o fim da 2ª Guerra Mundial. No direito penal internacional, a introdução da expressão é consensualmente atribuída aos julgamentos de Nuremberg, em 1945.⁷⁰

A partir de então, a imprescritibilidade foi afirmada pela Assembleia Geral da ONU em diversas Resoluções editadas entre 1967 e 1973, a saber: (i) nº 2.338 (XXII), de 1967; (ii) nº 2.391 (XXIII), de 1968; (iii) nº 2.583 (XXIV), de 1969; (iv) nº 2.172 (XXV), de 1970; (v) nº 2.840 (XXVI), de 1971; e (vi) nº 3.074 (XXVIII), de 1973. Estas demonstram o consenso existente entre

⁷⁰Os crimes contra a humanidade são mencionados no art. 6º, letra c, do Estatuto de Nuremberg: “crimes contra a humanidade, isto é, o assassinio, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano cometido contra populações civis, antes ou durante a guerra, bem como perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos, quando esses atos ou perseguições, constituindo ou não uma violação do direito interno dos países onde foram perpetrados, tenham sido cometidos em execução ou em conexão com qualquer crime da jurisdição do Tribunal”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

os Estados, já à época dos fatos narrados nestes autos, no sentido de conferir um estatuto jurídico distinto e específico no que tange à perseguição e punição das graves violações a direitos universais do homem.

Consenso esse, vigente até os dias atuais, que culminou na criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), em julho de 1998, com base no Estatuto de Roma, que entrou em vigor em 2002. O TPI é um tribunal permanente destinado ao processo e julgamento, de forma suplementar à atuação do Estado, dos crimes contra a humanidade.

Portanto, muito antes de os agentes do Estado e membros das Forças Armadas perpetrarem, na ditadura militar, o sequestro, a tortura, o homicídio e a ocultação de cadáveres, no contexto de ataque sistemático e generalizado, em ações de perseguição e repressão violenta dos dissidentes políticos, tais condutas já eram reputadas pelo direito internacional como crimes contra a humanidade.

Diga-se, ainda, que o Brasil reconheceu expressamente o caráter normativo dos princípios estabelecidos entre as nações quando, em 1914, ratificou a Convenção Concernente às Leis e Usos da Guerra Terrestre, que consubstancia norma de caráter geral.

De outro lado, como visto acima, em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, decisão em que foi reiterada a **inadmissibilidade** da aplicação de disposições internas acerca da prescrição ou do estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias (homicídios), extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados, incluindo-se nesse rol o crime – conexo, permanente e praticado nesse contexto – de ocultação de cadáver, todas elas violadoras de direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A necessidade de se dar cumprimento a tal decisão, que abrange o caso dos autos, decorre, portanto, do disposto no art. 68.1 da Convenção Interamericana, como demonstrado.

II.5. Da permanência dos crimes de ocultação de cadáver até a presente data.

As Forças Armadas, além de reprimir o foco da resistência, eliminando quem se opunha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

à ditadura então vigente, tinha por objetivo também inibir qualquer novo levante de oposição ao regime, além de ocultar os cadáveres as vítimas. Assim, para além de combater o movimento dissidente, o Exército buscava negar sua existência e ocultar os vestígios dos crimes cometidos a fim de assegurar a impunidade dos agentes estatais.

Neste contexto, após as mortes/execuções, os corpos, no primeiro momento, eram identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares. Em seguida as ossadas eram removidas para locais diversos e ocultadas em definitivo – conduta que se protraí, no caso, até a presente data – com vistas a apagar os vestígios os crimes e garantir a impunidade dos responsáveis.

Como é sabido, o delito tipificado no art. 211 do Código Penal constitui **crime permanente** por excelência, uma vez que sua consumação se perpetua no tempo, pelo período em que durar a retenção ilegal – ocultação dos restos mortais da vítima⁷¹.

Esse entendimento também foi mantido na Ext. 1274, no qual o STF afirmou não ter ocorrido a prescrição do crime permanente de sequestro.

Por tais motivos, descabe falar em exaurimento dos crimes de ocultação de cadáver e, conseqüentemente, da ocorrência de prescrição ou da extinção da punibilidade pela anistia, haja vista que cuida a presente de crimes de caráter permanente, cujo curso do prazo prescricional sequer se iniciou – e, uma vez que ainda em consumação, não são compreendidos, portanto, pelo marco temporal previsto na Lei de Anistia de 1979, consoante demonstrar-se-á.

Ora, uma vez que a peça inicial da acusação imputa aos denunciados o cometimento de dois crimes permanentes (ocultação dos cadáveres das duas vítimas) ainda em execução, **verifica-se, a teor do art. 111, inc. III, do Código Penal, que a contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva estatal ainda sequer se iniciou.**

Ademais, pelas mesmas razões acima expostas – natureza permanente e atual dos crimes de ocultação de cadáver objeto da imputação –, conclui-se que a Lei de Anistia editada em 1979 não beneficia os ora denunciados. Isto porque o art. 1º da Lei 6.683/79 limitou a extensão de seus efeitos **aos fatos ocorridos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979**. Assim, os

⁷¹ Como salienta Aloysio de Carvalho Filho, nos crimes permanentes, “o estado violador da lei se prolonga sem intervalos, numa duração, digamos assim, sem colapsos e sem limites, e a qualquer momento o crime está sendo cometido, porque esse ininterrupto estado antijurídico é que é, exatamente, o crime” (Comentários ao Código Penal, Volume IV, Rio de Janeiro, Forense, 1944, p. 315).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

delitos em voga **estão fora do âmbito normativo da Lei de Anistia.**

Se os crimes permanentes imputados aos denunciados permanecerem em execução após 1979, **estão eles excluídos do benefício legal, já que extrapolaram os limites temporais estabelecidos pela própria *lex mitior*.**

A *ratio* ora invocada, aliás, é a mesma adotada pelo E. Supremo Tribunal Federal, na sua **Súmula 711**: “A Lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

Não se está, portanto, questionando a constitucionalidade da Lei 6.683/79 – matéria já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 –, mas sim, tão somente, postulando, em conformidade com a jurisprudência do STF, a incidência do art. 111, inciso III, do Código Penal e da Súmula 711 do STF ao presente caso.

Em síntese, não há que se cogitar de prescrição neste caso, seja porque até os dias atuais os restos mortais das vítimas permanecem ocultos, para todos os fins, inclusive penais, seja em razão do caráter de crime de lesa-humanidade de que se reveste o conjunto de crimes executados diretamente pelos denunciados ou sob os seus comandos.

II.6. Da adoção do cômputo da prescrição somente depois de cessadas as causas responsáveis pela impossibilidade de sanção⁷²

No presente caso, resulta necessária ainda a **inaplicabilidade judicial da prescrição baseada na razão de ser do instituto. De fato, o prazo prescricional corre em razão da falta de atuação estatal frente a um fato punível. Tal circunstância claramente não se faz presente nos casos em que o próprio ente estatal garantiu a impunidade dos crimes por meio de autoanistia.**

Assim, a prescrição só começaria a correr para esses crimes a partir do momento em que as investigações se tornaram possíveis, sendo inaplicável, no caso, o reconhecimento judicial da prescrição em razão da própria razão de ser do instituto.

Em verdade, o prazo prescricional transcorre na hipótese de ausência de atuação estatal frente a uma conduta punível, a fim de que se evite, em situações comuns, a perpetuação *ad*

⁷² A respeito do tema, veja-se MARX, Ivan Cláudio (2014). Justiça de transição: necessidade e factibilidade da punição aos crimes da ditadura, Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

eternum da ameaça de punição. Tal circunstância, por outro lado, não se faz presente em casos nos quais o próprio Estado, responsável pela persecução penal, deixa de investigar os crimes porque sequer é permitida a persecução penal dos fatos delituosos. Nesta situação, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente o seu desiderato.

No Brasil, isso se deu em razão de a Lei de Anistia haver representado verdadeira supressão institucional da denominada “contingência de punição”. E, já antes do surgimento dessa lei, o processamento dos crimes era impedido, claro, pela autoproteção concedida pelo Estado a seus agentes.

Ou seja, em razão disso, nunca houve, em verdade, a deliberada e necessária “contingência da punição” no Brasil para os crimes cometidos pelos agentes do estado durante a última ditadura militar.

Desta maneira, frente à falta de contingência da punição, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente sua razão de ser. Nas palavras de Mañalich⁷³ (2010, p. 213), *'no parece haber razón alguna por la cual la extinción del derecho punitivo respectivo no pueda entenderse sujeta a la condición inmanente de que el ejercicio de la acción penal haya sido, desde el principio, institucionalmente posible'*.

Assim, resulta perfeitamente plausível aceitar-se a inaplicabilidade da prescrição ao caso concreto em razão de que, por meio de uma plantada impossibilidade institucional, caracterizada pela lei de autoanistia, se obsteu a necessária contingência da punição, impedindo o início do prazo prescricional.

Conforme ainda Mañalich (2010, p. 215):

'De cara a la institución de la prescripción, esto quiere decir lo siguiente: primero, que la prescripción de la acción penal es la institución que provee la demarcación de la extensión temporal de la contingencia (institucional) de la punición; y segundo, que la institución de la prescripción de la acción penal no puede reclamar aplicación allí donde la punición no ha sido (institucionalmente) contingente'

Ademais, não resulta possível tratar, da mesma maneira, a prescrição para os crimes comuns, que afrontam a ordem jurídica e ensejam o exercício do poder sancionador, e para os crimes cometidos sob o pálio protetivo do Estado. Isso porque, nesse último caso, utiliza-se justamente o poder estatal para cometer tais crimes, bem como para assegurar a permanente impunidade de seus

73 MAÑALICH, Juan Pablo (2010). Terror, pena y amnistía. El derecho penal ante el terrorismo de Estado. Editorial Flandes Indiano, Santiago.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

autores (inicialmente por sua própria inércia e, em seguida, com base na autoanistia, medidas essas que, somadas, fazem com que o prazo de prescrição transcorra sem nenhum risco ou possibilidade de sanção).

Nesse sentido decidiu a Corte Suprema de Chile⁷⁴:

Si bien es cierto que en el proceso criminal, el Estado se somete a restricciones instrumentales, formales, institucionales y, como en este caso, temporales y, en tal virtud, transcurrido un lapso de tiempo más o menos prolongado, según cuál sea la gravedad del delito, sin que la persecución se concrete en la imposición o en la ejecución de un castigo, el Estado la abandona, no lo es menos que lo que el estado de derecho no autoriza es el mantenimiento indefinido de la contingencia de represión. Lo que presupone, sin embargo, que la punición ha sido contingente por algún espacio de tiempo lo que, precisamente, no ha ocurrido en los antecedentes de que se trata, dado que un delito cubierto por una amnistía es uno respecto del cual la persecución penal deviene en imposible por su inhibición, en este evento a través del Decreto Ley N° 2.191 de mil novecientos setenta y ocho, lo que provocó, por ende, que respecto de estos importantes sucesos, el cómputo del período de prescripción no comenzará a correr, sino una vez que la supresión institucional de la contingencia de la punición, a raíz de la ruptura del orden constitucional, acabara y la constitución de un gobierno que otorgue las debidas garantías a quienes sentían lesionados o atropellados en sus derechos fundamentales consagrados en nuestra Carta Magna [...].

Com entendimento similar, afastando o início da prescrição executória enquanto inexistente a contingência da punição, o eg. Supremo Tribunal Federal entendeu que:

“(...) o início da contagem do prazo de prescrição somente se dá quando a pretensão executória pode ser exercida. Se o Estado não pode executar a pena, não se pode dizer que o prazo prescricional já está correndo. Assim, mesmo que tenha havido trânsito em julgado para a acusação, se o Estado ainda não pode executar a pena (ex: está pendente uma apelação da defesa), não teve ainda início a contagem do prazo para a prescrição executória. É preciso fazer uma interpretação sistemática do art. 112, I, do CP.

STF. 1ª Turma. RE 696533/SC, Rel. Min. Luiz Fux, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 6/2/2018 (Info 890).”

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PRERROGATIVA DE FORO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. DEMAIS TESES RECURSAIS REJEITADAS. IMEDIATA EXECUÇÃO DA PENA. I. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA 1. A prescrição da pretensão executória pressupõe a inércia do titular do direito de punir. Se o seu titular se encontrava impossibilitado de exercê-lo em razão do entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal que vedava a execução provisória da pena, não há falar-se em inércia do titular da pretensão executória. 2. O entendimento defensivo de que a prescrição da pretensão executória se inicia com o trânsito em julgado para a acusação viola o direito fundamental à

74 Corte Suprema de Chile. S.C.S, 10.05.2007, Rol nº. 3452-06, “caso Londres 38”, considerando septuagésimo quarto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

inafastabilidade da jurisdição, que pressupõe a existência de uma tutela jurisdicional efetiva, ou melhor, uma justiça efetiva. 3. A verificação, em concreto, de manobras procrastinatórias, como sucessiva oposição de embargos de declaração e a renúncia do recorrente ao cargo de prefeito que ocupava, apenas reforça a ideia de que é absolutamente desarrazoada a tese de que o início da contagem do prazo prescricional deve se dar a partir do trânsito em julgado para a acusação. Em verdade, tal entendimento apenas fomenta a efetividade da jurisdição penal. 4. **Desse modo, se não houve ainda o trânsito em julgado para ambas as partes, não há falar-se em prescrição da pretensão executória.** II. **DEMAIS TESES VENTILADAS NO RECURSO ESPECIAL.** 5. As teses de mérito do recurso especial já foram examinadas pelo Supremo Tribunal Federal por duas vezes. Uma, em sessão virtual posteriormente anulada pela Turma para trazer a matéria à discussão presencial. Outra, pelo Ministro Luiz Fux, em habeas corpus impetrado pelo ora recorrente. 6. Ressalto, no ponto, que os tipos penais em análise não exigem a ocorrência de dano ao erário. Como se sabe, a regra para a contratação pelo poder público é que os contratos sejam precedidos de procedimento licitatório, assegurando a concorrência entre os participantes, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Por esta razão, as hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação são taxativas e não podem ser ampliadas. O bem jurídico tutelado aqui é, em última instância, a própria moralidade administrativa e o interesse público, prescindindo a consumação dos delitos em análise, repita-se, da ocorrência de dano ao erário, uma vez que o interesse público já foi lesado pela ausência de higidez no procedimento licitatório. 7. De todo modo, a análise acerca da ocorrência de dano ao erário ou da presença de dolo específico exigem o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado no âmbito dos recursos excepcionais (SUM 7/STJ e SUM 279/STF). III. **CONCLUSÃO** 8. Recurso especial não conhecido. Determinação de imediata execução da pena imposta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a quem delegada a execução da pena. Expedição de mandado de prisão. (RE 696533, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-041 DIVULG 02-03-2018 PUBLIC 05-03-2018 – grifo nosso).

O entendimento do STF é perfeitamente lógico e segue a mesma linha de argumentação adotada no presente caso.

Nesse diapasão, a partir de uma interpretação sistêmica do art. 111⁷⁵, inciso I, do Código Penal, estando os órgãos de persecução impedidos de processar o caso em razão da lei de anistia, não há de se falar em fluência do prazo prescricional antes de 14 de dezembro de 2010, data em que o país foi notificado da decisão da Corte Interamericana no caso Gomes Lund vs. Brasil. Nessa oportunidade, consoante fundamentos acima explicitados, o tribunal competente para julgar a convencionalidade da lei de anistia brasileira o fez, afastando a sua incidência e, assim,

75 Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:
I - do dia em que o crime se consumou;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

possibilitando a investigação e persecução penal desses crimes.

Outrossim, registre-se que **não se aplica à espécie a causa excludente de culpabilidade prevista no art. 18 do CP⁷⁶**, sob eventual argumento de que os denunciados teriam agido em obediência hierárquica, seja porque ocupava ele posição de destaque na cadeia de comando da repressão estatal no Araguaia, seja porque inegável, *in casu*, o caráter manifestamente ilegal da ordem (o que afasta, nos termos da referida norma, a incidência dessa dirimente) emanada de seus superiores hierárquicos (já falecidos), a consubstanciar, inclusive, delito de lesa-humanidade.

Por fim, registra o MPF que, ao menos um dos coautores dos crimes imputados nesta denúncia, **João Pedro do Rego** (“J. Peter” ou “Javali Solitário”), que também integrava a equipe militar comandada pelo denunciado Lício Maciel, já faleceu, conforme aponta informações do Relatório ASSPA, às fls. 128-131 dos autos, Vol. 1. Assim, é caso de extinção da punibilidade.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**:

i) requer seja declarada a extinção da punibilidade em favor de **João Pedro do Rego**, com fundamento no artigo 107, inciso I, do Código Penal;

ii) ressalta que o oferecimento desta denúncia não importa em pedido de arquivamento implícito quanto a outros agentes, ainda não totalmente identificados, prosseguindo-se a investigação em relação a estes.

Marabá/PA, 18 de dezembro de 2019.

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República

**LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO
HERNADES**
Procurador da República

IVAN CLÁUDIO MARX
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República

⁷⁶ Da antiga Parte Geral do Código Penal, vigente à época dos fatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-MAB-PA-00008198/2019 PETIÇÃO**

.....
Signatário(a): **IVAN CLAUDIO GARCIA MARX**

Data e Hora: **18/12/2019 14:40:59**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **TIAGO MODESTO RABELO**

Data e Hora: **18/12/2019 15:50:39**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **ALEXANDRE APARIZI**

Data e Hora: **18/12/2019 18:00:05**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES**

Data e Hora: **18/12/2019 14:56:41**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS**

Data e Hora: **18/12/2019 17:39:49**

Assinado com certificado digital

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 7D88E54A.87D89981.CE8FDABF.B8D05061



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

**EXMO SR. DR. JUIZ FEDERAL DA __VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA
DE MARABÁ/PA**

Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000032/2014-59

O **Ministério Público Federal**, por meio do Procurador da República que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem oferecer

DENÚNCIA

em face de

SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, conhecido no Araguaia como “Dr. Luchini”, brasileiro, filho de [REDACTED], nascido em 15/12/1938, inscrito no CPF sob nº [REDACTED], residente na [REDACTED], Brasília/DF, CEP [REDACTED];

pelos fundamentos fáticos e jurídicos que adiante passa a expor.

1. DA SÍNTESE DA IMPUTAÇÃO

1.1. 1ª Imputação. Homicídio doloso qualificado

O denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, em abril de 1974, no Município de São Geraldo do Araguaia/PA, no exercício ilegal das funções que desempenhava no Exército brasileiro, em contexto de ataque generalizado e sistemático – e com pleno conhecimento das circunstâncias deste ataque – contra opositores do regime ditatorial e população civil, **matou**, de forma livre e consciente, por motivo torpe, com emprego de tortura¹ e

¹ Na presente denúncia só serão denunciados os crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver, em virtude da irretroatividade da lei penal, visto que a tortura apenas foi tipificada como crime no ordenamento jurídico nacional em 1997, após a data dos fatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

mediante recurso que tornou impossível a defesa da vítima, com o auxílio de outros militares ainda não identificados, **DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO** (“**Maria Dina**”).

1.2. 2ª Imputação: Ocultação de cadáver

Em seguida, o denunciado, coordenando ações finalisticamente dirigidas à produção do resultado, com o auxílio de outros militares ainda não totalmente identificados, **ocultou** o cadáver da vítima, o qual permanece oculto até a presente data, a fim de apagar os vestígios do crime de homicídio e se manter impune.

2. INTROITO. ESCORÇO HISTÓRICO E CONTEXTO FÁTICO

De meados dos anos 1960 a 1974, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) deslocaram-se de vários Estados do país e se instalaram nas proximidades do Rio Araguaia a fim de organizar um movimento de resistência ao regime militar brasileiro a partir da mobilização da população rural local, episódio histórico conhecido como “Guerrilha do Araguaia”.

A atuação desse grupo centrava-se nos estados do Pará e do Tocantins (à época norte de Goiás), notadamente nos municípios de São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, Xambioá e Araguaetins.

Com o objetivo de angariar simpatizantes da causa, os militantes estabeleceram relações com a população local, obtendo a adesão de novos membros. No início do ano de 1972, registra-se que havia quase setenta militantes da organização na área e um número indeterminado de camponeses que se juntaram ao movimento.

Oficiais e agentes das Forças Armadas e de outros órgãos, sob o pálio protetivo do Estado ditatorial, combateram duramente os militantes, empreendendo inúmeras operações na região para identificar e eliminar a dissidência política. Segundo relatório oficial da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP-SDH), o regime militar mobilizou, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, um contingente estimado de três a dez mil homens do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal e Polícia Militar do Pará, Goiás e Maranhão².

Os dados oficiais, os relatórios produzidos pelos órgãos competentes sobre o assunto e as

² SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ano 2007, pág. 195. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

investigações realizadas pelo MPF atestam que a repressão política e militar à Guerrilha do Araguaia foi responsável por quase metade do número total de desaparecidos políticos no Brasil³.

Sobre as operações realizadas pelas Forças Armadas após a descoberta da atuação dos guerrilheiros no Araguaia, tem-se, em síntese, a seguinte cronologia: “*Operação de informações realizada pela inteligência militar (fevereiro de 1972); Primeira campanha (abril a junho de 1972); Operação Papagaio (setembro de 1972); Operação Sucuri (maio a outubro de 1973); e Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*”⁴.

As operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram localizar e dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência⁵.

Entretanto, nas incursões posteriores (a partir de maio de 1973), por meio de intensa atividade de inteligência, com a infiltração de militares na população local identificados por codinomes e disfarçados de comerciantes, lavradores ou funcionários públicos, foi possível conhecer a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar colonos que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias/mateiros para auxiliar nas ações repressivas do Exército na região que tinham por objetivo eliminar em definitivo o movimento dissidente⁶.

A intitulada Operação Sucuri, fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado (sequestro, execução sumária e ocultação de cadáver) dos dissidentes políticos, teve como um de seus comandantes em campo o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, que afirmou perante a Justiça Federal, em 2015, que chefiou tal Operação e infiltrou 32 agentes disfarçados na região (o próprio denunciado se apresentava, sob codinome “Dr. Lucchini”, como engenheiro do

3 MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**. Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF. 2011/2017.

Segundo o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos, editado em 1995, aponta-se sessenta e quatro ativistas identificados, número de guerrilheiros que varia conforme a fonte. In: **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

Na CEMDP, deram entrada 62 processos de desaparecidos no Araguaia, conforme registra o relatório “Direito à Memória e à Verdade”. In: SEDH – CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, Capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

4 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

5 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74 – CIE**. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 186 dos autos, Vol. 1).

6 Idem.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

INCRA)⁷, que circulavam no cotidiano da população, levantando informações sobre a guerrilha e os militantes. Segundo o denunciado, quando da Operação subsequente as Forças Armadas já detinham os dados necessários sobre os guerrilheiros⁸.

Finda a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 07 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento, denominada Operação Marajoara, na qual SEBASTIÃO CURIÓ teve participação destacada e comandava o Posto Marabá e a Base da Bacaba, transitando também por outras Bases do Exército na região. Integrava, portanto, a cadeia de comando dos órgãos envolvidos na morte e desaparecimento dos militantes, entre eles a vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO (“Maria Dina”), executada nesta Operação⁹.

A “Operação Marajoara”, definida como “descaracterizada, repressiva e antiguerrilha”, teve o desiderato de aniquilar as forças guerrilheiras atuantes na região e sua “rede de apoio”, camponeses que com eles mantinham ou haviam mantido algum contato¹⁰.

Nessa fase houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas e ações ilegais/criminosas que objetivaram o desaparecimento forçado dos opositores – sequestros e homicídios seguidos de ocultação dos cadáveres. Essa última campanha caracterizou-se pelo intenso grau de violência, especialmente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos militantes, mesmo quando rendidos ou presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações, obstar a ação de supostos apoiadores e fazer cessar o movimento dissidente.

Conforme relatório final da Comissão Nacional da Verdade, à Operação Sucuri “*sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha ... os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos (compostos por civis, geralmente mateiros, e militares), chamados de ‘zebras’, dedicados a operações do tipo*

7 Declaração prestada no depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura à Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 08 de outubro de 2009. Mídia de f. 341 dos autos, Volume 2, trecho correspondente às 2hrs e 48min.

8 Idem.

9 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III, págs. 1579-1583, fls. 196/200 dos autos principais.

10 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 186 dos autos, Vol. 1).

Vide, também, CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

'gato e rato' (operações de caça e rastreamento) ”¹¹.

Nesta terceira Operação se constatou que membros das Forças Armadas e policiais praticaram – não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local – atos de sequestro, cárcere privado, torturas e homicídios, além da destruição de documentos e da ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos.

Tais atos, sob o pretexto de restabelecerem a “paz nacional”, consistiam em condutas criminosas e gravemente atentatórias aos direitos humanos e à ordem jurídica, perpetradas por um grupo que visava eliminar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados os crimes objeto da presente denúncia.

No que interessa a esta ação penal, provou-se que, nas incursões da Operação Marajoara, a vítima DINAELZA SOARES S. COQUEIRO foi detida, torturada e sumariamente **executada**, e os seus restos mortais até a presente data não foram localizados em virtude da ocultação de seu corpo, práticas adotadas pelos militares no Araguaia à época e concretizadas, no presente caso, pelo denunciado e outros agentes sob o seu comando (ainda não identificados ou já falecidos).

O Estado brasileiro reconheceu os ilícitos perpetrados por seus agentes com a edição da Lei nº 9.140/95, na qual assume a responsabilidade pelo “assassinato de opositores políticos” e, em seu anexo, apresenta o nome de 62 pessoas desaparecidas na Guerrilha do Araguaia, incluindo DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO¹².

O objetivo dos agentes do Estado era *aniquilar* os militantes contrários ao regime militar, entres estes a referida vítima, impondo terror à população local, com posterior destruição das provas dos crimes cometidos.

As investigações, relatórios da CNV e demais órgãos, entre outros dados oficiais, apontam a existência de bases militares que serviam para interrogatório, tortura, detenção de camponeses, prisão e morte dos militantes, as quais estavam situadas: a) em Marabá, compreendendo três imóveis: um na antiga sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER),

¹¹ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

¹² BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.140/95**, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

intitulado “Casa Azul”, um na sede do INCRA e outro em um presídio militar; b) na localidade de Bacaba, no km 68 da Rodovia Transamazônica; c) em Xambioá; d) em Araguaína; e) pequenas bases em São Domingos (Oito Barracas e São Raimundo) e Araguatins¹³.

Notadamente nas últimas incursões da Operação Marajoara, na qual DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO foi executada, houve um esforço deliberado para a ocultação de cadáveres¹⁴, mas até esta data não foram localizados os vestígios mortais da vítima, mesmo após sucessivas buscas patrocinadas pelo Estado – em cumprimento a ordem judicial – por meio do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) e Grupo de Trabalho Araguaia (GTA)¹⁵.

Após o término dos combates em campo, comprovou-se a consecução de ações militares destinadas a ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos dissidentes, com a finalidade de destruir/sonegar documentos e ocultar os cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada “**Operação Limpeza**”, por volta de meados de 1974 a 1976, sob o comando, principalmente, pelo denunciado SEBASTIÃO “CURIÓ”¹⁶.

Assim foram perpetrados os crimes objeto da presente ação penal, em contexto de ataque sistemático/generalizado aos opositores do regime militar e população civil, que consistiu, como referido (*vide* cota introdutória anexa), em atividades organizadas de repressão promovidas pelo Estado que resultaram em graves violações de direitos humanos (ameaças, prisões arbitrárias, sequestro, tortura, morte e outras), **culminando, inclusive, na execução da vítima**.

Em tal conjuntura, o denunciado não só tinha pleno conhecimento da natureza desse ataque, como liderou os atos voltados à consecução dos delitos imputados nesta denúncia.

13 MPF. **Relatório de Atuação do Grupo de Trabalho Justiça de Transição**: Atividades de Persecução Penal desenvolvidas pelo MPF – 2011/2017.

SEDH/CEMDP. **Direito à Memória e à Verdade**. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos – ano 2007. Acesso disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/a_pdf/livro_memorial_direito_verdade.pdf>.

CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

14 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 711. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

15 O Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), que sucedeu o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), é um grupo governamental interdisciplinar que foi constituído por força de decisão judicial da 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal no bojo de execução de sentença exarada nos Autos nº 82.00.24682-5, com vistas à localização dos restos mortais dos dissidentes mortos na denominada Guerrilha do Araguaia.

16 Após a “Operação Limpeza” foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

3. DA VÍTIMA

DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO (“Maria Dina”) nasceu na cidade de Vitória da Conquista/BA, em 22 de março de 1949, e passou a infância e juventude em Jequié/BA, onde iniciou o seu engajamento estudantil. Coursou Geografia na Universidade Católica de Salvador e participou do DCE dessa instituição. Casou-se com Vandick Reidner Pereira Coqueiro, militante que também foi morto no Araguaia. Em 1971, já como integrante do PCdoB, se mudou para a região do rio Gameleira e compôs o Destacamento B da Guerrilha do Araguaia. Na região, era conhecida como “Maria Dina” e ganhou notoriedade pela sua coragem e capacidade de sobrevivência¹⁷.

4. DAS CONDUTAS DELITUOSAS

4.1. DO MODUS OPERANDI: detenção, tortura, execução e ocultação de cadáver

O objetivo da repressão do Estado na denominada Guerrilha do Araguaia era perseguir e eliminar os dissidentes políticos, mesmo quando eles já não ofereciam nenhum perigo ou resistência aos militares.

O extermínio dos “guerrilheiros” se deu em decorrência da sistemática de atuação das Forças Armadas na repressão da oposição ao regime ditatorial no Araguaia, conforme diretrizes/técnicas padronizadas e planejadas pelo Exército, o que afasta a tese de que os atos ilícitos cometidos contra a vítima na Guerrilha do Araguaia resultaram de excessos pontuais ou casos isolados. Ao contrário, tais práticas criminosas traduziam a política estatal à época, determinante do comportamento sistemático dos agentes militares no Araguaia.

José Vargas Jimenez, que atuou no Araguaia, denominou a atuação militar de “plano de captura e destruição”. Segundo o ex-militar, “*a ordem era atirar primeiro, perguntar depois*”¹⁸. Em tal contexto, a vítima DINAELZA (assim como outros guerrilheiros), embora já estivesse sob a vigilância armada do denunciado e outros militares, após capturada e detida pelo Exército, foi sumariamente executada, quando já não representava qualquer risco ou ameaça.

¹⁷ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. III, págs. 1361-1367, fls. 196/200 dos autos Volume 1.

IEVE e Grupo Tortura Nunca Mais-RJ e PE. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995, pgs. 363-365, às fls. 23/24 dos Anexo 1, Volume 1.

¹⁸ Livro BACABA: Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia, de autoria de José Vargas Jiménez, Anexo 2, p. 101, 2009 (f. 171 dos autos principais).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Sobre esse *modus operandi*, o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ elaborou documentos acerca das ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia e, em 20/06/2009, revelou parte de seus arquivos ao jornal “O Estado de São Paulo”, tendo afirmado que o Exército executou 41 militantes: *“Dos 67 integrantes do movimento de resistência mortos durante o conflito com militares, 41 foram presos, amarrados e executados, quando não ofereciam risco às tropas”*¹⁹, **como no caso da vítima desta ação.**

DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO foi executada na Operação Marajoara, em abril do ano de 1974, período em que, como afirmou o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ à Justiça Federal, o Exército já possuía informações sobre os guerrilheiros, coletadas em operações anteriores como a “Operação Sucuri” (chefiada por CURIÓ)²⁰.

O *modus operandi* das Forças Armadas nesta operação está registrado no Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército, no qual consta que Operação Marajoara foi dividida em duas fases de planejamento: “1) Prisão e consequente neutralização da rede de apoio; e 2) Vasculhamento e investida das áreas de depósitos e homizio já conhecidos”²¹.

Sobre a Operação Marajoara – e as ações de captura e execução dos militantes – o citado Relatório comprova que a Operação, iniciada em 07 de outubro de 1973, cumpriu com o planejado e o *“inimigo foi surpreendido com a rapidez e forma como foi executado o desembarque e infiltração das patrulhas na mata. Em três dias 70% da rede de apoio estava neutralizada. No fim de uma semana o inimigo sofria as primeiras quatro baixas, e já havia perdido três depósitos na área da Transamazônica. O emprego de Helicópteros e Aviões de Ligação deu grande mobilidade à tropa e proporcionou rapidez na ação”*.^{22 23}

19 Declarações prestadas por Sebastião Curió na reportagem intitulada “Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia”. Jornal “O Estado de São Paulo”, 20 de junho de 2009, jornalista autor Leonêncio Nossa (fls. 345-346 dos autos principais).

20 **Depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura** à Justiça Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº. 82.00.24682-5, em 14 de outubro de 2015. Mídia de f. 341 dos autos, trecho às 2hrs e 48min.

21 MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Gabinete do Ministro. **Relatório Especial de Informações nº 1/74** – CIE. Brasília/DF. 1974 (mídia de fl. 186 dos autos, Vol. 1).

22 Idem.

23 Na reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01 de julho de 2009 (“*Entrevista com militar que afirmou ter integrado a equipe liderada pelo denunciado na Operação Marajoara*”), o plano operacional registrado no referido documento oficial é corroborado em entrevista com militar (de identidade preservada) que afirmou ter participado da Operação Marajoara e integrado a equipe liderada pelo denunciado. O mesmo declarou que: *“...A ordem era não deixar ninguém lá vivo (...) e cumprimos o que foi determinado...”*. O militar também narrou que, com identidade falsa de funcionário público em Marabá, se infiltrou na população civil para extrair informações e depois passou a trabalhar na “Casa Azul”, onde o Exército matinha presos e torturava os guerrilheiros capturados.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

A atuação dos agentes militares nas detenções e execuções dos militantes também revela que guerrilheiros foram torturados enquanto estiveram sob a custódia estatal²⁴, **como ocorreu com a vítima no presente caso**, a qual, após capturada, foi submetida a práticas de tortura²⁵.

O interrogatório da vítima seguiu o roteiro do manual do Centro de Informação do Exército (CIE), em que a “sistemática do interrogatório” se dividia em três etapas: “1) interrogatório sumário no ato da prisão; 2) condução do preso à chamada base distrital, onde ele era interrogado de modo ‘sumário e objetivo’ com finalidade de ‘dar prosseguimento à operação’ (neste manual consta que esse interrogatório seria assistido por um integrante da Central de Informações); 3) transporte do prisioneiro para uma Central de Informações, onde era interrogado para obtenção de dados desejados sobre a área da operação”²⁶.

No Araguaia, os detidos, eram interrogados no ato da prisão e levados para as bases de Xambioá, Bacaba e/ou outras bases (ou centros de tortura) – tais como a situada na antiga sede do DNER em Marabá/PA, conhecida como “**Casa Azul**”²⁷ ²⁸, na qual o denunciado também exercia suas funções e pela passou a vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO – onde eram torturados. Em seguida, eram executados, com posterior ocultação do cadáver.

O *modus operandi* adotado pelos agentes da repressão estatal no Araguaia, liderados, entre outros, pelo denunciado, além de eliminar quem se opunha ao regime ditatorial, tinha por objetivo, posteriormente, ocultar os cadáveres das vítimas e os vestígios dos crimes cometidos.

Assim, após as execuções, os corpos, em um primeiro momento, eram identificados e sepultados em determinados locais, de maneira precária e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização, sem qualquer divulgação/informação oficial sobre o fato,

24 “(...) a ordem era extrair o máximo de informações dos presos e, quase sempre, **por meio de torturas. Depois, assassiná-los. Tudo feito clandestinamente** (...)”. Reportagem de Policarpo Júnior para a revista “Veja”, de 01 de julho de 2009. Entrevista com militar que afirmou ter integrado a equipe liderada pelo denunciado na Operação Marajoara .

25 Segundo relato do denunciado registrado no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, de Leonencio Nossa. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2012, p. 208 (f. 247 dos autos, vol. 1): (...) “**Maria Dina ficou dois dias em tortura na Casa Azul**”. (grifo)

26 CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 694.

27 Idem. No relatório da CNV a Casa Azul também é apontada, inclusive no capítulo alusivo à Guerrilha do Araguaia, como um dos Centros Clandestinos de Tortura mantidos no Araguaia pelas Forças Armadas no período da Ditadura Militar.

28 Também nesse sentido, sobre a Casa Azul, *vide* depoimentos prestados à CNV por Manoel Messias Guido Ribeiro e José Santa Cruz Sacramento (CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, fls. 696-699) e relato de José Vargas Jiménez em sua obra “Bacaba: memória de um guerrilheiro de selva da Guerrilha do Araguaia” (2007, p. 43 – f. 170 dos autos principais).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

tampouco comunicação aos familiares.

Outro meio utilizado para promover a ocultação/desaparecimento dos corpos dos dissidentes era transportando-os em helicópteros, quando eram lançados sobre áreas de floresta ou, se ainda vivos, executados no meio da mata e lá deixados, consoante declarações prestadas ao MPF, entre outros, por Raimundo Costa de Sousa, ex-militar que serviu ao Exército na Guerrilha do Araguaia montando guarda na Base do DNER (“Casa Azul”)²⁹, e, à CNV, pelo ex-cabo do Exército Manoel Messias Guido Ribeiro³⁰.

Com efeito, em um segundo momento, após a Guerrilha do Araguaia, foi colocada em prática, ainda, a “Operação Limpeza”, destinada especificamente à ocultação sistemática de corpos, sob a coordenação do ora denunciado, conforme mencionado.

A ocultação do cadáver da vítima constituía um dos escopos da missão, de maneira que até a presente data, apesar das tentativas, não foi possível localizar os seus restos mortais.

As condutas descritas nesta denúncia, relativas à DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO, foram perpetradas com tal *modus operandi*, que abarca a prisão/detenção arbitrária, a tortura e a execução seguida da ocultação do cadáver da vítima.

4.2. DO CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO QUALIFICADO

Em abril do ano de 1974, nas proximidades da estrada OP-2, no Município de São Geraldo do Araguaia/PA, a vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO se encontrava em estado físico debilitado e sem apresentar sinais de resistência ou ameaça, quando foi morta pelo grupo militar³¹ liderado pelo denunciado SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA, que executou a vítima e, em seguida, ocultou o seu cadáver. O crime se deu por motivo torpe, com emprego de tortura e recurso que impossibilitou a defesa dos ofendidos.

Dias antes da sua execução, DINAELZA SOARES foi recebida na casa de camponeses da região de Brejo Grande do Araguaia/PA, os quais a seguraram e amarraram seus braços com uma corda para impedir que ela se evadisse, comunicando o fato ao Exército. DINAELZA, entretanto, conseguiu queimar a corda no fogão a lenha e fugiu antes da chegada dos militares³².

²⁹ Termo de Declarações de Raimundo Costa de Sousa, às fls.357 dos autos principais.

³⁰ CNV. **Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 712. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf>.

³¹ Cujos demais integrantes ainda não foram totalmente identificados.

³² Em acréscimo, detalha o livro Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, Leonêncio Nossa, Companhia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Posteriormente, o gerente da Fazenda “Matrinchã” (imóvel situado naquele município e atualmente conhecido como “Rainha do Araguaia”), José Gomes da Costa – “Zezão” (falecido³³), e outros moradores da comunidade localizaram a vítima em cima de uma árvore. “Zezão” tentou convencer DINAELZA a descer e, diante da sua recusa, cortou a árvore e a fez prisioneira na referida fazenda, informando sobre a sua detenção aos militares da Base da Bacaba, comandada pelo denunciado SEBASTIÃO CURIÓ.

Em seguida, pousou na fazenda “Matrinchã” um helicóptero do Exército transportando o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ e o grupo militar sob o seu comando, quando, então, a vítima foi presa, sendo levada para a “Casa Azul”, em Marabá/PA, local onde sofreu tortura.

Após a passagem da vítima pelas citadas Bases militares, o denunciado e demais militares transportaram DINAELZA para São Geraldo do Araguaia/PA e lá foram à casa do então guia do Exército Arlindo Vieira da Silva (“Arlindo Piauí”, falecido³⁴) e de sua esposa **Antônia Ribeiro da Silva** à procura do outro guia Iomar Ribeiro Alves (conhecido como “Iomar Galego”), irmão de Antônia Ribeiro da Silva, a qual lhes informou que o mesmo não se encontrava e pediu que um enteado³⁵ conduzisse os militares à casa de Iomar Ribeiro. No caminho, contudo, o enteado de Antônia Ribeiro retornou e SEBASTIÃO CURIÓ prosseguiu com o grupo militar, levando a vítima para a mata em direção à estrada OP-2, em São Geraldo do Araguaia/PA.

Instantes depois, os militares liderados por SEBASTIÃO CURIÓ pararam no meio da mata e dispararam tiros de armas de fogo contra DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO.

O denunciado e os outros militares sob o seu comando, então, efetuaram, voluntária e deliberadamente, os disparos que ocasionaram a morte da vítima, executando-a, embora ela já estivesse rendida, dominada, sem apresentar resistência/risco e sem meios de defesa. E, em seguida, enterraram o corpo em cova rasa, ocultando o seu cadáver.

Logo após a morte de DIANELZA, o denunciado e outros militares sob o seu comando

das Letras, 2012, pgs. 207 (fls. 246 dos autos, Vo.1.): “A guerrilheira resolveu esperar o início da noite para se retirar. Tinha receio de que o casal, com o dia claro, saísse para denunciá-la. Num momento em que se agachava para amarrar mochila, foi surpreendida por Bernadino, que tentou agarrá-la pela frente. Os dois rolaram no chão. Mariana, por trás, a segurou pelo pescoço. Com a ajuda de um vizinho, Raimundo, o casal amarrou os braços de Maria Dina e saiu para pedir ajuda. A guerrilheira pôs os braços no fogão a lenha. Só tirou depois que a corda arrebentou. Estava na porta quando chegou a milícia”.

33 Conforme informações registradas nas fls. 277 e 284 dos autos, Vol.1.

34 Conforme informação registrada em relação juntada à fl. 276 dos autos, vol. 1 e confirmada [REDACTED], em seu depoimento.

35 Que à época era ainda uma criança (não foi possível, ainda, identificá-lo/localizá-lo).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

retornaram à casa de Antônia Ribeiro da Silva e lá conversaram entre si, na presença de Antônia Ribeiro, sobre a execução da vítima.

4.2.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DO CRIME DE HOMICÍDIO³⁶

Nesta denúncia, responde o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ pelos crimes de homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO.

Quanto ao crime de **homicídio qualificado**, a **materialidade** e a **autoria** delitiva, conforme narrativa fática explicitada em tópico anterior, restam comprovadas pelas provas carreadas aos autos, quais sejam:

1) O denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, em depoimento prestado à Justiça Federal – Seção do Distrito Federal em 14 de outubro de 2015³⁷, reconheceu, quando questionado sobre a morte de DINAELZA SOARES, que prendeu a vítima e a entregou na “Casa Azul”, local mantido no Araguaia pelas Forças Armadas e conhecido pelos atos de tortura lá praticados.

“(…) **Fui eu que a prendi e entreguei...** recordo que entreguei na Casa Azul (...)” (grifo).

No mesmo depoimento, o denunciado declarou que autorizou a publicação do livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”³⁸ e afirmou conhecer o seu conteúdo, reconhecendo-o como verdadeiro³⁹. Na citada obra, escrita a partir dos relatos do denunciado, consta trecho referente à **prisão, tortura e execução** de DINAELZA SOARES S. COQUEIRO:

“Na ‘Casa Azul’, o tenente-coronel Léo Frederico Cinelli⁴⁰ mandou **Curió [Sebastião Rodrigues de Moura] buscar Maria Dina de helicóptero**. Pela manhã, o agente chegou à fazenda. Maria Dina vestia calça jeans e blusa preta, Curió nunca esqueceu disso. O cabelo

³⁶ Quanto à materialidade, destaque-se que a ausência do corpo de delito decorre da ocultação do cadáver e modus operandi da repressão estatal na Guerrilha do Araguaia (tópico 4.1), razão pela qual a comprovação da materialidade delitiva, nesses casos, só se faz possível por meio de provas testemunhais/documentais, conforme entendimento jurisprudencial já consolidado (STJ – HC 79.735/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, 6ª Turma, DJ de 03/12/2007; STJ – HC 110.642, j. 19.03.2009; STJ – HC 51.364, DJ de 12/06/2006) e aplicável aos fatos objeto da presente denúncia, uma vez que consumados na década de 70, em contexto de ataque generalizado contra militantes e civis, no qual agentes das forças de segurança do governo militar, como o ora denunciado, se valeram do aparato repressivo estatal não só para matar os guerrilheiros, incluindo DINAELZA, como também para ocultar e fazer desaparecer seu corpo e os vestígios de tais crimes.

³⁷ Mídia de f. 341 dos autos – vol. 2, trecho correspondente às 2hr. e 06min., vídeo 2A.

³⁸ “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, Leonêncio Nossa, Companhia das Letras, 2012, pgs. 207-209 (fls. 246-248 dos autos, Vo.I.)

³⁹ Declaração prestada no **depoimento do denunciado Sebastião Curió Rodrigues de Moura** na Seção Judiciária do Distrito Federal, no bojo da ação ordinária nº 82.00.24682-5, em 14 de outubro de 2015 (mídia de f. 341 dos autos, Vol 1, trecho às 2hrs e 35min).

⁴⁰ O militar Leo Frederico Cinelli não figura como réu nesta denúncia porque não se logrou obter outras provas testemunhais/materiais que corroborassem tal declaração contido no na referida obra, tampouco que o vinculasse, especificamente, à execução da vítima.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

estava curto. ‘Convicta’ e ‘persistente’, na avaliação do agente, ela cuspiu no rosto dele. Espumando de ódio, jogando o corpo para um lado e para o outro, ela foi empurrada até o helicóptero. [...] **Maria Dina ficou dois dias em tortura na Casa Azul...** [...] Com gazes nos braços queimados, bermuda preta e blusa clara, foi levada até a casa do guia ‘Arlindo Piauí’. Os militares a amarraram numa palmeira no quintal. **Curió perguntou a Antônia Ribeiro, mulher de ‘Piauí’, onde morava o irmão dela, ‘Iomar Galego’, outro guia.** Uma criança levou os agentes e Maria Dina até a casa de Galego. **Após uma hora de caminhada, o grupo parou. Maria Dina estava sentada no chão quando os militares descarregaram as armas. De volta à casa de Antônia [Ribeiro], esposa de ‘Piauí’, ‘Curió’ reclamou que a arma tinha engasgado no momento do disparo...**” (grifo).

2) A testemunha [REDACTED], em depoimento prestado ao MPF em 04 de fevereiro de 2005 (fls. 261-263 dos autos, Vol.1), afirmou categoricamente ao MPF, corroborando a mesma narrativa fática, que a vítima foi morta perto de sua casa e que **“os executores foram SEBASTIÃO CURIÓ e outros três militares que a declarante não conhecia”** (grifo).

A referida testemunha, em seu segundo depoimento ao MPF, em 06 de junho de 2019 (fls. 342-343 dos autos, vol. 2), **detalhou, ainda, as circunstâncias do fato e o momento em que viu a chegada do denunciado e demais militares no helicóptero trazendo a vítima**, bem como o instante em que ouviu os tiros de arma de fogo que a mataram, destacando que, após a execução, SEBASTIÃO CURIÓ retornou à casa da depoente e mencionou que sua arma travou em algum momento dos disparos efetuados contra a vítima⁴¹, conforme trecho a seguir transcrito:

“...QUE, por volta de 1974, Maria Diná já andava sozinha, sem nenhum companheiro e foi capturada nas proximidades da estrada OP3, município de Brejo Grande; QUE os moradores ‘amansaram ela’ e avisaram o Exército; QUE amarram Maria Diná, mas ela queimou a corda e conseguiu fugir; QUE ela foi rastreada por cachorros e apanhada em cima de uma árvore; (...) **QUE lembra-se bem que, dias depois, na quarta-feira da Semana Santa de 1974, um helicóptero desceu perto da casa do depoente, há cerca de uns 20 metros; QUE viu Maria Diná vestindo uma bermuda preta e uma camiseta branca, com um pano enrolado nos punhos; QUE dos homens ficaram vigiando Maria Diná e outros dois foram à casa da depoente perguntando por ‘Iomar Galego’, [REDACTED] e que havia sido obrigado a trabalhar como guia do Exército; QUE informou que ‘Iomar Galego’ não estava e pediu a um enteado que levasse os militares na casa de IOMAR; QUE o grupo saiu com o enteado e com MARIA DINÁ, mas o enteado retornou em seguida; QUE cerca de 20 minutos depois, ouviu diversos tiros na mata, vindos da direção onde estava o grupo de militares; QUE cerca de 20 minutos depois de ouvir os tiros o grupo de quatro militares retornou à casa da depoente; QUE Curió disse a seguinte frase: ‘aquela desgraça engasgou a minha Bereta’, referindo-se ao fato de que arma de CURIÓ havia falhado; QUE pouco tempo depois chegou um helicóptero para buscar o grupo de militares; QUE logo após a partida do helicóptero, a depoente foi ao local dos tiros e viu muito sangue e moscas voando em volta...**” (grifo)

⁴¹ Tal declaração também encontra consonância com o relatado no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”, conforme os trechos acima citados e relativos às fls. 246-248 dos autos, Vol.1.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

3) No mesmo sentido, [REDACTED] declarou ao MPF “Que mataram a Maria Diná em suas terras na OP2”⁴². E [REDACTED] **ratificou o depoimento [REDACTED], a testemunha [REDACTED]**, bem como afirmou ao MPF que: “viu o local, onde estava o sangue da MARIADINA...”⁴³.

4) O guia do Exército (falecido) José Gomes da Costa (“Zezão”), que capturou a vítima e comunicou à Base Militar de Bacaba, também confirma o fato em seu relato ao GTT (em 2010)⁴⁴, afirmando que a prisão de DINAELZA foi realizada por SEBASTIÃO CURIÓ:

“... relata com riqueza de detalhes como ocorreu a prisão de Mariadina [...] que Mariadina lhe foi entregue por um camponês de nome Osvaldo, e ficou na casa de um seu trabalhador para passar a noite; Que durante a noite ela se livrou das cordas, queimando-as e fugiu; que no dia seguinte saíram a sua procura, localizada pelos seus cães, em cima de uma árvore tentou convencê-la a descer. Não conseguindo o próprio Zezão, com um machado inicia o corte da árvore que termina indo ao chão. Ato contínuo, faz sua prisioneira e **comunica na Bacaba. Em seguida desce um helicóptero na fazenda com alguns homens, inclusive o Curió, e a conduzem prisioneira...**” (grifo)

5) O ex-militar [REDACTED]⁴⁵ declarou⁴⁶ que “reconheceu a 'Dina', vista por ele após ser presa por Curió, como Maria Diná (Dinaelza Santana Coqueiro)” (grifo).⁴⁷

6) O camponês que serviu de guia ao Exército, Sinézio Martins Ribeiro⁴⁸, também confirmou a prisão e morte da vítima, conforme depoimento prestado ao MPF⁴⁹.

Comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do crime de homicídio qualificado da vítima aqui referida.

Como demonstrado, o homicídio da vítima foi cometido:

42 Depoimento prestado ao MPF, em 25 de setembro de 2012 (fls. 256/257 dos autos).

43 Depoimento prestado ao MPF, em 12 de setembro de 2012 (fls. 290/292 dos autos).

44 Relatório GTT/2010/3ª Expedição/2ª Fase, às fls. 249-250 dos autos, vol. 1.

45 [REDACTED] serviu ao Exército no Araguaia junto com o denunciado Sebastião Curió Rodrigues. Sebastião Curió teve destacada participação na “Operação Marajoara” e era o Comandante do Posto Marabá e da Base da Bacaba, assim como o Sargento João Santa Cruz, considerado o “mapa mental da região”, os quais transitavam também pelas outras Bases do Exército e lideravam os pelotões nas matas (Cf. Declaração feita por João Santa Cruz Sacramento em seu depoimento à CNV, em 19.11.2013, mídia de fl. 352 dos autos).

46 Declarações prestadas ao GTT em 2009 (Relatório 2ª Expedição do Trabalho de Campo – 3ª Fase, págs. 13 e 14, às fls. 252-253 dos autos, vol.1).

47 A mesma declaração também consta no livro “Mata!: o Major Curió e as guerrilhas no Araguaia” (pág. 247), à f. 247 dos autos (vol. 1).

48 Falecido (Relatório ASSPA às fls. 202-206 dos autos, vol. 1).

49 Em 19 de julho de 2001 (fls. 264-269 dos autos, vol. 1).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

a) por motivo torpe, em razão da resistência da vítima ao regime militar instaurado a partir de 1964, com empenho do aparato estatal e em contexto de ataque generalizado/sistemático perpetrado mediante graves violações de direitos humanos contra dissidentes políticos;

b) com o emprego de tortura, consistente na inflicção intencional de intenso sofrimento físico e mental contra a vítima, com o fim de intimidá-la e/ou dela obter informações a respeito da localização de outros guerrilheiros;

c) mediante recurso que tornou impossível a defesa da ofendida, na medida em que a vítima, ao ser executada, se encontrava debilitada, rendida e sob forte vigilância armada, não representando qualquer resistência ou risco aos agentes ou a terceiros.

Patente, ademais, que o crime de homicídio (qualificado) foi praticado pelo denunciado, ainda, com abuso de autoridade/poder e violação de dever inerente a cargo/ofício, entre outras circunstâncias agravantes especificadas no tópico 5 desta denúncia.

4.3. DO CRIME DE OCULTAÇÃO DE CADÁVER

O denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, após matar a vítima, em concurso com os militares (ainda não identificados) sob o seu comando nesta operação, enterrou o corpo de DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO em cova rasa à beira da rodovia PA-153, no quilômetro 35, no sentido São Geraldo do Araguaia para São Domingos/PA, em ação perpetrada às escondidas, apenas na presença do grupo que executou a vítima.

Conforme já demonstrado acerca do *modus operandi* das operações, e confirmado pelo próprio denunciado e demais elementos de prova constantes dos autos, os corpos eram colocados em covas rasas ou valas clandestinas e lá permaneciam, ocultos, como no caso de DINAELZA SOARES, sem qualquer informação oficial e sem o conhecimento das demais autoridades, tampouco dos familiares, que até esta data desconhecem o paradeiro dos restos mortais da vítima.

Posteriormente, a fim de consumir e assegurar, em definitivo, a ocultação do cadáver e se certificar de que os restos mortais não fossem encontrados, o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, assim que encerrados os combates na Guerrilha do Araguaia, coordenou a chamada “Operação Limpeza” a fim de dar prosseguimento à sistemática de ocultação dos corpos dos guerrilheiros, retirando-os e levando-os para outros lugares, como a Serra das Andorinhas.

Os vestígios mortais da vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO nunca



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

foram localizados, apesar das buscas empreendidas, haja vista que a ocultação do cadáver se deu em dois momentos distintos, logo após o crime de homicídio cometido pelo denunciado e, para garantir o êxito da empreitada delituosa e a impunidade dos agentes, na Operação Limpeza, protraindo-se no tempo até a presente data.

4.3.1. DA MATERIALIDADE E AUTORIA DAS OCULTAÇÕES DE CADÁVER

No que se refere ao crime de ocultação de cadáver, a materialidade e a autoria delitiva estão comprovadas pelos seguintes elementos de prova:

1) A testemunha [REDACTED]

[REDACTED] declarou ao MPF em depoimento prestado no dia 06 de junho de 2019 (às fls. 342-343 dos autos, vol. 2):

“QUE pouco tempo depois [da morte de Maria Dina] chegou um helicóptero para buscar o grupo de militares; QUE logo após a partida do helicóptero, a **depoente foi ao local dos tiros e viu muito sangue e moscas 'voando em volta'**; **QUE o corpo estava 'enterrado muito rasinho'**; **QUE durante o período em que a depoente morou no local, o corpo permaneceu enterrado**”. (grifo)

Em seu depoimento anterior ao MPF, de fevereiro de 2005 (fls. 261/263 dos autos, vol. 1), a testemunha especificou o local em o corpo da vítima foi enterrado:

“Que chegando próximo a moradia da declarante a senhora **MARIA DINÁ foi executada e enterrada em cova pouco profunda na estrada OP2; (...) Que mesmo depois de tanto tempo a declarante ainda sabe exatamente o local onde ela foi enterrada; que foi à beira da rodovia PA-153, no quilômetro 35 (trinta e cinco), no sentido São Geraldo para São Domingos**”. (grifo)

2) [REDACTED] em

depoimento ao MPF, também confirmou que o corpo da vítima foi enterrado, no referido local:

“Que mataram a Maria Diná em suas terras na OP2; que a enterraram perto de um pau de 'burra leiteira’”.⁵⁰

Com vistas a garantir que o corpo de DINAELZA não fosse localizado, o denunciado coordenou, pouco tempo depois da execução da vítima, a Operação Limpeza, destinada a garantir que os restos mortais permanecessem ocultos, como se vê dos seguintes elementos de prova:

3) [REDACTED] em depoimentos prestados ao MPF, relatou que **SEBASTIÃO**

CURIÓ permaneceu na região do Araguaia mesmo após o término do combate à guerrilha e que

⁵⁰ Depoimento prestado ao MPF, em 25 de setembro de 2012, fls. 256-257 dos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

os militares retornaram depois ao local em que a vítima foi executada e enterrada:

“Que em dezembro de 1974, foi anunciado o fim da guerrilha, sendo que os militares ficaram na região até janeiro de 1975, sendo que se via muito os senhores Hugo Abreu e o Major Curió”.⁵¹

“QUE durante o período em que a depoente morou no local, o corpo permaneceu enterrado; QUE soube que o Exército retornou cerca de dois anos depois ao local (...)”.⁵²

4) [REDACTED] declarou em depoimento ao MPF, que foi procurado para indicar os locais em que os corpos dos guerrilheiros estavam, incluindo a vítima DINAELZA, e assim o fez, mas o corpo dela não foi encontrado:

“(...) já cavaram 'tudo quanto é canto' e nunca acharam ela, mas ela foi enterrada lá; (...) que o Exército ficou visitando o depoente por 17 anos depois da guerrilha (...)”.

5) O denunciado SEBASTIÃO CURIÓ admitiu, em reportagem publicada no Jornal do Brasil de 29 de abril de 2008, que “**ordenou a retirada dos corpos das sepulturas originais e mandou enterrar em locais diferentes**, cujas informações estão registradas em relatórios sigilosos e mantidas em ‘segredo fechado’ entre ele, poucos militares e guias de sua estrita confiança”. Ademais, afirmou que “**... os corpos foram trasladados para mais de um local**”, sendo que “**só ele poderia revelar o paradeiro**” (fls. 358-359 dos autos, vol. 2).

6) O militar [REDACTED], piloto da Aeronáutica que participou da Operação Limpeza operando helicópteros e auxiliando o Exército na região do Araguaia até meados de 1975, declarou ao MPF, em 29/01/2019 (mídia de f. 344 dos autos, vol. 2), como funcionou a Operação Limpeza, afirmando que se pretendia eliminar os vestígios das vítimas:

30:47: “O pessoal do exército, principalmente, sabia onde fulano de tal tinha sido enterrado, onde beltrano de tal tinha sido enterrado;

31:00: Então a Operação limpeza era se deslocar de helicóptero lá pra aquele local e os camaradas do exército desenterravam os corpos. Pense numa coisa horrível: botavam naqueles sacos, nesses em sacos tipo do IML e dentro do helicóptero. A caatinga maior do mundo, a gente voava com máscara cheia de perfume porque a gente não aguentava, o cheiro era terrível e a gente transportava esses corpos lá pra Serra das Andorinhas e eles eram colocados num determinado local e o pessoal do Exército com pneu e gasolina ia e tocava fogo. Isso tá descrito no meu livro com riqueza de detalhes;

32:20: a operação foi ao final da guerrilha, em 75 (fevereiro, janeiro, talvez março); durou um mês e meio;

33:04: ... eles desenterravam os corpos e levavam pra serra das andorinhas. Era tirar o corpo

51 Depoimento de [REDACTED], prestado ao MPF em 04 de fevereiro de 2005, fls. 261-263 dos autos, Vol. 1.

52 Depoimento de [REDACTED], prestado ao MPF em 06 de junho de 2009, fls. 342-343 dos autos, Vol. 1.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

de diversos locais da mata e transportar pra Serra das Andorinhas;
35:42: “na tripulação são dois aviadores, dois sargentos, um é o mecânico e outro metralhador. No Exército era o pessoal que desenterrava;
36:15: iam de 2 a 12 porque o helicóptero comportava isso;
37:58: *[quais foram os corpos de guerrilheiros transportados na operação limpeza?]*
38: não sei, (...) foi na ordem de **60 ou 70 corpos**, por aí...;
38:28: todos os corpos foram levados para o mesmo lugar, na Serra das Andorinhas, um lugar que tentei achar mas não achei mais, mexeram muito, modificou a vegetação”.

Em testemunho anterior, o mesmo já havia descrito a Operação Limpeza, a qual, segundo ele, foi concebida pelo Exército (Centro de Formação do Exército – CIE), tendo sido executada pelos soldados e cabos sob a coordenação, mais especificamente, do denunciado SEBASTIÃO CURIÓ. **E declarou, ainda, que CURIÓ foi um dos principais responsáveis por tal Operação**, fornecendo, inclusive, as coordenadas dos locais de onde os corpos eram retirados e para onde eram levados e enterrados (mídia à f. 344 dos autos, vol. 2).

“...(Sabe o nome dos agentes que participaram?) Não me lembro do nome de nenhum dos agentes... os agentes eram subalternos, eram cabos, sargentos... a gente não tratava com eles... (Tinha pelo menos um sargento?) Provavelmente... eram agentes do CIE, Centro de Formação do Exército. [...] (Havia hierarquia?) Vou lhe dizer com toda a segurança: o exército sempre foi o dominante, e **normalmente, na área de informações, quem estava sempre a frente era o Curió, era o homem de informações. E era um dos mais antigos e estava sempre comandando [...]**”. (grifo)

“[...] (A palavra era limpeza?) Limpeza, a palavra limpeza. Limpeza com a seguinte finalidade, conforme nos disseram: para evitar que algum jornalista, alguém fosse pra região depois que terminasse a Guerrilha e descobrisse esses corpos [...] (O Curió estava lá nesta época da limpeza?) Ele foi embora logo em seguida. (Depois?) Antes da limpeza. **Ele deixou as ordens, as coordenadas**, e foi-se embora. (Ele participa das ordens?) Eu penso que sim. (E dá as coordenadas?) Sim, **ele deu as coordenadas**, mas ele não participou direto [...]”.

7) João Santa Cruz Sacramento declarou à Comissão Nacional da Verdade⁵³ que **“a chave para encontrar corpos ou restos mortais é o CURIÓ”** (...) **“porque ele tinha acesso a tudo, ele era um dos chefes”** (mídia de fl. 352 dos autos, vol. 2). Em outro trecho do depoimento, reconheceu que os corpos foram enterrados e sabia da localização dos mesmos, bem como discorreu acerca da “Operação Limpeza”, comandada por **SEBASTIÃO CURIÓ**:

“...Não, nunca recebi essa ordem, não. Porque foi assim, eu fiquei lá, porque segundo informações teve uma operação de limpeza, entendeu? **Essa operação de limpeza era comandada pelo Curió** e na época tinha um cabo que trabalhava com ele também (...) Eu

⁵³ O conteúdo dessas declarações consta do depoimento de João Santa Cruz Sacramento à CNV, prestado em 19 de novembro de 2013, p. 87 (mídia de fl. 352 dos autos, vol. 2).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

acredito que houve operação de limpeza. Primeiro, como eu já falei para o senhor, quando houve esse do dia 25 de dezembro com dois dias eu fui para a área, cheguei lá não tinha ninguém, não tinha mais nenhum corpo. Essas duas que foram sacrificadas lá na Bacaba, que eu vi onde enterraram. Quando foi há uns dois ou três anos, ainda era aquele deputado Luiz Greenhalgh, ele foi solicitado, eu fui em Brasília aí eu fui solicitado para ir lá ver se achavam os corpos. Aí eu fui porque eu sabia onde era que tinham enterrado, aí nós fomos lá e não encontraram mais nada...”. (grifo)

8) Manoel Leal Lima, camponês que serviu de guia para o Exército à época dos fatos, em depoimento prestado ao MPF em 05 de junho de 2014, afirmou: “que sabe que depois da Guerra, em agosto de 1974, **o Exército voltou e levou os corpos, não sabendo para onde**; que soube que o **Curió havia carregado esses ossos depois da guerra**” (fls. 349-350 dos autos, vol. 2).

9) A “Operação Limpeza” e a participação de SEBASTIÃO CURIÓ foram confirmadas também pelo motorista [REDACTED], responsável por transportar os corpos entre as bases militares por via terrestre em tal Operação, registrou depoimento em vídeo e, em 22.05.2010, ratificou seu relato em declarações prestadas ao Grupo de Trabalho Tocantins (GTT):

“[...] o Curió, na época era o Dr. Luchini, na época eu nem sabia que o Curió era o Dr. Luchini; [...] então a gente trazia aquele material, como sabem a gente não podia perguntar [...] só [soube] depois, através de um rapaz, não sei se alguém conheceu ele, o Pé na Cova, que trabalhou no DNER, operador de máquinas; a gente chegava, deixava aquele negócio lá e ficava lá e o pessoal sumia com aquele saco pra lá; e aí um dia ele me relatou que aquilo que a gente levava era osso humano, era osso das pessoas que eram mortas naquela região que eles traziam e juntavam lá na Bacaba e que eram para ser trazidos para cá e que fazia parte da Operação Limpeza; [...] aqueles sacos pesavam mais ou menos uns 100 quilos [...] que nunca estava sozinho nas viagens de transporte de sacos, e que certa vez o ex-major Curió participou de um desses transportes dizendo para ele 'você não viu nada, fique cego e fique mudo'; (...)”.⁵⁴ (grifo)

10) Izaías Prudente de Oliveira, em depoimento ao MPF (em 21 de junho de 2018), revela a permanente influência do denunciado na região, mesmo após o fim da Guerrilha do Araguaia (fl. 351 dos autos, vol. 2):

“QUE depois da guerra, CURIÓ permaneceu monitorando a região; QUE CURIÓ organizava reuniões, trazia médicos, distribuía remédios e fazia perguntas aos moradores [...]”.

11) Há, também, outros relatos de ex-militares que, na mesma linha, evidenciam a “Operação Limpeza”, a atuação do denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ** e outras circunstâncias da

⁵⁴ Termo de Declarações constante do anexo L do relatório GTA, 1ª Expedição da 2ª Fase, mídia à Fl. 357 dos autos, vol. 2)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

prática delituosa consistente na ocultação do cadáver⁵⁵.

Portanto, está demonstrado que o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ ocultou o cadáver da vítima, sepultando-o em cova rasa no local da execução e escondendo o paradeiro/vestígios do corpo. Se ainda existia possibilidade do corpo de DINAELZA SOARES S. COQUEIRO ser encontrado, o denunciado, posteriormente, deu prosseguimento ao ato delituoso de ocultação quando da Operação Limpeza, iniciada pouco depois da execução da vítima, ocasião em que, sob o seu comando e a partir das coordenadas que indicou, os restos mortais dos guerrilheiros foram removidos e ocultados em local(is) diverso(s) para que jamais fossem localizados.

Assim, o denunciado SEBASTIÃO CURIÓ, com o auxílio de outros militares ainda não identificados, ao praticar tais ações delituosas dirigidas finalisticamente para a produção do resultado, detendo o domínio dos fatos, **concorreu, de modo determinante, para a ocultação do corpo da vítima** e dos vestígios dos crimes descritos, em caráter permanente, visto que até esta data as ossadas de DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO não foram localizadas.

5. DA TIPIFICAÇÃO PENAL. DO PEDIDO CONDENATÓRIO E DEMAIS REQUERIMENTOS

Do exposto, o Ministério Público Federal denuncia SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA como incurso nos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I** (“motivo torpe”), **III** (emprego de tortura) e **IV** (mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido), e no **artigo 211**, ambos do Código Penal, na forma dos artigos 25 e 51 (concurso material de crimes) do Código Penal⁵⁶.

Requer, ainda, o reconhecimento, na dosagem da pena, das **circunstâncias agravantes** indicadas no art. 44, inciso II, alíneas **“a”** (motivo torpe); **“d”** (mediante recurso que tornou impossível a defesa dos ofendidos); **“e”** (com emprego de tortura); **“g”** (com abuso de autoridade); **“h”** (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício); e **“j”** (contra ofendidos que estavam sob a imediata proteção da autoridade), todas da antiga parte geral do

55 1) Depoimento do militar já falecido José Vargas Jiménez na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos (fls. 353-355 dos autos, vol.2), no qual confirma ter conhecimento de informações relacionadas com a “Operação Limpeza”. Jimenez, em outra oportunidade, revelou que “...se alguém sabe onde estão [os corpos dos guerrilheiros], esse alguém é o Curió, que ficou encarregado da 'Operação Limpeza'. [...] o Curió retirou todos os corpos e os levou para a Serra das Andorinhas. Quando o Curió falar, chega-se à verdade final...” (fls. vol. 2).

2) Termo de Declarações de Raimundo Costa de Sousa, às fls. 356-357 dos autos, vol. 2).

56 Estes referentes à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia
Procuradoria da República no Município de Marabá

Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Requer o Ministério Público Federal o recebimento da denúncia, com a citação do denunciado para apresentação de defesa, posterior pronúncia e julgamento pelo tribunal do júri, nos termos dos artigos 406 e seguintes do CPP, **até final condenação**, na forma da lei.

Nos termos do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, **requer** a fixação do valor mínimo do dano cível em quantia equivalente à indenização paga aos familiares das vítimas, em razão dos eventos criminosos praticados e do prejuízo material e moral por eles suportados, a ser mensurada/atualizada no curso da instrução do feito.

Requer, também, nos termos do art. 71, inciso I, c/c o art. 68, inciso I, ambos do CP, a perda de cargo público dos denunciados, oficiando-se os órgãos militares e respectivas corporações para o cancelamento de aposentadoria ou qualquer provento de que disponha, bem como para que os condenados sejam privados das medalhas e condecorações obtidas.

Pugna pela intimação das testemunhas arroladas para que prestem depoimento no curso da instrução processual.

Requer, por fim, considerando a idade avançada (velhice) das testemunhas – fatos ocorridos há mais de 45 anos – e o conseqüente risco de perecimento da prova, a produção antecipada da prova testemunhal, com a oitiva das testemunhas arroladas antes de iniciada a ação penal (ainda que não recebida a denúncia), nos termos dos artigos **225⁵⁷** e 156, I, do CPP.

Marabá/PA, 18 de dezembro de 2019.

(ASSINADO ELETRONICAMENTE)

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República

**LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO
HERNANDES**
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

⁵⁷ **Artigo 225 do CPP:** Se qualquer testemunha houver de ausentar-se, ou, **por enfermidade ou por velhice**, inspirar receio de que ao tempo da instrução criminal já não exista, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, tomar-lhe antecipadamente o depoimento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA ___ VARA DA SUBSEÇÃO
JUDICIÁRIA DE MARABÁ/PA**

Procedimento Investigatório Criminal nº 1.23.001.000032/2014-59

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** oferece **DENÚNCIA**¹, em 22 folhas, em face de **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**.

O denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA** está incurso nos crimes previstos no **artigo 121, § 2º**, incisos **I** (“motivo torpe”), **III** (emprego de tortura) e **IV** (mediante recurso que tornou impossível a defesa do ofendido), e no **artigo 211**, ambos do Código Penal, na forma dos artigos 25 e 51 (concurso material de crimes) do Código Penal², em razão do homicídio qualificado e ocultação do cadáver da vítima **DINAEZA SOARES SANTANA COQUEIRO**.

Requer, ainda, o reconhecimento, na dosagem da pena, das **circunstâncias agravantes** indicadas no art. 44, inciso II, alíneas “a” (motivo torpe); “d” (mediante recurso que tornou impossível a defesa dos ofendidos); “e” (com emprego de tortura); “g” (com abuso de autoridade); “h” (com abuso de poder e violação de dever inerente a cargo/ofício); e “j” (contra ofendidos que estavam sob a imediata proteção da autoridade), todas da antiga parte geral do Código Penal, quando não utilizadas para qualificar o delito de homicídio.

Na presente cota, expõe as seguintes considerações de natureza jurídica e fática a respeito do objeto da presente ação.

I. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

A competência absoluta *ad causam* da Justiça Federal comum decorre do disposto na

1 Peça elaborada pelos Procuradores da República integrantes da Força-Tarefa Araguaia infra-assinados, com a assessoria jurídica dos servidores do Ministério Público da União, Isabela Feijó Sena Rodrigues e Marcus Fidelis Ferreira Castro.

2 Estes referentes, também, à antiga Parte Geral do Código Penal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Lei n. 9299/96, que estabeleceu a competência da **Justiça Comum** para o julgamento dos crimes dolosos cometidos por militares contra civis.

Tanto o Supremo Tribunal Federal quanto o Superior Tribunal de Justiça possuem consolidada jurisprudência³ a respeito da **competência absoluta da Justiça Comum** – a partir da edição da Lei 9299/96 – para julgar os crimes dolosos contra civis cometidos por militares no exercício da função, ainda que anteriormente à vigência da lei (art. 2º do CPP – norma processual de aplicação imediata).

Logo, a competência para julgar o crime doloso contra a vida de civis (homicídio) e o delito conexo (ocultação de cadáver) praticado para ocultar o homicídio e assegurar a impunidade dos seus autores é da Justiça Federal comum, segundo o procedimento do tribunal do júri⁴. Em

³ No mesmo sentido: HC 173873/PE, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª turma do STJ em 20.09.2012, DJe. 26.09.2012: “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIOS QUALIFICADO TENTADO E CONSUMADO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR CONTRA CIVIS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA. 1. O Tribunal do Júri é competente para condenar Policial Militar, que prática crime de homicídio contra civil, bem assim para aplicar, como efeito da condenação o disposto no art. 92, inciso I do Código Penal. Precedentes desta Corte. 2. Habeas corpus denegado”. Outras decisões no mesmo sentido: HC 84123/RJ, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, julgado pela 6ª Turma do STJ em 26.02.2008, DJe. 24.03.2008. HC 34453/MG, Rel. Ministro Paulo Medina, julgado pela 6ª Turma do STJ em 30.01.2006, DJ. 26.02.2006. RHC 5660/SP, Rel. Ministro William Patterson, julgado pela 6ª Turma do STJ em 23.09.1996, DJ. 23.09.1996. CC 17665/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 3ª Seção do STJ em 27.11.1996, DJ. 17.02.1997. HC 21579/SP, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, julgado pela 5ª Turma do STJ em 18.03.2003, DJ. 07.04.2003.

⁴ Confira-se, por exemplo, o seguinte trecho do acórdão do Recurso Ordinário em HC n.º 25384/ES, julgado pela 5ª Turma do STJ em 07.12.10:

“RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. DELITO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.299/1996. DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELO JUIZ AUDITOR MILITAR NO CURSO DA AÇÃO PENAL. **SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA PELA AUDITORIA MILITAR ESTADUAL. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. APLICAÇÃO IMEDIATA DA LEI 9.299/1996 AOS PROCESSOS EM CURSO. NULIDADE DO FEITO.**

1. A Lei 9.299/1996 incluiu o parágrafo único ao artigo 9º do Código Penal Militar, consignando que os crimes nele tratados, quando dolosos contra a vida e praticados contra civil, são da competência da Justiça Comum.

2. O mesmo diploma legal acrescentou, ainda, um parágrafo no artigo 82 no Código de Processo Penal Militar, determinando que a Justiça Militar encaminhe os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum, nos casos de crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil.

3. Diante de tais modificações, **esta Corte Superior de Justiça adotou o entendimento de que, diante da incidência instantânea das normas processuais penais disposta no artigo 2º do Código de Processo Penal, a Lei 9.299/1996 possui aplicabilidade a partir da sua vigência, de modo que todas as investigações criminais e processos em curso relativos a crimes dolosos contra a vida praticados por militar contra civil devem ser encaminhados à Justiça Comum.**

4. No caso dos autos, embora o suposto homicídio praticado pelo recorrente, policial militar, contra vítima civil, remonte ao ano de 1994, quando ainda não vigia a Lei 9.299/1996, o certo é que antes mesmo do início da instrução processual, e diante do advento do citado diploma legal, o Juiz Auditor Militar declinou da competência para a Justiça Comum, determinação que foi ignorada pela Auditoria Militar, que proferiu sentença condenatória no feito.

5. Assim, como à época em que julgado o delito em tese praticado pelo recorrente já competia ao Tribunal do Júri apreciar o feito, uma vez que a Lei 9.299/1996 já estava em vigor, a sentença proferida pela Auditoria da Justiça Militar do Estado do Espírito Santo é nula, já que oriunda de Juízo absolutamente incompetente”.

Anteriormente, o STJ já havia se manifestado nos mesmos termos em *habeas corpus* impetrado contra condenação proferida pela Justiça castrense, por crime de homicídio qualificado:

“PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. **CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL. LEI 9.299/96. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NORMA DE ORDEM PÚBLI-**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

relação ao denunciado **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, tratando-se de **crime cometido por membros das Forças Armadas**, utilizando-se de **bens e serviços pertencentes à União**, a competência para a causa, portanto, é da **Justiça Federal**, reafirmando-se o entendimento já assentado de que, no caso, a competência para processar e julgar crimes cometidos contra civis por militares federais é da Justiça Federal comum.

Nesse sentido decidiu o Juízo da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro/RJ (Ação Penal nº 2008.510.180.7814-7), confirmada pelo TRF da 2ª Região (RSE 2010.51.01.807851-8,

CA. NULIDADE. PRECEDENTES DO STF. ORDEM CONCEDIDA.

1. Com a edição da Lei 9.299/96, que excluiu do rol dos crimes militares os crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, atribuindo à Justiça Comum o julgamento dos referidos delitos, adveio grande controvérsia jurisprudencial sobre a constitucionalidade da lei.

2. Acerca do tema, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 260.404/MG, em 22/3/01, decidiu pela constitucionalidade do parágrafo único do art. 9º do Código Penal Militar, introduzido pela Lei 9.299/96.

3. Ademais, a Emenda Constitucional 45/04, ao alterar o art. 125, § 4º, da Constituição Federal, dispôs que "Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, **ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil**, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças".

4. No caso em exame, tendo em vista a **competência absoluta do Tribunal do Júri** para julgamento da causa, impõe-se a declaração de nulidade da ação penal, em que três polícias militares do Estado do Espírito Santo teriam cometido homicídio qualificado contra dois civis.

[...]

6. Ordem concedida para declarar a **nulidade da Ação Penal 024930023049, que tramitou perante a Auditoria Judiciária Militar do Espírito Santo**, preservando os atos processuais anteriores ao acórdão que julgou o Conflito de Competência 100970005789." (HC 102.227/ES, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, julgado pela 5ª Turma do STJ, em 27.11.2008, DJ. 19.12.2008)

No Supremo Tribunal Federal, colacionam-se os seguintes julgados:

"Recurso extraordinário. Alegação de inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 9º do Código Penal Militar introduzido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996. Improcedência. - No artigo 9º do Código Penal Militar que define quais são os crimes que, em tempo de paz, se consideram como militares, foi inserido pela Lei 9.299, de 7 de agosto de 1996, um parágrafo único que determina que "os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos contra civil, serão da competência da justiça comum". - Ora, tendo sido inserido esse parágrafo único em artigo do Código Penal Militar que define os crimes militares em tempo de paz, e sendo preceito de exegese (...) o de que "sempre que for possível sem fazer demasiada violência às palavras, interprete-se a linguagem da lei com reservas tais que se torne constitucional a medida que ela institui, ou disciplina", não há demasia alguma em se interpretar, não obstante sua forma imperfeita, que ele, ao declarar, em caráter de exceção, que todos os crimes de que trata o artigo 9º do Código Penal Militar, quando dolosos contra a vida praticados contra civil, são da competência da justiça comum, os teve, implicitamente, como excluídos do rol dos crimes considerados como militares por esse dispositivo penal, compatibilizando-se assim com o disposto no "caput" do artigo 124 da Constituição Federal. - Corrobora essa interpretação a circunstância de que, nessa mesma Lei 9.299/96, em seu artigo 2º, se modifica o *caput* do artigo 82 do Código de Processo Penal Militar e se acrescenta a ele um § 2º, excetuando-se do foro militar, que é especial, as pessoas a ele sujeitas quando se tratar de crime doloso contra a vida em que a vítima seja civil, e estabelecendo-se que nesses crimes "a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à justiça comum". Não é admissível que se tenha pretendido, na mesma lei, estabelecer a mesma competência em dispositivo de um Código - o Penal Militar - que não é o próprio para isso e noutro de outro Código - o de Processo Penal Militar - que para isso é o adequado. Recurso extraordinário não conhecido". (RE 260404/MG, Rel. Ministro Moreira Alves, julgado pelo Pleno do STF em 22.03.2001, DJ. 21.11.2003.)

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO PRATICADO POR MILITAR CONTRA CIVIL, COM ARMA DA CORPORACÃO, ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 9.299/96. ALEGAÇÃO DE IRRETROATIVIDADE E VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL. ATO IMPUGNADO FORMALIZADO EM 1997. AUSÊNCIA DE PERICULUM IN MORA. ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA. LEI PURAMENTE PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA, SALVO SE PROFERIDA SENTENÇA DE MÉRITO. ORDEM DENEGADA. 1. A **Justiça Comum é competente para julgar crime de militar (homicídio) contra civil**, por força da Lei nº 9299/96, cuja natureza



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Rel. Desembargador Messod Azulay Neto, julgado pela 2ª Turma Especializada, julgado em 19.10.2010, DJ. 02.12.2010) e, finalmente, pelo STJ (HC 132.988/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado pela 5ª Turma em 03.05.2011, DJe. 13.05.2011), todas favoráveis à competência da Justiça Federal comum para julgar os 11 militares do Exército brasileiro que detiveram e conduziram três moradores de comunidade da Providência para o morro da Mineira, onde foram entregues e mortos pelos integrantes rivais do tráfico da Mineira.

O caso presente também **não se enquadra** nas exceções previstas na novel redação do art. 9º, do Código Penal Militar, introduzidas pela Lei nº 13.491/2017, cuja constitucionalidade, aliás, já é questionada perante o Supremo Tribunal Federal. Isso porque o caso tratado nestes autos não se amolda às hipóteses inscritas no art. 9º, § 2º, do referido diploma legal, que transfere para a Justiça Militar da União os crimes dolosos contra a vida praticados no contexto de atribuições estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa, ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, ou, ainda, nos casos de atividade de natureza militar, de operação de paz, de garantia da lei e da ordem ou de atribuição subsidiária.

Finalmente, reforçando a competência da Justiça Federal comum, cumpre se reportar

processual impõe a sua **aplicação imediata aos inquéritos e ações penais**, mercê de o **fato delituoso ter ocorrido antes da sua entrada em vigor** (Precedente: HC nº 76.380/BA, Rel. Moreira Alves, DJ 05.06.1998). 2. Deveras, a redação do § único do art. 9º do Código Penal Militar, promovida pela Lei nº 9.299/96, a despeito de sua topografia, ostenta **nítida natureza processual, razão por que deve ser aplicada imediatamente** aos processos em curso, salvo se já houver sido proferida sentença de mérito. (Precedentes: HC nº 78320/SP, rel. Min. Sydney Sanches, 1ª Turma, DJ de 28/5/1999; HC 76510/SP, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 15/5/21998)". (HC 111.406/SP, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado pela 1ª Turma do STF em 25.06.2013, DJ. 16.08.2013.)

Portanto, em razão da incidência instantânea das normas processuais penais (art. 2º do CPP), a competência para julgar os crimes dolosos cometidos por militares contra a vida de civis, cujo mérito não tenha sido definitivamente julgado até a entrada em vigor da Lei 9.299/96, pertence à Justiça Comum, no procedimento do tribunal do júri.

Nesse sentido decidiu recentemente a Turma Especial I do TRF da 2ª Região (Proc 2014.00.00.104222-3):

Inicialmente, afasta-se a alegação de incompetência, eis que o art. 109 da CF/88 é expresso no sentido de competir à Justiça Federal processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, bem como as causas relativas a direitos humanos, havendo previsão expressa de que "nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal" (§ 5º, do art. 109, da CF/88, incluído pela Emenda Constitucional nº 45/2004).

Outrossim, é cediço que o art. 82 do Código de Processo Penal Militar (DL 1002, de 21/10/1969), com a nova redação que lhe deu a Lei nº 9.299/96, ao reconhecer o foro militar como especial e especificar as pessoas que a ele estão sujeitas, exclui de sua apreciação os crimes dolosos contra a vida, praticados por militares contra civil, determinando, em seu § 2º, que nestes casos, a Justiça Militar encaminhará os autos do inquérito policial militar à Justiça Comum.

A alteração, de aplicação imediata aos processos em curso, por óbvio aplica-se aos iniciados após sua vigência, ainda que os fatos narrados lhe sejam anteriores.

Subdividindo-se a Justiça Comum em Estadual e Federal, há que se observar a presença de interesse da União no presente feito, uma vez que os crimes em questão teriam como sujeito ativo militares no exercício de suas funções, bem como teriam ocorrido em dependências militares, além de envolver bem da União, representado pelo automóvel destruído para supostamente simular o ataque de um grupo terrorista subversivo e a fuga da vítima.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

ao teor do parágrafo 257 da decisão proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no Caso *Gomes Lund vs. Brasil (Guerrilha do Araguaia)* – **de caráter vinculante e de observância obrigatória** pelos órgãos persecutório e Poder Judiciário brasileiros, como demonstrar-se-á –, ressaltando-se que as vítimas, no presente caso, constam do rol das 62 pessoas que a Corte IDH reconheceu como desaparecidas naquele julgado:

257. Especificamente, o Estado deve garantir que as causas penais que tenham origem nos fatos do presente caso [execução sumária e desaparecimentos forçados de civis], contra supostos responsáveis que sejam ou tenham sido funcionários militares, sejam examinadas na **jurisdição ordinária, e não no foro militar.**

II. NÃO INCIDÊNCIA DAS CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PREVISTAS NO ART. 109, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO PENAL

As condutas imputadas ao denunciado **não estão sujeitas** às regras de extinção da punibilidade previstas nos incisos II (**anistia**) e IV (**prescrição**) do art. 107 do Código Penal, porque:

(i) foram comprovadamente cometidas no **contexto de um ataque sistemático e generalizado contra a população civil brasileira**, promovido com o objetivo de assegurar a manutenção do poder usurpado em 1964, por meio da violência;

(ii) nos termos das **sentenças da Corte Interamericana de DH do caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁵ e *Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*⁶**, bem como de reiterada jurisprudência do mesmo Tribunal em casos similares do mesmo período, as torturas, execuções sumárias e desaparecimentos forçados cometidos por agentes de Estado no âmbito da repressão política constituem graves violações a direitos humanos, para fins de incidência dos pontos resolutivos 3 e 9 da decisão, os quais **excluem a validade de interpretações jurídicas que assegurem a impunidade de tais violações, invalidando a aplicação de Lei de Anistia em razão da incompatibilidade com a Convenção Americana de Direitos Humanos e demais tratados e instrumentos jurídicos nessa matéria;**

5 OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 24.11.2010. Série C, n.º 219.

6 OEA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

(iii) em conformidade com o **direito penal internacional costumeiro cogente**, as mesmas condutas já constituíam, na data de início dos fatos, crimes de lesa-humanidade, motivo pelo qual não estão elas protegidas por regras domésticas de anistia e prescrição.

II.1. Caráter sistemático e generalizado dos ataques cometidos por agentes da ditadura militar contra a população brasileira.

Em adição às notórias evidências registradas pela historiografia do período⁷, as investigações desenvolvidas pelo MPF foram capazes de comprovar a ocorrência do elemento contextual exigido para a caracterização das condutas como **delitos de lesa-humanidade**.

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política feitas no próprio corpo da denúncia, constata-se, em primeiro lugar, que torturas, desaparecimentos, mortes e ocultação de cadáveres, condutas tais como as descritas na denúncia, não constituíam acontecimentos isolados no âmbito da repressão política, mas sim a parte mais violenta e clandestina de um **sistema organizado** para suprimir a oposição ao regime, mediante **ações criminosas** cometidas e acobertadas por **agentes do Estado**.

Em março de 1970, tal sistema foi consolidado em um ato do Executivo denominado “Diretriz Presidencial de Segurança Interna”, e recebeu a denominação de “**Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN**”⁸. Nos termos da diretriz, todos os órgãos da administração pública nacional

7 Cf. entre outras obras: Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985; Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2a ed., 2014; Mariana Joffily. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional e São Paulo, Edusp, 2013; Carlos Fico. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem a polícia política*. Rio de Janeiro, Record, 2001; José Amaral Argolo, Kátia Ribeiro e Luiz Alberto M. Fortunato. *A Direta Explosiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1996; Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio. *Dos Filhos deste Solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar*. São Paulo, Boitempo, 1999; Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro. *Os Anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994. Cf., também, as monografias de Freddie Perdigão Pereira. *O Destacamento de Operações de Informações (DOI) no EB: Histórico papel no combate à subversão: situação atual e perspectivas*, Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 1978; Carlos Alberto Brilhante Ustra. *Rompendo o Silêncio*. Brasília, Editerra, 1987 e Amílcar Lobo Moreira da Silva. *A Hora do Lobo, a Hora do Carneiro*. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.

8 Segundo registra a historiografia, a origem administrativa do sistema é uma “Diretriz de Segurança Interna”, editada pela Presidência da República em 17 de março de 1970 (Informação n.º 017/70/AC/76, de 20 de fevereiro de 1976, da Agência Central do SNI. Citado em Elio Gaspari (op. cit., p. 182, nota) e ainda um expediente secreto denominado “Planejamento de Segurança Interna”, mediante o qual é criado o *Sistema de Segurança Interna – SISSEGIN*, ou, “o Sistema”, no jargão do regime (Ibid., p. 179). O sistema encontra-se detalhadamente descrito em um documento com o mesmo nome, classificado como secreto e produzido pelo CIE em 1974. E ainda de acordo com Carlos Fico: “Do mesmo modo que o ‘Plano Nacional de Informações’ orientava o Sistema Nacional de Informações, algo do gênero deveria ser aprovado para o sistema de segurança interna que se queria implantar. Uma ‘Diretriz para a Política de Segurança Interna’ – consolidando o SISSEGIN e adotando, nacionalmente, o padrão OBAN, no momento mesmo em que ela era criada – foi instituída em julho de 1969*, ainda na presidência de Costa e Silva e durante a gestão de Jayme



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

estavam sujeitos às “medidas de coordenação” do comando unificado da repressão política. O sistema instituído estava estruturado em dois níveis: em **âmbito nacional**, atuavam o Serviço Nacional de Informações (SNI)⁹ e os **serviços de informações do Exército (CIE)¹⁰, da Marinha (CENIMAR)¹¹ e da Aeronáutica (CISA)¹²**, estes últimos vinculados diretamente aos gabinetes dos ministros militares. Em **nível regional**, foram instituídas, ainda no primeiro semestre de 1970, **Zonas de Defesa Interna – ZDIs**, correspondentes à divisão dos comandos do I, II, III e IV Exércitos. Nelas funcionavam: a) Conselhos e Centros de Operações de Defesa Interna

Portella de Mello na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (...) Com a escolha de um novo presidente – Médici –, a 'Diretriz' foi reformulada, dando lugar à 'Diretriz Presidencial de Segurança Interna', base do documento 'Planejamento de Segurança Interna', que com ela foi expedido, em 29 de outubro 1970. O objetivo era, justamente, institucionalizar a 'sistemática que, com sucesso, vem sendo adotada nesse campo', vale dizer, a OBAN” (In: Carlos Fico, op. cit., p. 118). Os documentos secretos citados aos quais o autor teve acesso referem-se: *Sistema de Segurança Interna - SISSEGIN. Documento classificado como secreto. [1974?]. Capítulo 2, fl. 6. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais. Documento classificado como “secreto”. 10.11.1970. Ofício do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional aos governadores estaduais, cit. Pelo que o historiador pode concluir, “como se vê, o SISSEGIN não foi instituído por diplomas regulares (leis, decretos) ou excepcionais (atos institucionais, atos complementares, decretos-leis), mas por diretrizes sigilosas preparadas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo presidente da República. Reitere-se, portanto, que o sistema CODI-DOI não foi implantado através de um decreto-lei, mas a partir de 'diretrizes' secretas formuladas pelo Conselho de Segurança Nacional” (Ibid. p. 120-121).

9 O SNI foi criado através da Lei 4341, de 13 de junho de 1964 com a incumbência de superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional. Sobre as circunstâncias históricas da criação do SNI, cf. Elio Gaspari, *A Ditadura Envergonhada*, op. cit., p. 155-175.

10 Decreto 60.664, de 02.05.1967.

11 Segundo Maria Celina D’Araújo et al: “a Marinha (...) desde 1965 possuía um centro de informações institucionalizado, o CENIMAR. Mas seus serviços nessa área vinham de antes e se caracterizavam basicamente como atividades de informação relativas a fronteiras e a questões diplomáticas. Ainda nos anos 60, o CENIMAR dedicou-se com desenvoltura a combater atividades políticas, e, em 1971, seguindo o modelo do serviço secreto da Marinha inglesa, foi também reformulado para fazer frente às novas demandas militares no combate à luta armada” (*in Os anos de chumbo...*, op. cit., p. 16-17). O relatório oficial *Direito à Memória e à Verdade* registra a participação do CENIMAR em relação às mortes e desaparecimentos dos seguintes dissidentes: Reinaldo Silveira Pimenta, João Roberto Borges de Souza, José Toledo de Oliveira, Célio Augusto Guedes, Honestino Monteiro Guimarães, entre outros (*in: Direito à Memória e à Verdade*, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007).

12 Posteriormente convertido em Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA, em 1970. Reproduz-se a seguinte nota a respeito do CISA, elaborada pelo Arquivo Nacional: “Em 1968, o decreto n. 63.005, de 17 de julho, criou o Serviço de Informações da Aeronáutica como órgão normativo de assessoramento do ministro da Aeronáutica e órgão de ligação com o Serviço Nacional de Informações. A ele competiam as atividades de informação e contrainformação. O decreto n. 63.006, de mesma data do anterior, i.é, de 17 de julho de 1968, criou o Núcleo de Serviço de Informações da Aeronáutica a quem competiam os estudos relacionados com a definição, o estabelecimento e a integração das normas relativas ao Sistema de Informações da Aeronáutica, em sua fase de implantação, bem como a elaboração e proposta de regulamento do Serviço de Informações da Aeronáutica. Em 3 de fevereiro de 1969, pelo decreto n. 64.056, foi criado no Ministério da Aeronáutica o Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (SISA) como órgão normativo e de assessoramento do ministro. O SISA continuava sendo o órgão de ligação com Serviço Nacional de Informações, tendo por competência as atividades de informação e contrainformação. Por este ato, foi revogado o decreto n. 63.005, de 17 de julho de 1968, já ci-



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

(denominados, respectivamente, de CONDI e CODI), integrados por membros das três Forças Armadas e das Secretarias de Segurança dos Estados, com funções de coordenação das ações de repressão política nas respectivas ZDI; e b) a partir do segundo semestre de 1970, Destacamentos de Operações de Informações (DOIs) em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Brasília, e, no ano seguinte, também em Curitiba, Belo Horizonte, Salvador, Belém e Fortaleza. O DOI do III Exército, em Porto Alegre, foi criado em 1974¹³.

A organização e o *modus operandi* do aparato de repressão estatal na ditadura, notadamente na Guerrilha do Araguaia, como também já descrito nos tópicos introdutórios da denúncia anexa, acima descritos demonstram que as ações de repressão política executadas no âmbito do Sistema de Segurança Interna não estavam prioritariamente voltadas à produção de provas válidas destinadas a instruir inquéritos e processos judiciais, mas sim à **supressão da oposição política ao regime**, por intermédio de **ameaças, prisões clandestinas, invasões domiciliares, torturas, assassinatos e desaparecimentos** de pessoas suspeitas de apoiar ou colaborar, em qualquer nível, mesmo que indiretamente, com a “subversão”¹⁴.

A repressão política não atuava apenas contra dissidentes armados ou militantes de organizações clandestinas, mas também contra populações desarmadas, como ocorreu em relação às

tado. (...) Em 20 de maio de 1970, o decreto n. 66.608 extinguiu o Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, instituído pelo decreto n. 63.006, de 1968, criando, em seu lugar, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). O CISA era, então, o órgão de direção do Serviço de Informação da Aeronáutica, subordinando-se diretamente ao ministro da Aeronáutica, assumindo todo o acervo da extinta 2ª Seção do Gabinete do Ministro da Aeronáutica, do Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica, então extinto, e parte da 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, compreendendo material, documentação e arquivo referente à segurança interna. (...) O decreto n. 66.609, também de 20 de maio de 1970, deu nova redação ao artigo 1 do decreto n. 64.056, de 3 de fevereiro do ano anterior, que tratou da criação do SISA. Pelo novo texto legal, o SISA deixava de ser órgão expressamente de assessoramento do ministro da Aeronáutica, para ser, declaradamente, o responsável pelas atividades de informações e contrainformações de interesse para a segurança nacional no âmbito daquele Ministério. O decreto n. 85.428, de 27 de novembro de 1980, alterou a denominação do CISA de Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica para Centro de Informações da Aeronáutica. (...) O Centro de Informações da Aeronáutica foi formalmente extinto pelo Decreto n.º 85.428, de 13 de janeiro de 1988 (disponível em: http://www.an.gov.br/sian/Multinivel/Exibe_Pesquisa.asp?v_CodReferencia_ID=1025148). Ademais, Maria Celina D'Araújo et. al. acrescentam que a montagem do serviço se deu basicamente na gestão do ministro Márcio de Sousa e Melo, tendo à frente o então coronel Burnier, após curso de treinamento em informações em Fort Gullick, no Panamá (*in Os anos de chumbo*, op. cit. p. 16).

13 Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio*, op. cit., p. 126.

14 Ademais, à luz do que constata Maria Celina D'Araújo et al.: “Ainda que, num primeiro momento, possamos admitir que essa intrincada estrutura foi se definindo de forma reativa, o que se verificou ao fim de muito pouco tempo foi a instalação de um sofisticado sistema de segurança e controle institucionalmente consolidado, cujas características não podem jamais ser atribuídas a situações circunstanciais. O ‘sistema’, a comunidade de informações fazem parte de um bem articulado plano que procurou não só controlar a oposição armada, mas também controlar e direcionar a própria sociedade.” (*In: op. cit.*, p. 18)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

vítimas no presente caso.

Como mencionado nesta cota e nos tópicos iniciais da denúncia anexa, era evidente o caráter generalizado e sistemático dos ataques cometidos por agentes da repressão política ditatorial.

A esse respeito, traz-se à colação também os seguintes números compilados pela pesquisa historiográfica:

“De 1964 a 1973 houve 4.841 punições políticas no país. Dessas, 2.990 ocorreram em 1964 e 1.295 nos anos de 1969 e 1970. A distribuição coincide, portanto, com o imediato pós-golpe e com os dois primeiros anos que se seguem ao AI-5. Ao longo desses dez anos, 517 pessoas perderam seus direitos políticos e 541 tiveram seus mandatos cassados. As outras punições então aplicadas dizem respeito a aposentadorias (1.124), reformas (844) e demissões (1.815). Nas Forças Armadas, estes três últimos tipos de punição atingiram 1.502 militares, e nas polícias, 177 pessoas. Na área sindical, até 1970, ocorreram 536 intervenções, a maior parte delas (252) por motivo de subversão. Muito ligeiramente, estes dados confirmam que houve uma concentração da repressão política em 1964, e depois, nos anos de 1969 a 1973. Que essa repressão foi distribuída por todos os setores da vida nacional, incluindo militares, civis e aparelhos do próprio Estado. No entanto, no que toca à concentração de mortos e desaparecidos, a concentração se dá no segundo momento. Mais do que isso, queremos chamar atenção para o fato de que o que mudou nessa segunda fase foi o alvo da repressão, envolvendo setores da elite social e cultural do país, o aprimoramento dos métodos, a institucionalização e a organização do sistema repressivo”¹⁵.

Em decisão datada de 13 de maio de 2014, a 6ª Vara Criminal Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro recebeu a denúncia ajuizada pelo MPF em face de seis réus, acusados de tentativa de homicídio, transporte de explosivos, formação de quadrilha, fraude processual e favorecimento pessoal, em razão dos atentados à bomba cometidos no Riocentro, em 1981. Segundo aquele juízo:

“Passados 50 anos do golpe militar de 1964, já não se ignora mais que a prática de **tortura e**

¹⁵ Informações presentes in: Maria Celina D'Araújo *et al.*, *op. cit.*, 29, a partir de dados extraídos de Wanderley Guilherme dos Santos (coord.), *Que Brasil é este? Manual de indicadores sociais e políticos*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1990. Segundo Elio Gaspari, apenas “entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com os direitos políticos suspensos por dez anos. Nas Forças Armadas, 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, transformando-se em mortos-vivos com pagamento de pensão aos familiares. Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva. (...) Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil associados tiveram suas diretorias depostas. Estimando-se que cada organização de trabalhadores atingida tivesse vinte dirigentes, expurgaram-se 10 mil pessoas.” (In: *A ditadura envergonhada*, *op. cit.*, p. 137)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

homicídios contra dissidentes políticos naquele período fazia parte de uma **política de Estado**, conhecida, desejada e coordenada pela mais alta cúpula governamental.

[...]

Em suma, trata-se, ao que tudo indica, de um episódio que deve ser contextualizado, ao menos nesta fase inicial, como parte de uma série de **crimes imputados a agentes do Estado no período da ditadura militar** brasileira, com o objetivo de **atacar a população civil e perseguir dissidentes políticos**¹⁶.

No presente caso concreto, os crimes praticados pelo denunciado e demais agentes do Estado em face dos militantes do PC do B e da população civil se amoldam precisamente ao conceito jurídico (com caráter *jus cogens*) de crime contra a humanidade, uma vez que, diante dos elementos probatórios obtidos na investigação, está devidamente demonstrado que os fatos delituosos objeto da denúncia se deram no contexto de um **ataque sistemático e generalizado** contra os opositores do regime ditatorial e a população civil, restando configurado, portanto, o **crime de lesa-humanidade** para os fins de direito.

No episódio conhecido como “Guerrilha do Araguaia”, as Forças Armadas, sob o pálio protetivo do estado ditatorial, combateram duramente os militantes, promovendo incontáveis ações delituosas na região para reprimir os dissidentes políticos a qualquer custo e por todos os meios, a fim de inibir o movimento e eliminar os opositores.

Sobre as principais operações realizadas após a descoberta da atuação dos militantes no Araguaia, tem-se a seguinte cronologia: “*Operação de informações e primeira campanha (abril a junho de 1972)*¹⁷; *Operação Papagaio (setembro de 1972)*; *Operação Sucuri (maio a outubro de 1973)*; e *Operação Marajoara (outubro de 1973 a 1974)*.”¹⁸

Pelo menos duas operações iniciais, realizadas no ano de 1972, não lograram dispersar os militantes, persistindo o foco de resistência.

Em seguida, as Forças Armadas realizaram, entre maio e outubro de 1973, uma intensa atividade de inteligência, com a infiltração de agentes militares na população local, identificados por codinomes, disfarçados de comerciantes ou funcionários públicos. Por meio dessa operação, conhecida como “Sucuri” e comandada, dentre outros, pelo próprio denunciado, foi possível

16 6ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, decisão de recebimento da denúncia nos autos 0017766-09.2014.4.02.5101, de 13 de maio de 2014. Houve decisão posterior, trancando referida ação penal, mas que ainda pende de recurso por parte do MPF.

17 Nesse período se deu a “Operação Peixe”, referida da denúncia.

18 Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 686. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

levantar a situação dos militantes na área, rastrear seus acampamentos, identificar moradores que supostamente com eles colaboravam e recrutar guias para auxiliar as ações do Exército na região, o que foi fundamental para a localização e posterior desaparecimento forçado dos dissidentes.

Finalizada a Operação Sucuri, foi deflagrada, em 7 de outubro de 1973, a terceira e última campanha de enfrentamento ao movimento dissidente, a denominada Operação “Marajoara”. Nessa etapa houve o deliberado e definitivo abandono do sistema normativo vigente, decidindo-se pela adoção sistemática de medidas ilegais que visavam, notadamente, o desaparecimento forçado dos opositores (sequestros e homicídios seguidos de ocultação de cadáveres, entre outros crimes).

Com efeito, nesta terceira operação/campanha, verificou-se que membros das Forças Armadas e de órgãos de polícia praticaram não só em face dos militantes, mas contra toda a comunidade local, atos de sequestro, ameaças, cárcere privado, torturas e homicídios, além de promoverem a destruição de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, entre outros delitos. Tais condutas consistiram em atos autoritários e criminosos perpetrados por um grupo que visava aniquilar, valendo-se do aparato repressivo do Estado, todos os dissidentes políticos instalados na região, como já demonstrado na denúncia anexa.

Portanto, a atuação repressiva do Estado no Araguaia caracterizou-se pelo intenso grau de violência, notadamente por dois aspectos: (i) eliminação definitiva dos guerrilheiros, mesmo quando presos com vida, e (ii) forte repressão aos moradores locais como forma de obter informações e impedir a continuidade do movimento dissidente.

Estas conclusões foram as mesmas da Comissão Nacional da Verdade, cujo relatório apontou claramente para a presença de um contexto sistemático de violação aos direitos humanos no período da ditadura militar brasileira.

Nos termos do relatório final da CNV, à Operação Sucuri *“sucedeu uma terceira, a Operação Marajoara – em que os recrutados pela Operação Sucuri serviram de guias na mata. Tratar-se-ia, agora, de uma operação de caça que buscava a eliminação total da guerrilha (...) os grandes batalhões deram lugar a pequenos destacamentos mistos – compostos por civis, geralmente mateiros, e militares –, chamados de 'zebras', dedicados a operações do tipo 'gato e rato' (isto é, operações de caça e rastreamento).”*¹⁹

Ademais, mesmo após o término dos combates em campo, comprovou-se a ocorrência

¹⁹ Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – CNV, vol. I, parte IV, capítulo 14, f. 691. Disponível em http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/Relatorio_Final_CNV_Parte_4.pdf.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

de ações militares para efetivar o desaparecimento forçado dos integrantes do PCdoB, que tinham por finalidade ocultar as evidências dos ilícitos perpetrados na repressão aos guerrilheiros, com a destruição/sonegação de documentos e a ocultação dos cadáveres das vítimas, como ocorreu por ocasião da denominada “**Operação Limpeza**”, ocorrida por volta de meados de 1974 a 1976 e então comandada, principalmente, pelo denunciado **SEBASTIÃO “CURIÓ”**²⁰.

Nesse contexto de ataque generalizado e sistemático é que foram praticados pelo denunciado os crimes objeto da presente Denúncia.

Evidente que referido contexto de ataque sistemático à população civil alcança os fatos objeto da presente denúncia. Isto é confirmado pelas seguintes características: a) a vítima **DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO** foi torturada; b) a vítima foi sumariamente executada, sem direito a defesa, quando, rendida e sob forte vigilância armada, não oferecia resistência ou qualquer risco; c) o seu cadáver foi sistematicamente ocultado a fim de apagar os vestígios dos crimes praticados a assegurar a impunidade de seus autores.

Além dos crimes de homicídio e sequestro (desaparecimento forçado), outros delitos conexos cometidos no mesmo contexto de ataque sistemático/generalizado também configuram graves violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade, tais como a ocultação de cadáver, entre outros destinados a apagar os vestígios dos delitos mais graves e assegurar a impunidade dos agentes.²¹

Estabelecido este pressuposto – de que os delitos praticados pelo denunciado se enquadram como crimes contra a humanidade –, vejamos as consequências internacionais desta qualificação.

II.2. Efeitos jurídicos da qualificação dos fatos como graves violações a direitos humanos e como delitos de lesa-humanidade. Da não incidência da Lei de Anistia e do instituto da prescrição. Do direito penal internacional e da decisão da Corte

20 Após a “Operação Limpeza” foi colocada em prática, ainda, a chamada “Operação Anjo da Guarda”, a qual, embora não constitua objeto desta denúncia, também contou com a participação ativa do ora denunciado e tinha por objetivo monitorar e cooptar – mediante coação ou oferecimento de benesses – os moradores da região envolvidos com as ações das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia, a fim de que estes não prestassem quaisquer informações sobre os fatos delituosos então praticados.

21 Centro Internacional para la Justicia Transicional. Parecer técnico sobre a natureza dos crimes de lesa-humanidade, a imprescritibilidade de alguns delitos e a proibição de anistias. Méndez, Juan e Covelli, Gilma Tatiana Rincón (https://www.conjur.com.br/dl/parecer_ictj_lesa_humanidade.pdf).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

IDH no caso Gomes Lund vs. Brasil.

Os crimes cometidos por agentes da repressão ditatorial brasileira já eram, quando da execução do delito, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual incidem sobre eles as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às normas cogentes de direito internacional, notadamente a insuscetibilidade de anistia e a imprescritibilidade.

O reconhecimento de um crime contra a humanidade implica adoção de **regime jurídico imune a manobras de impunidade**. Esse regime especial é, como proclamado pela Assembleia Geral da ONU, *“um elemento importante para prevenir esses crimes e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais, e para promover a confiança, estimular a cooperação entre os povos e contribuir para a paz e a segurança internacionais”*.

Nessa esteira, os crimes de lesa-humanidade, em razão da interpretação consolidada pelo *jus cogens*, são ontologicamente imprescritíveis e insuscetíveis de anistia. Trata-se de atributo essencial, pois a finalidade da qualificação de um fato como sendo atentatório à humanidade é garantir que não permaneça impune.

Normas cogentes do direito costumeiro²² internacional definem as condutas praticadas em **contexto de um ataque sistemático e generalizado a uma população civil** como **crime contra a humanidade**, para, dentre outros efeitos, submetê-lo à jurisdição universal, e declará-lo **insuscetível de anistia ou prescrição**.

Especificamente, a morte/execução da vítima DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO, bem como as condutas tendentes a ocultar o crime – inclusive fazendo desaparecer o seu cadáver – cometidos pelo denunciado e demais agentes da repressão aos “inimigos” do regime²³, **já era, ao tempo do início da execução, um ilícito criminal no direito internacional**

²² O costume é fonte de direito internacional e, nos termos do art. 38 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, possui força normativa vinculante mesmo em relação a Estados que não tenham participado da formação do tratado que reproduza regra consuetudinária.

²³ Transcreve-se, a propósito, o argumento desenvolvido por Marcelo Rubens Paiva: “[U]ma pergunta tem sido evitada: por que, afinal, existem desaparecidos políticos no Brasil? Durante o regime militar, os exilados, no exterior, faziam barulho; a imagem do país poderia ser prejudicada, atrapalhando o andamento do “Milagre Brasileiro”, que dependia da entrada de capital estrangeiro. No Brasil, o Exército perdia o combate contra a guerrilha: assaltos (“expropriações”) a bancos, bombas em quartéis, e cinco guerrilheiros comandados pelo ex-capitão Carlos Lamarca rompem o cerco de 1.700 soldados comandados pelo coronel Erasmo Dias, no Vale do Ribeira. Estava claro que, para combater a chamada “subversão”, o governo deveria organizar um **aparelho repressivo paralelo, com total liberdade de ação. É criado o DOI-Codi**. Jornalistas, compositores, estudantes, professores, atrizes, simpatizantes e guerrilheiros são presos. Muitos torturados. Passa a ser fundamental para a sobrevivência das próprias organizações de guerrilha soltar “companheiros” ou simpatizantes presos. A partir de 1969, começam os sequestros de diplomatas. [...] Para os agentes da repressão, passam a ser prioritários a **eliminação e o desaparecimento de presos**. O ato é consciente: um extermínio. Encontraram a “solução final” para os opositores do regime, largamente utilizada pelas ditaduras chilena, a partir de 1973, e argentina, a partir de 1976; o Brasil foi um dos primeiros países a sofrer um golpe militar inspirado nas regras estabelecidas pela Guerra Fria, e uma



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

sobre o qual **não** incidem as regras de **prescrição e anistia** virtualmente estabelecidas pelo direito interno de cada Estado membro da comunidade das nações.

A **reprovação jurídica internacional** às condutas delituosas imputadas a **SEBASTIÃO CURIÓ RODRIGUES DE MOURA**, determina a **imprescritibilidade da ação penal** correspondente e a **impossibilidade de anistia**.

Este entendimento está alicerçado no direito costumeiro cogente anterior ao início da execução do delito, em especial: a) na Carta do Tribunal Militar Internacional (1945)²⁴; b) na Lei do Conselho de Controle No. 10 (1945)²⁵; c) nos Princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg e nos julgamentos do Tribunal, com comentários (*International*

passada de olho na lista de desaparecidos brasileiros revela que a maioria desaparece a partir de 1970. Se no Brasil a ideia da “solução final” tivesse sido aventada antes, não seriam apenas 150 pessoas, mas, como no Chile e na Argentina, milhares. [...] O tema, portanto, não está restrito a uma centena de famílias. Quando leio [...] que “uma fonte militar de alta patente” diz que os ministros não vão se opor ao projeto da União, mas “temem que essa medida desencadeie um processo pernicioso à nação”, me pergunto se os danos já não foram causados nos anos 70. Existem desaparecidos e desaparecidos, dos que combateram no Araguaia aos que morreram nos porões da Rua Tutóia e da Barão de Mesquita, dos que pegaram em armas aos que apenas faziam oposição, como meu pai, que não era filiado a qualquer organização, preso em 1971. **Cada corpo tem uma história**: uns foram enterrados numa vala comum do Cemitério de Perus, outros foram deixados na floresta amazônica, uns decapitados, outros jogados no mar.” (“Brasil procura superar ‘solução final’” in Janaína Teles (org.). *Mortos e Desaparecidos Políticos: reparação ou impunidade*, São Paulo: Humanitas, 2001, p. 53-54).

24 *Agreement for the Prosecution and Punishment of the Major War Criminals of the European Axis, and Charter of the International Military Tribunal*. Londres, 08.08.1945. Disponível em: <http://www.icrc.org/ihl.nsf/INTRO/350?OpenDocument>. O acordo estabelece a competência do tribunal para julgar crimes contra a paz, crimes de guerra e crimes contra a humanidade “namely, murder, extermination, enslavement, deportation, and other inhumane acts committed against any civilian population, before or during the war; or persecutions on political, racial or religious grounds in execution of or in connection with any crime within the jurisdiction of the Tribunal, whether or not in violation of the domestic law of the country where perpetrated.”

25 Nuremberg Trials Final Report Appendix D, Control Council Law n. 10: Punishment of Persons Guilty of War Crimes, Crimes Against Peace and Against Humanity, art. II. Disponível em: <http://avalon.law.yale.edu/imt/imt10.asp>. Segundo o relatório: “Each of the following acts is recognized as a crime (...): Crimes against Humanity. Atrocities and offenses, including but not limited to murder, extermination, enslavement, deportation, imprisonment, torture, rape, or other inhumane acts committed against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds whether or not in violation of the domestic laws of the country where perpetrated”).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Law Commission, 1950)²⁶; d) no Relatório da Comissão de Direito Internacional da ONU (1954)²⁷; e) na Resolução n.º 2184 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁸; f) na Resolução n.º 2202 (Assembleia Geral da ONU, 1966)²⁹; g) na Resolução n.º 2338 (Assembleia Geral da ONU, 1967)³⁰; h) na Resolução n.º 2583 (Assembleia Geral da ONU, 1969)³¹; i) na Resolução n.º 2712 (Assembleia Geral da ONU, 1970)³²; j) na Resolução n.º 2840 (Assembleia Geral da ONU, 1971)³³; k) nos Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de condenados por crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Resolução 3074, da Assembleia

26 Texto adotado pela Comissão de Direito Internacional e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas como parte do relatório da Comissão. O relatório foi publicado no *Yearbook of the International Law Commission*, 1950, v. II e está disponível em: http://untreaty.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft%20articles/7_1_1950.pdf. (“The crimes hereinafter set out are punishable as crimes under international law: (a) Crimes against peace: (...); (b) War crimes: (...); (c) Crimes against humanity: Murder, extermination, enslavement, deportation and other inhuman acts done against any civilian population, or persecutions on political, racial or religious grounds, when such acts are done or such persecutions are carried on in execution of or *in connection with any crime against peace or any war crime*. The Tribunal did not, however, thereby exclude the possibility that crimes against humanity might be committed also before a war. In its definition of crimes against humanity the Commission has omitted the phrase “before or during the war” contained in article 6 (c) of the Charter of the Nuremberg Tribunal because this phrase referred to a particular war, the war of 1939. *The omission of the phrase does not mean that the Commission considers that crimes against humanity can be committed only during a war. On the contrary, the Commission is of the opinion that such crimes may take place also before a war in connection with crimes against peace*. In accordance with article 6 (c) of the Charter, the above formulation characterizes as crimes against his own population”). O histórico completo dos trabalhos da Comissão está registrado no link: http://untreaty.un.org/ilc/guide/7_3.htm. Sobre o assunto, observa Antonio Cassese (*supra* citado) que o vínculo entre crimes contra a humanidade e os crimes contra a guerra e contra a paz somente foi formalmente suprimido no anteprojeto de Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade, em 1996 (“It is interesting to note that the link between crimes against humanity and crimes against peace and war crimes was later deleted by the Commission when it adopted the draft Code of Crimes against the Peace and Security of Mankind of 1996”).

27 Covering the Work of its Sixth Session, 28 July 1954, Official Records of the General Assembly, Ninth Session, Supplement No. 9 Article 2, paragraph 11 (previously paragraph 10), disponível em http://untreaty.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_88.pdf. (“The text previously adopted by the Commission (...) corresponded in substance to article 6, paragraph (c), of the Charter of the International Military Tribunal at Nurnberg. It was, however, *wider in scope* than the said paragraph in two respects: it prohibited also inhuman acts committed on cultural grounds and, furthermore, *it characterized as crimes under international law not only inhuman acts committed in connexion with crimes against peace or war crimes, as defined in that Charter, but also such acts committed in connexion with all other offences defined in article 2 of the draft Code*. The Commission decided to enlarge the scope of the paragraph so as to make the punishment of the acts enumerated in the paragraph independent of whether or not they are committed in connexion with other offences defined in the draft Code. On the other hand, in order not to characterize any inhuman act committed by a private individual as an international crime, it was found necessary to provide that such an act constitutes an international crime only if committed by the private individual at the instigation or with the toleration of the authorities of a State.”)

28 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 3º da Resolução condena, “como crime contra a humanidade, a política colonial do governo português”, a qual “viola os direitos políticos e econômicos da população nativa em razão do assentamento de imigrantes estrangeiros nos territórios e da exportação de trabalhadores africanos para a África do Sul”.

29 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/21/ares21.htm>. O artigo 1º da Resolução condena a política de apartheid praticada pelo governo da África do Sul como “crime contra a humanidade”.

30 Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/22/ares22.htm>. A resolução “reconhece ser imprescindível e inadiável afirmar, no direito internacional (...), o princípio segundo o qual não há prescrição penal para crimes de guerra



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Geral das Nações Unidas, 1973)³⁴.

Na Convenção das Nações Unidas sobre a Não-Aplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade (1968)³⁵, a imprescritibilidade se estende aos “*crimes contra a humanidade, cometidos em tempo de guerra ou em tempo de paz e definidos como tais no Estatuto do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg de 8 de agosto de 1945 e confirmados pelas Resoluções nº 3 e 95 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 13 de fevereiro de 1946 e 11 de dezembro de 1946*”. Nota-se, sobretudo a partir dos trabalhos da Comissão de Direito Internacional da ONU da década de 1950, e das resoluções da Assembleia Geral da organização, em meados dos anos 60, que é prescindível o elemento contextual “guerra” na definição dos crimes contra a humanidade.

As condutas antijurídicas – graves violações aos direitos humanos – cometidas por agentes estatais durante o regime militar não são indiferentes para o direito penal internacional, como se depreende dos documentos oficiais acima referidos.

No âmbito do Sistema Interamericano de proteção a direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, desde o precedente *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*, de 1987, vem repetidamente afirmando a **incompatibilidade** entre as garantias previstas na Convenção

e crimes contra a humanidade” e recomenda que “nenhuma legislação ou outra medida que possa ser prejudicial aos propósitos e objetivos de uma convenção sobre a inaplicabilidade da prescrição penal a crimes de guerra e crimes contra a humanidade seja tomada na pendência da adoção de uma convenção sobre o assunto pela Assembleia Geral”.

31 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/24/ares24.htm>. A resolução convoca todos os Estados da comunidade internacional a adotar as medidas necessárias à cuidadosa investigação de crimes de guerra e crimes contra a humanidade, bem como à prisão, extradição e punição de todos os criminosos de guerra e pessoas culpadas por crimes contra a humanidade que ainda não tenham sido processadas ou punidas.

32 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/25/ares25.htm>. A resolução lamenta que numerosas decisões adotadas pelas Nações Unidas sobre a questão da punição de criminosos de guerra e pessoas que cometeram crimes contra a humanidade ainda não estavam sendo totalmente cumpridas pelos Estados e expressa preocupação com o fato de que, no presente, como resultado de guerras de agressão e políticas e práticas de racismo, apartheid, colonialismo e outras ideologias e práticas similares, crimes de guerra e crimes contra a humanidade estavam sendo cometidos. A resolução também convoca os Estados que ainda não tenham aderido à Convenção sobre a Inaplicabilidade da Prescrição a Crimes de Guerra e Crimes contra a Humanidade a observar estritamente as provisões da Resolução 2583 da Assembleia Geral da ONU.

33 Disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/26/ares26.htm>. A resolução reproduz os termos da Resolução anterior, de número 2712.

34 ONU. *Princípios de Cooperação Internacional na identificação, prisão, extradição e punição de pessoas culpadas por crimes de guerra e crimes contra a humanidade*. Adotados pela Resolução 3074 da Assembleia Geral em 03.12.1973 (“War crimes and crimes against humanity, wherever they are committed, shall be subject to investigation and the persons against whom there is evidence that they have committed such crimes shall be subject to tracing, arrest, trial and, if found guilty, to punishment...”). Disponível em: <http://www.un.org/documents/ga/res/28/ares28.htm>.

35 Adotada pela Assembleia Geral da ONU através da Resolução 2391 (XXIII), de 26.11.1968. Entrou em vigor no direito internacional em 11.11.70.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Americana de Direitos Humanos e as regras de direito interno que excluem a punibilidade dos desaparecimentos forçados e dos demais delitos contra a humanidade.³⁶

Igual entendimento pode ser encontrado nos seguintes julgados da Corte IDH: *Blake vs. Guatemala*³⁷; *Barrios Altos vs. Peru*³⁸; *Bamaca Velásquez vs. Guatemala*³⁹; *Trujillo Oroza v. Bolívia*⁴⁰; *Irmãs Serrano Cruz vs. El Salvador*⁴¹; *Massacre de Mapiripán vs. Colômbia*⁴²; *Goibirú vs. Paraguai*⁴³; *La Cantuta vs. Peru*⁴⁴; *Radilla Pacheco vs. México*⁴⁵ e *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia*⁴⁶.

Em 24 de novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, **no caso *Gomes Lund vs. Brasil***, deliberou especificamente sobre a “Guerrilha do Araguaia”, episódio de que trata a denúncia anexa, sendo DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO uma das 62 vítimas do ataque generalizado e sistemático contra a população civil engendrado pelas forças de segurança do regime ditatorial, como concluiu a Corte IDH no caso em referência.

Não se pode olvidar que o oferecimento da presente denúncia e o trâmite da ação penal estão imbricadas com a obrigação – de investigar os fatos e determinar, perante a jurisdição ordinária, as correspondentes responsabilidades penais, aplicando efetivamente as respectivas sanções – estipulada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos ao Brasil no julgamento do Caso Gomes Lund⁴⁷, especialmente no item 9 dos seus Pontos Resolutivos.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos ainda determinou – parágrafos 256 e 257 – que a promoção da responsabilidade penal dos autores deve ser cumprida em um prazo razoável e

36 *Velásquez Rodríguez vs. Honduras*. Excepciones Preliminares. Sentencia de 26 de Junio de 1987. Serie C Nº 1.

37 *Blake vs. Guatemala*. *Exceções Preliminares*. Sentença de 2 de julho de 1996. Série C No. 27.

38 *Barrios Altos vs. Peru*. *Reparações e Custas*. Sentença de 30 de novembro de 2001. Série C No. 109.

39 *Bámaca Velásquez versus Guatemala*. *Reparações e Custas*. Sentença de 22 de fevereiro de 2002. Série C No. 91.

40 *Trujillo Oroza versus Bolívia*. *Reparações e Custas*. Sentença de 27 de fevereiro de 2002. Série C No. 92.

41 *Irmãs Serrano Cruz versus El Salvador*. *Exceções Preliminares*. Sentença de 23 de novembro de 2004. Série C No. 118.

42 *Caso do Massacre de Mapiripán versus Colômbia*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 15 de setembro de 2005. Série C No. 134.

43 *Caso Goiburú y otros vs. Paraguay*. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 22 de septiembre de 2006. Serie C, Nº 153.

44 *La Cantuta versus Peru*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 29 de novembro de 2006. Série C No. 162.

45 *Radilla Pacheco vs. México*. *Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 23 de novembro de 2009. Série C No. 209.

46 *Ibsen Cárdenas e Ibsen Peña vs. Bolívia*. *Mérito, Reparaciones e Custas*. Sentença de 1o de setembro de 2010. Série C No. 217.

47 Corte IDH. Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil, sentença de 24.11.10 (Exceções Preliminares, Mérito, Reparaciones e Custas), publicada em 14 de dezembro de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

necessitaria alcançar (sempre que possível) os autores materiais e intelectuais do desaparecimento forçado das vítimas.

Por se tratar de graves violações de direitos humanos, considerando a natureza dos fatos, o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos seus autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, *ne bis in idem* ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação, consoante disposto na aludida sentença da Corte IDH.

A sentença no caso *Gomes Lund vs. Brasil*⁴⁸ é cristalina quanto ao **dever** cogente do Estado brasileiro de **promover a investigação e a responsabilização criminal** dos autores desses desaparecimentos e das graves violações aos direitos humanos. Neste caso ficou expresso que as **anistias não são compatíveis** com tais delitos e que o Brasil não poderia utilizar a Lei de Anistia como uma barreira legítima à punição dos referidos delitos.

A anexa denúncia resulta das investigações que tiveram por objetivo dar cumprimento àquele *decisum*, razão pela qual se transcreve os seguintes excertos do julgado:

137. Desde sua primeira sentença, esta Corte destacou a importância do dever estatal de investigar e punir as violações de direitos humanos. A obrigação de investigar e, se for o caso, julgar e punir, adquire particular importância ante a gravidade dos crimes cometidos e a natureza dos direitos ofendidos, especialmente em vista de que a proibição do desaparecimento forçado de pessoas e o correspondente dever de investigar e punir aos responsáveis há muito alcançaram o caráter de jus cogens.

[...]

140. Além disso, a obrigação, conforme o Direito Internacional, de processar e, caso se determine sua responsabilidade penal, punir os autores de violações de direitos humanos, decorre da obrigação de garantia, consagrada no artigo 1.1 da Convenção Americana. [...].

141. A obrigação de investigar e, se for o caso, punir as graves violações de direitos humanos foi afirmada por todos os órgãos dos sistemas internacionais de proteção de direitos humanos.

[...]

147. As anistias ou figuras análogas foram um dos obstáculos alegados por alguns Estados para investigar e, quando fosse o caso, punir os responsáveis por violações graves aos direitos humanos. Este Tribunal, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, os órgãos das Nações Unidas e outros organismos universais e regionais de proteção dos direitos humanos pronunciaram-se sobre a incompatibilidade das leis de anistia, relativas a graves violações de direitos humanos com o Direito Internacional e as obrigações internacionais dos Estados.

148. Conforme já fora antecipado, este Tribunal pronunciou-se sobre a **incompatibilidade das**

48 *Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, citado.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

anistias com a Convenção Americana em casos de graves violações dos direitos humanos relativos ao Peru (Barrios Altos e La Cantuta) e Chile (Almonacid Arellano e outros).

149. No Sistema Interamericano de Direitos Humanos, do qual Brasil faz parte por decisão soberana, são reiterados os pronunciamentos sobre a **incompatibilidade das leis de anistia** com as obrigações convencionais dos Estados, quando se trata de graves violações dos direitos humanos. Além das mencionadas decisões deste Tribunal, a Comissão Interamericana concluiu, no presente caso e em outros relativos à Argentina, Chile, El Salvador, Haiti, Peru e Uruguai, sua contrariedade com o Direito Internacional. A Comissão também recordou que se pronunciou em um sem-número de casos-chave, nos quais teve a oportunidade de expressar seu ponto de vista e cristalizar sua doutrina em matéria de aplicação de **leis de anistia**, estabelecendo que essas leis **violam diversas disposições, tanto da Declaração Americana como da Convenção**. Essas decisões, coincidentes com o critério de outros órgãos internacionais de direitos humanos a respeito das anistias, declararam, de maneira uniforme, que tanto as leis de anistia como as medidas legislativas comparáveis, que impedem ou dão por concluída a investigação e o julgamento de agentes de [um] Estado, que possam ser responsáveis por sérias violações da Convenção ou da Declaração Americana, violam múltiplas disposições desses instrumentos.

[...]

163. Do mesmo modo, diversos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, por meio de seus mais altos tribunais de justiça, incorporaram os parâmetros mencionados, observando de boa-fé suas obrigações internacionais. A **Corte Suprema de Justiça da Nação Argentina** resolveu, no Caso Simón, declarar **sem efeitos as leis de anistia** que constituíam neste país um obstáculo normativo para a investigação, julgamento e eventual condenação de fatos que implicavam violações dos direitos humanos [...]

164. No Chile, a Corte Suprema de Justiça concluiu que as anistias a respeito de desaparecimentos forçados, abrangeriam somente um determinado tempo e não todo o lapso de duração do desaparecimento forçado ou seus efeitos [...].

165. Recentemente, a mesma **Corte Suprema de Justiça do Chile**, no caso Lecaros Carrasco, anulou a sentença absolutória anterior e **invalidou a aplicação da anistia chilena** prevista no Decreto-Lei No. 2.191, de 1978, por meio de uma sentença de substituição, nos seguintes termos: “[O] delito de sequestro [...] tem o caráter de crime contra a humanidade e, conseqüentemente, não procede invocar a anistia como causa extintiva da responsabilidade penal.

166. Por outro lado, o **Tribunal Constitucional do Peru**, no Caso de Santiago Martín Rivas, ao resolver um recurso extraordinário e um recurso de agravo constitucional, precisou o alcance das obrigações do Estado nesta matéria: [O] Tribunal Constitucional considera que a obrigação do Estado de investigar os fatos e sancionar os responsáveis pela violação dos direitos humanos declarados na Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos não somente compreende a nulidade daqueles processos a que houvessem sido aplicadas as **leis de anistia** [...], após ter-se declarado que essas **leis não têm efeitos jurídicos**, mas também toda prática destinada a impedir a investigação e punição pela violação dos direitos à vida e à integridade pessoal. [...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

167. No mesmo sentido, pronunciou-se recentemente a **Suprema Corte de Justiça do Uruguai**, a respeito da Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado nesse país [...].

168. Finalmente, a **Corte Constitucional da Colômbia**, em diversos casos, levou em conta as obrigações internacionais em casos de graves violações de direitos humanos e o dever de evitar a aplicação de disposições internas de anistia [...].

169. Igualmente, a Corte Suprema de Justiça da Colômbia salientou que “as normas relativas aos [d]ireitos [h]umanos fazem parte do grande grupo de disposições de Direito Internacional Geral, reconhecidas como normas de [j]us cogens, razão pela qual aquelas são inderrogáveis, imperativas [...] e indisponíveis”. A Corte Suprema da Colômbia lembrou que a jurisprudência e as recomendações dos organismos internacionais sobre direitos humanos devem servir de critério preferencial de interpretação, tanto na justiça constitucional como na ordinária e citou a jurisprudência deste Tribunal a respeito da não aceitabilidade das disposições de anistia para casos de violações graves de direitos humanos.

170. Como se desprende do conteúdo dos parágrafos precedentes, todos os órgãos internacionais de proteção de direitos humanos, e diversas altas cortes nacionais da região, que tiveram a oportunidade de pronunciar-se a respeito do alcance das leis de anistia sobre graves violações de direitos humanos e sua incompatibilidade com as obrigações internacionais dos Estados que as emitem, concluíram que essas leis violam o dever internacional do Estado de investigar e sancionar tais violações.

171. Este Tribunal já se pronunciou anteriormente sobre o tema e não encontra fundamentos jurídicos para afastar-se de sua jurisprudência constante, a qual, ademais, concorda com o estabelecido unanimemente pelo Direito Internacional e pelos precedentes dos órgãos dos sistemas universais e regionais de proteção dos direitos humanos. De tal maneira, para efeitos do **presente caso**, o Tribunal reitera que “**são inadmissíveis as disposições de anistia, as disposições de prescrição e o estabelecimento de excludentes de responsabilidade**, que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias, extrajudiciais ou arbitrárias e os desaparecimentos forçados, todas elas proibidas, por violar **direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos**”⁴⁹.

No dispositivo da sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos fixou os seguintes Pontos Resolutivos do litígio internacional instaurado em face do Estado brasileiro:

3. As disposições da **Lei de Anistia brasileira** que impedem a investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana ocorridos no Brasil.

[...]



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

9. O Estado deve conduzir eficazmente, perante a **jurisdição ordinária**, a **investigação penal dos fatos do presente caso**, a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes **responsabilidades penais** e **aplicar efetivamente as sanções** e consequências que a lei preveja, em conformidade com o estabelecido nos parágrafos 256 e 257 da presente sentença [cujo texto estabelece que “o Estado não poderá aplicar a Lei de Anistia em benefício dos autores, bem como nenhuma outra disposição análoga, prescrição, irretroatividade da lei penal, coisa julgada, ne bis in idem ou qualquer excludente similar de responsabilidade para eximir-se dessa obrigação.”]

A fim de não deixar dúvidas sobre isso, o Tribunal interamericano consolidou o seu entendimento sobre a Lei de Anistia no Brasil em sua decisão do caso Vladimir Herzog, julgado em março de 2018, no qual o Brasil foi condenado novamente pelas práticas arbitrárias perpetradas durante o Regime Militar. A Corte foi enfática ao ressaltar que **o controle de convencionalidade não foi exercido pelas autoridades jurisdicionais brasileiras e que a decisão do STF na ADPF de 2010, desconsiderou as obrigações internacionais**, as quais os Estados têm o dever de cumprir. *In verbis* com grifo nosso:

No presente caso, o Tribunal conclui que **não foi exercido o controle de convencionalidade pelas autoridades jurisdicionais do Estado** que encerraram a investigação em 2008 e 2009. **Do mesmo modo, em 2010, a decisão do Supremo Tribunal Federal confirmou a validade da interpretação da Lei de Anistia, sem considerar as obrigações internacionais do Brasil**, decorrentes do direito internacional, particularmente as dispostas nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana, em relação aos artigos 1.1 e 2 do mesmo instrumento. A Corte julga oportuno recordar que **a obrigação de cumprir as obrigações internacionais voluntariamente contraídas corresponde a um princípio básico do direito sobre a responsabilidade internacional dos Estados, respaldado pela jurisprudência internacional e nacional, segundo a qual aqueles devem acatar suas obrigações convencionais internacionais de boa-fé (pacta sunt servanda)**. Como já salientou esta Corte, e conforme dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, de 1969, **os Estados não podem, por razões de ordem interna, descumprir obrigações internacionais. As obrigações convencionais dos Estados Partes vinculam todos os seus poderes e órgãos, os quais devem garantir o cumprimento das disposições convencionais e seus efeitos próprios (effet utile) no plano de seu direito interno**⁵⁰.

A Corte IDH, portanto, é absolutamente clara sobre a inviabilidade de a Lei de Anistia

50 OEA. Corte Interamericana de Derechos Humanos. *Caso Vladimir Herzog e outros vs. Brasil*. Sentença de Exceções Preliminares, Fundo, Reparações e Custas. Sentença de 15.03.2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

ser aplicada ao caso ora denunciado.

Vale recordar – o que será aprofundado a seguir – que o Estado brasileiro voluntariamente submeteu-se à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao ratificar, em dezembro de 1998, a cláusula facultativa de jurisdição obrigatória prevista no art. 62, da Convenção Americana de Direitos Humanos⁵¹. Dessa forma, **a sentença proferida no caso *Gomes Lund vs. Brasil* tem força vinculante** para todos os Poderes do Estado brasileiro. Por sua vez, não se pode esquecer que a intérprete originária da Convenção Interamericana é a própria Corte Interamericana.

Com efeito, o Poder Judiciário e o Ministério Público encontram-se jungidos ao cumprimento dessas determinações⁵², na medida em que a sentença da Corte IDH vincula todos os agentes do Estado, conforme o artigo 68.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes*”.

A observância da autoridade das decisões da Corte IDH **não afasta ou sequer fragiliza a soberania do Estado-parte**, pois é a própria Constituição que contempla a criação do Tribunal Internacional de Direitos Humanos (art. 7 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias), prevendo, em seu art. 5º, §2º, que: “*Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*”.

A ratificação e aprovação da Convenção, bem como a aceitação da jurisdição da Corte, foram **atos voluntários do Estado brasileiro**, praticados com estrita observância dos procedimentos previstos na Constituição e em concretização de valores palmados em nossa lei fundamental. Para recusar a autoridade da Corte IDH seria necessário então que existisse alguma inconstitucionalidade – formal ou material – nos atos de ratificação, aprovação e promulgação da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de aceitação da jurisdição da Corte IDH, o que

51 Decreto Legislativo n.º 89, de 03 de dezembro de 1998, e Decreto Presidencial n.º 4.463, de 08 de novembro de 2002.

52 A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal decidiu que: “o Ministério Público Federal, no exercício de sua atribuição constitucional de promover a persecução penal e de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos aos direitos humanos assegurados na Constituição, inclusive os que constam da Convenção Americana de Direitos Humanos, está vinculado, até que seja declarado inconstitucional o reconhecimento da jurisdição da Corte, ao cumprimento das obrigações de persecução criminal estabelecidas no caso *Gomes Lund e outros versus Brasil*.” (documento 1/2011, homologado na sessão de 21 de março de 2011). Posteriormente, a Câmara reafirmou esse entendimento (documento nº 2/2011, homologado na sessão de 03/10/2011).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

não ocorre.

Por outro lado, para se sustentar a não aplicação de uma sentença da Corte IDH proferida contra o Brasil, teria que ser declarado inconstitucional o próprio ato de promulgação da cláusula do artigo 68.1 da Convenção⁵³.

Diante, porém, das regras dos artigos 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados e da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o país não poderá denunciar apenas um artigo da Convenção, o que implicaria – para recusar a autoridade da sentença da Corte IDH – **em ter que abdicar do sistema interamericano de direitos humanos como um todo, decisão esta, aliás, que também não encontraria amparo constitucional algum**, pois esbarraria no óbice da vedação do retrocesso em matéria de direitos humanos fundamentais, além de importar claramente em violação do princípio da proibição da tutela insuficiente/deficiente dos direitos humanos.

Sendo assim, a superveniente negativa da jurisdição da Corte IDH importaria em nova responsabilização internacional do Estado Brasileiro.

Isto posto, **exceto na hipótese de ser declarada a inconstitucionalidade da própria Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, devem ser observadas as disposições da sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso *Gomes Lund*.

Registre-se, ainda, que no direito comparado, além dos precedentes referidos na sentença do caso *Gomes Lund*, as cortes constitucionais da Argentina (casos *Arancibia Clavel*⁵⁴ e

53 O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a força normativa da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em patamar supralegal, conforme RE 466.343/SP, rel. Min. Cezar Peluso. Ou seja, a Convenção é hierarquicamente superior à legislação ordinária.

54 “*La ratificación en años recientes de la Convención Interamericana sobre Desaparición Forzada de Personas por parte de nuestro país sólo ha significado la reafirmación por vía convencional del carácter de lesa humanidad postulado desde antes para esa práctica estatal, puesto que la evolución del derecho internacional a partir de la segunda guerra mundial permite afirmar que para la época de los hechos imputados el derecho internacional de los derechos humanos condenaba ya la desaparición forzada de personas como crimen de lesa humanidad.*”



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Videla⁵⁵), Chile⁵⁶ e do Peru⁵⁷ (caso *Gabriel Orlando Vera Navarrete*, também de 2004⁵⁸) reconhecem o caráter de *lesa-humanidade* das condutas praticadas em contexto de ataque sistemático e generalizado à população civil, conforme se verifica no presente caso, extraindo dessa conclusão os efeitos jurídicos penais dele decorrentes, notadamente a vedação à anistia e à prescrição.

Em síntese, os crimes imputados ao denunciado, cometido no contexto de um ataque sistemático e generalizado à população civil da região do Araguaia, nos Estados do Pará e Tocantins, entre os anos de 72 e 74, são **insuscetível de anistia e de prescrição**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do caráter vinculante da sentença do caso *Gomes Lund vs. Brasil*. Inexiste, assim, qualquer óbice ao regular processamento da ação penal no presente caso.

Observar os comandos da Corte é decisivo “tanto para impedir eventuais sanções internacionais ao Estado brasileiro (por violação de seus compromissos), quanto para garantir a

55 No julgamento do recurso do ex-Presidente Ernesto Videla, afirmou a Suprema Corte da Nação argentina: “[E]s necesario (...) reiterar (...) que es ya doctrina pacífica de esta Cámara la afirmación de que los crímenes contra la humanidad no están sujetos a plazo alguno de prescripción conforme la directa vigencia en nuestro sistema jurídico de las normas que el derecho de gentes ha elaborado en torno a dichos crímenes que nuestro sistema jurídico recepta directamente a través del art. 118 Constitución Nacional”.

56 No Chile, no caso Vila Grimaldi/Ocho de Valparaíso, a Corte de Apelações de Santiago igualmente afastou a ocorrência da prescrição: “[P]rocede agregar que la prescripción, como se ha dicho, ha sido establecida más que por razones dogmáticas por criterios políticos, como una forma de alcanzar la paz social y la seguridad jurídica. Pero, en el Derecho Internacional Penal, se ha estimado que esta paz social y esta seguridad jurídica son más fácilmente alcanzables si se prescinde de la prescripción, cuando menos respecto de los crímenes de guerra y los crímenes contra la humanidad.”

57 No Peru, no julgamento do caso Montoya, o Tribunal Constitucional alinhou-se com o conceito de “graves violações a direitos humanos” e estendeu sobre elas o manto da imprescritibilidade: “Es así que, con razón justificada y suficiente, ante los crímenes de lesa humanidad se ha configurado un Derecho Penal más allá del tiempo y del espacio. En efecto, se trata de crímenes que deben encontrarse sometidos a una estructura persecutoria y condenatoria que guarde una línea de proporcionalidad con la gravedad del daño generado a una suma de bienes jurídicos de singular importancia para la humanidad in toto. Y por ello se trata de crímenes imprescriptibles y sometidos al principio de jurisdicción universal. (...) Si bien es cierto que los crímenes de lesa humanidad son imprescriptibles, ello no significa que sólo esta clase de grave violación de los derechos humanos lo sea, pues, bien entendidas las cosas, toda grave violación de los derechos humanos resulta imprescriptible. Esta es una interpretación que deriva, fundamentalmente, de la fuerza vinculante de la Convención Americana de Derechos Humanos, y de la interpretación que de ella realiza la Corte IDH, las cuales son obligatorias para todo poder público, de conformidad con la Cuarta Disposición Final y Transitoria de la Constitución y el artículo V del TP del CPConst.”

58 Tribunal Constitucional. Sentencia Exp. n.º 2798-04-HC/TC - Gabriel Orlando Vera Navarrete (“26. El delito de desaparición forzada ha sido desde siempre considerado como un delito de lesa humanidad, situación que ha venido a ser corroborada por el artículo 7º del Estatuto de la Corte Penal Internacional, que la define como “la aprehensión, la detención o el secuestro de personas por un Estado o una organización política, o con su autorización, apoyo o aquiescencia, seguido de la negativa a informar sobre la privación de libertad o dar información sobre la suerte o el paradero de esas personas, con la intención de dejarlas fuera del amparo de la ley por un período prolongado”).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

*máxima proteção dos direitos do indivíduo no Brasil*⁵⁹.

Esta é a posição institucional assumida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, conforme externado por meio de documentos e julgados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, em que se afirmou a necessidade de promover a persecução dos crimes contra a humanidade ocorridos no período da ditadura militar brasileira.

Na mesma linha, em 28 de agosto de 2014, o então Procurador-Geral da República emitiu parecer na **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF**, em que se manifestou pela possibilidade de realizar a persecução penal de graves violações a Direitos Humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, inclusive com o afastamento da Lei de Anistia. Neste parecer o PGR reconheceu claramente a **impossibilidade de aplicação da Lei de Anistia** a casos como o presente. Veja a ementa do referido Parecer:

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. SENTENÇA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS NO CASO GOMES LUND E OUTROS VS. BRASIL. ADMISSIBILIDADE DA ADPF_LEI 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979 (LEI DA ANISTIA). AUSÊNCIA DE CONFLITO COM A ADPF 153/DF. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE. CARÁTER VINCULANTE DAS DECISÕES DA CORTE IDH, POR FORÇA DA CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS, EM PLENO VIGOR NO PAÍS. CRIMES PERMANENTES E OUTRAS GRAVES VIOLAÇÕES A DIREITOS HUMANOS PERPETRADAS NO PERÍODO PÓS-1964. DEVER DO BRASIL DE PROMOVER-LHES A PERSECUÇÃO PENAL.

É admissível arguição de descumprimento de preceito fundamental contra interpretações judiciais que, contrariando o disposto na sentença do caso GOMES LUND E OUTROS VERSUS BRASIL, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, declarem extinta a punibilidade de agentes envolvidos em graves violações a direitos humanos, com fundamento na Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), sob fundamento de prescrição da pretensão punitiva do Estado ou por não caracterizarem como crime permanente o desaparecimento forçado de pessoas, ante a tipificação de sequestro ou de ocultação de cadáver, e outros crimes graves perpetrados por agentes estatais no período pós-1964. **Essas interpretações violentam preceitos fundamentais contidos pelo menos nos arts. 1º, III, 4º, I e II, e 5o, §§ 1º a 3º, da Constituição da República de 1988.**

Não deve ser conhecida a ADPF com a extensão almejada na petição inicial, para obrigar o Estado brasileiro, de forma genérica, ao cumprimento de todos os pontos resolutivos da sentença no caso GOMES LUND, por ausência de prova de inadimplemento do país em todos

59 RAMOS, André de Carvalho. *A execução das sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos no Brasil.*



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

eles.

Não procede a ADPF relativamente à persecução de crimes continuados, por inexistir prova de que o Brasil a tenha obstado indevidamente.

A pretensão contida nesta arguição não conflita com o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 153/DF nem caracteriza superfetação (*bis in idem*). Ali se efetuou controle de constitucionalidade da Lei 6.683/1979. Aqui se pretende reconhecimento de **validade e de efeito vinculante da decisão da Corte IDH no caso Gomes Lund**, a qual agiu no exercício legítimo do controle de convencionalidade.

A República Federativa do Brasil, de maneira soberana e juridicamente válida, **submeteu-se** à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), mediante convergência dos Poderes Legislativo e Executivo. As decisões desta são vinculantes para todos os órgãos e poderes do país. O Brasil promulgou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) por meio do Decreto 678/1992. Com o Decreto 4.463/2002, reconheceu de maneira expressa e irrestrita como obrigatória, de pleno direito e por prazo indeterminado, a competência da Corte IDH em todos os casos relativos à interpretação e aplicação da convenção. O artigo 68(1) da convenção estabelece que os Estados-partes se comprometem a cumprir a decisão da Corte em todo caso no qual forem partes. **Dever idêntico resulta da própria Constituição brasileira, à luz do art. 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988.** Para negar eficácia à Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou às decisões da Corte IDH, seria necessário declarar inconstitucionalidade do ato de incorporação desse instrumento ao Direito interno. Disso haveria de resultar denúncia integral da convenção, na forma de seu art. 75 e do art. 44(1) da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (Decreto 7.030/2009).

No que se refere à investigação e à persecução penal de graves violações a direitos humanos perpetradas por agentes públicos durante o regime autoritário de 1964-1985, iniciativas propostas pelo Ministério Público Federal têm sido rejeitadas por decisões judiciais que se baseiam em fundamentos de anistia, prescrição e coisa julgada e não reconhecem a natureza permanente dos crimes de desaparecimento forçado (equivalentes, no Direito interno, aos delitos de sequestro ou ocultação de cadáver, conforme o caso). A Corte IDH expressamente julgou o Brasil responsável por violação às garantias dos arts. 8(1) e 25(1) da Convenção Americana, pela **falta de investigação, julgamento e punição dos responsáveis** por esses ilícitos. Decidiu igualmente que as disposições da **Lei da Anistia** que impiedentes da investigação e sanção de graves violações de direitos humanos são **incompatíveis com a Convenção Americana**, carecem de efeitos jurídicos e não podem seguir representando obstáculo à persecução penal nem à identificação e punição dos responsáveis.

Cabe ADPF para que o Supremo Tribunal Federal profira, com efeito vinculante (art. 10, caput e § 3o, da Lei 9.882/1999), decisão que impeça se adotarem os fundamentos mencionados para obstar a persecução daqueles delitos, sem embargo da observância das demais regras e princípios aplicáveis ao processo penal, tanto no plano constitucional quanto no infraconstitucional.

Sequestros cujas vítimas não tenham sido localizadas, vivas ou não, consideram-se crimes de



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

natureza permanente (precedentes do Supremo Tribunal Federal nas Extradicações 974, 1.150 e 1.278). Essa condição afasta a incidência das regras penais de prescrição (Código Penal, art. 111, inciso III) e da Lei de Anistia, cujo âmbito temporal de validade compreendia apenas o período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 (art. 1º).

Instrumentos internacionais, a doutrina e a jurisprudência de tribunais de direitos humanos e cortes constitucionais de numerosos países reconhecem que delitos perpetrados por agentes estatais com grave violação a direitos fundamentais constituem **crimes de lesa-humanidade, não sujeitos** à extinção de punibilidade por **prescrição**. Essas categorias jurídicas são plenamente compatíveis com o Direito nacional e devem permitir a persecução penal de crimes dessa natureza perpetrados no período do regime autoritário brasileiro pós-1964.

Parecer pelo conhecimento parcial da arguição e, nessa parte, pela procedência parcial do pedido.

Referido parecer, após apontar para o caráter vinculante das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, indica claramente que o conceito de *“Graves Violações de Direitos Humanos”* inclui condutas *“cometidas no contexto da repressão política do Estado ditatorial é a existência de fato típico antijurídico, definido como tal por norma válida anterior, e que constitua simultaneamente, na perspectiva do Direito Internacional costumeiro cogente ou do direito dos tratados, delito de lesa-humanidade (ou a ele conexo) e, desse modo, insuscetível de anistia”*⁶⁰.

Não bastasse, o aludido Parecer foi ainda mais claro ao demonstrar o caráter de lesa-humanidade aos crimes cometidos por agentes da ditadura militar de 1964. Asseverou o então PGR que:

[...] os métodos empregados na repressão aos opositores do regime militar exorbitaram a própria legalidade autoritária instaurada pelo golpe de 1964. Isso ocorreu, entre outros motivos, porque o objetivo primário do sistema não era a produção de provas válidas para serem usadas em processos judiciais, como seria de esperar, mas o desmantelamento, a qualquer custo, independentemente das regras jurídicas aplicáveis, das organizações de oposição, especialmente as envolvidas em ações de resistência armada.

Não se pretende estabelecer nesta manifestação discussão acerca da legitimidade dos métodos empregados pelos opositores do regime autoritário no período pós-1964. O que se aponta é que ao Estado cabia resistir às ações que reputasse ilegítimas nos termos da lei. Foram as **ações à margem da lei dos agentes estatais** que resultaram no cometimento de **crimes de lesa-humanidade**, de graves violações a direitos humanos, objeto da sentença da Corte IDH, objeto deste processo.

Nesses termos, o respeito às garantias mais fundamentais das pessoas suspeitas ou presas era

60 Fls. 63 do referido parecer.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

frequentemente letra morta para os agentes públicos envolvidos na repressão política. Como era notório e foi atestado nos últimos meses por novas provas obtidas pelo Ministério Público Federal, a prática de invasões de domicílio, sequestros e tortura não era estranha ao sistema. Ao contrário, tais ações faziam parte do método regular de obtenção de informações empregado por órgãos como o Centro de Informações do Exército (CIE) e os Destacamentos de Operações de Informações (DOIs).

Além disso, a partir dos desaparecimentos de VIRGÍLIO GOMES DA SILVA, em São Paulo, em setembro de 1969, e de MÁRIO ALVES DE SOUZA VIEIRA, no Rio de Janeiro, no início de 1970, verificou-se cometimento sistemático do crime internacionalmente conhecido como desaparecimento forçado. (...)

Sem prejuízo das considerações acerca da estrutura e funcionamento dos organismos da repressão política lançadas nas nove ações penais já ajuizadas, importa enfatizar que torturas, mortes e desaparecimentos **não eram acontecimentos isolados** no quadro da repressão política, mas a parte mais violenta e clandestina de um sistema organizado para suprimir a oposição ao regime, não raro mediante ações criminosas cometidas e acobertadas por agentes do Estado.

Desaparecimentos forçados, execuções sumárias, tortura e muitas infrações penais a eles conexas já eram, na época de seu cometimento pelo regime autoritário, qualificados como **crimes contra a humanidade**, razão pela qual devem sobre eles incidir as consequências jurídicas decorrentes da subsunção às **normas cogentes de direito internacional**, notadamente a **imprescritibilidade** e a **insuscetibilidade de concessão de anistia**.

Por fim, concluiu o Procurador-Geral da República:

1. Em síntese, os crimes cometidos por agentes da ditadura militar brasileira no contexto de ataque sistemático ou generalizado à população civil são **imprescritíveis e insuscetíveis de anistia**, seja por força da qualificação das condutas como crimes contra a humanidade, seja em razão do **caráter vinculante da sentença** do caso *Gomes Lund vs. Brasil* [...]. Dessa maneira, à luz da Constituição do Brasil, da reiterada jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da doutrina e da interpretação dada por diversas cortes constitucionais e organismos internacionais representativos, como a ONU, a atos semelhantes, e também por força dos compromissos internacionais do país e do ordenamento constitucional e infraconstitucional, os crimes envolvendo grave violação a direitos humanos perpetrados à margem da lei, da ética e da humanidade por agentes públicos brasileiros durante o regime autoritário de 1964-1985 **devem ser objeto de adequada investigação e persecução criminal**, sem que se lhe apliquem institutos como a **anistia** e a **prescrição**.

Também a Turma Especial I do Tribunal Regional Federal da 2ª Região já decidiu no mesmo sentido (Proc. n. 2014.00.00.104222-3):

É forçoso concluir, portanto, pela competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação penal originária do presente feito. Outrossim, **há que se afastar as alegadas causas extintivas**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

de punibilidade eis que inócurre a **prescrição** em relação aos delitos permanentes e aqueles que por sua forma e modo de execução configuram **crimes de lesa-humanidade**, evidenciando a **inaplicabilidade da lei de anistia** ao presente caso.

Portanto, a Lei de Anistia – à luz da jurisprudência pacífica da Corte Interamericana e, inclusive, em razão de decisão expressa aplicável ao Brasil – não é motivo suficiente para obstar a punição dos responsáveis pela prática de crimes de lesa-humanidade.

II.3 Da compatibilidade da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos com a decisão do STF na ADPF 153. Da força vinculante da decisão da Corte Interamericana. Do controle de convencionalidade.

A decisão da Corte IDH possui **efeito vinculante** e não é, em nada, incompatível com o conteúdo do acórdão proferido pelo E. Supremo Tribunal Federal nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, no âmbito da qual se declarou a *constitucionalidade* da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexo com estes no período entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

O julgamento da ADPF concluiu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição da República brasileira, **mas não em relação ao direito internacional** e, mais especificamente, em relação à **Convenção Americana de Direitos Humanos**. Em outras palavras, o STF – na sua qualidade de guardião da Constituição – efetuou o controle de constitucionalidade da norma de 1979 à luz do direito interno e da Constituição, mas não se pronunciou a respeito da compatibilidade da causa de exclusão da punibilidade com os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Estado brasileiro. **Ou seja, não efetuou – até porque não era esse o objeto da ação – o chamado controle de convencionalidade da norma**. Conforme aponta André de Carvalho Ramos:

“[O] STF, que é o guardião da Constituição [...] exerce o controle de constitucionalidade. Por exemplo, na ADPF 153, a maioria dos votos decidiu que a anistia aos agentes da ditadura militar é a interpretação adequada da Lei de Anistia e esse formato amplo de anistia é que foi recepcionado pela nova ordem constitucional.

De outro lado, a Corte de San José é a guardiã da CADH e dos tratados de DH que possam ser conexos. Exerce, então, o controle de convencionalidade. Para a Corte Interamericana, a Lei de Anistia não é passível de ser invocada pelos agentes da ditadura. Mais: sequer as alegações de prescrição, bis in idem e irretroatividade da lei penal gravior merecem acolhida.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Com base nessa separação vê-se que é possível dirimir o conflito aparente entre uma decisão do STF e da Corte de San José.

[...]

No caso da ADPF 153, houve o **controle de constitucionalidade**. No caso Gomes Lund, houve o **controle de convencionalidade**. A **anistia** aos agentes da ditadura, para subsistir, deveria ter sobrevivido intacta aos dois controles, mas só passou (com votos contrários, diga-se) por um, o controle de constitucionalidade. **Foi destruída no controle de convencionalidade**.

Por sua vez, as teses defensivas de prescrição, legalidade penal estrita etc., também deveriam ter obtido a anuência dos dois controles. Como tais teses defensivas não convenceram o controle de convencionalidade e dada a aceitação constitucional da internacionalização dos DH, não podem ser aplicadas internamente.”⁶¹

Assim, no que se refere à força cogente e ao caráter vinculante da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos (**caso Gomes Lund vs. Brasil**), é de se reconhecer que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana **não** implica dizer que a decisão da Corte Interamericana seja superior à do Supremo Tribunal Federal ou que se esteja desautorizando a autoridade do sistema de justiça pátrio. Tampouco significa violar o caráter vinculante da decisão do STF.

Em verdade, **cada decisão possui seu escopo próprio e seu parâmetro específico de análise**. Enquanto o STF, na qualidade de guardião da Constituição, analisou a constitucionalidade das disposições constitucionais, a Corte Interamericana, como intérprete originária da Convenção Americana de Direitos Humanos, verifica a compatibilidade de todo o direito interno nacional à luz da Convenção (controle de convencionalidade).

Logo, o julgamento da ADPF **não esgotou o controle de validade da Lei de Anistia**, pois entendeu pela compatibilidade da Lei nº 6.683/79 com a Constituição Federal brasileira, mas não em relação ao direito internacional. Nessa matéria, como é cediço, cabe à Corte IDH se pronunciar, de forma vinculante, em matéria de controle de convencionalidade. É que para uma norma ser considerada juridicamente válida – em relação aos parâmetros de proteção aos direitos humanos – é indispensável que se submeta aos dois controles⁶².

61 André de Carvalho Ramos, “Crimes da Ditadura Militar: a ADPF 153 e a Corte IDH” in Luiz Flávio Gomes e Valério de Oliveira Mazzuoli (coord.), *Crimes da Ditadura Militar - Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte IDH*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2011, pp. 217-218.

62 Cabe rememorar que pende de julgamento na Suprema Corte a ADPF nº 320, na qual se discute justamente a convencionalidade da lei de anistia brasileira. Nessa ADPF, o parecer do Procurador-Geral da República, emitido em 28/08/2014, defendeu, além da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, a inconveniência da lei de anistia brasileira, conforme já demonstrado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Não se olvide que o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, o que impõe o dever de adotar, no direito interno, as medidas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas em virtude daquele diploma, salientando-se que:

“Ao aderir à Convenção e reconhecer a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, assume também um compromisso transcendente aos limites do poder soberano interno, qual seja, o de cumprir com as decisões de um órgão jurisdicional não sujeito à sua soberania. Nesta hipótese, supera-se, de forma irreversível, o dogma da soberania absoluta. Ainda assim, se restar alguma dúvida, a própria Corte, na Opinião Consultiva 02/82, afirmou a supremacia das normas de direito internacional de direitos humanos, independentemente de nacionalidade, bem como o princípio da primazia da norma mais favorável à vítima”.⁶³

Importa destacar, ainda, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos é tribunal ao qual o Brasil **voluntariamente** se vinculou e se obrigou a cumprir suas decisões no tocante a graves violações a direitos humanos aqui ocorridas. Assim fazendo, o País atendeu à nossa Constituição, que ordena a filiação do Brasil a tribunais internacionais de direitos humanos (artigo 7º, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Segundo André de Carvalho Ramos, não cumprir as decisões da Corte violaria o art. 5, §§ 2º e 3º, bem como todos os comandos constitucionais que tratam de “tratados de direitos humanos”, tal como o art. 7º da ADCT. Sobre este último, assevera:

“Ora, que adiantaria a Constituição chegar a mencionar expressamente um tribunal internacional de direitos humanos se fosse autorizado constitucionalmente a qualquer autoridade brasileira ignorar os comandos desse mesmo Tribunal?”⁶⁴

E, como visto, em 24 de novembro de 2010 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund⁶⁵, ocasião em que a Corte expressamente afastou os efeitos da Lei da Anistia brasileira e condenou o Brasil a não mais invocá-la como óbice à investigação e responsabilização/punição de casos de graves violações de direitos humanos.

No tocante à preocupação referente à soberania do país e à declaração de

63 CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 102-103.

64 CARVALHO RAMOS, André. Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valério de Oliveira (org.). *Crimes da ditadura militar: Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. São Paulo: RT, 2011.

65 Trata-se do caso Júlia Gomes Lund e Outros versus o Estado Brasileiro, autuado como Demanda n. Caso 11.552 na Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sentença de 24 de novembro de 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

constitucionalidade da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal, anterior à decisão internacional, mister trazer à baila os ensinamentos de André de Carvalho Ramos:

“No plano estritamente formal, a sentença internacional não rescinde nem reforma ato judicial interno, já que inexistente, como apontado, hierarquia funcional entre os tribunais internos e internacionais. A sentença internacional, ao ser implementada internamente, suspende a eficácia do comando judicial interno, como decorrência implícita do próprio ato.”⁶⁶

Uma vez reconhecida a jurisdição da CIDH – iniciativa facultativa, relembre-se –, o cumprimento de suas decisões passa a ser obrigatório. Em outras palavras, como ensina Valério Mazzuoli, “*aceita a competência jurisdicional da Corte os Estados se comprometem a cumprir tudo aquilo que por ela vier a ser decidido, tanto em relação à interpretação quanto relativamente à aplicação da Convenção*”⁶⁷.

Por outro lado, repise-se, não se trata de uma questão de soberania ou de conflito entre duas instâncias de equivalente estatura, mas de **competência funcional da Corte Interamericana em matéria de graves violações a direitos humanos**.

Logo, não há que se falar em conflito e nem da possibilidade de se recusar a autoridade da Corte sem que isso represente frontal descumprimento – com as consequências decorrentes, conforme já mencionado – do disposto no artigo 68.1 da Convenção respectiva: “*Os Estados-Partes na Convenção comprometem-se a cumprir a decisão da Corte em todo caso em que forem partes.*”

Repita-se: salvo na hipótese de se declarar a inconstitucionalidade da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, o *Parquet* e o Judiciário – assim como o governo e o Legislativo – estão adstritos a esta obrigação: **cumprir a decisão da Corte**.

E não se alegue que cabe primeiro ao STF reanalisar a questão para que, após, os demais magistrados passem a cumprir a decisão da Corte. As decisões posteriores, proferidas por tribunais competentes para a matéria, devem ser cumpridas imediatamente por todos os magistrados, inclusive de primeira instância.

Para sustentar que a sentença internacional não é vinculante seria necessário, como dito, realizar juízo de constitucionalidade do já referido artigo 68.1 da Convenção Interamericana de

⁶⁶ *In Processo Internacional de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, p. 345.

⁶⁷ MAZZUOLI, Valério. *Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. 2ª ed. São Paulo: RT, p. 270/271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Direitos Humanos.

Viola normas elementares do direito internacional o fato de o Brasil ratificar a CIDH e agora, sob alegação de prevalência do direito interno, ver seus órgãos judiciários decidirem contra a decisão da Corte e a própria Convenção, sem prévia declaração de inconstitucionalidade do ato de ratificação desse documento internacional.

Nesse particular, cabe destacar que uma declaração de inconstitucionalidade deve considerar a necessidade do Brasil denunciar integralmente a Convenção, conforme dispõe o artigo 44.1 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados:

“O direito de uma parte, previsto num tratado ou decorrente do artigo 56, de denunciar, retirar-se ou suspender a execução do tratado, só pode ser exercido em relação à totalidade do tratado, a menos que este disponha ou as partes acordem diversamente.”

Cumprindo novamente ressaltar, contudo, que denunciar a Convenção Interamericana representaria claro retrocesso em matéria de proteção dos Direitos Humanos, o que é vedado pelo princípio da proibição do retrocesso. Como afirma Mazzuoli,

“[o] Estado não pode, por ato unilateral seu, desengajar-se do reconhecimento da competência contenciosa da Corte, desonerando-se das obrigações que anteriormente assumira, uma vez que tal configuraria um retrocesso à proteção desses mesmos direitos no território deste Estado (estando o princípio da vedação do retrocesso a impedir que isto aconteça)”⁶⁸.

Não há dúvidas, pois, de que o cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos há de ser promovido pelo Brasil, de modo que, caso contrário, o Estado brasileiro permanecerá em mora com o sistema internacional até a implementação da sentença da Corte. Poderá ser, portanto, responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento do compromisso assumido com a assinatura do tratado⁶⁹.

Os órgãos integrantes do sistema de Justiça brasileiro não podem, portanto, recusar a sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos sob a alegação de prevalência do direito constitucional interno, pois foi este mesmo direito constitucional que vinculou o Estado à autoridade do tribunal internacional.

68 Ob. cit., p. 275.

69 Nesse sentido: “Quando o Estado condenado não cumpre a sentença, cabe à Corte informar o fato em seu informe anual dirigido à Assembleia-geral da OEA, onde se materializa sanção moral e política”. (CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Corte interamericana de direitos humanos*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 133)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Nesta mesma linha, o Procurador-Geral da República, no Parecer já mencionado, proferido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 320/DF, analisou a questão da compatibilidade entre as decisões da Corte Interamericana e do STF, na ADPF 153, pronunciando-se nos seguintes termos:

Não deve prosperar a posição manifestada pelo Congresso Nacional (peça 23), pois o objeto desta ADPF não é igual àquele decidido na ADPF 153. Ali, declarou-se a **constitucionalidade** da lei que concedeu anistia aos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, no período entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. Aqui, trata-se do controle dos efeitos da Lei 6.683/1979 em decorrência de decisão judicial vinculante da Corte IDH, superveniente ao julgamento da ADPF 153, com declaração de ineficácia parcial da lei nacional. Conquanto os efeitos concretos de ambas as ADPFs orbitem em torno da responsabilidade criminal de agentes públicos envolvidos com a prática de crimes durante a repressão à dissidência política na ditadura militar, a matéria jurídica a ser decidida é manifesta e essencialmente distinta. Na presente ADPF não se cogita de reinterpretar a Lei da Anistia nem de se discutir a constitucionalidade (tema submetido a essa Suprema Corte na ADPF 153), mas de **estabelecer os marcos do diálogo** entre a jurisdição internacional da **Corte Interamericana de Direitos Humanos** (plenamente aplicável à República Federativa do Brasil, que a ela se submeteu de forma voluntária, soberana e válida) e **a jurisdição do Poder Judiciário brasileiro**. Em segundo lugar, porque, como observou André de Carvalho Ramos, **não existe conflito** entre a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 153 e a da Corte Interamericana no caso Gomes Lund. O que há é exercício do **sistema de duplo controle**, adotado em nosso país como decorrência da Constituição da República e da integração à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: o **controle de constitucionalidade nacional e o controle de convencionalidade internacional**. “*Qualquer ato ou norma deve ser aprovado pelos dois controles, para que sejam respeitados os direitos no Brasil.*” [RAMOS, André de Carvalho. A ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: GOMES, Luiz Flávio e MAZZUOLI, Valério. Crimes da ditadura militar. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 217.] Na ADPF 153, o STF efetuou **controle de constitucionalidade** da Lei 6.683/1979, mas **não se pronunciou** a respeito da compatibilidade da causa de exclusão de punibilidade com os **tratados internacionais de direitos humanos** ratificados pelo Estado brasileiro. Não efetuou – até porque não era esse o objeto daquela ação – o chamado controle de convencionalidade da norma [...]. Ressalte-se, mais uma vez, que **a sentença da Corte IDH é posterior ao acórdão na ADPF 153/DF**. Com efeito, a decisão internacional é de 24 de novembro de 2010, ao passo que o julgamento da ADPF 153/DF se concluiu em 29 de abril de 2010. Desse modo, a **decisão internacional constitui ato jurídico novo**, não apreciado pelo STF no julgamento da ação pretérita. Não há, portanto, óbice ao conhecimento desta ação, no que se refere ao efeito vinculante da sentença do caso Gomes Lund com referência a interpretações judiciais antagônicas em torno do alcance que se deve dar aos preceitos fundamentais do Estado brasileiro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

Em síntese, não há nenhuma incompatibilidade entre a sentença judicial internacional vinculante e o quando decidido na ADPF 153, uma vez que o objeto das duas decisões é **diverso**.

Além disso, não se pode ignorar que a própria recusa ao seguimento da presente ação pode configurar uma nova violação do artigo 1.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, conforme o entendimento da Corte Interamericana sobre a “obrigação de garantia” dos direitos previstos naquele diploma.

II.4. Da qualificação do fato imputado ao denunciado como “crime contra a humanidade” – grave violação de direitos humanos – e consequente imprescritibilidade.

As condutas imputadas são reconhecidas pela comunidade internacional como graves violações de direitos humanos, que foram praticadas em contexto de ataque generalizado e sistemático à população civil brasileira por parte de agentes estatais responsáveis pela repressão política no período do regime militar. A tais crimes não se pode simplesmente aplicar regras de direito interno quanto à extinção da punibilidade, dado serem revestidos, dentre outros, do atributo da imprescritibilidade.

Desde a execução do crime em pauta, no ano de 1972, já se estava diante de um crime imprescritível, pois qualificado como crime contra a humanidade, como visto.

No caso concreto, conforme já mencionado, indispensável destacar que os crimes praticados por agentes do Estado em face de dissidentes e suspeitos de subversão, subsumem-se à categoria dos delitos de lesa-humanidade, firmada juridicamente (com caráter *jus cogens*) desde o fim da 2ª Guerra Mundial. No direito penal internacional, a introdução da expressão é consensualmente atribuída aos julgamentos de Nuremberg, em 1945.⁷⁰

A partir de então, a imprescritibilidade foi afirmada pela Assembleia Geral da ONU em diversas Resoluções editadas entre 1967 e 1973, a saber: (i) nº 2.338 (XXII), de 1967; (ii) nº 2.391 (XXIII), de 1968; (iii) nº 2.583 (XXIV), de 1969; (iv) nº 2172 (XXV), de 1970; (v) nº 2.840 (XXVI), de 1971; e (vi) nº 3.074 (XXVIII), de 1973. Estas demonstram o consenso existente entre

⁷⁰Os crimes contra a humanidade são mencionados no art. 6º, letra c, do Estatuto de Nuremberg: “crimes contra a humanidade, isto é, o assassinio, o extermínio, a escravidão, a deportação e qualquer outro ato desumano cometido contra populações civis, antes ou durante a guerra, bem como perseguições por motivos políticos, raciais ou religiosos, quando esses atos ou perseguições, constituindo ou não uma violação do direito interno dos países onde foram perpetrados, tenham sido cometidos em execução ou em conexão com qualquer crime da jurisdição do Tribunal”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FORÇA TAREFA ARAGUAIA

os Estados, já à época dos fatos narrados nestes autos, no sentido de conferir um estatuto jurídico distinto e específico no que tange à perseguição e punição das graves violações a direitos universais do homem.

Consenso esse, vigente até os dias atuais, que culminou na criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), em julho de 1998, com base no Estatuto de Roma, que entrou em vigor em 2002. O TPI é um tribunal permanente destinado ao processo e julgamento, de forma suplementar à atuação do Estado, dos crimes contra a humanidade.

Portanto, muito antes de os agentes do Estado e membros das Forças Armadas perpetrarem, na ditadura militar, o sequestro, a tortura, o homicídio e a ocultação de cadáveres, no contexto de ataque sistemático e generalizado, em ações de perseguição e repressão violenta dos dissidentes políticos, tais condutas já eram reputadas pelo direito internacional como crimes contra a humanidade.

Diga-se, ainda, que o Brasil reconheceu expressamente o caráter normativo dos princípios estabelecidos entre as nações quando, em 1914, ratificou a Convenção Concernente às Leis e Usos da Guerra Terrestre, que consubstancia norma de caráter geral.

De outro lado, como visto acima, em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund, decisão em que foi reiterada a **inadmissibilidade** da aplicação de disposições internas acerca da prescrição ou do estabelecimento de excludentes de responsabilidade que pretendam impedir a investigação e punição dos responsáveis por graves violações dos direitos humanos, como a tortura, as execuções sumárias (homicídios), extrajudiciais ou arbitrárias, e os desaparecimentos forçados, incluindo-se nesse rol o crime – conexo, permanente e praticado nesse contexto – de ocultação de cadáver, todas elas violadoras de direitos inderrogáveis reconhecidos pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

A necessidade de se dar cumprimento a tal decisão, que abrange o caso dos autos, decorre, portanto, do disposto no art. 68.1 da Convenção Interamericana, como demonstrado.

II.5. Da permanência dos crimes de ocultação de cadáver até a presente data.

As Forças Armadas, além de reprimir o foco da resistência, eliminando quem se opunha



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

à ditadura então vigente, tinha por objetivo também inibir qualquer novo levante de oposição ao regime, além de ocultar os cadáveres as vítimas. Assim, para além de combater o movimento dissidente, o Exército buscava negar sua existência e ocultar os vestígios dos crimes cometidos a fim de assegurar a impunidade dos agentes estatais.

Neste contexto, após as mortes/execuções, os corpos, no primeiro momento, eram identificados e sepultados em determinados locais, de modo precário e às escondidas, ou abandonados na mata, dificultando a localização das ossadas, sem qualquer divulgação do fato ou comunicação aos familiares. Em seguida as ossadas eram removidas para locais diversos e ocultadas em definitivo – conduta que se protraí, no caso, até a presente data – com vistas a apagar os vestígios os crimes e garantir a impunidade dos responsáveis.

Como é sabido, o delito tipificado no art. 211 do Código Penal constitui **crime permanente** por excelência, uma vez que sua consumação se perpetua no tempo, pelo período em que durar a retenção ilegal – ocultação dos restos mortais da vítima⁷¹.

Esse entendimento também foi mantido na Ext. 1274, no qual o STF afirmou não ter ocorrido a prescrição do crime permanente de sequestro.

Por tais motivos, descabe falar em exaurimento dos crimes de ocultação de cadáver e, conseqüentemente, da ocorrência de prescrição ou da extinção da punibilidade pela anistia, haja vista que cuida a presente de crimes de caráter permanente, cujo curso do prazo prescricional sequer se iniciou – e, uma vez que ainda em consumação, não são compreendidos, portanto, pelo marco temporal previsto na Lei de Anistia de 1979, consoante demonstrar-se-á.

Ora, uma vez que a peça inicial da acusação imputa ao denunciado o cometimento de dois crimes permanentes (ocultação dos cadáveres das duas vítimas) ainda em execução, **verifica-se, a teor do art. 111, inc. III, do Código Penal, que a contagem do prazo prescricional da pretensão punitiva estatal ainda sequer se iniciou.**

Ademais, pelas mesmas razões acima expostas – natureza permanente e atual dos crimes de ocultação de cadáver objeto da imputação –, conclui-se que a Lei de Anistia editada em 1979 não beneficia o ora denunciado. Isto porque o art. 1º da Lei 6.683/79 limitou a extensão de seus efeitos **aos fatos ocorridos entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979**. Assim, os

⁷¹ Como salienta Aloysio de Carvalho Filho, nos crimes permanentes, “o estado violador da lei se prolonga sem intervalos, numa duração, digamos assim, sem colapsos e sem limites, e a qualquer momento o crime está sendo cometido, porque esse ininterrupto estado antijurídico é que é, exatamente, o crime” (Comentários ao Código Penal, Volume IV, Rio de Janeiro, Forense, 1944, p. 315).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

delitos em voga **estão fora do âmbito normativo da Lei de Anistia**.

Se os crimes permanentes imputados ao denunciado permanecerem em execução após 1979, **estão eles excluídos do benefício legal, já que extrapolaram os limites temporais estabelecidos pela própria *lex mitior***.

A *ratio* ora invocada, aliás, é a mesma adotada pelo E. Supremo Tribunal Federal, na sua **Súmula 711**: “A Lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência”.

Não se está, portanto, questionando a constitucionalidade da Lei 6.683/79 – matéria já decidida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 –, mas sim, tão somente, postulando, em conformidade com a jurisprudência do STF, a incidência do art. 111, inciso III, do Código Penal e da Súmula 711 do STF ao presente caso.

Em síntese, não há que se cogitar de prescrição neste caso, seja porque até os dias atuais os restos mortais das vítimas permanecem ocultos, para todos os fins, inclusive penais, seja em razão do caráter de crime de lesa-humanidade de que se reveste o conjunto de crimes executados diretamente pelo denunciado ou sob o seu comando.

II.6. Da adoção do cômputo da prescrição somente depois de cessadas as causas responsáveis pela impossibilidade de sanção⁷²

No presente caso, resulta necessária ainda a **inaplicabilidade judicial da prescrição baseada na razão de ser do instituto. De fato, o prazo prescricional corre em razão da falta de atuação estatal frente a um fato punível. Tal circunstância claramente não se faz presente nos casos em que o próprio ente estatal garantiu a impunidade dos crimes por meio de autoanistia.**

Assim, a prescrição só começaria a correr para esses crimes a partir do momento em que as investigações se tornaram possíveis, sendo inaplicável, no caso, o reconhecimento judicial da prescrição em razão da própria razão de ser do instituto.

Em verdade, o prazo prescricional transcorre na hipótese de ausência de atuação estatal frente a uma conduta punível, a fim de que se evite, em situações comuns, a perpetuação *ad*

⁷² A respeito do tema, veja-se MARX, Ivan Cláudio (2014). Justiça de transição: necessidade e factibilidade da punição aos crimes da ditadura, Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 271.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

eternum da ameaça de punição. Tal circunstância, por outro lado, não se faz presente em casos nos quais o próprio Estado, responsável pela persecução penal, deixa de investigar os crimes porque sequer é permitida a persecução penal dos fatos delituosos. Nesta situação, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente o seu desiderato.

No Brasil, isso se deu em razão de a Lei de Anistia haver representado verdadeira supressão institucional da denominada “contingência de punição”. E, já antes do surgimento dessa lei, o processamento dos crimes era impedido, claro, pela autoproteção concedida pelo Estado a seus agentes.

Ou seja, em razão disso, nunca houve, em verdade, a deliberada e necessária “contingência da punição” no Brasil para os crimes cometidos pelos agentes do estado durante a última ditadura militar.

Desta maneira, frente à falta de contingência da punição, a aplicação do instituto da prescrição perde claramente sua razão de ser. Nas palavras de Mañalich⁷³ (2010, p. 213), *'no parece haber razón alguna por la cual la extinción del derecho punitivo respectivo no pueda entenderse sujeta a la condición inmanente de que el ejercicio de la acción penal haya sido, desde el principio, institucionalmente posible'*.

Assim, resulta perfeitamente plausível aceitar-se a inaplicabilidade da prescrição ao caso concreto em razão de que, por meio de uma plantada impossibilidade institucional, caracterizada pela lei de autoanistia, se obistou a necessária contingência da punição, impedindo o início do prazo prescricional.

Conforme ainda Mañalich (2010, p. 215):

'De cara a la institución de la prescripción, esto quiere decir lo siguiente: primero, que la prescripción de la acción penal es la institución que provee la demarcación de la extensión temporal de la contingencia (institucional) de la punición; y segundo, que la institución de la prescripción de la acción penal no puede reclamar aplicación allí donde la punición no ha sido (institucionalmente) contingente'

Ademais, não resulta possível tratar, da mesma maneira, a prescrição para os crimes comuns, que afrontam a ordem jurídica e ensejam o exercício do poder sancionador, e para os crimes cometidos sob o pálio protetivo do Estado. Isso porque, nesse último caso, utiliza-se justamente o poder estatal para cometer tais crimes, bem como para assegurar a permanente impunidade de seus

⁷³ MAÑALICH, Juan Pablo (2010). Terror, pena y amnistía. El derecho penal ante el terrorismo de Estado. Editorial Flandes Indiano, Santiago.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

autores (inicialmente por sua própria inércia e, em seguida, com base na autoanistia, medidas essas que, somadas, fazem com que o prazo de prescrição transcorra sem nenhum risco ou possibilidade de sanção).

Nesse sentido decidiu a Corte Suprema de Chile⁷⁴:

Si bien es cierto que en el proceso criminal, el Estado se somete a restricciones instrumentales, formales, institucionales y, como en este caso, temporales y, en tal virtud, transcurrido un lapso de tiempo más o menos prolongado, según cuál sea la gravedad del delito, sin que la persecución se concrete en la imposición o en la ejecución de un castigo, el Estado la abandona, no lo es menos que lo que el estado de derecho no autoriza es el mantenimiento indefinido de la contingencia de represión. Lo que presupone, sin embargo, que la punición ha sido contingente por algún espacio de tiempo lo que, precisamente, no ha ocurrido en los antecedentes de que se trata, dado que un delito cubierto por una amnistía es uno respecto del cual la persecución penal deviene en imposible por su inhibición, en este evento a través del Decreto Ley N° 2.191 de mil novecientos setenta y ocho, lo que provocó, por ende, que respecto de estos importantes sucesos, el cómputo del período de prescripción no comenzará a correr, sino una vez que la supresión institucional de la contingencia de la punición, a raíz de la ruptura del orden constitucional, acabara y la constitución de un gobierno que otorgue las debidas garantías a quienes sentían lesionados o atropellados en sus derechos fundamentales consagrados en nuestra Carta Magna [...].

Com entendimento similar, afastando o início da prescrição executória enquanto inexistente a contingência da punição, o eg. Supremo Tribunal Federal entendeu que:

“(...) o início da contagem do prazo de prescrição somente se dá quando a pretensão executória pode ser exercida. Se o Estado não pode executar a pena, não se pode dizer que o prazo prescricional já está correndo. Assim, mesmo que tenha havido trânsito em julgado para a acusação, se o Estado ainda não pode executar a pena (ex: está pendente uma apelação da defesa), não teve ainda início a contagem do prazo para a prescrição executória. É preciso fazer uma interpretação sistemática do art. 112, I, do CP.

STF. 1ª Turma. RE 696533/SC, Rel. Min. Luiz Fux, red. p/ o ac. Min. Roberto Barroso, julgado em 6/2/2018 (Info 890).”

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PRERROGATIVA DE FORO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. DEMAIS TESES RECURSAIS REJEITADAS. IMEDIATA EXECUÇÃO DA PENA. I. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA 1. A prescrição da pretensão executória pressupõe a inércia do titular do direito de punir. Se o seu titular se encontrava impossibilitado de exercê-lo em razão do entendimento anterior do Supremo Tribunal Federal que vedava a execução provisória da pena, não há falar-se em inércia do titular da pretensão executória. 2. O entendimento defensivo de que a prescrição da pretensão executória se inicia com o trânsito em julgado para a acusação viola o direito fundamental à

⁷⁴ Corte Suprema de Chile. S.C.S, 10.05.2007, Rol n°. 3452-06, “caso Londres 38”, considerando septuagésimo quarto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA

inafastabilidade da jurisdição, que pressupõe a existência de uma tutela jurisdicional efetiva, ou melhor, uma justiça efetiva. 3. A verificação, em concreto, de manobras procrastinatórias, como sucessiva oposição de embargos de declaração e a renúncia do recorrente ao cargo de prefeito que ocupava, apenas reforça a ideia de que é absolutamente desarrazoada a tese de que o início da contagem do prazo prescricional deve se dar a partir do trânsito em julgado para a acusação. Em verdade, tal entendimento apenas fomenta a efetividade da jurisdição penal. 4. **Desse modo, se não houve ainda o trânsito em julgado para ambas as partes, não há falar-se em prescrição da pretensão executória.** II. **DEMAIS TESES VENTILADAS NO RECURSO ESPECIAL.** 5. As teses de mérito do recurso especial já foram examinadas pelo Supremo Tribunal Federal por duas vezes. Uma, em sessão virtual posteriormente anulada pela Turma para trazer a matéria à discussão presencial. Outra, pelo Ministro Luiz Fux, em habeas corpus impetrado pelo ora recorrente. 6. Ressalto, no ponto, que os tipos penais em análise não exigem a ocorrência de dano ao erário. Como se sabe, a regra para a contratação pelo poder público é que os contratos sejam precedidos de procedimento licitatório, assegurando a concorrência entre os participantes, com o objetivo de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Por esta razão, as hipóteses de inexigibilidade ou dispensa de licitação são taxativas e não podem ser ampliadas. O bem jurídico tutelado aqui é, em última instância, a própria moralidade administrativa e o interesse público, prescindindo a consumação dos delitos em análise, repita-se, da ocorrência de dano ao erário, uma vez que o interesse público já foi lesado pela ausência de higidez no procedimento licitatório. 7. De todo modo, a análise acerca da ocorrência de dano ao erário ou da presença de dolo específico exigem o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado no âmbito dos recursos excepcionais (SUM 7/STJ e SUM 279/STF). III. **CONCLUSÃO** 8. Recurso especial não conhecido. Determinação de imediata execução da pena imposta pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a quem delegada a execução da pena. Expedição de mandado de prisão. (RE 696533, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 06/02/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-041 DIVULG 02-03-2018 PUBLIC 05-03-2018 – grifo nosso).

O entendimento do STF é perfeitamente lógico e segue a mesma linha de argumentação adotada no presente caso.

Nesse diapasão, a partir de uma interpretação sistêmica do art. 111⁷⁵, inciso I, do Código Penal, estando os órgãos de persecução impedidos de processar o caso em razão da lei de anistia, não há de se falar em fluência do prazo prescricional antes de 14 de dezembro de 2010, data em que o país foi notificado da decisão da Corte Interamericana no caso Gomes Lund vs. Brasil. Nessa oportunidade, consoante fundamentos acima explicitados, o tribunal competente para julgar a convencionalidade da lei de anistia brasileira o fez, afastando a sua incidência e, assim,

75 Art. 111 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:
I - do dia em que o crime se consumou;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
FORÇA TAREFA ARAGUAIA**

possibilitando a investigação e persecução penal desses crimes.

Outrossim, registre-se que **não se aplica à espécie a causa excludente de culpabilidade prevista no art. 18 do CP⁷⁶**, sob eventual argumento de que o denunciado teria agido em obediência hierárquica, seja porque ocupava ele posição de destaque na cadeia de comando da repressão estatal no Araguaia, seja porque inegável, *in casu*, o caráter manifestamente ilegal da ordem (o que afasta, nos termos da referida norma, a incidência dessa dirimente) emanada de seus superiores hierárquicos (já falecidos), a consubstanciar, inclusive, delito de lesa-humanidade.

Por fim, ressalta o MPF que o oferecimento desta denúncia não importa em pedido de arquivamento implícito quanto a outros agentes, ainda não totalmente identificados, prosseguindo-se a investigação em relação a estes.

Marabá/PA, 18 de dezembro de 2019.

TIAGO MODESTO RABELO
Procurador da República

WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS
Procurador da República

ALEXANDRE APARIZI
Procurador da República

LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNADES
Procurador da República

IVAN CLÁUDIO MARX
Procurador da República

UBIRATAN CAZETTA
Procurador da República

76 Da antiga Parte Geral do Código Penal, vigente à época dos fatos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

RELATÓRIO DE ATIVIDADES (2018-2019)
Força-Tarefa Araguaia



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

A FT Araguaia foi criada por meio da **Portaria PGR/MPF nº 906, de 14 de outubro de 2016** para atuar nas investigações e nos atos de persecução penal relativos à Guerrilha do Araguaia, referidos na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), no caso Gomes Lund vs. Brasil.

Desde então, informamos que a FT Araguaia vem trabalhando na instrução dos procedimentos investigatórios, sistematização de informações e coleta de provas com vistas ao pleno cumprimento da sentença exarada pela Corte, diligências que serão resumidamente relatadas no presente relatório, que apresenta as informações e dados atuais das atividades da FT no período de 2017 a 2018.¹

A Força-Tarefa é composta atualmente pelos Procuradores da República indicados na última Portaria da PGR e pelos dois servidores que ocupam o cargo em comissão nível 2 (CC-2), sendo o primeiro cargo cedido em julho de 2017, para lotação em Marabá/PA e dedicação exclusiva aos feitos relativos à Força Tarefa, e o segundo vinculado ao 1º Ofício da PRM de Anápolis.

Neste relatório, além da apresentação dos dados atuais da atuação da FT-Araguaia, será exposta a metodologia de trabalho que norteia as investigações conduzidas nos procedimentos criminais sobre o tema, bem como as principais atividades desempenhadas até esta data e as que estão previstas.

1. PROCEDIMENTOS INSTAURADOS

Os procedimentos foram instaurados considerando o contexto em que teria ocorrido a prisão, morte ou desaparecimento das vítimas, e estão sendo regularmente despachados e instruídos, com a realização de diversas diligências, no âmbito da FT Araguaia, para obtenção de elementos probatórios suficientes à formação da *opinio delicti*.

Além dos 43 procedimentos investigatórios criminais já instaurados anteriormente (em 2014), a FT instituída pela Portaria PGR n. 906/2016 instaurou 5 (cinco) novos procedimentos², totalizando 48 PIC's relacionados às vítimas referidas na sentença da CIDH³.

Registra-se que há, ainda, o PIC Originário (em cópia), correspondente aos autos do procedimento criminal n. 1.23.001.000180/2009-14 (e do procedimento administrativo n. 225/2005), os quais reúnem as informações e material probatório anteriormente coletados/sistematizados que auxiliam a análise e instrução dos demais PICs atualmente em curso no MPF sobre o tema.

Desse número total de procedimentos criminais, dois deles foram declinados para a PRM de Araguaína/TO:

¹ No presente relatório, referente aos anos de 2017/2018, não constam, no tópico relativo às atividades da FT Araguaia, as diligências (oitivas e outras providências preparatórias) realizadas no ano de 2016.

² PICs n. 1.23.001.000271/2017-51 (Lourival Moura Paulino); 1.23.001.000272/2017-04 (Pedro Matias de Oliveira – Pedro Carretel); 1.23.001.000270/2017-15 (Maria Lúcia Petit); 1.23.001.000273/2017-51 (Bérgson Gurjão Farias); e 1.23.001.000269/2017-82 (PIC “MÃE”).

³ Ver Tabela de procedimentos – Anexo 1.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

1.23.001.000014/2014-77 Rosalindo Souza	PRM-Araguaína (TO)
1.23.001.000057/2014-52 Custódio Saraiva Neto	PRM-Araguaína (TO)

O caso de Rosalindo Souza (PIC nº. 1.23.001.000014/2014-77) foi arquivado em julho de 2019, pela PRM de Araguaína, com posterior homologação da 2ª CCR do MPF. Já o arquivamento do procedimento referente a Custódio Neto foi negado pela mesma Câmara, tendo os autos sido remetidos à PRM-Marabá (em fevereiro de 2019) e à FT Araguaia.

Ademais, tramitam na PRM-Marabá/PA dois Inquéritos Civis Públicos, instaurados entre os anos de 2009 a 2012, que têm por objeto o acompanhamento dos trabalhos de buscas, localização e identificação dos restos mortais das vítimas, bem como a apuração, no âmbito cível, de fatos relacionadas a graves violações de direitos humanos verificadas por ocasião da Guerrilha do Araguaia, no bojo dos quais foram adotadas inúmeras providências.

Não obstante, as atribuições da FT Araguaia, nos termos da Portaria que a instituiu, cingem-se à persecução penal dos fatos para fins de responsabilização criminal.

2. METODOLOGIA DE TRABALHO E PRINCIPAIS ATIVIDADES

Nas investigações realizadas entre os anos de 2009 a 2012, houve a sistematização das provas até então obtidas, análise e triagem dos casos, com a individualização das vítimas por procedimento e junção de casos que apresentavam as mesmas circunstâncias de prisão e morte, o que possibilitou a definição, a partir do ano de 2014, dos casos/PICs que apresentavam, concretamente, mais elementos de prova da materialidade e autoria acerca das circunstâncias do desaparecimento/morte de vítimas indicadas na decisão da Corte IDH, permitindo à FT Araguaia racionalizar as suas atividades com vistas à obtenção de melhores resultados.

Essa análise – norteadada por critério técnico/objetivo baseado no material probatório até então produzido – foi realizada, essencialmente, a partir do relatório do PIC Originário (2009-2012) elaborado no ano de 2012; dos relatórios produzidos pelo GTT/GTA (desde 2009); do Relatório Final da CNV (2014); dos documentos contidos na Ação Civil Pública que tramita na Seção Judiciária do Distrito Federal⁴; da documentação recebida da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e de outros órgãos; de documentos oficiais, publicações/livros e outros relatos/registros sobre os fatos objeto

⁴ A qual tem por objeto o cumprimento da sentença judicial que determinou a localização dos restos mortais dos militantes do PCdoB desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

das investigações do MPF.

Assim, embora haja procedimentos investigatórios em fase de instrução mais adiantada, com mais elementos de prova, a permitir, de forma mais célere, a formação da *opinio delicti*, os demais PICs permanecem sendo instruídos, com a determinação e cumprimento das diligências cabíveis.

Após a análise inicial dos PIC's em curso na PRM de Marabá/PA, a fim de dar continuidade às investigações, com a definição e realização das diligências necessárias para a instrução dos PICs, os Procuradores da República membros da FT Araguaia, com o auxílio dos referidos servidores, desde a constituição da Força Tarefa, têm adotado, em conformidade com o roteiro de atuação, o plano de trabalho e a metodologia definida, as seguintes atividades, em síntese:

1) Em 2016, solicitou em cada PIC que o Arquivo Nacional, a Comissão Nacional da Verdade, Comissão de Anistia e a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos encaminhassem informações sistematizadas e atualizadas acerca das circunstâncias do desaparecimento/morte das vítimas (citadas na decisão da CIDH) da Guerrilha do Araguaia, em especial documentos relacionados à pessoa desaparecida, inclusive referências feitas em depoimentos/relatos ou obtidas em diligências e no material produzido pelo Grupo de Trabalho Tocantins-Araguaia. Tal diligência já foi cumprida.

2) Elaboração do despacho saneador determinando diligências:

Para a definição das diligências necessárias à instrução dos PICs, são utilizadas, principalmente, as seguintes fontes de informações e bases de dados, entre outras:

a) Relatório final da CNV (2014): a CNV apresenta neste relatório uma ficha bibliográfica para cada pessoa desaparecida na Guerrilha do Araguaia. Em algumas fichas, há a indicação de possíveis circunstâncias do desaparecimento/morte, e das potenciais testemunhas e responsáveis pelos crimes, observando-se que essas informações são apenas iniciais e/ou complementares às provas obtidas nas investigações do MPF, uma vez que tal relatório, por sua natureza, não é dotado do grau de concreção e rigor técnico necessários para fins penais;

b) Relatório sequencial elaborado pelo GTA (ano 2013/2014): no relatório há informações e relatos colhidos pelo GTT e GTA acerca de cada vítima;

c) Relatório de casos: elaborada em 2014 e atualizada em 2016/2017, com base no Relatório de Investigação do PIC nº 1.23.001.000180-2009-14 do MPF (2009/2012), relatórios da CNV e do GTA, documentos oficiais, livros/publicações sobre o assunto, entre outros documentos. Apresenta de modo sintético as principais informações relativas ao desaparecimento/morte das vítimas dos casos investigados pelo MPF que apresentam mais



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

elementos de prova, cujos PICs se encontram em fase de instrução mais adiantada;

d) Relação de termos de depoimentos (colhidos até 2011): elaborado em 2011/2012, apresenta a indexação e o extrato dos depoimentos prestados e carreados nos autos dos PIC Originário – PIC nº 1.23.001.000180-2009-14 (2009/2012).

3) Definição de pessoas a serem inquiridas, identificação e localização de agentes/testemunhas:

Para cumprir esta tarefa a FT tem trabalhado em conjunto com a ASSPA, fazendo solicitação de relatórios de pesquisa, e contatando informantes a fim de identificar/localizar testemunhas e agentes, além de pesquisa e análise de informações/documentos.

Até o momento, já foram contabilizados 127 relatórios de pesquisas realizados pela ASSPA.

4) Análise e indexação de depoimentos, relatos, documentos e outras provas coletadas pelo MPF, ordenando-os e sistematizando-os em relação a cada uma das vítimas;

5) Pesquisa e requisição de informações/documentos;

6) Análise de informações e documentos solicitados e enviados à FT Araguaia pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, entre outros órgãos, e, em alguns casos, por familiares das vítimas;

7) Análise de depoimentos, provas e demais registros colhidos por outros órgãos na apuração de fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia, especialmente a Comissão Nacional da Verdade e Grupo de Trabalho Tocantins-Araguaia (MJ/SDH);

8) Pesquisa e análise de documentos oficiais, publicações, livros e reportagens⁵ com vistas à sistematização dos dados oficiais e bibliográficos sobre o tema no que possa interessar à persecução penal dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia.

Ressalva-se, contudo, que os livros/publicações e reportagens (documentos não oficiais) são utilizados apenas em complementação às investigações realizadas no bojo dos procedimentos investigatórios, com vistas à checagem/análise de informações relevantes para fins penais, em cotejo com as provas colhidas pelo MPF.

9) Levantamento, a partir da sistematização de informações, da cadeia de comando e *modus*

⁵ Publicações relevantes para os casos: Relatório Final da CNV; pela CEMDP: “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, livro “Direito à Memória e à Verdade”, e o chamado “Relatório Arroyo”, escrito por Ângelo Arroyo, um dos poucos militantes que sobreviveu à Guerrilha do Araguaia e retornou a São Paulo levando consigo um relatório detalhado sobre as atividades da guerrilha e a respeito da prisão/morte de seus companheiros. Além dessas, obras bibliográficas têm sido utilizadas pelo MPF, como as de Leonêncio Nossa: “MATA! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia”; Carlos Hugo Studart: “A lei da selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a guerrilha do Araguaia”; e Eumano Silva e Taís Morais: “Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha”, entre diversas outras.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

operandi do aparato estatal na repressão aos dissidentes do Araguaia;

10) Contato com os familiares⁶ no sentido de buscar esclarecimentos dos fatos e solicitar documentação relativa às vítimas, bem como com autores de livros, estudiosos e profissionais da área de Justiça Transição.

11) Agendamento e realização de oitivas:

Apenas no período objeto do presente relatório (2018/2019), a FT Araguaia realizou 33 oitivas (em Marabá/PA e outros municípios do interior do Estado do Pará, em Belém/PA, em São Paulo/SP, Anápolis/GO e Macapá/AP) nas sedes das Procuradorias da República ou nos endereços das testemunhas, quando estas não puderam ir até a Procuradoria, com colheita do depoimento *in loco*.

Todas as oitivas realizadas são precedidas da elaboração de quesitação e devidamente registradas em vídeo e/ou termo de oitiva/depoimento.

Outras oitivas foram agendadas, mas puderam ser efetivadas por circunstâncias impeditivas diversas – impossibilidade de localização, por motivo de doença e outras.

Atualmente, há a previsão de 13 novas oitivas na região do Araguaia e Belém, que estipula-se sejam realizadas nos próximos meses.

3. DENÚNCIAS E INVESTIGAÇÕES EM ANDAMENTO

Em 07 de junho de 2018, a FT apresentou a denúncia do caso da vítima **Lourival Moura Paulino (PIC n. 1.23.001.000271/2017-51)**, contra o médico militar reformado Manoel Fabiano Cardoso da Costa, por falsificação ideológica de documento público para a ocultação do crime de homicídio e a impunidade de seus autores. A denúncia foi ajuizada pela FT na Subseção Judiciária de Araguaína/TO, em virtude de os fatos terem ocorrido na cidade de Xambioá-TO.

O caso das vítimas **Cilon Brum** (“Simão”) e **Antônio Teodoro de Castro** (“Raul”) (PICs nº 1.23.001.000022/2014-13 e nº 1.23.001.000045/2014-28), foi denunciado à Subseção Judiciária de Marabá em 18 de março de 2019, contra o militar Sebastião Curió, com imputação dos crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. A denúncia foi rejeitada pela 1ª Vara da JF-Marabá, em 06 de setembro deste ano, aguardando-se a remessa dos autos ao MPF para ingresso de recurso cabível.

Em 29 de maio de 2019, apresentou-se à Subseção Judiciária de Marabá a denúncia do caso de **Arildo Valadão**, contra o militar José Teixeira Brant, pelo homicídio da vítima e a posterior ocultação de seu cadáver. Atualmente, a denúncia encontra-se conclusa para análise do magistrado da 1ª Vara da JF-Marabá.

⁶ Sobre esse ponto, o tópico 4 detalhará como a FT têm atuado e pretende continuar atuando em relação a esse aspecto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

Há, ainda, mais quatro denúncias cuja elaboração já se encontra em vias de conclusão, relativas aos casos de Pedro Matias de Oliveira (PIC nº 1.23.001.000272/2017-04), Osvaldo Orlando da Costa (PIC nº 1.23.001.000034/2014-48), Lúcia Maria de Souza (PIC nº. 1.23.001.000020/2014-24) e Dinaelza Santana (PIC nº. 1.23.001.000032/2014-59), com previsão de ajuizamento até o mês de dezembro/2019, além de outros casos cuja instrução dos respectivos PICs deve ser finalizada ainda no ano em curso.

Registre-se, também, a finalização da instrução do procedimento relativo à vítima Líbero Castiglia (PIC nº. 1.00.000.011295/2012-36), cujos autos já se encontram conclusos para promoção de arquivamento, o que deve ocorrer nos próximos meses.

4. COOPERAÇÃO COM AS COMISSÕES E COMUNICAÇÃO COM OS FAMILIARES

A FT, com a finalidade de instruir os procedimentos criminais e reunir o máximo de informações referentes ao desaparecimento/morte das vítimas na Guerrilha do Araguaia, atuou em cooperação com a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Comissão Nacional da Verdade (CNV), Arquivo Nacional, Comissão de Anistia e Grupo de Trabalho Araguaia, solicitando-lhes documentos e colocando-se à disposição para a troca de informações, com vistas à formação de acervo probatório e esclarecimentos dos fatos. Ressalte-se, entretanto, que a natureza da atuação e o escopo da FT Araguaia, que tem por objetivo a responsabilização criminal, são bens distintos dos escopo/objetivos das Comissões referidas, o que limita, de certa maneira, a cooperação entre tais instituições.

A FT oficiou, em todos os PICs, à CEMDP, CNV, Arquivo Nacional e Comissão de Anistia para que encaminhassem todo o conteúdo relativo às pessoas desaparecidas, o que foi enviado, por vítima, à PRM-Marabá, em mídia, e juntado nos respectivos procedimentos.

Como já mencionado, o material produzido, em especial, pela CEMDP e CNV, servem de fonte de informações para análise das circunstâncias dos casos, a exemplo do “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, livro “Direito à Memória e à Verdade”, ambos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e do Relatório Final da CNV.

No que tange, especificamente, à CEMDP, há eventual cooperação entre a FT e a Comissão em determinadas diligências e na coleta de alguns depoimentos.

Com relação à comunicação com os familiares, a FT adota o posicionamento, em conformidade com a decisão da Corte IDH, de que não apenas os familiares identificados das vítimas devem ser devidamente informados acerca dos atos investigatórios e, principalmente, do ajuizamento da denúncia ou arquivamento do feito, como também podem prestar depoimentos, sendo contatados, ainda, para apresentar informações e entregar eventuais materiais que auxiliem na instrução dos procedimentos, o



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

que nem sempre se faz possível face às peculiaridades dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia.

Sobre isso, assinala-se que nas denúncias relativas às vítimas Lourival, Cilon e Antonio Teodoro, os familiares de Lourival – Ruiderval Moura, Geni Matias e Sônia Leia (respectivamente, filho, companheira, e filha da vítima) – foram recebidos e ouvidos na PRM-MAB, participando da instrução do caso. No caso de Cilon Brum e Antonio Teodoro de Castro, foi feito contato com a irmã de Antonio, Mercês de Castro, e a sobrinha de Cilon, Liniane Brum. Também houve contato com familiares quando do ajuizamento das denúncias anteriores.

A FT Araguaia se compromete a continuar mantendo contato com os familiares a fim de apresentar relatório de atividades da FT e prestar informações sobre os procedimentos, o andamento das investigações, eventuais outras denúncias a serem ajuizadas e demais atividades da FT Araguaia.

Com esse objetivo, conforme deliberado na reunião ocorrida no dia 27/08/2018, decidiu-se que, sobre a comunicação com os familiares das vítimas, em atendimento às determinações da sentença da CIDH no caso *Gomes Lund*, a FT Araguaia encaminhará aos familiares, periodicamente, relatório das atividades da FT, sem prejuízo de outros contatos que se fizerem necessários.

Explicitadas as diligências e medidas até então adotadas, bem como o planejamento para a continuidade de suas atividades, a FT Araguaia **informa** que solicitou à PGR, na presente data, uma última prorrogação do prazo de vigência da FT, por mais 01 (um) ano, para conclusão dos trabalhos.

Por fim, **solicita-se** à 2ª CCR o envio do presente relatório, por intermédio da CEJIL, aos familiares das vítimas indicadas na sentença da Corte IDH no caso *Gomes Lund*, para ciência.

FT ARAGUAIA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

ANEXO 1
GUERRILHA DO ARAGUAIA

Relação e distribuição dos PIC's – FT Araguaia		
PIC's 1º Ofício	PIC's 2º Ofício	PIC's 3º Ofício
1.23.001.000017/2014-19 Vítima: Nelson Lima Piauhy	1.23.001.000033/2014-01 Vítimas: Uirassu Batista Antônio Ferreira Lúcio Petit	1.23.001.000028/2014-91 Vítimas: “Chafurdo de Natal” (Maurício Grabois, Paulo Mendes, Guilherme Lund e Gilberto Olímpio)
1.23.001.000020/2014-24 Vítima: Lúcia Maria de Souza	1.23.001.000034/2014-48 Vítima: Osvaldo Orlando Costa	1.23.001.000029/2014-35 Vítima: Luís René Silveira
1.23.001.000025/2014-57 Vítima: Tobias Pereira	1.23.001.000036/2014-37 Vítima: Áurea Elisa	1.23.001.000272/2017-04 Vítima: Pedro Matias de Oliveira, conhecido como “Pedro Carretel”
1.23.001.000011/2014-33 Vítimas: Antônio Carlos Monteiro Francisco Manoel Chaves José Toledo de Oliveira	1.23.001.000041/2014-40 Vítima: Suely Yumiko	1.23.001.000032/2014-59 (PR-RJ) Vítima: Dinaelza S. Santana
1.23.001.000012/2014-88 Vítima: Kleber Lemos da Silva	1.23.001.000042/2014-94 Vítima: Walkíria Afonso	1.23.001.000049/2014-14 Vítima: Pedro Alexandrino
1.23.001.000015/2014-11 Vítimas: Manuel José Nurchis Ciro Flávio S. de Oliveira João Carlos Haas Sobrinho	1.23.001.000013/2014-22 Vítima: Helenira Rezede de Souza	1.23.001.000050/2014-31 Vítima: Adriano Fonseca F. Filho
1.23.001.000016/2014-66 Vítima: Jaime Petit da Silva	1.23.001.000019/2014-08 Vítima: Rodolfo de Carvalho Troiano	1.23.001.000052/2014-20 Vítima: Juarez Rodrigues Coelho (camponês)
1.23.001.000031/2014-12 Vítima: Vandick Reidner P. Coqueiro	1.23.001.000021/2014-79 Vítima: Jana Moroni Barroso	1.23.001.000055/2014-63 Vítima: Paulo Roberto P. Marques
1.23.001.000035/2014-92 Vítima: José Lima Piauhy Dourado	1.23.001.000024/2014-11 Vítima: Antônio Guilherme Ribas	1.23.001.000056/2014-16 Vítima: Joaquim de Souza Moura (camponês)
1.23.001.000043/2014-39 Vítima: Luiz Vieira de Almeida	1.23.001.000026/2014-00 Vítima: Demerval da Silva Pereira	1.23.001.000058/2014-05 Vítima: José Maurílio Patrício



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

1.23.001.000044/2014-83 Vítima: Orlando Momente	1.23.001.000039/2014-71 Vítimas: Luíza Augusta Garlippe Dinalva Oliveira Teixeira	1.23.001.000053/2014-74 Vítima: Sabino Pereira dos Santos (Sabino Alves da Silva) – Sabino Pereira dos Santos não consta da sentença da CIDH, na qual há referência ao camponês Sabino Alves da Silva, mas se trata da mesma pessoa, conforme relatório da CNV.
1.23.001.000048/2014-61 Vítima: Miguel Pereira	1.23.001.000040/2014-03 Vítima: José Humberto Bronca	1.23.001.000270/2017-15 Vítima: Maria Lúcia Petit
1.23.001.000051/2014-85 Vítima: Marcos José de Lima	1.23.001.000047/2014-17 Vítima: Idalísio Soares A. Filho	1.23.001.000273/2017-41 Vítima: Bérqson Gurjão Farias
1.23.001.000269/2017-82 PIC MÃE	1.23.001.000046/2014-72 Vítima: Elmo Corrêa	1.00.000.011295/2012-36 Vítima: Líbero Giancarlo Castiglia
	1.23.001.000057/2014-52 Vítima: Custódio Saraiva Neto	
14 casos 17 vítimas identificadas	15 casos 18 vítimas	14 casos 17 vítimas

PIC's em Araguaína

1.23.001.000014/2014-77
Vítima: Rosalindo Souza **ARQUIVADO**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Força-Tarefa Araguaia

ANEXO 2

RELAÇÃO DE TESTEMUNHAS – PRÓXIMAS OITIVAS
(Região Araguaia e Belém)

1) Dona Domingas Moraes de Oliveira.

São Geraldo do Araguaia/PA

PIC 1.23.001.000028/2014-91 (3º Of.) - Chafurdo de Natal (Maurício Gabrois, Paulo Mendes, Guilherme G. Lund e Gilberto Olimpio)

2) Elias Pereira de Oliveira:

Marabá/PA

PIC: 1.23.001.000036/2014-37 (2º Of.) - Áurea Elisa Valadão

3) Anísio Rodrigues da Silva:

Conceição do Araguaia-PA

São Geraldo do Araguaia/PA

Xambioá/TO.

PIC: 1.23.001.000036/2014-37 (2º Of.) - Áurea Elisa Valadão

4) Jacó Gaioso Soares da Silva:

São Geraldo do Araguaia/PA

PIC 1.23.001.000028/2014-91 (3º Of.) - Chafurdo de Natal (Maurício Gabrois, Paulo Mendes, Guilherme G. Lund e Gilberto Olimpio)

5) Adalgisa Moraes da Silva (mãe de José Moares da Silva)

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

6) Lourivan Rodrigues de Carvalho

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

7) Soldado “Bastos”

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

8) Manoel Leal Lima (Vanú)

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

9) José da Luz Filho

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

10) Nazaré Rodrigues de Souza

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

11) Rocilda Souza dos Santos

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

12) Luiz Garimpeiro

PIC 1.23.001.000026/2014-00 - Demerval da Silva Pereira

13) Sgt. João Santa Cruz Sacramento.

PIC 1.23.001.000032/2014-59 - (Dinaelza Coqueiro)



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-MAB-PA-00006488/2019 RELATÓRIO**

.....
Signatário(a): **LUCAS DANIEL CHAVES DE FREITAS**

Data e Hora: **11/09/2019 18:58:58**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **TIAGO MODESTO RABELO**

Data e Hora: **11/09/2019 18:00:27**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUIZ EDUARDO CAMARGO OUTEIRO HERNANDES**

Data e Hora: **11/09/2019 18:15:04**

Assinado com certificado digital

.....
Signatário(a): **WILSON ROCHA FERNANDES ASSIS**

Data e Hora: **11/09/2019 18:23:25**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **IVAN CLAUDIO GARCIA MARX**

Data e Hora: **11/09/2019 18:06:15**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A1267C8C.7587DCAA.75C67C47.877E4DD1



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PORTARIA PGR/MPF Nº 858, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019

A PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício s/nº - FT ARAGUAIA, de 11 de setembro de 2019, da Força-Tarefa Araguaia, relativo ao Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.018817/2018-16, resolve:

Prorrogar, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 20 de outubro de 2019, a designação efetivada por meio da Portaria PGR/MPF nº 831, de 25 de setembro de 2018, publicada no D.O.U., Seção 2, pág. 55, de 2 de outubro de 2018.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL**

Ofício nº 3862/2019/ALJ/SCI/PGR

Brasília-DF, 20 de setembro de 2019

A Sua Excelência a Senhora
ANDREA VERGARA DA SILVA
Advogada da União
Núcleo de Controvérsias de direito Internacional dos Direitos Humanos (DAI/NUMAN)
Procuradoria-Geral da União - Advocacia-Geral da União
SAS Quadra 3, Lotes 5/6, 10º andar
70070-030 BRASÍLIA/DF

Assunto: Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil. Corte IDH.
PCI nº 1.00.000.010189/2014-05

Senhora Advogada,

No interesse do caso em epígrafe, encaminho cópia do Memorando 77/2019/2ªCCR (PGR00433916/2019) acompanhado de cópia do Relatório de Atividades da Força-Tarefa Araguaia 2018-2019 e da Portaria PGR/MPF n. 858, de 12.09.2019, que prorrogou por mais um ano as atividades da FT.

Aproveito o ensejo para lhe solicitar informações atualizadas sobre o andamento do caso, a fim de instruir o PCI nº 1.00.000.010189/2014-05.

Respeitosamente,

Tiago Santos Farias

Assessor-chefe Jurídico

Secretaria de Cooperação Internacional

	<p align="center">PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA</p>	<p align="center">Saf Sul Quadra 04 Conj. C, Asa Sul - Cep 70050900 - Brasília-DF Telefone: (61) 3105-5820 Email: pgr-internacional@mpf.mp.br</p>
--	---	---